



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

Melissa Gabriella Lopes Barcellos

Começar de novo: narrativas sobre a migração e trajetórias laborais
dos refugiados sírios no Brasil

Florianópolis
2021

Melissa Gabriella Lopes Barcellos

Começar de novo: narrativas sobre a migração e trajetórias laborais
dos refugiados sírios no Brasil

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Soledad Etcheverry Orchard

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Barcellos, Melissa Gabriella Lopes
Começar de novo : narrativas sobre a migração e
trajetórias laborais dos refugiados sírios no Brasil /
Melissa Gabriella Lopes Barcellos ; orientadora, Maria
Soledad Etcheverry Orchard, 2021.
224 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política,
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. Migrações. 3.
Refugiados. 4. Narrativas. 5. Trajetórias laborais. I.
Etcheverry Orchard, Maria Soledad. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Ciência Política. III. Título.

Melissa Gabriella Lopes Barcellos
Começar de novo: narrativas sobre a migração e trajetórias laborais
dos refugiados sírios no Brasil

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora
composta pelos seguintes membros:

Prof. Jacques Mick, Dr.
PPGSP/UFSC

Prof. Gustavo Tentoni Dias, Dr.
UNIMONTES

Profa. Laura Senna Ferreira, Dra.
UFSM

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de doutora em Sociologia e Ciência Política

Prof. Julian Borba, Dr.
Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Profa. Maria Soledad Etcheverry Orchard, Dra.
Orientadora

Florianópolis, 2021

Dedico este trabalho à minha mãe, Gertrudes Lopes Barcellos,
ao meu pai, Ernani Leopoldino Barros Barcellos (*in memoriam*),
e à minha filha, Beatriz Lopes Barcellos Dias Coimbra.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida durante todo o percurso do curso de Pós-Graduação em nível de Doutorado, pois a realização desta pesquisa só foi possível devido a esse recurso. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política por toda a atenção e pelos recursos financeiros concedidos para as viagens de trabalho de campo, encontros e congressos.

Sou imensamente grata a minha professora, amiga e orientadora Maria Soledad Etcheverry Orchard (UFSC), pelos seus ensinamentos, as suas orientações e o seu incentivo. Sem ela eu não teria chegado até o Doutorado. Uma orientadora para a vida, que contribuiu, de forma ímpar, me ajudando a entender o meu lugar na sociedade, como cidadã, mulher e socióloga. Sou extremamente grata a todos(as) os(as) meus(minhas) professores(as) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que muito contribuíram para a minha formação acadêmica e crítica, em especial ao professores Jacques Mick, Márcia Grisotti e Lígia Helena Hahn Lüchmann. Agradeço à Profa. Laura Senna Ferreira (UFSC) pela participação na banca de defesa. Ao Prof. Gustavo Tentoni Dias (PPGSAT – UFMG/Unimontes), que contribuiu muito para a minha formação no campo das migrações e também participando na banca de defesa. Agradeço ao Prof. Márcio de Oliveira (PGSOCIO – UFPR), pelos seus ensinamentos na disciplina de Imigração e Sociedade – foram conhecimentos imprescindíveis que adquiri para a realização desta pesquisa.

Em especial, agradeço a minha querida amiga Madison González Garcia, que me ajudou imensamente colaborando com contatos de informantes importantíssimos para a realização do trabalho de campo.

Agradeço imensamente a todos os informantes que aceitaram participar da pesquisa. Além destes, agradeço às lideranças de ONGs que concederam as entrevistas e aos demais informantes, estudiosos do campo das migrações e dos conflitos do Oriente Médio. As histórias narradas pelos refugiados foram um presente e confesso que sou uma pessoa transformada depois da realização desta pesquisa. Tive o privilégio de conhecer e aprender com pessoas que tiveram a coragem de recomeçar a vida em um novo país, alhures de sua terra chamada Síria, devastada pela guerra.

De forma especial, também, sou muito grata a Eric Araujo Dias Coimbra, meu amigo e pai da nossa estimada filha, o qual sempre me incentivou imensamente, do início ao final da pesquisa. Sou extremamente grata a minha mãe, Gertrudes Lopes Barcellos, pelo incentivo sempre, pelo amor, pela compreensão e pelo carinho imenso, e agradeço a meu pai, Ernani Leopoldino Barros Barcellos (*in memoriam*), por ter me dado a vida. Às minhas duas irmãs, Magna Edith Lopes Barcellos e Milene Alzira Lopes Barcellos, pelo carinho e apoio, e ao meu irmão, Marcelo Ernani Lopes Barcellos, que acompanhou de perto a minha trajetória nesta empreitada. Agradeço ao querido Alberto Silvano Lúcio, meu segundo pai, pelo seu carinho, afeto e o bom humor de sempre. E, por fim, agradeço à minha única e amada filha, Beatriz Lopes Barcellos Dias Coimbra, que me deu forças para viver e dar continuidade a esta pesquisa em meio à pandemia da Covid-19, com todas as adversidades que este contexto de isolamento social significou.

Começar de Novo

(Ivan Lins e Vitor Martins)

*Começar de novo
E contar comigo
Vai valer a pena
Ter amanhecido
Ter me rebelado
Ter me debatido
Ter me machucado
Ter sobrevivido
Ter virado a mesa
Ter me conhecido
Ter virado o barco
Ter me socorrido
Começar de novo
E contar comigo
Vai valer a pena
Ter amanhecido
Sem as tuas garras
Sempre tão seguras
Sem o teu fantasma
Sem tua moldura
Sem tuas escoras
Sem o teu domínio
Sem tuas esporas
Sem o teu fascínio
Começar de novo
E contar comigo
Vai valer a pena
Ter amanhecido
Sem as tuas garras
Sempre tão seguras
Sem o teu fantasma
Sem tua moldura
Sem tuas escoras
Sem o teu domínio
Sem tuas esporas
Sem o teu fascínio
Começar de novo
E contar comigo
Vai valer a pena
Já ter te esquecido.*

RESUMO

Esta tese é sobre as narrativas da migração e das trajetórias laborais dos refugiados sírios no Brasil, que chegaram ao país em decorrência da guerra na Síria, eclodida no ano de 2011 e que perdura até o atual momento. Analisamos a complexidade desses percursos de vida e trabalho como dimensões intimamente imbricadas, as quais se desdobram no cenário global dos movimentos migratórios atuais e no âmbito da realidade multifacetada do Brasil, onde a precarização da vida e do trabalho se somam as diversas dificuldades oriundas da integração em um novo país. A exploração dessas dimensões se faz em interpelação com as seguintes questões: a xenofobia contra os grupos árabes (sírios) no Brasil, parcialmente intensificada em função da polarização política dos últimos anos; a questão do reconhecimento e da precarização da vida (Judith Butler) ou a precarização vital (TEJERINA et al., 2013) dos refugiados; os processos transnacionais de migração do grupo étnico. Para pensar a questão da xenofobia contra os sírios no Brasil, problematizamos a noção de Orientalismo de Edward Said. Aplicamos a metodologia das narrativas biográficas para cunhar os testemunhos e as representações sociais dos refugiados sobre seus percursos migratórios e para registrar como se desenvolveram suas trajetórias laborais (desde a saída da Síria até a chegada ao Brasil). A tese encontra-se estruturada em sete partes. Na introdução apresentamos as questões norteadoras da pesquisa e, na sequência, ilustramos nossa abordagem com o caso emblemático de um refugiado sírio, visando introduzir cedo no texto o tom da ambivalência nos percursos de integração, ora a vivência da agressão, ora a da acolhida solidária. A segunda parte apresenta o estado da arte dos estudos relacionados à presença dos refugiados sírios no Brasil e o método das entrevistas narrativas utilizado para a pesquisa de campo. Na terceira parte problematizamos a categoria refúgio e as migrações internacionais. Na quarta, analisamos os processos de migrações transnacionais do grupo pesquisado. A quinta parte foi elaborada a partir do marco jurídico-institucional do refúgio no Brasil (a legislação sobre migração e refúgio, Lei nº 9.474/1997, e o novo marco legal, a Nova Lei de Migração, nº 13.445/2017). A sexta parte aborda a questão da xenofobia no Brasil e expõe o debate político sobre as migrações: se, de um lado, se produzem atitudes xenófobas e racistas no Brasil contra imigrantes e refugiados, por outro também são produzidas redes de acolhimento e ações de solidariedade. Na sétima e última parte analisamos as trajetórias laborais dos refugiados sírios por meio de suas narrativas biográficas.

Palavras-chave: Refugiados sírios. Narrativas. Orientalismo. Precarização da vida. Trajetórias laborais. Transnacionalismo.

ABSTRACT

This thesis is about migration narratives and labor trajectories of Syrian refugees in Brazil, who arrived in Brazil as a result of the war in Syria, which broke out in 2011 and which has lasted until the present time. We analyze the complexity of these paths of life and work as closely intertwined dimensions, which unfold in the global scenario of current migratory movements and within the multifaceted reality of Brazil, where the precariousness of life and work are added to the various difficulties arising from integration in a new country. The exploration of these dimensions is made in response to the following issues: xenophobia against Arab (Syrian) groups in Brazil, partially intensified due to the political polarization of recent years; the issue of recognition and the precariousness of life (Judith Butler) or the precariousness of life (TEJERINA et al., 2013) of refugees; the transnational migration processes of the ethnic group. To think about the issue of xenophobia against the Syrians in Brazil, we problematize Edward Said's notion of Orientalism. We applied the methodology of biographical narratives to coin the testimonies and social representations of refugees about their migratory paths and to record how their labor trajectories developed (since they left Syria until their arrival in Brazil). The thesis is divided into seven parts. In the introductory part, we present the guiding questions of the research and then, we illustrate our approach with the emblematic case of a Syrian refugee, aiming to introduce early in the text the tone of ambivalence in the paths of integration, sometimes the experience of aggression, sometimes that of solidary welcome. The second part presents the state of the art of studies related to the presence of Syrian refugees in Brazil and the method of narrative interviews used for field research. In the third part, we discuss the refugee category and international migrations. In the fourth part, the transnational migration processes of the researched group were analyzed. The fifth part was prepared based on the legal-institutional framework of refuge in Brazil (the legislation on migration and refuge in the country and the new legal framework, the New Migration Law nº 13.445/2017). The sixth part addressed the issue of xenophobia in Brazil and exposed the political debate on migration: if, on the one hand, xenophobic and racist attitudes are produced in Brazil against immigrants and refugees, on the other hand, reception networks and actions of solidarity. In the seventh and last part, we analyze the work trajectories of Syrian refugees through their biographical narratives.

Keywords: Syrian refugees. Narratives. Orientalism. Precariousness of life. Work trajectories. Transnationalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Diagramas

Diagrama 1 – Processo de solicitação e concessão de refúgio via elegibilidade	121
Diagrama 2 – Curva em U	178
Diagrama 3 – Curva em L	179

Fotografias

Fotografia 1 – Carrinho de Kalil – Copacabana – Rio de Janeiro	30
Fotografia 2 – Atendimento ao público de Kalil – Copacabana – Rio de Janeiro	31
Fotografia 3 – Homem que agrediu Kalil em Copacabana, 2017 – Rio de Janeiro	31
Fotografia 4 – Estátua do Mascate na rua Buenos Aires – Rio de Janeiro	63
Fotografia 5 – Esquina da Rua 25 de Março com General Carneiro, 1910 – São Paulo	68
Fotografia 6 – Rua 25 de Março – São Paulo	69
Fotografia 7 – Homenagem à colonização árabe – São Paulo	69
Fotografia 8 – Menino sírio Alan Kurdi, de 3 anos, morto na Turquia	79
Fotografia 9 – Cinegrafista Petra László agride refugiados sírios	85
Fotografia 10 – Jamil e a sua banca de produtos eletrônicos, 2014 – São Paulo	98
Fotografia 11 – Jamil com amigos em um momento de estudos, 2015 – São Paulo	98
Fotografia 12 – Jamil com um colega no estacionamento em que trabalhou, 2015 – São Paulo	98
Fotografia 13 – Naim preparando o arroz sírio – São Paulo	100
Fotografia 14 – Arroz sírio oferecido por Naim e sua esposa – São Paulo	100
Fotografia 15 – Jamil em seu carro próprio, em Aleppo (Síria), antes da guerra	105
Fotografia 16 – Um dos alojamentos de Jamil – São Paulo	106
Fotografia 17 – Mesquita Brasil – São Paulo	156
Fotografia 18 – Interior da Mesquita Brasil – São Paulo	156
Fotografia 19 – Região comercial do Saara, no centro do Rio de Janeiro	157
Fotografia 20 – Edifício Sidney – Ocupação Leila Khaled, 2019 – São Paulo	186
Fotografia 21 – Interior da Ocupação Leila Khaled, 2019 – São Paulo	187

Mapas

Mapa 1 – Refugiados sírios por país de destino	61
Mapa 2 – Países de maioria islâmica no mundo.....	73
Mapa 3 – “Primavera Árabe” no norte da África e Oriente Médio.....	74
Mapa 4 – Refugiados sírios por estado brasileiro (2011-2020).....	125

Quadro

Quadro 1 – Perfil dos refugiados entrevistados.....	40-41
---	-------

Tabelas

Tabela 1 – Solicitantes de refúgio no Brasil, por país de origem, 2019.....	123
Tabela 2 – Refugiados reconhecidos, por nacionalidade ou residência habitual, 2011-2019.....	124

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ADUS – Instituto Adus Reintegração do Refugiado (OSCIP)
ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
CARITAS – Arquidiocesana de São Paulo e do Rio de Janeiro
CEM – Centro de Estudos Migratórios
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados
CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
CRAI – Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes
CSVM – Cátedra Sérgio Vieira de Mello
DPF – Departamento da Polícia Federal
DPU – Defensoria Pública da União
FESPSP – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
IKMR – (I Know My Rights), ONG – Eu Conheço os meus Direitos
IMDH – Instituto de Migrações e Direitos Humanos
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ME – Ministério dos Esportes
MEC – Ministério da Educação
MIGRAFLIX – Organização não governamental de integração de refugiados e imigrantes
MJ – Ministério da Justiça e Cidadania
MPU – Ministério Público da União
MRE – Ministério das Relações Exteriores
MS – Ministério da Saúde
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
OIM – Organização Internacional para as Migrações
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores
PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia
SEFRAS – Serviço Franciscano de Solidariedade
SESC – Serviço Social do Comércio
UDR – União Democrática Ruralista
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	O CASO KALIL: XENOFOBIA X SOLIDARIEDADE	28
2	A ESTRATÉGIA METODOLÓGICA DA PESQUISA	32
2.1	ESTADO DA ARTE – AS PESQUISAS SOBRE A PRESENÇA DOS REFUGIADOS SÍRIOS NO BRASIL	32
2.2	AS ENTREVISTAS NARRATIVAS	34
2.3	A PESQUISA DE CAMPO.....	38
3	REFÚGIO E MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS	53
3.1	O QUE É UM IMIGRANTE?	53
3.2	O QUE É UM REFUGIADO?	56
3.3	OS REFUGIADOS NO MUNDO	59
3.4	OS IMIGRANTES SÍRIOS E LIBANESES (SÉC. XIX E XX)	61
3.5	A GUERRA NA SÍRIA.....	73
3.6	OS REFUGIADOS SÍRIOS E A COMUNIDADE ÁRABE ESTABELECIDIA NO BRASIL	76
4	MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS E PRECARIZAÇÃO DA VIDA	79
4.1	O MENINO ALAN KURDI.....	79
4.2	O CASO DE XENOFOBIA CONTRA REFUGIADOS SÍRIOS NA HUNGRIA.....	84
4.3	PRECARIEDADE E RECONHECIMENTO EM JUDITH BUTLER.....	87
4.4	A PRECARIZAÇÃO DA VIDA E AS REDES DE SOLIDARIEDADE	93
4.5	SER DE LÁ E SER DE CÁ: A VIDA, A INTEGRAÇÃO E OS AFETOS DA SÍRIA AO BRASIL.....	110
4.6	TRANSNACIONALISMO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.....	112
5	O MARCO JURÍDICO-INSTITUCIONAL DO REFÚGIO NO BRASIL	119
5.1	O REFÚGIO NO BRASIL	119
5.2	A LEGISLAÇÃO SOBRE MIGRAÇÃO E REFÚGIO NO BRASIL: UM CAMPO DE LUTA.....	126
5.3	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO (13.445/2017).....	140

6	XENOFOBIA E REFÚGIO NO BRASIL	145
6.1	O ORIENTALISMO DE EDWARD SAID E A XENOFOBIA NO BRASIL.....	145
6.2	A PRIMEIRA ENTREVISTA COM UM REFUGIADO NA CIDADE DE SÃO PAULO.....	155
6.3	DO SAARA PARA O MUNDO: COMUNIDADE MUÇULMANA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.....	157
6.4	O CONTEXTO DE POLARIZAÇÃO POLÍTICA: A SOCIEDADE CIVIL E O ACOLHIMENTO AOS REFUGIADOS.....	161
7	AS TRAJETÓRIAS LABORAIS	174
7.1	A METODOLOGIA DE PESQUISA DAS TRAJETÓRIAS.....	174
7.2	TRAJETÓRIAS LABORAIS E NARRATIVAS BIOGRÁFICAS.....	175
7.3	TRAJETÓRIAS CRUZADAS: A OCUPAÇÃO LEILA KHALED E A FAMÍLIA PALESTINA-SÍRIA.....	183
7.4	“MEU NOME É RENATO”	190
7.5	“EU SOU UM MALANDRO! NÃO SOU DO MAL, MAS CONSIGO ME VIRAR!”.....	194
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	200
	REFERÊNCIAS.....	205
	APÊNDICES	222

1 INTRODUÇÃO

Esta tese trata sobre as narrativas da migração e trajetórias laborais dos refugiados sírios no Brasil, cujo fluxo migratório de entrada no país se deu a partir de 2011. Os fluxos migratórios sempre foram um tema de significativa relevância social e política às pesquisas que dizem respeito aos grupos humanos. Hoje, devido ao contexto da atual globalização e da redução do papel social do Estado; à precariedade estrutural, relacionada às crises sistêmicas do capitalismo que geram desemprego; juntamente com as políticas de reestruturação produtiva e flexibilização do mercado de trabalho e a precarização que acarreta, fruto das políticas neoliberais, o estudo dos fluxos migratórios adquire uma importância ainda maior. Estudamos nesta tese um tipo de migração em especial, a migração de refugiados. Trata-se de deslocamentos forçados em decorrência de violências, perseguições, guerras, desastres ambientais e inúmeras formas de insegurança social (incluindo violência e perseguições envolvendo gênero, religiosidade, questões políticas etc.). Segundo os dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM), há no mundo 272 milhões de migrantes internacionais¹, sendo que 70,8 milhões são deslocados forçados².

A possibilidade de integração social desses migrantes forçados no seu novo país de acolhida se desenvolve em íntima conexão com as condições de inserção no mercado de trabalho, além de outros fatores, tais como o marco jurídico de proteção e as relações de recepção ou estigma da população local. Diante disso, é pertinente sustentar que refletir sobre suas trajetórias laborais representa um foco privilegiado para revelar as condições de vida dessas pessoas. Entendemos que o trabalho desempenha um papel central, ele se imbrica com as várias dimensões da vida e isso se percebe de forma contundente no desdobramento das trajetórias laborais dos refugiados sírios. Como nossa pesquisa se propôs a criar a intersecção entre trabalho e migração, a escolha pela abordagem das trajetórias laborais nos pareceu muito oportuna, precisamente para explorar essa ideia do fluxo de vida e suas interrupções. Isso também nos conduziu a valorizar o recurso das *narrativas biográficas*, o que nos fez atentar para outros conceitos que aludem a relações que se mostraram relevantes para a interpretação dos relatos. Entre eles, destacam-se os conceitos de *precarização da vida* e de *reconhecimento*

¹ Migrantes internacionais chegaram aos 281 milhões no ano da pandemia de Covid-19 em 2020 e 80 milhões deslocados à força. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/migracoes/migrantes-no-mundo-chegam-aos-281-milhoes-em-ano-de-pandemia/>. Acesso em: 3 set. 2021.

² “Migrantes internacionais somam 272 milhões, 3,5% da população global, aponta relatório da OIM”. Disponível em: <https://brazil.iom.int/news/migrantes-internacionais-somam-272-milh%C3%B5es-35-da-popula%C3%A7%C3%A3o-global-aponta-relat%C3%B3rio-da-oim>. Acesso em: 6 abr. 2021.

para Judith Butler (2011, 2018a, 2018b), ou, nos termos de outros autores, a *precarização vital* (TERJERINA et al., 2013), assim como a categoria *refúgio* e os processos transnacionais do grupo. Destarte, constatamos em nosso campo de pesquisa que o cenário das trajetórias migratórias e laborais dos refugiados sírios também é permeado por práticas e discursos de xenofobia (contra os grupos árabes no Brasil), a qual problematizamos a partir da noção de *Orientalismo* para Edward Said (1990).

Diante do que acabamos de argumentar, o foco nas trajetórias laborais dos refugiados se legitima como recurso conceitual e operacional privilegiado para desvelar as estratégias de sobrevivência desses migrantes. Trata-se de identificar os eventos significativos que marcaram os percursos laborais e de migração vivenciados pelas mulheres e homens sírios entrevistados. Quando eclodiu a guerra na Síria, em 2011, esse grupo se deslocou inicialmente para os países vizinhos da região de conflito, como Líbano, Turquia e Jordânia, iniciando, assim, as suas trajetórias migratórias e laborais em um universo de precariedades. Esse encadeamento de eventos, traduzidos pelas trajetórias, e a correspondente elaboração narrativa que é criada por parte dessas pessoas, nos permite elucidar as expectativas que sustentam e a relação que tecem com as possibilidades de trabalho que vivenciam ao longo dos seus itinerários de inserção no mercado e na sua integração social em outras dimensões da vida pessoal e familiar.

Consideramos, por outro lado, que a emigração e a imigração são constituintes de um mesmo processo social, por isso as concebemos como um *fato social total*, como nos ensinou Abdelmalek Sayad (1998). Tal conceito diz respeito a um fenômeno complexo, que abarca todos os aspectos da existência dos migrantes (MAUSS, 2003; SAYAD, 1998; CASTLES, 2002, 2010). Partilhamos da argumentação de que devemos estar atentos a uma multiplicidade de fatores para compreender a dinâmica desse processo.

Há consenso entre os estudiosos do campo migratório (e esse fato se mostrou uma evidência no campo empírico) de que a governança dos fluxos migratórios só é possível através da cooperação entre os Estados, a sociedade civil e as organizações internacionais³. Ponderamos que essa constatação, também analisada em nosso campo de pesquisa, não está isenta de críticas sobre esses atores sociais em questão.

Podemos inferir que as instituições e os organismos internacionais envolvidos no instituto jurídico do refúgio, que detêm os critérios do processo de elegibilidade (escolha) para

³ Conferência de abertura “O Brasil fora do Pacto Global das Migrações, no OAB SP – Congresso de Direito Migratório e Mobilidade Humana, em 14 de dezembro de 2020. Informação verbal do Prof. Dr. Paulo Borba Casella, professor titular do Departamento de Direito Internacional e Comparado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

a concessão do refúgio aos deslocados, assim como a ajuda humanitária, não podem se eximir de considerar aspectos políticos estruturais da experiência migratória (PEREIRA, 2021, tradução nossa). Ou seja, problemas de ordem estrutural que afetam os deslocados desde o país de origem até o país de acolhimento.

As migrações⁴ são uma ocorrência antiga e inerente à humanidade, entretanto, no século XXI, os fluxos migratórios têm se configurado como fenômeno social multifacetado. Destarte, os migrantes despossuídos e/ou discriminados, como os negros, os indígenas, os árabes e as mulheres, são estudados de duas perspectivas. Primeiro, eles são trabalhadores no corpo de um contexto social permeado por relações de expropriação e violência, subjacentes aos processos históricos e políticos que desencadeiam os deslocamentos (SAYAD, 1998). Em segundo lugar, os migrantes fazem parte de um contexto ou núcleo social, estabelecido por laços sociais primários e secundários, que os definem como pertinentes a um universo sociocultural (SILVA, 2005). Essas análises podem ser abstraídas das representações sociais sobre a figura do/a migrante, porque “[é ele, ou ela] que esconde [e exterioriza] o conjunto de situações concretas e particulares que definem sua identidade individual e social” (SILVA, 2005, p. 53-54). Essas vias de análise, inerentes às pesquisas sobre migrações, nos faz pensar que os “fatores econômicos não são os únicos a serem considerados na análise da migração e dos migrantes” (SILVA, 2005, p. 54).

Independentemente da configuração migratória, seja forçada ou espontânea, o indivíduo que emigra está inserido em um núcleo social daqueles que não partem. Nesse contexto, torna-se necessário analisar esse processo permeado por contradições, conflitos, perdas, processos de desenraizamento social, separações, mortes, reencontros e “reconstruções culturais”, assim como analisar como se configuram os processos transnacionais dos grupos deslocados (SILVA, 2005, p. 54).

Em vista do exposto, entendemos que debruçarmo-nos sobre os percursos de emigração e imigração de refugiados requer que nossa atenção esteja voltada para várias dimensões da vida dessas pessoas. Trata-se de itinerários com múltiplas mudanças e grandes desafios que se conectam para definir os rumos seguidos. Nesse horizonte de possibilidades que se apresentam aos migrantes, a dimensão do trabalho é um fator central na constituição das identidades pessoais e sociais desses atores (DUBAR, 1998, 2005; CASTEL, 2012). Portanto,

⁴ Processos de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocamento de pessoas independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes econômicos (OIM, 2009, p. 40).

nesta investigação sobre as trajetórias migratórias e laborais dos refugiados sírios, lançamos mão da categoria trabalho, vinculada à ideia de trajetórias laborais, assim como procuramos pensá-las e articulá-las juntas ao longo da pesquisa.

Vários autores consultados coincidem em destacar a relevância do recurso conceitual das trajetórias para desvelar as estratégias de sobrevivência de trabalhadores (BALERDI, 2014; BOURDIEU, 2017; CARDOSO, 1998; GOMES, 2002; GUZMÁN; MAURO; ARAUJO, 2000; SILVA, 2005; WEIB, 2018; ETCHEVERRY, 2004). Nessa direção, pensamos o trabalho como uma categoria histórica que faz parte de um conjunto de relações sociais, sistematizado pelos marcadores de diferenças de classe, gênero e étnico-raciais.

Fizemos o uso de recursos teórico-metodológicos, como os registros das narrativas⁵ e as representações sociais dos refugiados em suas trajetórias migratórias e laborais, valorizando a reflexividade dos agentes na criação de estratégias diante das pressões estruturais (GIDDENS, 2003). Assim como não deixamos de contextualizar os percursos individuais e coletivos sob as atuais condições do capitalismo global, com todas as restrições e exigências que isso traz para o mundo do trabalho (a *precarização vital*). Para esse efeito, são vários os autores que mobilizamos para dar subsídio a essas discussões (CASTEL, 2012; SENNETT, 1999; CAVIA; MARTÍNEZ, 2013). Também dialogamos com autores que pesquisam os efeitos do capitalismo global sobre as migrações contemporâneas no Brasil, desenhadas por processos transnacionais, cujas migrações são denominadas Sul-Sul (SASSEN, 2010, 2016; PATARRA, 2005, 2006; WENDEN, 2016; BAENINGER, 2017a, 2017b; BAENINGER; FERNANDES, 2018; FELDMAN-BIANCO, 2018).

Nessa direção, procuramos entender como são tecidas as práticas de acolhimento por parte da sociedade civil aos refugiados sírios, seja por meio de organizações não governamentais (ONGs), de movimentos sociais, instituições religiosas ou instituições públicas. Entre as últimas, destacam-se o papel e a importância que as universidades públicas possuem apoiando os processos integrativos dos refugiados no Brasil por meio da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVN), através do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Além destas, identificamos a importância de outras organizações da sociedade civil, como a Caritas⁶, e diversas ONGs, as quais são muito atuantes e de fundamental

⁵ Realizamos as entrevistas com os refugiados sírios fazendo uso de gravador mediante a autorização de todos os informantes que participaram da pesquisa. Assim como preservamos todas as identidades das pessoas entrevistadas, respeitando todos os preceitos éticos da pesquisa científica.

⁶ A Caritas é uma entidade vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que promove ação social em defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Essa instituição atua junto à Secretaria Nacional de Justiça, ao Estado e junto ao ACNUR no processo de acolhida e elegibilidade dos solicitantes de refúgio e refugiados no Brasil. A instituição prestou um

relevância no acolhimento da população imigrante e refugiada, além de outras instituições que atuam no trabalho de acolhimento aos refugiados.

Analisamos as trajetórias laborais dos refugiados sírios considerando como são tecidas as suas relações sociais com a comunidade sírio-libanesa. A chamada comunidade árabe (assim denominada pelos próprios refugiados) se faz presente no Brasil desde o período das migrações de massa, nos séculos XIX e XX. Não pudemos deixar de problematizar essas relações, porque compareceram de forma espontânea nos relatos dos nossos informantes. Cabe destacar que as relações entre sírios e libaneses foram e continuam sendo marcadas por conflitos de classe social, ainda que esses grupos sejam muito próximos culturalmente.

Na chegada ao Brasil, muitos refugiados sírios recorreram à comunidade árabe estabelecida para se inserir no campo laboral e social. No entanto, as relações sociais entre os refugiados sírios e a comunidade dos descendentes de árabes, a qual denominamos de *estabelecidos*, nem sempre se apresentaram/apresentam como relações de solidariedade de tipo *horizontais*, ou seja, “entre iguais”, mas como relações sociais de tipo *verticais*, quer dizer, hierárquicas, entre os grupos (STEINER, 2006, p. 96; ELIAS; SCOTSON, 2000).

Consideramos o percurso migratório dos refugiados desde o país de origem até o país de destino do grupo deslocado, com o objetivo de compreender as suas trajetórias migratórias e transnacionais, ou seja, *como é ser de lá e ser de cá* simultaneamente (SAYAD, 1998; HALL, 2006; GLICK-SCHILLER; BASCH; BLANC-SZANTON, 1992). Nessa direção, procuramos, seguindo os passos de Mills (1972), identificar a relação entre as biografias individuais e coletivas, interpretando como se deu essa conexão no momento histórico dessa passagem entre a sociedade de origem e a sociedade de destino.

Ao fazer essa articulação, atribuímos a esta pesquisa significativa relevância sociológica, sobretudo para o desenvolvimento da sociologia das migrações, porque se propõe a ir além de uma simples análise do perfil sociodemográfico da população síria que buscou refúgio no Brasil a partir de 2011. Considerando as narrativas dos nossos informantes, as analisamos nos contextos histórico, social e político, desde sua entrada no Brasil. Contextos estes que, em muitos casos, estão articulados com o recrudescimento de práticas e ações xenófobas e racistas.

A hipótese, seguida da problematização de que lançamos mão nesta investigação, é a de que o Brasil estaria passando por um cenário sociopolítico de manifestações de xenofobia,

significativo papel político durante a ditadura militar por meio das ações do arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns. Disponível em: <http://Caritas.org.br/parceiros-e-apoiadores>. Acesso em: 25 out. 2018.

racismo e outros tipos de ofensas a grupos sociais de minorias étnicas, a partir do crescente acirramento das diferenças políticas entre a esquerda e a direita.

Embora o racismo e a xenofobia sejam constituintes e estruturais no processo social e histórico brasileiro, políticas sociais implementadas a partir dos governos Lula – como o Programa Bolsa Família, o acesso ao crédito para pessoas de baixa renda, programas de cotas sociais e étnico-raciais, a garantia de direitos trabalhistas às empregadas domésticas, entre outros direitos em prol das *classes subalternas*⁷ – contribuíram para fomentar o descontentamento de parcelas da classe média e da elite econômica, que se viam numa condição ainda mais privilegiada.

A partir de 2015, o Brasil entrou em uma crise política e econômica. Em 2016, um “golpe parlamentar” culminou com o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff. Segundo Jessé Souza (2016), houve uma arquitetura do golpe, planejado e executado por várias instâncias de poder, como o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, a Polícia Federal e a grande mídia. O objetivo era mudar as prioridades dos investimentos do governo e conduzir a economia a um ajuste fiscal para, supostamente, fazer o país sair da crise econômica em que se encontrava. Para Souza (2016), ao contrário do que propagavam os golpistas, a crise que levou a uma queda na taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ocorreu muito mais em decorrência da queda internacional dos preços das *commodities* do que da falta de competência da ex-presidenta Dilma Rousseff. Após o *impeachment*, o governo de Michel Temer passou a realizar os ajustes fiscais, afetando diretamente a classe trabalhadora, como as reformas trabalhista e previdenciária, a lei da terceirização e a Emenda Constitucional 95/2016⁸, que limita os gastos públicos por um período de 20 anos. Tais medidas de austeridade contribuíram para o aprofundamento da crise.

Nas eleições presidenciais de 2018, uma candidatura com posturas autoritárias e retrógradas articulou-se com grupos religiosos neopentecostais, setores ligados à União Democrática Ruralista (UDR) e militares saudosistas do período da ditadura pós-1964. Depois de se eleger presidente da República, Jair Messias Bolsonaro reforçou seu desprezo pela ciência e pelos grupos sociais discriminados e/ou menos favorecidos (LÖWY, 2021). O Brasil passou a vivenciar um momento de tensão entre os grupos engajados nas pautas dos direitos humanos e os que adotam posições de intolerância (racismo, xenofobia, islamofobia, misoginia e

⁷ Para Antonio Gramsci (2007), as classes subalternas dizem respeito à diversidade das classes que se encontram em um estrato subalterno na sociedade, incluindo trabalhadores do campo, da cidade, da indústria, do comércio e prestadores de serviço (GRAMSCI, 2007; COIMBRA, 2019).

⁸ Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 10 ago. 2021.

homofobia) contra grupos vulneráveis e em situação de insegurança social, como imigrantes e refugiados. Verificamos que os discursos xenófobos e racistas contra a população refugiada síria (população árabe e islâmica) e de outras nacionalidades que vivem no Brasil também foram (são) endossados por grupos conservadores pertencentes à política institucional brasileira (MARIANO, 2004, 2016).

Internacionalmente, também se constatou a expansão e fortalecimento de candidaturas e programas políticos de extrema-direita, com viés neofascista e neoliberal, especialmente na Europa e Estados Unidos, cuja narrativa anti-imigração caracteriza o chamado “novo radicalismo de direita” (MINKENBERG, 1998; SEVERO, 2020; FIGUEIRA; ORTIZ, 2020).

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a taxa de desemprego, que estava próxima de 6% no início de 2015, alcançou 12,3% em maio de 2018. Ao invés de melhorar, a situação se agravou nos anos seguintes: em janeiro de 2021, o desemprego já havia atingido 14,2%.⁹

A crise econômica e social no âmbito nacional se somou à crise mundial de saúde em função da pandemia do coronavírus (Covid-19)¹⁰. Esses fatores, aliados ao despreparo do Governo Federal – que ignorou e tem ignorado orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) no combate à pandemia –, têm contribuído para que o Brasil se situe entre os líderes mundiais em números de infectados e óbitos. Em março de 2021, o país somou 3.869 óbitos em 24 horas.¹¹ Desde o começo da pandemia, o Brasil já tinha registrado mais de 12 milhões de pessoas infectadas e quase 330 mil óbitos.¹² Portanto, esse período de crise sanitária, política e econômica se agravou, em meio a uma narrativa negacionista por parte do Governo Federal e seus aliados sobre a gravidade e a existência da epidemia, assim como a descrença na ciência.

Em janeiro de 2019, o Governo Federal anunciou – e em seguida concretizou – sua retirada do Pacto Global de Migrações, da ONU. O impacto dessa ação no plano internacional e diplomático significou o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos e outros países, como

⁹ Taxa de desocupação. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30391-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-2-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-29-0-no-trimestre-encerrado-em-janeiro-de-2021>. Acesso em: 4 abr. 2021.

¹⁰ Conforme Nunes (2020, p. 39), por conta do alastramento do novo coronavírus, grande parte dos países adotou inúmeras medidas sanitárias com o intuito de restringir a circulação de pessoas e a proliferação da doença. “No subcontinente sul-americano, todos os países fecharam suas fronteiras terrestres nas semanas subsequentes à declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, classificando a Covid-19 como pandemia”.

¹¹ “Covid-19: Brasil registra 3.869 novas mortes, maior número em 24h”. Disponível em: <https://agenciabrasil.abc.com.br/saude/noticia/2021-03/covid-19-brasil-registra-3869-novas-mortes-maior-numero-em-24h>. Acesso em: 4 abr. 2021.

¹² “Brasil passa de 328 mil mortos por Covid; média fica acima dos 3 mil pelo segundo dia seguido”. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/02/brasil-passa-de-328-mil-mortos-por-covid-media-fica-acima-dos-3-mil-pelo-segundo-dia-seguido.ghtml>. Acesso em: 4 abr. 2021.

a Polônia, a Hungria, a República Checa e Israel, governados por partidos de extrema-direita, que vêm adotando políticas e/ou narrativas anti-imigrantistas (PEREIRA, 2020; VENTURA, 2019)¹³.

Esta pesquisa teve início em 2017 e as entrevistas com os informantes foram realizadas em 2018 e 2019. A pandemia da Covid-19 começou nos primeiros meses de 2020 e ainda está em curso. Para os sociólogos Svetlana Ruseishvili e Oswaldo Truzzi (2020), os efeitos da pandemia foram ainda mais desastrosos em função das ações arbitrárias do Governo Federal, que se negou a enfrentar a crise sanitária de forma eficaz, comprometendo os estratos mais baixos da sociedade, colocando-os em condições de maior vulnerabilidade social. Tais estratos em situação de vulnerabilidade social abrangem uma ampla parcela da classe trabalhadora no Brasil, sobretudo negros, pardos, mulheres, imigrantes e refugiados (RUSEISHVILI; TRUZZI, 2020; SCHIOCCHET; SOUZA; MANFRINATO, 2020). A situação dos refugiados sírios e imigrantes de outras nacionalidades tem se agravado com a pandemia, já que muitos têm como meio de sobrevivência o comércio de alimentos, por vezes, atuando como itinerantes. Nessas condições, o isolamento físico não pode ser praticado por todos os estratos sociais no Brasil. Os refugiados e os imigrantes, muitas vezes envoltos na lógica do empreendedorismo, na realidade atuam na informalidade, sem direitos, com baixa remuneração, sem seguridade social e em condições precárias de trabalho (CARDOSO, 1998; LIMA; MARTINS JUNIOR, 2017).

Diante desse contexto de crise econômica, política, social e sanitária, é de se supor (porém, de maneira nenhuma se justifica) que certos grupos reajam de maneira hostil em relação aos estrangeiros, independentemente do seu *status* migratório. Para alguns trabalhadores brasileiros, os refugiados são considerados uma ameaça à empregabilidade. Como observa Lopes (2015, p. 224), “a entrada de imigrantes e refugiados pode ser vista como um fato que venha a desestabilizar o mercado de trabalho e o precário equilíbrio do Estado Social e, por isso, até mesmo sem pretender adotar uma perspectiva *a priori* excludente, pode novamente a atuação dos bem-intencionados voltar-se contra a ‘imigração’”. Situações de intolerância e xenofobia são frequentes no atual contexto dos fluxos migratórios. Portanto, longe de ser um problema exclusivamente nacional, a xenofobia direcionada ao imigrante e ao refugiado também constitui um problema global.

Para pensar o contexto dos fluxos migratórios para o Brasil, em meio à crise política e econômica na qual o país se encontra imerso, não deixamos de tensionar nesta pesquisa o novo

¹³ Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/entrevista/fluxos-passam-a-xenofobia-fica>. Acesso em: 5 out. 2021.

marco legal das migrações. A Nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017)¹⁴ substituiu o antigo Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980), que havia sido sancionado pelo general João Baptista Figueiredo durante a ditadura instaurada após 1964.

Aprovada em 2017, a Nova Lei de Migração significou (apesar dos 20 vetos presidenciais presentes da lei) um avanço em termos dos direitos dos imigrantes e dos refugiados que se encontravam no país, assim como para os futuros imigrantes e refugiados que chegassem ao Brasil, incluindo os brasileiros que emigrassem para o exterior. O antigo Estatuto do Estrangeiro vigorou no Brasil por aproximadamente quatro décadas, sob o prisma de “segurança nacional”, concebendo o imigrante e o refugiado como um problema de segurança a ser resolvido¹⁵ (OLIVEIRA, 2017, p. 177).

Segundo Oliveira (2017), os vetos presidenciais da Nova Lei de Migração fazem parte das disputas e contradições políticas em torno da construção social da Lei durante os anos que a precederam. Foram (e ainda são) disputas de grupos que buscam “um novo aparato jurídico para as políticas migratórias brasileiras” (OLIVEIRA, 2017, p. 177). São setores do governo que ainda concebem o imigrante e o refugiado como um problema de segurança nacional, como na ditadura militar. Muitas vezes, essas narrativas apelam para o mito de que o Brasil estaria sendo invadido por imigrantes e refugiados, sobretudo nos últimos dez anos, o que é uma inverdade, pois o Brasil possui atualmente 750 mil imigrantes, ou seja, apenas 1% da população brasileira¹⁶.

Verificou-se nos últimos anos o aumento do número de parlamentares vinculados ao campo religioso neopentecostal, ideologicamente de direita e opositores à Nova Lei de Migração. Oliveira (2017, p. 177) pondera “que são pessoas completamente equivocadas a respeito das migrações internacionais e que sequer se dão ao mínimo trabalho de conhecer o tema, pois se o fizessem teriam a dimensão do quanto são equivocadas suas posições”. Cabe mencionar que, no dia em que foi votada e aprovada a Nova Lei de Migração, ocorreram cerca de três protestos na Avenida Paulista, na cidade de São Paulo, nos quais as narrativas foram a de que o novo marco legal das migrações representaria um perigo, porque permitiria uma

¹⁴ No ano de 2013, foi aprovado o Projeto de Lei nº 288, de autoria do senador Aloysio Nunes Ferreira, que se constituiu na Nova Lei de Migração (o novo marco legal das migrações no Brasil). Segundo Claro (2020, p. 42), “entre apelos da sociedade civil organizada e os possíveis retrocessos defendidos por alas mais conservadoras do Executivo e do Legislativo, a Lei de Migração foi aprovada em 24 de maio de 2017, sob o nº 13.445. Nascia, então, o novo diploma legal sobre migrações internacionais no Brasil”.

¹⁵ “Entenda as diferenças entre o Estatuto do Estrangeiro e Lei de Migração”. Disponível em: <https://fernandasial.jusbrasil.com.br/noticias/469957698/entenda-as-diferencas-entre-o-estatuto-do-estrangeiro-e-lei-de-migracao>. Acesso em: 4 abr. 2021.

¹⁶ “Estimativas da Comunidade”. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/brasileiros-no-mundo-estimativas-da-comunidade>. Acesso em: 4 abr. 2021.

“islamização” do Brasil, na qual o país seria alvo de terroristas, portanto a lei teria que ser vetada completamente. Segundo o jornal *Brasil de Fato*, em um dos protestos foram entregues panfletos que acusavam imigrantes e refugiados muçulmanos de estuprarem crianças e mulheres, além de disseminar mitos (*fake news*) sobre a nova lei.¹⁷

Loïc Wacquant (2003, p. 19) pondera que nos últimos 30 anos “a América¹⁸ lançou-se numa experiência social e política sem precedentes nem paralelos entre as sociedades ocidentais do pós-guerra: a substituição progressiva de um (semi) Estado-providência por um Estado penal e policial”. Os refugiados e os imigrantes (negros, árabes, islâmicos e asiáticos) são vistos como uma ameaça e como um problema de segurança pública, um contingente de indivíduos, geridos pelo Estado. Nessa direção, Coury e Rovey (2017, p. 101-102) compreendem que “a criminalização do migrante, assim como (os contextos) de fluxos migratórios estariam pautados na ideia de segurança”.

Retornando à reflexão sobre as trajetórias laborais dos refugiados sírios, é relevante destacar que observamos durante nossa pesquisa empírica o frequente entrelaçamento desses migrantes recentes com a comunidade de imigrantes sírios e libaneses, que construíram uma identidade cultural no Brasil, motivada pelas migrações dos séculos XIX e XX. As relações sociais e identitárias entre essas comunidades foram enraizadas e *hifenizadas* (ex: a expressão sírio-libanês). Muitos refugiados sírios têm se identificado com o termo “brasisírio”. Além de solicitarem o refúgio no Brasil em decorrência da guerra, muitos também manifestaram o desejo de abrir um processo de naturalização no país.

A guerra na Síria representa um marco na transição vivida pelos refugiados em suas trajetórias laborais. Nesse sentido, formulamos as seguintes questões que foram problematizadas por meio das narrativas dos informantes: 1) Como era organizada a vida laboral dos deslocados vindos da Síria antes da guerra? 2) Quais as suas atuais profissões e as suas áreas de formação? 3) Mediante a transição vivida, até a chegada ao Brasil, como passaram a ser organizadas as estratégias de reinserção laboral e a sua inserção nas demais esferas da vida? 4) Os refugiados sírios sofreram algum tipo de xenofobia, discriminação ou conflitos em seus percursos laborais no Brasil, seja com brasileiros ou com a comunidade árabe estabelecida (esta última também brasileira)?

¹⁷ “Nova Lei de Migração é sancionada, mas vetos derrubam anistia e outros 19 pontos”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/25/nova-lei-de-migracao-e-sancionada-mas-vetos-derrubam-anistia-e-outros-19-pontos/>. Acesso em: 4 abr. 2021.

¹⁸ Wacquant se refere aos Estados Unidos, no entanto achamos que a ponderação pode servir para os países da América do Sul.

As ações e as representações sociais de xenofobia se intensificaram no contexto brasileiro de polarização política e de crise econômica. As narrativas apontaram um aumento de casos de xenofobia em relação à população imigrante e refugiada (as ofensivas não ocorrem somente em relação aos refugiados sírios, mas em relação a diversas nacionalidades, sobretudo de imigrantes e refugiados negros). Obtivemos acesso a essas informações por meio das narrativas dos próprios refugiados sírios, assim como por meio dos depoimentos dos gestores de ONGs, do Centro de Referência de Acolhida a Imigrantes e Refugiados e os demais informantes com quem conversamos ao longo desta investigação.

O universo da pesquisa empírica se deu em quatro capitais de estados brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. É na cidade de São Paulo que se encontra o maior número de refugiados da nacionalidade síria, e foi onde realizamos a maior parte das entrevistas. Os demais refugiados foram entrevistados nas cidades do Rio de Janeiro, Curitiba e Florianópolis. Elegemos essas capitais brasileiras para realizar a nossa pesquisa de campo pelo fato de elas também terem sido palco das migrações de massa de imigrantes sírios e libaneses nos séculos XIX e XX.

A partir de alguns casos de ações xenófobas sofridas pelos refugiados, nesta pesquisa problematizamos teoricamente a noção de *Orientalismo* de Edward Said, um intelectual palestino de matriz pós-colonial¹⁹ que trata das representações preconceituosas, essencialistas e etnocêntricas do *Oriente* pelo *Ocidente*. O autor analisa que o orientalismo foi construído pelo arcabouço material e imaterial europeu, assim como pelos Estados Unidos, no escopo de suas investidas colonialistas (SAID, 1990).

Acompanhamos a perspectiva desse autor e arriscamos inferir que o Brasil, que carrega as marcas profundas da desigualdade social e econômica e das ideologias discriminatórias – de classe, de raça, de cor – desde sua origem colonial, também incorpora e recria o xenofobismo praticado contra grupos de minorias árabes, com um imaginário essencialista e estereotipado semelhante ao que ocorre nos Estados Unidos e em muitos países da Europa. A xenofobia é, muitas vezes, praticada por meio de ações e narrativas de um imaginário cultural *orientalista* sobre a população de origem árabe. Então questionamos: Quais as bases da xenofobia produzida no Brasil governado por Jair Bolsonaro? De que forma ela está estruturada? Na Europa, Said (1991) problematizou principalmente o caso da França, por ser um país que estabeleceu laços sociais, culturais e políticos através de colônias no Oriente Médio (Síria e Líbano). Já o

¹⁹ Há muitas discussões no campo das ciências humanas e sociais sobre se Edward Said se enquadra ou não na rubrica epistemológica pós-colonial. Entretanto, o colocamos nesta matriz teórica seguindo a argumentação de pesquisadores no campo da Sociologia, como Adelia Miglievich-Ribeiro (2020).

orientalismo produzido nos Estados Unidos é politizado por meio de suas relações com Israel, pondera o autor palestino.

Nessa direção, por intermédio das narrativas dos refugiados e dos gestores das ONGs entrevistados, analisamos se a xenofobia e o racismo teriam se intensificado no contexto das migrações Sul-Sul, ou seja, as chamadas novas migrações do século XXI no Brasil.

1.1 O CASO KALIL: XENOFOBIA X SOLIDARIEDADE

Seu país não é onde você nasce, seu país é onde você é respeitado como ser humano. Esqueça a minha religião, a minha cor, a minha nacionalidade, o que nos conecta é que somos seres humanos (Kalil, 33, RJ).²⁰

Iniciamos esta tese narrando a história de Kalil, um refugiado sírio que atua no ramo de alimentos na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Copacabana. No dia 3 agosto de 2017, quando trabalhava vendendo esfirras, Kalil sofreu agressão de um brasileiro que não foi identificado. O agressor dirigiu-se a ele verbalizando as seguintes palavras: “Saia do meu país! Eu sou brasileiro e estou vendo o meu país ser invadido por esses homens-bombas miseráveis, que mataram crianças e adolescentes. São miseráveis, vamos expulsar ele”. Kalil sofreu essa agressão de um trabalhador ambulante, que carregava um bastão na mão. O homem que o agrediu chamou-o de “homem-bomba”, derrubou sua mercadoria ao chão e desferiu golpes em seu carrinho de esfirras, de forma exaltada e ameaçadora.

As pessoas em volta só olhavam, imóveis, pasmas e paralisadas. O caso gerou grande repercussão midiática.²¹ No dia 12 de agosto, várias pessoas organizaram um ato de solidariedade para comprar as esfirras de Kalil, foi tal a demanda que o homem necessitou da ajuda de alguns compatriotas para atender a fila. O ato, organizado por meio das redes sociais, foi denominado “esfirraço”²² e contou com a participação de pessoas que se deslocaram de bairros distintos da cidade do Rio de Janeiro. Além do ato de solidariedade, também foi realizada uma arrecadação de fundos para Kalil adquirir um *food truck*, que era um de seus sonhos, segundo fontes locais.

No mesmo dia, outro ato foi organizado na capital carioca, por um grupo de cerca de 20 pessoas. Esse ato, porém, foi contra os muçulmanos. Os manifestantes carregavam cartazes

²⁰ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-09/sirio-agredido-no-rio-torna-se-cidadao-honorario-e-diz-que-brasil-e-seu-pais>. Acesso em: 26 jun. 2020.

²¹ “Cariocas se mobilizam em defesa do sírio, vítima de xenofobia no Rio”. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-08/cariocas-se-mobilizam-em-defesa-de-sirio-vitima-de-xenofobia-no-rio>. Acesso em: 18 dez. 2017.

²² Esfirraço: caso Kalil. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/index.php/refugiados-as2/418-empregadores-tem-preconceito-e-pouca-abertura-a-refugiados>. Acesso em: 18 abr. 2018.

com os seguintes dizeres: “Muçulmanos assassinos, sequestradores, estupradores”, “Diga não à pedofilia, diga não ao islamismo”, “Meu Deus não é pedófilo”.²³ Na entrevista com Kalil, ele narrou o ocorrido no dia em que foi agredido pelo trabalhador brasileiro:

Todo mundo acha que o árabe muçulmano faz bomba! Há muito desse tipo de pensamento. Eu trabalhava naquela esquina ali, [Kalil nos mostrou o ponto em que ele trabalhava no outro lado da Rua Santa Clara]. No primeiro dia, eu cheguei com o meu carrinho de comida e não tiveram queixas [dos outros comerciantes da rua]. Eu conheço a rua, eu moro aqui. Daí, no dia seguinte, chegou um homem e começou a falar – vai embora daqui! Eu falei para esse homem: não fala comigo assim de forma agressiva. Não vai dar certo! Se quer que eu vá embora, eu vou! Eu entendo o português, ele falava: ah você faz bombas, você é muçulmano! E você molesta criança no seu país! Ele bateu no meu carrinho. E nesse tempo, eu fiquei muito chateado, muito triste, entendeu? Nesse dia eu não trabalhei mais, eu fui embora para casa e tudo que eu queria era ir embora do Brasil. Porque eu sempre morei aqui e ninguém nunca fez isso comigo, entendeu? Antes desse problema, eu trabalhava ali do outro lado da rua [onde aconteceu a agressão] e nunca tinha acontecido nada. Todo mundo aqui conversa comigo, as pessoas vêm aqui, me abraçam e falam: desculpa Kalil. Tem uma menina que eu conheço, que ela gravou tudo o que aconteceu [a agressão], ela entrou nessa briga – foi o que ela falou para mim. Eu falei: manda essa gravação para essa grande emissora, ela enviou, mas a emissora não respondeu. Eu falei: manda para aquela rede social, ela mandou e muitos brasileiros se solidarizaram comigo e falaram: Kalil fica aqui! Aí eu pensei: o que é isso? Eu fiquei muito surpreso entendeu? **Eu fiquei conhecido no Brasil e no mundo, até a Câmara Municipal do Rio de Janeiro me recebeu e isso tudo foi muito bom. Para mim, há casos de islamofobia no Brasil e no mundo, principalmente na Europa. Eu tenho muitos amigos brasileiros, mas tem muita brincadeira, sabe? Eles perguntam: Kalil tem bomba hoje? Eu respondo: tem bomba de carne. Eles não falam sério... entendeu? Eu só conheço o Rio de Janeiro, eu não fui para Porto Alegre ou São Paulo. O carioca, você sabe, eles gostam de música, bar, churrasco, eles são pessoas felizes... é assim que são os brasileiros (Kalil, 33, RJ, grifo nosso)²⁴.**

Em 13 de setembro de 2017, Kalil recebeu o título de Cidadão Fluminense, no Palácio Tiradentes, na sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. A homenagem foi proposta pelo deputado estadual Wanderson Nogueira, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). O deputado afirmou que o Rio de Janeiro já foi referência nacional em acolhimento de refugiados e que o estado precisava retomar esse papel. Kalil também recebeu homenagem da escola de samba Portela, que levou para a passarela o tema das migrações e convidou-o para participar do desfile na Avenida Marquês de Sapucaí. O comerciante se disse surpreso e feliz com o convite: “Me esperem na Sapucaí, em 2018”, disse, emocionado.²⁵

Vamos descrever Kalil em algumas palavras: ele gosta de conversar com as pessoas que passam na rua. Bem apessoado, é também considerado uma pessoa querida pelos que

²³ “‘Sai do meu país!’: agressão a refugiado expõe xenofobia no Brasil”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/saia-do-meu-pais-agressao-a-refugiado-no-rio-expoe-a-xenofobia-no-brasil/>. Acesso em: 26 jun. 2020.

²⁴ Entrevista concedida por Kalil em 10 de setembro de 2019 na cidade do Rio de Janeiro.

²⁵ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-09/sirio-agredido-no-rio-torna-se-cidadao-honorario-e-diz-que-brasil-e-seu-pais>. Acesso em: 26 jun. 2020.

frequentam a Rua Santa Clara, em Copacabana. Acabou a mercadoria, ele vai embora. Ao saber de nossa pesquisa, Kalil logo se prontificou a conversar conosco.

Assim que chegamos ao Rio de Janeiro, pegamos um táxi e fomos direto para Copacabana ao encontro de Kalil. Chegando lá, por volta das 17 horas, não encontramos seu carrinho de salgados. Já era tarde, o voo tinha atrasado e ainda tivemos que fazer o registro de entrada em um hotel no centro da cidade. Demorou muito até chegarmos ao encontro, pois enfrentamos o trânsito de uma grande metrópole. O fato de Kalil não se encontrar mais no local que havíamos marcado nos deixou decepcionadas e apreensivas em um primeiro momento, pois tínhamos apenas cinco dias para realizar nossa pesquisa de campo na cidade. Pensamos: se tivermos sorte, quem sabe conseguimos outra entrevista com outro refugiado.

A rua em que Kalil trabalha com o seu carrinho de salgados é bastante movimentada, com muitos bares e lojas glamorosas, típicas de um bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro, próximo da orla de Copacabana. Então fomos até um bar, na mesma rua em que Kalil trabalha, frequentado pela elite do bairro. Havia muitos homens de meia-idade e idosos tomando cerveja, jogando cartas e conversando. Resolvemos perguntar se alguém conhecia Kalil. Logo o proprietário do bar e os próprios clientes falaram que o conheciam, e que naquele horário (às cinco da tarde), ele já teria vendido todos os seus salgados e ido embora. Kalil é bem conhecido no bairro e todos conhecem a sua história. Um dos frequentadores do bar nos falou: “Kalil ficava com o seu carrinho naquela esquina – e o safado que o agrediu ficava bem ali, foi uma injustiça muito grande o que fizeram com ele”. No dia seguinte, nos programamos para ir até o encontro de Kalil, em tempo hábil para realizar a entrevista.

Fotografia 1 – Carrinho de Kalil – Copacabana – Rio de Janeiro



Fonte: Imagem produzida pela autora – set. 2019.

Fotografia 2 – Atendimento ao público de Kalil – Copacabana – Rio de Janeiro



Fonte: Imagem produzida pela autora – set. 2019.

Fotografia 3 – Homem que agrediu Kalil em Copacabana, 2017 – Rio de Janeiro



Fonte: *Folha de S.Paulo*. Imagem produzida por Francisco Guimarães Costa²⁶.

²⁶ “Refugiado sírio é agredido enquanto vendia esfirras no Rio”. Disponível em: m.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1907136-refugiado-sirio-e-agredido-enquanto-vendia-esfirras-no-rio-veja-video.shtml. Acesso em: 1 jul. 2020.

2 A ESTRATÉGIA METODOLÓGICA DA PESQUISA

2.1 ESTADO DA ARTE – AS PESQUISAS SOBRE A PRESENÇA DOS REFUGIADOS SÍRIOS NO BRASIL

Nossa estratégia para construir um “estado da arte” da produção acadêmica sobre a presença dos refugiados sírios no Brasil consistiu na investigação detalhada dos bancos de teses, dissertações e artigos dos principais acervos digitais das universidades brasileiras. Foram pesquisados o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, o banco de dados da Scielo, os sítios da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), além de outros materiais produzidos em encontros e congressos das Ciências Sociais e Humanas.

Nesta pesquisa inferimos que a produção bibliográfica sobre a presença dos refugiados sírios no Brasil ainda é incipiente. Encontramos pesquisas que datam de 2012 a 2018. As palavras-chave aplicadas na consulta foram: “refugiados sírios”, “refugiados sírios no Brasil”, “refugiados e redes”, “trajetórias laborais e refugiados”. Ressalta-se que o tema não se acha esgotado, pois se trata de percursos migratórios que estão acontecendo e que estão distantes de um desfecho.

Verificamos um total de 26 publicações, sendo 10 dissertações, 3 teses e 13 artigos. As dissertações foram produzidas nas seguintes instituições de ensino superior: Universidade de São Paulo – USP (5), Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (2), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (1) e Universidade Federal do Espírito Santo – UFES (1). Das três teses consultadas, duas são da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar e uma da Unicamp, sendo que duas delas se encontram em andamento. Entre os 13 artigos consultados, um foi encontrado no repositório da ANPOCS (41º Encontro Anual), outro no sítio da SBS (18º Congresso Nacional), dois em repositórios de encontros: “Encontro Regional Sul da História da Mídia” (15 e 17 de junho de 2016, Ponta Grossa – PR) e “Seminário Migrações Internacionais, Refúgio e Políticas” (12 de abril de 2016 – SP) e os demais nas revistas: *Dignidade* (PUC-RJ), *REI – Revista de Estudos Internacionais* (UEPB, Campina Grande – PB), *Argumentum* (UNIMAR – SP), *Revista Diáspora: Oriente Médio e Norte da África* (revista eletrônica – NEOM, PPGA/UFF), revista *Oikos* (UFRJ) e *Projeto História* (PUC-SP).

Considerando as áreas de publicação, temos o seguinte levantamento: áreas de Letras e Letras Orientais e Saúde Pública, com duas dissertações cada; áreas de Ciências Sociais,

Administração, Serviço Social, Direito, Relações Internacionais, Demografia, Ciência Política, com uma dissertação cada; áreas de Letras (Estudos Linguísticos), Demografia e Sociologia, com uma tese cada. Quanto aos artigos, encontram-se nas respectivas áreas: Sociologia (4); Relações Internacionais (3); Jornalismo e Antropologia (2); Direito e Economia Política Internacional (1). As pesquisas de mestrado e doutorado, assim como os artigos supracitados, discutem em âmbito geral como são configuradas as redes (étnicas, sociais, religiosas e institucionais) de apoio aos refugiados (BARBOSA, 2017). Outros assuntos verificados foram: os processos de integração; o acolhimento e a inserção social dos refugiados na sociedade brasileira; os processos de adaptação à nova vida no Brasil; as políticas e acordos internacionais para os refugiados; as condições de vida da população imigrante e refugiada síria e as suas configurações familiares; a questão sobre o novo contexto social, linguístico, cultural e político desses imigrantes (CALEGARI, 2014; CASTRO, 2016; PUCCI, 2017; SÃO BERNARDO, 2016; ANUNCIAÇÃO, 2017). Outras pesquisas trazem análises de gênero, trabalho e saúde; o cuidado da saúde bucal e corporal dos refugiados e exilados; a discussão da inserção laboral de mulheres imigrantes e refugiadas; itinerários e “modos de fazer a vida” de várias nacionalidades na cidade de São Paulo (WEINTRAUB, 2012; ALVES, 2013; ANDRADE, 2014).

As metodologias aplicadas nas pesquisas identificadas nas fontes consultadas foram, em maior parte, as de tipo qualitativo, constituindo-se de estudos em fontes bibliográficas, fontes documentais, etnográficas, observação participante, grupos focais, histórias de vida, aplicação de questionários, entrevistas em profundidade e semiestruturadas.

Após a consulta aos repositórios das universidades brasileiras é legítimo argumentar que a produção bibliográfica sobre a temática dos refugiados sírios no Brasil deve ser ampliada, tendo por foco investigações que abordem as condições de integração (demandas por inserção) no tecido social brasileiro, identificando suas estratégias de sobrevivência, sobretudo os itinerários seguidos de inserção laboral.

Ainda, nesse percurso investigativo, os temas que mereceriam ser abordados em novas pesquisas são: 1) manifestações de racismo, xenofobia e islamofobia contra imigrantes e refugiados; 2) as dinâmicas transnacionais das migrações do século XXI, sobretudo as migrações advindas do Sul Global, atribuindo maior visibilidade aos novos fluxos migratórios no tecido social brasileiro. Trata-se, afinal, de (re)construir um olhar sobre o Brasil, criando uma perspectiva a respeito de quais são os valores que ganham maior comparecimento nas trajetórias migratórias e laborais vivenciadas pelos informantes em questão, os de acolhimento e tolerância ou de exclusão e intolerância religiosa, cultural, social e política.

2.2 AS ENTREVISTAS NARRATIVAS

As narrativas são representações e experiências de mundo e não estão sujeitas a comprovação, pois adentramos no “reino das subjetividades”, não são julgadas como relatos verdadeiros ou falsos (GOMES, 2002, p. 132). Elas revelam a compreensão de vivências individuais de um contexto social, temporal e espacial de um período histórico, levando em consideração que as histórias individuais fazem parte de uma história coletiva, a chamada “subjetividade coletiva”. No procedimento narrativo, o presente, o passado e o futuro são estruturados e é nesse momento que o informante pode fazer projeções futuras e ressignificar o passado. As narrativas também lidam com a paralinguística, ou seja, aspectos não verbais da comunicação oral, as pausas, o ritmo da narração, os silêncios e, sobretudo, o não dito (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2000).

A análise das entrevistas narrativas é separada entre o material indexado e não indexado. O primeiro diz respeito às informações sobre as ações concretas dos indivíduos e os acontecimentos, tais como: onde, quando e o porquê dos acontecimentos (essas informações são de caráter coletivo). Já o material não indexado diz respeito à dimensão subjetiva do informante, os seus juízos, os seus valores e os conhecimentos adquiridos durante a sua vida, ou seja, o *habitus* (BOURDIEU, 2007). Logo, o conteúdo indexado refere-se às trajetórias individuais frente aos acontecimentos de ordem macrosocial.

Na dimensão subjetiva das narrativas (o conteúdo não indexado) se reúnem as trajetórias individuais, identificando-se suas semelhanças, para então se ter um conhecimento sobre as trajetórias coletivas (SHÜTZE, 2010). O procedimento narrativo combina história e o contexto sócio-histórico, aqui a ideia é a compreensão dos sentidos atribuídos pelos indivíduos, a produção de possíveis modificações das concepções individuais que justifiquem suas ações, as perspectivas e estratégias para o futuro (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2000). As narrativas são depoimentos em profundidade de temas específicos, por meio da história de vida dos entrevistados, e ao mesmo tempo se entrecruzam com o contexto presente.

Há no procedimento metodológico das narrativas um processo de interlocução entre entrevistado e entrevistador, trata-se de um processo dialógico (BAKHTIN, 1999; FREIRE, 1995). Nessa perspectiva, a história de vida surge através da interação e da troca entre os interlocutores. Para Lukács (1965), há uma diferença entre a estrutura narrativa e a descrição. O filósofo húngaro analisou a literatura de autores que escreveram contos que expuseram também as transformações do seu tempo histórico. Portanto, ele corrobora com uma posição crítica daquele que escreve o enredo, no que diz respeito à vida e aos problemas sociais. Já

numa análise restrita somente à descrição, o autor se encontraria em uma posição de mero espectador. Ao analisar a obra de Balzac, Lukács (1965, p. 47) afirma: “O drama das figuras principais é, ao mesmo tempo, o drama das instituições, no quadro das quais elas se movem, o drama das coisas com as quais elas convivem, o drama do ambiente em que elas travam as suas lutas e dos objetos que servem de mediação às suas relações recíprocas”.

Nessa direção, atribuímos as narrativas dos nossos informantes aos “dramas sociais”, conceito desenvolvido por Victor Turner (1996). Na definição do autor, dramas sociais são:

Uma sucessão encadeada de eventos entendidos como perfis sincrônicos que conformam a estrutura de um campo social a cada ponto significativo de parada no fluxo do tempo [...] representam uma complexa interação entre padrões normativos estabelecidos no curso de regularidades profundas de condicionamento e da experiência social e as aspirações imediatas, ambições ou outros objetivos e lutas conscientes de grupos ou indivíduos no aqui e no agora (TURNER, 1996, p. XXI-XXII).

A noção de dramas sociais constitui-se pelo cruzamento dos padrões estruturais institucionais, as vivências e absorções sociais dos atores individuais e coletivos, assim como os conflitos inerentes às conformações institucionais. Conforme Walter Benjamin (1975), a narração tem como desígnio a transformação do tempo presente, a relação entre a história e o tempo ganham uma outra ordenação: não há uma linearidade para a história e tampouco uma circularidade da hermenêutica. Para Benjamin, a história é contada a “contrapelo”, ou seja, vai em direção contrária à ideia de progresso.

Benjamin é um crítico das experiências insignificantes na modernidade capitalista, porque se tem uma perda massiva da experiência, o que ele entende como uma marca da cultura enraizada na tradição coletiva. A vida moderna é marcada pela repetição, os indivíduos se comportam apenas de forma reativa e a memória é eliminada (KRAMER, 2008). Nessa perspectiva, “é como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIN, 1975, p. 198). O contexto da modernidade capitalista eliminaria a capacidade de narrar dos indivíduos, a narrativa seria a “verdadeira ponte entre passado e presente, indivíduo e tradição, passado individual e coletivo” (KRAMER, 2008, p. 19). Para Benjamin:

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de adesão – no campo, no mar e na cidade –, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada, como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim, se imprime na narrativa a marca do narrador. Como a mão do oleiro na argila do vaso. Os narradores gostam de começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir [...] (BENJAMIN, 1975, p. 205).

Segundo o sociólogo alemão, é por meio do desmoronamento das experiências coletivas que se elimina a arte de narrar, é daí que surge a necessidade de o indivíduo rememorar, dá-se então a importância da linguagem narrativa (KRAMER, 2008). O potencial metodológico das narrativas para os estudos migratórios consiste não apenas na captação da perspectiva subjetiva e da ação social do informante, mas reside na ideia da “reconstrução de mundos da vida em geral e da aplicação de seus resultados, na busca de respostas para questões originadas na práxis social” (ROSENTHAL, 2014, p. 212).

A pesquisa biográfica, ao tratar do percurso da vida dos indivíduos, considera desde a sua origem, assim como a (re)construção da vida presente dos informantes. Assim, a compreensão das fases da vida do indivíduo e, no caso desta investigação, do processo migratório “só pode ser realizada quando a estrutura – isto é – a *Gestalt* – da história de vida e a narrativa de toda vida tiver sido apreendida” (ROSENTHAL, 2014, p. 217). Se tomarmos uma breve explicação sobre a análise biográfica no procedimento narrativo, teremos que adentrar (mesmo de forma incipiente) na psicologia social. Por exemplo, as ações e as experiências dos indivíduos devem ser olhadas em sua relação de interdependência. Analisamos, a partir da biografia do indivíduo (pertencente a um grupo), “o tipo de unidades que se formam, que espécie de centro têm as unidades, e que princípios governam o todo” (ASCH, 1966, p. 57).

Quando o pesquisador coloca em operação o processo da “escuta ativa”, ele analisa a vida do informante em cada aspecto do seu universo social, seja ele primário ou secundário. Em um segundo momento, ele faz uma interpretação do que representam as ações e as experiências vivenciadas pelos indivíduos. Nessa perspectiva, “para compreender uma pessoa, precisamos vê-la em seu ambiente, no contexto de sua situação e dos problemas que está enfrentando” (ASCH, 1966, p. 57). É por meio das narrativas que conhecemos não somente a vida pregressa do informante, mas a vida presente e as expectativas sobre o seu futuro:

Até mesmo relatos ficcionais do falante, isto é, relatos que jamais tiveram lugar e que costumam servir para mascarar determinadas vivências ou “reescrever” a própria biografia, possuem um conteúdo de realidade, no sentido de que, por um lado, atuam na construção da realidade presente e, por outro, contêm resquícios da realidade ou da história passada que é ignorada (ROSENTHAL, 2014, p. 219).

Destarte, mesmo que as narrativas não lidem com verdades expressas pelos informantes, apresentam um valor heurístico das representações sociais, que constituem relatos valiosos para a interpretação da realidade social e política de um tempo histórico. Nessa direção, o procedimento das narrativas com enfoque biográfico tem como prisma analisar fenômenos sociais, como os processos migratórios, e “situá-los na biografia individual tomada

integralmente, em uma inter-relação constitutiva entre indivíduo e sociedade” (ROSENTHAL, 2014, p. 221). Rosenthal aponta para a existência de uma premissa inseparável entre micro e macro no procedimento narrativo:

Biografia individual e a história social – realidade subjetiva e realidade coletiva – se implicam mutuamente; a biografia, em seu processo concreto de desenvolvimento, mas também quando reexaminada pelo entrevistado a partir do momento presente, é sempre dual, produto ao mesmo tempo individual e coletivo (ROSENTHAL, 2014, p. 224).

Nessa perspectiva de análise, consideramos as histórias de vida dos refugiados sírios e seus percursos desde a sociedade de partida até a sociedade de acolhida. Analisamos os percursos migratórios pela ótica do sujeito, sem desconsiderar as condicionantes estruturais e estruturantes do processo histórico, social e político do contexto vivido (SILVA, 2005). A análise biográfica, por meio das narrativas, tem o objetivo descrito por Muñoz:

Seu interesse é que ele permita que os pesquisadores sociais se situem naquele ponto crucial de convergência entre: 1. O testemunho subjetivo de um indivíduo à luz de sua história de vida, suas experiências e sua visão particular; 2. A formação de uma vida que é o reflexo de uma época, de normas e valores sociais essencialmente compartilhados com a comunidade da qual o sujeito faz parte (MUÑOZ, 1992, p. 44, tradução nossa).

Seyferth (2005, p. 16) sugere que a perspectiva narrativa concebe a ideia de uma “dependência recíproca entre indivíduo, organização e cultura, que se reflete na ação social, sendo a atitude definida como contraparte individual de um valor social”. A autora ainda pondera que essa ideia considera a ação social no sentido weberiano, porque reflete a iniciativa do outro e os seus valores.

Nessa direção, Seyferth (2005, p. 17) explica que a consequência dessa compreensão para os estudos migratórios “é o fato de esta produzir mudanças, tanto nos valores sociais, como nas atitudes individuais (ou grupais), a partir de um processo de desorganização (na transferência de uma sociedade para outra) e reorganização social”.

Nesse sentido, analisar a biografia do refugiado do ponto de vista sociológico é analisar a memória do indivíduo inerente ao contexto social de mudanças. Seyferth (2005, p. 44) observa que “o relato biográfico nem sempre é ilusório, embora qualquer exercício memorialístico tenha alta carga de subjetividade”. No entanto, biografias, cartas ou outros documentos são fontes válidas, entretanto a sua aplicação “na análise de processos sociais não pode se limitar a uma série de acontecimentos associados a um ‘sujeito’”. Como observa Bourdieu sobre a história de vida:

Os acontecimentos biográficos definem-se antes como alocações e como deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em

jogo no campo considerado. [...] não podemos compreender uma trajetória (ou seja, o **envelhecimento social** que, ainda que inevitavelmente o acompanhe, é independente do envelhecimento biológico), a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou; logo, o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes do campo e que se defrontaram no mesmo espaço de possíveis (BOURDIEU, 2011, p. 82, grifo nosso).

A partir da análise de Bourdieu (2011), não é possível compreender os relatos biográficos por meio da história de vida dos indivíduos sem contextualizá-los na “realidade social que as produziu, pois não são um fim em si mesmos” (SEYFERTH, 2005, p. 44). Isso quer dizer que os relatos biográficos ganham sentido sociológico quando são confrontados às transformações sociais de uma época. Dessa forma, a análise do percurso migratório é individual e coletiva. O indivíduo que se desloca, antes de ser um imigrante, é um emigrante (um duplo movimento). As relações construídas na sociedade de acolhida são, em grande medida, construídas na sociedade de saída (SAYAD, 1998).

É nesse duplo movimento que Abdelmalek Sayad (1998) vê a movimentação migratória como um fato social completo. Há que se compreender nos processos migratórios os contextos de partida e os lugares de chegada, porque são confrontados na sociedade de acolhida. O migrante está inserido em dois universos sociais cognitivos e é confrontado com as transformações do mundo social no qual é inserido. Há uma transmutação de esquemas mentais cognitivos, os modos de pensar e de agir, que são desmoronados devido à mudança de idioma; ou seja, um processo migratório de movimento duplo (SAYAD, 1998). O fenômeno social migratório é complexo e permite uma multiplicidade de análises que vai ao encontro das Ciências Sociais, apresentando-se como um fato social total. Assim, “falar da imigração é falar da sociedade como um todo” (SAYAD, 1998, p. 15-16).

O percurso do imigrante é visto em sua totalidade e demanda aportes teóricos de outras ciências sociais. Esta perspectiva metodológica requer, também, a análise do imigrante em sua totalidade, considerando as relações exteriores (objetivas) e interiores aos indivíduos (subjetivas). Nessa mesma direção se concebe a “migração como um processo social e os migrantes como agentes desse processo” (SILVA, 2005, p. 54; SAYAD, 1998; WEIB, 2018).

2.3 A PESQUISA DE CAMPO

Para a elaboração desta pesquisa, além das entrevistas narrativas realizadas com os nossos interlocutores principais, os próprios refugiados, e de entrevistas feitas com outros informantes-chave vinculados a instituições de acolhimento, lançamos mão também de fontes secundárias, por meio de consulta ampla ao referencial teórico das Ciências Sociais e Humanas

sobre a temática das migrações. Ademais, foi realizada uma ampla pesquisa em fontes documentais dos Organismos Internacionais (as Agências Oficiais das Nações Unidas – ONU), os relatórios do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) (Itamaraty). Foi nessa pesquisa documental em profundidade que obtivemos um amplo estudo sobre o marco legal das migrações no Brasil, assim como o conhecimento da dinâmica do Instituto Jurídico do Refúgio. Apresentamos ainda alguns mapas e quadros sobre o fluxo migratório e a presença dos refugiados sírios no Brasil.

Em nosso campo de pesquisa, entrevistamos 20 refugiados de nacionalidade síria, dos quais 3 são mulheres. Entrevistamos 10 refugiados na cidade de São Paulo, 2 na cidade de Curitiba, 3 na cidade do Rio de Janeiro e 5 na cidade de Florianópolis. A fim de proteger a identidade dos entrevistados, mantivemos todos os participantes da pesquisa no anonimato, com nomes fictícios; mesmo no caso de Kalil, cuja identidade ganhou domínio público, optamos por mantê-la no anonimato ao longo das próximas páginas, quando registramos suas narrativas. Os refugiados sírios entrevistados chegaram ao Brasil entre 2012 e 2016.

Também foram entrevistados dois gestores de ONGs: um diretor de Comunicação da Caritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP) e um diretor do Instituto Adus²⁷. Ainda, entrevistamos a diretora do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI-SP)²⁸, uma pesquisadora especialista em Oriente Médio (ambas na cidade de São Paulo) e um *Shaykh*, líder de uma mesquita²⁹, na cidade de Florianópolis. Ao todo, foram 25 entrevistas.

No Quadro 1, nas próximas páginas, mostramos os perfis dos 20 refugiados entrevistados.

²⁷ O Instituto Adus de Reintegração do Refugiado é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), fundada no ano de 2010, e atua no acolhimento aos refugiados e imigrantes que foram afetados por migrações forçadas e vivem na cidade de São Paulo. Esta OSCIP atua no trabalho de reintegração do refugiado. Oferece cursos de língua portuguesa (tão imprescindível para os refugiados), orienta em relação às formas de acesso ao mercado laboral e sobre questões jurídicas. O instituto também possui um projeto “mente aberta”, no qual os(as) refugiados(as) podem ministrar aulas de inglês, árabe, francês e espanhol. Disponível em: <http://www.adus.org.br/sobre>. Acesso em: 27 abr. 2020.

²⁸ O Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI) é um órgão público da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura Municipal de São Paulo. Oferece apoio especializado e multilíngue para imigrantes e refugiados. Atua no trabalho sobre orientações de regularização migratória e o acesso a direitos sociais, orientação jurídica e serviço social, assim como, no encaminhamento de denúncias de violações de direitos humanos. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/crai/. Acesso em: 8 jun. 2020.

²⁹ Nas recentes migrações dos refugiados sírios ao Brasil, a maioria professa a religião islâmica. Embora existam outras religiões entre eles, há também aqueles que se denominam sem religião. Nos fins do século XIX e meados do XX, a religiosidade dos imigrantes sírios e libaneses que chegaram ao Brasil era majoritariamente católica (65%). Os ortodoxos gregos constituíam 20% e os muçulmanos apenas 15% (LESSER, 2001, p. 97). No século XIX, imigraram para o Brasil povos sírios, libaneses e palestinos (HAJJAR, 1985).

Quadro 1 – Perfil dos refugiados entrevistados

NOME	Local de Nasc./Etnia	Idade/sexo	Religião	Formação/Habilitação	Estado civil	Ocupação na Síria	Entrada no Brasil	Ocupação no Brasil	Residência atual
ZAIM	Alepo/ Síria	29/M	Islâmica	Superior/ Design	Solteiro	Engenheiro de Computação	2014	Secretário geral da Sociedade Beneficente Muçulmana	Santo André – SP
NAIM	Damasco/ Síria	45/M	Islâmica	Superior/ Eng. Mecânica	Casado	Engenheiro	2013	Ramo de alimentos e com. de roupas na feira da madrugada, no Brás – SP	Campo Belo – SP
AYSHA	Damasco/ Síria	29/F	Islâmica não praticante	Superior/ Arqueologia	Solteira	Arqueóloga – Museu Nacional de Damasco	2016	Maquiadora e tradutora	São Paulo – SP
MUSTAFÁ	Damasco/ Palestino- Sírio	34/M	Islâmica	Superior incomp. / Contabilidade	Casado	Comerciante	2015	Vendedor/loja de roupas	Florianópolis – SC
JESUS	Damasco/ Síria	28/M	Islâmica	Superior incomp. / Economia	Divorciado	Comerciante/ Autônomo	2015	Modelo, marketing digital professor de Árabe, motorista de aplicativo, pequeno empresário	Florianópolis – SC
SAFIRA	Damasco/ Síria	31/F	Islâmica	Superior/ Designer de Moda	Casada	Designer de Moda	2015	Ramo de alimentos (comida árabe), maquiadora e tatuadora de <i>henna</i>	Florianópolis – SC
OMAR	Damasco/ Síria	32/M	Islâmica	Superior incompleto/ Sistema de informação	Solteiro	Comerciante de Motos	2014	Funcionário em restaurante de comida árabe	Florianópolis – SC
YASSER	Damasco/ Síria	36/M	Islâmica	Superior/ Administração e Gestão	União estável	Gerente em loja de telecomunicações	2014	Ramo de comida árabe (itinerante)	Florianópolis – SC
KALIL	Damasco/ Síria	35/M	Islâmica	Superior/ Direito	Divorciado	Empresário do ramo de alimentos	2015	Ramo de comida árabe (itinerante)	Rio de Janeiro – RJ
ABDOULA Y	Alepo/ Síria	29/M	Islâmica	Superior/incomp. / Administração	Solteiro	Empresário/telecom unicações	2014	Ator, autônomo/ empreendedor/ONG	São Paulo – SP
TARIK	Damasco/ Palestino- Sírio	29/M	Islâmica	Segundo Grau/ Técnico – chefe de cozinha	Solteiro	Empresário ramo de comida Árabe	2013	Empresário ramo de comida árabe	São Paulo – SP
HARAAM	Damasco/ Palestino- Sírio	33/M	Islâmica	Segundo Grau/ Cabeleireiro	Solteiro	Cabeleireiro	2015	Garçom – Centro cultural e político árabe	São Paulo – SP

ALI	Damasco/ Síria	34/M	Islâmica	Segundo Grau	Solteiro	Ramo de comida Árabe	2014	Empresário ramo de comida árabe	São Paulo – SP
AZIZ	Damasco/ Síria	34/M	Islâmica	Superior incompleto/ Jornalismo	Solteiro	Jornalista	2015	Ator e empreendedor/ coordenador de ONG	São Paulo – SP
JAMAL	Damasco/ Síria	38/M	Islâmica	Superior/ Engenharia de Computação	Casado	Engenheiro de computação	2014	Engenheiro de computação. Funcionário em estabelecimento.	São Paulo – SP
JAMIL	Alepo/ Síria	37/M	Islâmica	Superior/ Engenharia de Computação	Solteiro	Funcionário de loja de carros/ Contabilidade	2014	Funcionário de estacionamento de veículos	São Paulo – SP
SAMIRA	Damasco/ Síria	25/F	Ateia	Superior em andamento/ Astronomia (UFRJ)	Solteira	Estudante	2014	Professora de Inglês e Árabe/ ONG	Rio de Janeiro – RJ
ADIL	Alepo/ Síria	26/M	Ateu	Superior em andamento/ Relações Internacionais (UFRJ)	Solteiro	Estudante e funcionário em fábrica de medicamentos	2012	Professor de árabe em ONG	Rio de Janeiro – RJ
MOURAD	Alepo/ Drusa	29/M	Ateu	Superior/ Jornalismo e Direito – Pós- graduação em Direito Internacional (UFPR)	União estável	Jornalista e advogado	2015	Estudante/ padeiro/construção civil (pedreiro)/Escritório de advocacia	Curitiba – PR
NAZIR	Alepo/ Síria	55/M	Islâmica	Superior/ Medicina	Casado	Médico	2016	Empresário (loja confeção)	Curitiba – PR

Fonte: Elaboração própria.

As trajetórias laborais dos refugiados sírios no Brasil são marcadas por atividades que estão aquém de suas áreas de formação e de sua escolaridade. Como pode-se verificar no Quadro 1, a maioria possui uma boa escolaridade, muitos de nível superior. Antes da guerra na Síria, a maioria dos entrevistados atuava em suas áreas de formação, contudo, após chegarem ao Brasil, tiveram que atuar em atividades laborais diversas, algumas bastante precárias. O refugiado palestino-sírio Haraam, de 33 anos, era cabeleireiro na Síria, mas no Brasil não conseguiu trabalho em sua área de atuação. Vejamos um trecho de sua entrevista:

Eu trabalhava de cabeleireiro lá na Síria, no Líbano eu também trabalhei. Aqui no Brasil eu fiz o meu currículo e mandei para muitos salões aqui em São Paulo [cidade] e todos eles falam para mim: espera que a gente vai ligar para você. Eu esperei seis meses, um ano, mas eu precisei e preciso trabalhar aqui no Brasil. Nenhum salão me ligou. Eu trabalhei depois lá no *Al Janiah* (centro cultural, político e bar árabe em SP), eu ainda trabalho lá, agora, mas eu peguei alguns dias de descanso. Eu trabalho lá de garçom, o meu irmão trabalha de cozinheiro lá (Haraam, 33, SP, grifo nosso)³⁰.

Dos 20 refugiados entrevistados, 10 possuem nível superior completo, 5 possuem nível superior incompleto, 2 possuem nível superior em andamento e 3 concluíram o Ensino Médio na Síria. Pode-se observar que os nossos informantes possuem formações variadas, tais como: Arqueologia, Design, Design de Moda, Engenharia Mecânica, Engenharia de Computação, Contabilidade, Administração e Gestão, Sistemas de Informação, Direito, Jornalismo e Medicina. Dois refugiados entrevistados na cidade do Rio de Janeiro estão realizando o curso superior de graduação: Adil cursa Relações Internacionais e Samira Astronomia, ambos pela UFRJ. Os dois também trabalham em uma ONG, lecionando os idiomas árabe e inglês na cidade do Rio de Janeiro.

Alguns entrevistados relataram que, no momento em que começou a guerra na Síria, estavam cursando suas respectivas faculdades e tiveram que interrompê-las. Então, trataram de traçar estratégias a fim de sair da região do conflito, porque sabiam que, mais cedo ou mais tarde, seriam recrutados para atuar na guerra pelo governo sírio.

Entre os 20 refugiados entrevistados, apenas um atua na mesma área de formação em que atuava na Síria. É o caso de Jamal, um engenheiro de computação e empregado por uma multinacional. Ele já chegou ao Brasil com toda a sua família. Dos 20 entrevistados, nove atuam no Brasil no ramo de comida árabe, sendo que apenas dois (que já atuavam no ramo de alimentos na Síria, antes da guerra) têm um ponto comercial fixo de comércio de comida, ambos na cidade de São Paulo.

³⁰ Entrevista concedida por Haraam no dia 8 de outubro de 2019 na cidade de São Paulo.

Os outros entrevistados que atuam no ramo de alimentos fazem comida em casa para vender, são itinerantes, ou trabalham como funcionários em restaurante de comida árabe. Há também o caso de Kalil, na cidade do Rio de Janeiro, que trabalha com o seu carrinho de salgados árabes na Rua Santa Clara, em Copacabana. Outro entrevistado, Zaim, realiza várias atividades na Sociedade Beneficente Muçulmana da cidade de São Paulo. Duas refugiadas, Safira e Aysha, atuam como maquiadoras, sendo que a primeira também é tatuadora de *henna* e a segunda também é tradutora (da língua árabe). Aysha possui formação superior em Arqueologia e era responsável pelo Museu Nacional de Damasco antes da guerra. Um dos entrevistados, Jesus, vive na cidade de Florianópolis e trabalha como motorista de aplicativo, modelo fotográfico e empreendedor autônomo (chamou-nos atenção a quantidade de atividades laborais que o mesmo realiza para viver no Brasil).

Jamil trabalha como manobrista em uma rede de estacionamentos na cidade de São Paulo. Em Aleppo, sua cidade natal, localizada no norte da Síria, trabalhava realizando a contabilidade de uma concessionária de carros de luxo. Eis um trecho de sua entrevista:

Aí um dia o proprietário [da rede de estacionamentos na cidade de São Paulo] perguntou para mim: você dirige? Eu respondi: sim, eu dirigia Mustang na Síria! Ele perguntou: você quer trabalhar em um estacionamento? Ele me mandou para um estacionamento superlotado, eu trabalhava no caixa e ajudava a manobrar os carros. Eu trabalhava das oito da manhã até as seis da tarde (Jamil, 37, SP, grifo nosso)³¹.

Os relatos de Jamil chamaram bastante nossa atenção, pela quantidade de trabalhos precários e insalubres que realizou, desde sua saída da região do conflito na Síria, depois trabalhando no Líbano, Jordânia, Malásia, Turquia, até finalmente conseguir o visto humanitário para o Brasil em 2014. Na quarta parte desta tese, no tema sobre a precarização da vida e as redes de solidariedade, nos debruçamos com mais detalhes sobre a emblemática trajetória de Jamil.

Mustafá trabalha em uma loja de confecção de roupas em Florianópolis. Já Nazir é proprietário de uma loja de confecção de roupas infantis e para adultos na cidade de Curitiba. Alguns dos nossos entrevistados, mesmo que atualmente não trabalhem no ramo de comida árabe, quando chegaram ao Brasil também atuaram no ramo de alimentos. Alguns trabalharam até vendendo água na rua, como foi o caso de Tarik:

Então, eu pesquisei o endereço de uma mesquita no Brasil [quando chegou ao Brasil no ano de 2013], porque pelo menos alguém falaria árabe comigo. Eu comprei a minha passagem e cheguei aqui em uma sexta-feira à noite e estava acontecendo a última oração na mesquita, se eu chegasse dez minutos depois eu não acharia ninguém. Eu conversei com a galera lá, aí me indicaram um hotel e eu fiquei o primeiro dia, mas

³¹ Entrevista concedida por Jamil no dia 12 de outubro de 2019 na cidade de São Paulo.

eu não vim para passear, eu vim para trabalhar. **Eu tinha no bolso 500 dólares e no primeiro dia no Brasil eu já gastei 300 dólares. Era hotel, táxi, comida, eu não sabia falar a língua. No dia seguinte [para alugar um lugar] me falaram: Ah, tem que ter um fiador, tem que ter carteira de trabalho, tem que ter documento, tipo, para me ajudar aqui só Deus mesmo! Ninguém me ajudou aqui. Um dia passou um cara que estava vendendo água na rua, eu perguntei a ele: você está vendendo água? Precisa de carteira de trabalho? Ele me perguntou: mas você vai vender água? Eu falei: eu vendo, eu vendo qualquer coisa, porque eu preciso viver. [...]** Eu cheguei em Guarulhos e fui à mesquita do Pari, eles me levaram até o hotel em dois minutos e foram embora. Então eu comecei a trabalhar vendendo água na rua, depois eu vendia roupas no Brás, nas feiras, no Rio de Janeiro, ia para outros lugares também. Depois eu comecei a trabalhar em vários restaurantes, fazendo lanches. Na verdade, nesses restaurantes de donos árabes, eles aproveitam que a gente chega sem documento, sem nada e nem falamos a língua, aí muitos não querem pagar salário. Eu trabalhei em dois ou três restaurantes da comunidade árabe aqui no Brasil e depois comecei trabalhando com as barracas de comida nas feiras nos *food parks* (Tarik, 29, SP, grifo nosso)³².

A trajetória migratória do palestino-sírio Tarik é compartilhada por alguns refugiados sírios, também muçulmanos, que quando chegaram ao Brasil, sem saber falar uma palavra em português, procuraram a comunidade árabe estabelecida. Chegaram com pouco dinheiro, normalmente com as economias que juntaram trabalhando nos países vizinhos da Síria, no Oriente Médio. Muitos também passaram pela Turquia antes de chegar ao Brasil.

Um relato compartilhado por muitos foi a dificuldade que tiveram para alugar um imóvel no Brasil, pois todos os locatários exigiram fiador. Outra dificuldade diz respeito à necessidade urgente em saber o idioma português para conseguirem um trabalho.

Mourad, que possui formação em Jornalismo e Direito (cursados na Síria), trabalhou em uma fábrica de granitos quando chegou ao Brasil, uma atividade considerada pesada e pouco qualificada. Segundo o relato do nosso informante: “A gente tinha que trabalhar com qualquer coisa... Eu me lembro que trabalhei numa fábrica de granito, como pedreiro. Foi um trabalho bem pesado para mim (Mourad, 29, PR)³³.”

Conseguimos o primeiro contato com um refugiado sírio através do Instituto Adus, na cidade de São Paulo, os demais contatos com os informantes foram realizados através de uma rede social pela internet. No decorrer do nosso campo de pesquisa, pelas entrevistas com os informantes foi ficando cada vez mais evidente a importância de entrevistarmos representantes de instituições como a Caritas e o Instituto Adus, assim como o CRAI, um órgão público em parceria com o Serviço Franciscano de Solidariedade (SEFRAS), todos na cidade de São Paulo, para a nossa investigação. Elegemos essas instituições para entender como funciona a dinâmica de acolhimento aos refugiados no Brasil. Através delas, conseguimos ter uma ideia de quais são

³² Entrevista concedida por Tarik no dia 16 de outubro de 2019 na cidade de São Paulo.

³³ Entrevista concedida por Mourad no dia 1º de julho de 2019 na cidade de Curitiba.

os seus principais desafios, tanto sobre a dinâmica dos fluxos migratórios como em relação ao instituto jurídico do refúgio no Brasil e a inserção laboral dos refugiados sírios.

Pudemos vislumbrar nesta pesquisa que o processo de governança migratória só é possível a partir de uma complexa rede de atores envolvidos, os chamados “atores humanitários”³⁴. Nas palavras de Moulin, esses atores funcionam “como elementos chave da governança dos fluxos de pessoas no plano global [...] que assumiram importante grau de projeção e centralidade no gerenciamento da ‘crise migratória’, permanente em diversos rincões do planeta” (MOULIN, 2018, p. 10). Ao entrevistarmos representantes de instituições, estamos lidando com complexas redes de “atores humanitários”.

Decidimos entrevistar os representantes de instituições apenas na cidade de São Paulo, pois, além de ser a cidade economicamente mais importante do Brasil, é nela que está a maioria dos refugiados.

Todos os refugiados entrevistados, salvo poucas exceções, procuraram e/ou estabeleceram contato com essas instituições de acolhimento quando chegaram ao Brasil, seja para obter informações sobre documentação, seja para receber informações sobre o acesso aos serviços sociais públicos essenciais, como o Sistema Único de Saúde (SUS), a educação dos filhos, os cursos de língua portuguesa e, sobretudo, como ter acesso ao mercado de trabalho.

Em nossa estratégia metodológica procuramos manter perfis heterogêneos de entrevistados, considerando aspectos como ocupação, gênero e idade. No entanto, conseguimos entrevistar apenas três mulheres em um universo de 20 refugiados. Entramos em contato várias vezes, e elas somente aceitaram conceder as entrevistas depois de explicações bem detalhadas sobre o propósito da pesquisa.

Pensamos que pode haver muitas explicações para o fato de as mulheres não quererem participar da pesquisa: 1) muitas refugiadas ainda não têm o domínio da língua portuguesa (algumas falam pouco o inglês ou falam somente a língua árabe); 2) na cultura árabe é o homem que, na maioria das vezes, trabalha fora ou administra o seu próprio negócio. Portanto, muitas mulheres árabes se encontram mais restritas ao espaço doméstico, mas isso não quer dizer que não possuam formação e profissão. As três refugiadas entrevistadas atuavam em suas áreas de formação na Síria, antes de eclodir a guerra em 2011. Duas delas concluíram o ensino superior na Síria e uma frequenta o curso superior em Astronomia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

³⁴ Uma instituição “chave”, importantíssima no processo de gestão migratória, é o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Fizemos vários contatos no decorrer da pesquisa e conversamos informalmente com algum(a) funcionário(a) do ACNUR, mas não conseguimos formalizar uma entrevista.

Entrevistamos mais refugiados nas cidades de São Paulo e Florianópolis, porque foi nessas cidades que mais informantes aceitaram participar da pesquisa. Sem desconsiderar o valor das excelentes entrevistas realizadas nas cidades do Rio de Janeiro e Curitiba. Cabe lembrar, com Gomes (2002, p. 132), que na abordagem baseada em narrativas o desafio do conhecimento não é o da generalização, onde a representatividade é estatística, mas o valor da interpretação se dá com os particulares da experiência, que permitem desenhar um cenário dos testemunhos e dos contextos vivenciados por esses protagonistas de uma história de transição. Entramos, assim, no reino das subjetividades, contando com o postulado da relação indivisível entre o micro e o macro.

As entrevistas na cidade de São Paulo aconteceram em dois momentos distintos: a primeira viagem aconteceu em 2018, quando foram realizadas as primeiras entrevistas. Nessa viagem, a pesquisadora da presente obra realizou um curso sobre migrações e direitos humanos, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Foi uma experiência bastante proveitosa, mesmo que trabalhosa, porque durante o dia percorríamos a cidade de São Paulo, e muitas vezes a atravessávamos de um bairro a outro em busca dos refugiados com quem havíamos marcado previamente para entrevistar. Muitas vezes, para chegar até os nossos informantes, tínhamos que realizar um deslocamento fazendo uso de diferentes meios de transporte, como carros (de aplicativo), ônibus e/ou metrô. À noite, comparecíamos ao curso. Foi através do mesmo que tivemos contato com outros pesquisadores da área de migrações e com pessoas que trabalham nas principais instituições de acolhimento aos refugiados na cidade de São Paulo. Essas mesmas pessoas abriram muitos caminhos para que chegássemos até os gestores/representantes das instituições que entrevistamos na capital paulista.

A segunda viagem do campo na cidade de São Paulo aconteceu em outubro de 2019. A viagem também foi significativamente proveitosa, pois realizamos entrevistas durante os dez dias em que ficamos na cidade.

Nesse mesmo período, estava acontecendo o XI Encontro Nacional sobre Migrações, no Museu da Imigração da cidade. Participamos desse encontro com apresentação de trabalho e realizamos muitos contatos com pesquisadores da área e, sobretudo, com alguns refugiados sírios que se fizeram presentes para relatar suas trajetórias migratórias.

Aproveitamos ao máximo os deslocamentos pela cidade paulistana, cuja complexa paisagem urbana é imbuída de contrastes e contradições sociais. Nas duas viagens de campo na cidade, desfrutamos da comida árabe, pois todos os entrevistados que tinham como meio de sobrevivência a comercialização da comida nos ofereciam, gratuitamente, sua mercadoria.

Existe uma peculiar hospitalidade na cultura árabe: o convidado não sai da casa do anfitrião ou do estabelecimento comercial sem provar de sua comida.

São sabores que nunca vamos esquecer, principalmente porque a comida árabe comparece de forma afetiva no imaginário da população síria, se fazendo presente também, em nossa memória, como um sabor afetivo. A culinária árabe “revela-se um importante dispositivo de preservação da memória dos imigrantes e descendentes, ao estabelecer um sentimento de pertencimento e de identidade, possibilitando a preservação de laços sociais e da sua própria história” (HADJAB, 2014, p. 24). Existe uma peculiaridade cultural entre os povos árabes: a hospitalidade e a comensalidade, ou seja, “a camaradagem à mesa”. Essa relação social ficou marcada durante a pesquisa de campo: a nossa relação com a comida, oferecida pelos entrevistados. Abdalla (2019) dá mais detalhes desse costume inerente à cultura árabe:

O imigrante árabe, diante de seus negócios [encontra-se] sempre presente na cena comensal e hospitaleira, na qualidade de dono e, portanto, responsável pela qualidade de seu estabelecimento, exercita a hospitalidade e, por conseguinte, se aproxima do cliente, deixa o caminho aberto para uma relação não só comercial, mas de amizade, perpassadas pelas intenções francas de quem tem um negócio e depende do cliente (ABDALLA, 2019, p. 100).

Nesse exemplo, lançamos mão da perspectiva da dádiva de Marcel Mauss (2003), ou seja, nem uma abordagem da totalidade dos fenômenos sociais e das relações sociais (obrigação que precede os indivíduos), nem a ideia de que os indivíduos não são totalmente livres de interesses (MARTINS, 2019). No entanto, não ficamos isentos de um olhar crítico da práxis social, no que diz respeito às relações entre indivíduo e sociedade (o peso das estruturas, das pressões sociais e políticas, assim como as relações reificadas que advêm delas). Porém, aqui, nessa experiência do campo, entendemos as relações entre sujeito e objeto (pesquisadora e informantes) na perspectiva da dádiva ou do dom³⁵, de Mauss (2003), a tripla obrigação de dar, receber e retribuir. Martins explica o conceito de fato total, com base no pensamento de Mauss:

Na perspectiva da dádiva, sociedade e indivíduo são modos de manifestação do fato total, são possibilidades fenomenais que se engendram incessantemente por meio de um *continuum* de inter-relações motivadas pela circulação do “espírito da coisa dada”, essas interdependências desdobram-se entre os planos micro, macro e meso-social” (MARTINS, 2019, p. 41).

Nessa perspectiva, a retribuição da hospitalidade, da “coisa dada”, não será saldada na mesma equivalência, mas a retribuição da hospitalidade ocorrerá em outro momento, por meio de alguma “gentileza ou favor, fazendo circular a roda das práticas sociais e das experiências de vida entre os envolvidos” (MARTINS, 2019, p. 41). Consideramos que essas relações sociais

³⁵ Práticas sociais de trocas entre os grupos, existentes tanto nas sociedades tradicionais como nas sociedades complexas (MAUSS, 2003).

se fizeram presentes em nossas vivências durante o campo de pesquisa. Procuramos sempre estabelecer uma relação de reciprocidade e solidariedade com os entrevistados, e na maioria das vezes fomos recebidos com esse mesmo espírito. Em diversas oportunidades nossa retribuição da “coisa dada” propiciou vínculos de amizade, que foram fortalecidos com nossas tentativas de contribuir com seus empreendimentos, valorizando o trabalho do grupo, ao adquirir seus produtos e fazer sua propaganda em nossas redes sociais. Esse tipo de relação de retribuições recíprocas é comum entre a comunidade árabe, até mesmo entre os imigrantes sírios e libaneses que chegaram ao Brasil nos séculos XIX e XX.

Para Mauss (2003), os comportamentos baseados nas dádivas correspondem, de forma recorrente, às “transações do mundo moderno” (STEINER, 2006, p. 95-96). O sociólogo francês, na mesma direção dos problemas explorados por Karl Polanyi (1980), revela a imbricação do utilitário e do simbólico, do interesse e do desinteresse, por isso os fatos sociais são totais e, fazendo um contraponto a Émile Durkheim (2003), não podem ser “tratados como coisas”. Segundo Mauss, os fatos sociais operam na atmosfera da dádiva e dos símbolos (CAILLÉ, 1998, p. 5).

Alguns dos nossos entrevistados que não possuem um negócio próprio trabalham nos estabelecimentos comerciais da comunidade árabe estabelecida no Brasil, de origem síria, libanesa e/ou palestina, também devido à facilidade da língua e à aproximação cultural entre eles. Mas isso não quer dizer que as relações de trabalho entre os patrícios sejam harmoniosas, existem muitos conflitos entre eles e esses conflitos ficaram bastante evidentes nas narrativas dos informantes (ELIAS; SCOTSON, 2000; STEINER, 2006). Dos 20 refugiados entrevistados, três são de origem palestina, embora tenham nascido na Síria.

Outra experiência valiosa no nosso campo de pesquisa aconteceu na segunda viagem de campo a São Paulo, quando entrevistamos Jamal, em sua própria residência, na cidade. Ele nos recebeu com sua esposa e os quatro filhos, mostrando-se muito prestativo ao colaborar com nossa pesquisa. Havíamos chegado alguns minutos antes do horário combinado, mas fomos autorizadas por sua esposa a subir ao apartamento, antes de Jamal chegar do trabalho.

Ao final da entrevista, Jamal falou: “Minha esposa está fazendo a pizza, então você pode comer com a gente”.³⁶ Esse gesto representou bem a hospitalidade da comunidade árabe. Havíamos pegado um ônibus para chegar até o apartamento de Jamal, em um bairro bem afastado do centro da cidade. No trajeto, uma pessoa nos falou que passaríamos em frente a

³⁶ Entrevista concedida por Jamal no dia 15 de outubro de 2019 na cidade de São Paulo.

uma escola islâmica ali no bairro. Depois, Jamal nos contou que todos os seus filhos estudavam naquela escola.

Outra experiência significativa sobre a hospitalidade árabe foi na casa de Safira, na cidade de Florianópolis. Quando chegamos em seu apartamento, à tarde, foi pedido que tirássemos os sapatos. Sua casa é simples, porém aconchegante e também silenciosa, havia um grande tapete colorido. Safira logo nos ofereceu um café árabe, que não é coado como o que tomamos costumeiramente no Brasil. O café árabe tem um sabor forte, com um aroma de chá, e foi servido várias vezes por Safira, que trouxe uma xícara e um bule de prata, acompanhados de algumas bolachas.

Ao conversar com os refugiados sírios, verificamos que eles fazem uso de muitos provérbios que são comuns em sua sociedade. Segundo reportagem publicada no jornal *Correio Braziliense*, “os árabes, notáveis pela hospitalidade, ensinam este provérbio aos filhos: ‘Se você tem um pão, coma a metade. Guarde a outra metade na geladeira para dá-la a quem bater à sua porta’”.³⁷ Por outro lado, tivemos experiências em campo nas quais foi a pesquisadora quem se ofereceu para pagar o café aos entrevistados, como no caso de dois refugiados que são estudantes de universidades públicas. Um deles é Mourad, estudante de pós-graduação em Direito, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), o outro é Adil, estudante de graduação em Relações Internacionais, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ambos aceitaram que a pesquisadora pagasse o café, embora um pouco encabulados, pois na cultura árabe é mais comum que o homem pague a despesa. Essas duas entrevistas aconteceram em locais públicos, nos próprios cafés escolhidos pelos informantes.

Uma das entrevistas foi realizada em um café na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e algumas conversas aconteceram em estabelecimentos comerciais dos próprios entrevistados. Como nem todos os participantes da pesquisa possuem um negócio próprio, alguns trabalham em ONGs, como professores de língua inglesa e/ou árabe, outros fazem o tradicional pão sírio em suas residências para vender, como um complemento de sua renda, quando são estudantes, lecionam ou possuem algum tipo de bolsa de estudos nas universidades.

No decorrer da pesquisa, construímos uma significativa rede de contatos com a comunidade dos refugiados sírios, através de instituições e por meio de redes sociais. Explicamos a nossa pesquisa aos participantes, assim como todos os preceitos éticos envolvidos

³⁷ “Hospitalidade: lição árabe”. Disponível em: <http://blogs.correiobraziliense.com.br/dad/hospitalidade-licao-arabe/>. Acesso em: 1º jun. 2020.

nela, sobretudo a importância da pesquisa para a formulação de futuras políticas públicas migratórias para os refugiados e imigrantes no Brasil.

Como já mencionado, na cidade do Rio de Janeiro tivemos como propósito encontrar um refugiado específico, Kalil, que ao saber da nossa pesquisa logo se disponibilizou a conversar conosco. Marcamos a entrevista por meio de uma rede social e acertamos uma data, quando pegáramos um voo de Florianópolis ao Rio de Janeiro para encontrá-lo.

Foi uma viagem de campo muito rica, além de Kalil entrevistamos Adil, estudante de graduação da UFRJ. Nessa mesma semana, também participamos de alguns encontros acadêmicos sobre imigração e refúgio no Brasil, um deles foi o encontro da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (2019), que aconteceu na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Nesse evento, tivemos contato com vários outros pesquisadores da área das migrações e do refúgio, além de outros refugiados que relataram as suas condições de subsistência e existência no Brasil. Também realizamos uma entrevista por meio de um aplicativo, com uma refugiada síria da cidade, que aceitou conversar conosco, mas não quis se encontrar pessoalmente.

Na cidade de Curitiba, o nosso campo de pesquisa se desenrolou em decorrência do IX Seminário Nacional da Cátedra Sérgio Vieira de Mello³⁸, que aconteceu em julho de 2018 na UFPR. Nesse encontro tivemos contato com um refugiado sírio da etnia Drusa³⁹: Mourad é estudante de pós-graduação em Direito na UFPR e aceitou conceder uma entrevista. O outro refugiado entrevistado em Curitiba foi Nazir, que havia sido indicado por um refugiado entrevistado em São Paulo.

Em Florianópolis, nosso campo de pesquisa teve início em 2018, quando obtivemos contatos por meio de amizades na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e também em eventos dos quais participamos sobre a temática do acolhimento aos refugiados no estado

³⁸ No ano de 2003, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) colocou em funcionamento a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM), para a realização de trabalho nas principais universidades nacionais (são 21 universidades, sendo a maioria universidades estaduais e federais) junto ao Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). No decorrer dos anos, a Cátedra tornou-se uma instituição de extrema importância no trabalho de instrução e de acolhimento às pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio. Ela contribui com o acesso aos direitos e serviços básicos públicos no Brasil, assim como orienta os refugiados no processo de integração local. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/catedra-sergio-vieira-de-mello/>. Acesso em: 27 abr. 2020.

³⁹ Os drusos pertencem a uma pequena comunidade religiosa independente, que vive principalmente no Líbano, Israel, Síria, Turquia e Jordânia. Pequenas comunidades expatriadas existem nos Estados Unidos, no Canadá, na América Latina, na Austrália e na Europa. Falam a língua árabe e seguem um modelo social semelhante ao dos muçulmanos. Não são considerados muçulmanos pela maioria dos muçulmanos da região, mas alguns drusos se autodenominam islâmicos. A maioria dos drusos considera-se árabe, apesar de alguns drusos israelenses não se considerarem como tal. Existe mais de 1 milhão de drusos no mundo, mas a maioria vive no Oriente Médio. Disponível em: <https://www.universalis.fr/encyclopedie/druzes/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

de Santa Catarina, promovidos pelo Ministério Público da União (MPU). Também convidamos pessoalmente os refugiados a participarem da pesquisa. No total, entrevistamos cinco refugiados na capital catarinense, sendo apenas uma mulher, Safira.

Como já foi referido anteriormente, as narrativas têm como prisma a compreensão da história dos indivíduos, atribuindo destaque aos seus relatos, sobretudo no que diz respeito aos marcos decisivos de suas vidas. A intenção é a reconstrução das trajetórias biográficas, assim como as construções biográficas do presente (DENZIN, 1989; CLOSS; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2015; ROSENTHAL, 2014)⁴⁰. Segundo Santos, Oliveira e Susin (2014, p. 373), trata-se de uma “*Gestalt* biográfica, o que, por sua vez, ao contrário de ser reificada, torna-se ela própria parte importante da análise para a compreensão de fenômenos sociais”. A dinâmica da entrevista narrativa se propõe a registrar relatos mais longos sobre a vida dos informantes de algum tema específico.

Podemos dizer que “o procedimento narrativo oferece aos entrevistados a maior liberdade possível para a articulação de suas próprias experiências; [...] estimular narrações é possibilitar reproduzir cursos de ação” (ROSENTHAL, 2014, p. 184). Inicialmente fizemos um enunciado da nossa pesquisa aos refugiados que aceitaram participar, assim como explicamos a importância que esta pesquisa representa para campo científico, social, político e para os direitos dos refugiados no Brasil. Depois, pedimos a permissão dos entrevistados para que fizéssemos o uso do gravador, assim poderíamos ter um acesso mais completo e detalhado dos seus testemunhos.

Nessa dinâmica, o entrevistado começa a discorrer sobre o tema colocado pelo pesquisador e não é interrompido, o pesquisador apenas faz anotações, colocando-se na posição da “escuta ativa”. Essa técnica é bem importante, porque lidamos com os “momentos críticos da entrevista”, ou seja, os traumas e relatos de “experiências dolorosas” do informante (ROSENTHAL, 2014, p. 199).

Isso ocorreu em algumas entrevistas, em que o informante ficou emocionalmente abalado. Foi o caso de Jesus, ao lembrar dos seus pais que ficaram na Síria e de muitos parentes que se encontram espalhados pelo mundo. Uma parcela significativa dos entrevistados tem o pai ou a mãe vivendo na Síria, alguns perderam algum membro de sua família, parentes ou amigos na guerra.

⁴⁰ A pioneira nas pesquisas de método biográfico é a sociologia sobre as migrações. “O lavrador polonês na Europa e nos Estados Unidos”, desenvolvida na Universidade de Chicago por William Isaac Thomas e Florian Znaniecki – 1918-1920 (ROSENTHAL, 2014, p. 212).

Em um segundo momento da entrevista, o pesquisador pede para que o informante relate fatos ou os assuntos que não ficaram compreensíveis. E, na última fase da conversa, pedimos para que o informante aborde algum tema específico, que não apareceu em seu relato, mas que são (foram) importantes para o desenvolvimento da investigação. São chamadas de “questões de caráter externo” (ROSENTHAL, 2014, p. 97-199).

3 REFÚGIO E MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

3.1 O QUE É UM IMIGRANTE?

Primeiramente, pensamos ser importante avaliar o modo como concebemos os deslocamentos humanos e, sobretudo, quem é o imigrante. Ao contrário dos estudos do geógrafo inglês Ernest Ravenstein (1834-1913), que concebeu as migrações de uma perspectiva puramente econômica e demográfica (embora essas análises também sejam imprescindíveis para a compreensão do fenômeno migratório), entendemos que as migrações e as motivações da migração ultrapassam tal abordagem.

Em sua obra *The Laws of Migration*, de 1885, Ravenstein explica que os fluxos migratórios envolvem origens e destinos condicionados pelo paradigma “atração-repulsão”, também conhecido como “*push and pull*”. Tal paradigma leva em consideração “a decisão de um agente racional que, na posse de informação sobre as características relativas das regiões A e B, e de dados contextuais respeitantes à sua situação individual e grupal, se decide pela permanência ou pela migração” (PEIXOTO, 2004, p. 5). Os estudos sobre as migrações internacionais no campo econômico e demográfico tendem a apontar como principais fatores de expulsão o desemprego e a pobreza, enquanto a atração estaria vinculada às possibilidades de trabalho e melhores condições de vida no país de destino.

Esses fatores e consequências fazem parte de um processo sistêmico, e mediante esses fatos é possível que ocorram as migrações em massa no modelo proposto por Ernest Ravenstein, no entanto, nem sempre isso acontece. Analisar os fluxos migratórios somente da ótica dos fatores de expulsão e de atração não explica por que grupos em condições de vulnerabilidade econômica, social, política, cultural (gênero, religiosidade etc.) e ambiental não se deslocam (SASSEN, 2010).

Os refugiados sírios se deslocaram por conta da guerra, por perseguição política, religiosa e pela violação dos direitos humanos. Há um consenso, estabelecido pelas Nações Unidas e pelas regras do direito internacional, de que as pessoas que conseguiram sair da zona de guerra tenham direito ao visto humanitário, conforme o estatuto jurídico do refúgio no país acolhedor. Os que conseguem migrar são aqueles que já tinham algum capital econômico e/ou social, ou que conseguiram o “capital de mobilidade” (OLIVEIRA; KULAITIS, 2017), às vezes por meio de apoio institucional e familiar. Já os grupos de refugiados que não obtiveram acesso ao estatuto de refúgio encontram-se sem nenhum tipo de proteção nas proximidades das zonas de conflito, ou até mesmo se deslocaram para os campos de refugiados nos países vizinhos,

geralmente considerados pobres ou subdesenvolvidos, como Líbano, Turquia, Paquistão, Irã e Etiópia. Segundo Moulin (2018), metade dos refugiados do mundo encontrava-se nesses países em 2017.

Consideramos que a compreensão do processo migratório internacional e seus fluxos não pode ser obtida apenas com base numa análise individual, subjetiva. As migrações também precisam ser analisadas em processos de “grande escala”, afinal “a opção de migrar é produzida socialmente” (SASSEN, 2010, p. 115). Por outro lado, entendemos que o imigrante possui agência no seu contexto de relações primárias e no contexto de migrações forçadas.

Verificamos nesta pesquisa diversos fatores que contribuíram para a vinda dos refugiados sírios ao Brasil: alguns já contavam com “capital de mobilidade” e “capital social” (tinham algum conhecimento e contato no Brasil, com comunidade árabe estabelecida), outros tiveram acesso às informações sobre a concessão de visto humanitário pelo governo brasileiro (OLIVEIRA; KULAITIS, 2017).

Nos processos de deslocamentos forçados existem relações de poder sobre os corpos migrantes, que estão justapostos em todo o processo migratório. Essas relações de poder não se encontram apenas no cruzamento dos grupos nas fronteiras físicas e espaciais, mas também no campo cultural e sociopolítico. Nessa direção, entendemos o processo migratório de uma perspectiva multidisciplinar, como nos ensina Sayad:

O espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (sobretudo através de duas realizações culturais que são a língua e a religião). Cada uma dessas explicações pode ser objeto de uma ciência particular (SAYAD, 1998, p. 15).

O imigrante se encontra sempre em uma situação de *provisoriedade*, ele será sempre um trabalhador, todavia reconhecido como um imigrante provisório (SAYAD, 1998; DIAS, 2020)⁴¹. Contudo, o imigrante entra em um país com uma legislação própria e está condicionado a ela, nem sempre possuindo os mesmos direitos dos nacionais, ou seja, direitos plenos como cidadãos (SEYFERTH, 2008). Vejamos mais detalhes sobre quem é o imigrante, na definição do sociólogo argelino:

[o imigrante] é essencialmente uma força de trabalho e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, um pleonasma), mesmo se nasce para vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida em um país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e

⁴¹ Ver mais sobre o tema da provisoriedade do imigrante no texto “Da objetificação à humanização: uma leitura crítica sobre o conceito de imigrante na obra de Abdelmalek Sayad”, de Gustavo Dias (2020).

tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento (SAYAD, 1998, p. 54-55).

É comum os imigrantes serem vistos como estranhos e associados ao “risco imponderável nos discursos políticos de apelo nacionalista” (SEYFERTH, 2008, p. 8). Essa representação social sobre o imigrante no Brasil sempre existiu, sobretudo em relação àqueles menos sujeitos ao “abrasileiramento”. Trata-se de uma forma de “xenofobia radicalizada”, muito presente no país entre as duas grandes guerras mundiais (SEYFERTH, 2008, p. 8).

Nessa direção, podemos pensar sobre a condição do imigrante a partir dos estudos de Georg Simmel (2005), na relação entre indivíduo (atitudes psíquicas) e a vida em sociedade (estruturas institucionais), o subjetivo e o objetivo. O refugiado sírio no Brasil do século XXI é (tal como os imigrantes sírios dos séculos XIX e XX) um imigrante marcadamente urbano. A população síria concentrou-se nas grandes cidades, embora tenha se espalhado por todo o Brasil desde os primeiros grupos. O texto clássico de Simmel explica quem é o estrangeiro:

Se o mover for o contraste conceptual do fixar-se, com a liberdade em relação a cada ponto dado do espaço, então, a forma sociológica do “estrangeiro” representa, não obstante, e até certo ponto, a unidade de ambas as disposições. Revela também, certamente, que as relações concernentes ao espaço são, por um lado, apenas, a condição e, por outro, o símbolo das relações entre os seres humanos. Não se usa aqui, destarte, a noção de estrangeiro no sentido habitual, em relação àquele que vem hoje e amanhã se vai, mas como o que vem hoje e amanhã pode permanecer – porque era possível se mover e, embora não siga adiante, ainda não superou completamente o movimento do ir e vir (SIMMEL, 2005, p. 1 [1908, p. 509]).

Em *O estrangeiro*, Simmel apresenta uma análise relacional e interativa do estrangeiro, o movimentar e o imobilizar, ambos coordenados. Não só a disposição de partir, mas ao mesmo tempo faz parte do grupo em que ele é dissemelhante. Para Ribeiro e Oliveira (2020, p. 16), “Simmel aponta para o resultado interacional – tenderia dizer interativo – da relação daquele que parte com a que permanece. Ao partir, carrega-se consigo algo do outro e deixa-se ao outro algo de si”. Não obstante, prossegue Simmel:

O estrangeiro por sua natureza não é proprietário do solo, e o solo não é somente compreendido no sentido físico, neste caso, mas, também, como uma substância delongada da vida, que não se fixa em um espaço específico, ou em um lugar ideal do perímetro social. Nas relações mais íntimas de pessoa a pessoa, também, todas as atrações e significâncias possíveis no cotidiano das experiências simbolizadas podem revelar o estrangeiro. O estrangeiro é sentido, então, precisamente, como um estranho, isto é, como um outro não “proprietário do solo” (SIMMEL, 2005, p. 2 [1908, p. 510]).

O ser “estrangeiro” aqui, ao mesmo tempo que se encontra em movimento em suas relações sociais, não se encontra ligado àquele social com que mantém uma relação. Ele é “estranho ao grupo”, é concebido “como um não pertencente”, mesmo que esse indivíduo seja inerente ao grupo social, e que as ações desse indivíduo digam respeito a todas as

especificidades sociais de determinado grupo social (SIMMEL, 2005, p. 7 [1908, p. 512]). Nessa direção, Octavio Ianni discorre sobre o migrante:

Todo aquele que migra sabe de onde parte, mas não sabe aonde chega; sabe o caminho que deixa, mas não sabe qual encontra. Lança-se em uma travessia sem fim, acreditando-se sempre o mesmo, mas poucas vezes dando-se conta de que se preserva e se transforma, reafirma e transfigura, afina e desafina. Lá longe, em outro lugar, país ou continente, continua a rememorar a partida e o caminho percorrido, recriando situações, pessoas, vivências, imagens, diálogos, sentimentos, memórias, fragmentos, esquecimentos. É assim, com recordações e esquecimentos, que o migrante nutre a nova situação, seja ela de êxito, seja de frustração (IANNI, 2004, p. 153).

A experiência do deslocamento dos refugiados pode ser ilustrada por Ianni (2004), quando o sociólogo descreve as incertezas e as próprias transformações a que estão sujeitos os migrantes no processo de transição, inserção social e laboral e os processos integrativos em seu novo lugar de morada. O autor demonstra que ao mesmo tempo que os migrantes adquirem novas experiências, ao habitarem novos espaços sociais, esses mesmos migrantes se reconstróem como indivíduos, em sua forma de interagir, reconfigurar e transformar esses espaços, ou seja, para além de os migrantes vivenciarem passivamente novas experiências, são sujeitos da produção de novas formas de convivência e relações sociais.

3.2 O QUE É UM REFUGIADO?

As migrações são inerentes à história social da humanidade e o refugiado é um migrante forçado. Todavia, pensamos que a análise de Hanna Arendt sobre o que significa ser um refugiado, tendo sido ela própria uma refugiada, enriquece esta pesquisa. Encontramos no texto de Arendt (2013 [1943]) muito das narrativas presentes em nossos informantes. A seguir, apresentamos fragmentos da obra de Arendt e relatos dos refugiados Naim e Aziz.

Um refugiado costuma ser uma pessoa obrigada a procurar refúgio devido a algum ato cometido ou por tomar alguma opinião política. Bom, é verdade que tivemos que procurar refúgio, mas não cometemos nenhum ato e a maioria de nós nunca sonhou em ter qualquer opinião política radical. O sentido do termo “refugiado” mudou conosco. Agora “refugiados” são aqueles de nós que chegaram à infelicidade de chegar a um novo país sem meios e tiveram que ser ajudados por comités de refugiados. [...] Com efeito, o nosso optimismo é admirável, mesmo que sejamos nós a dizê-lo. A história da nossa luta finalmente tornou-se conhecida. Perdemos a nossa casa o que significa a familiaridade da vida quotidiana. Perdemos a nossa ocupação o que significa a confiança de que tínhamos algum uso neste mundo. Perdemos a nossa língua o que significa a naturalidade das reações, as implicidades dos gestos, a expressão impassível dos sentimentos (ARENDR, 2013, p. 7, grifo nosso).

Na Síria eu tinha estrutura, trabalhava com engenharia, eu não achei que aqui no Brasil eu iria trabalhar na rua, que eu iria vender roupa para criança, que eu

iria trabalhar com comida, essas coisas... não houve muitas coisas boas. (Naim, 45, SP, grifo nosso)⁴².

Eu tomei um susto, um susto cultural, um susto em ver como as pessoas estão vivendo aqui no Brasil. Eu tomei um susto grande, quando eu vi pessoas dormindo na rua. Isso me deixou muito em choque e eu pensei: Se eles são brasileiros e estão dormindo na rua, imagina eu que sou sírio, refugiado, sem língua, sem dinheiro, sem cultura [local] e sem família, onde eu vou ficar? Isso me deixou muito com medo (Aziz, 33, SP, grifo nosso)⁴³.

Tanto o texto de Arendt (2013 [1943]) como as narrativas colocam em evidência a condição de precarização existencial, social, política, sociocultural, cognitiva e psicológica, na qual o refugiado se encontra ao chegar em um novo país. É muito difícil ter que depender de alguma instituição da sociedade civil de acolhimento e lidar com a perda da moradia, da ocupação, da língua e da sua cultura. Chamou-nos a atenção a frase de Aziz, quando disse: “Eu tomei um susto... um susto cultural”.

Aziz conseguiu o visto humanitário para o Brasil quando se encontrava no Líbano e chegou ao país em uma condição de extrema vulnerabilidade social, econômica e psicológica. Ao se deparar com o problema social da precarização da vida das pessoas dos extratos sociais mais baixos na sociedade brasileira, se assustou ao enxergar a sua própria condição de vulnerabilidade no outro, o seu outro diferente, mas igual, na condição da precarização da vida.

A Convenção de Genebra de 1951, que abarca a proteção ao refugiado, encontrava-se geograficamente restrita ao âmbito europeu. A Convenção definiu o Estatuto dos Refugiados (1951) por meio da Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e também Apátridas, entrando em vigor em 22 de abril de 1954 (ACNUR, 2018; ZENERO, 2017). O Art. 1º do Estatuto define o “refugiado” como a pessoa que:

Em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (ACNUR, 2018, p. 2).

O Estatuto dos Refugiados proíbe que os Estados concedentes de refúgio pratiquem qualquer tipo de discriminação, seja de raça/etnia, religião, sexo ou nação de origem. Ademais, o documento possui cláusulas indispensáveis ao refugiado, como o “*non-refoulement*”, que significa “não devolução”. Essa cláusula estabelece que o refugiado não pode ser mandado de volta ao seu país de origem, no qual esteja em condições vulneráveis ou sofra perseguição.

⁴² Entrevista concedida por Naim no dia 24 de julho de 2018 na cidade de São Paulo.

⁴³ Entrevista concedida por Aziz no dia 14 de outubro de 2019 na cidade de São Paulo.

Também, nessas cláusulas, inclui-se o direito de obter documentos em modelo de passaporte. O Estatuto também estabelece que nenhum Estado contratante poderá, por expulsão ou devolução, rechaçar de modo algum um refugiado nas fronteiras dos territórios onde “sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas” (ACNUR, 2018, p. 15-16).

Como o Estatuto dos Refugiados de 1951 limitava-se à Europa, a partir de 1967 houve uma revisão na definição de refugiado e a ampliação da proteção aos mesmos. Conseqüentemente, aumentou consideravelmente o número de pessoas com *status* jurídico de refugiado, assim como solicitantes de refúgio. O Protocolo de 1967 reformou a Convenção de 1951 e expandiu o mandato do ACNUR para além das fronteiras europeias e das pessoas afetadas pela Segunda Guerra Mundial, ou seja, o Protocolo de 1967 universalizou a proteção ao refugiado estabelecida na Convenção de 1951 (ACNUR, 2018). O conceito dos refugiados era centralizado na Europa, no entanto, foi a Declaração de Cartagena sobre Refugiados de 1984 que instituiu as novas formas do refúgio na América Latina⁴⁴.

Não obstante, é importante ponderar que as Nações Unidas concebem as migrações como um ato espontâneo. Todavia, há migrantes que não se encaixam na convenção jurídica dos refugiados, mas que também precisam de proteção, por diversos fatores (LIMA et al., 2017). Esses fatores fazem parte dos problemas desencadeados pelas desigualdades globais, considerando as “capacidades” dos indivíduos migrantes em suas constantes “lutas” pela sobrevivência (WEIB, 2018).

Nessa direção, a ideia é “descentralizar” a categoria refugiados e pensá-los por meio de uma baliza geral nos estudos migratórios, porque o refugiado é um imigrante, mas esse o é porque se encontra em condições de coação em seus contextos de saída (WEIB, 2018, p. 114). Entretanto, Weib (2018) observa que existem problemas na distinção entre imigrantes e refugiados, porque há dificuldades de controlar essas fronteiras, que também são jurídicas. Um refugiado é obrigado a emigrar porque a sua integridade física e a sua vida correm riscos, mas o imigrante não refugiado também se desloca, muitas vezes, por estar passando por processos de “expulsão” em seus contextos (SASSEN, 2016).

Calegari (2018, p. 22) aponta que a diferenciação entre migração forçada e migração voluntária encontra-se no eixo da atual crise humanitária. Como explica Clochard (2007, p. 5), trata-se de uma “concepção maniqueísta da migração internacional [porque] mascara o fato de

⁴⁴ “A Declaração de Cartagena sobre Refugiados (1984) foi resultado dos encontros de representantes governamentais e especialistas de dez países latino-americanos em Cartagena de Índias, Colômbia, para considerar a situação dos refugiados na América Latina” (BARRETO; LEÃO, 2010, p. 1).

que muitos indivíduos fogem de seu país por fatores complexos e não exclusivamente por razões de perseguição”. A distinção conceitual que se faz entre migrantes forçados, diferentemente aos migrantes voluntários, oculta que os migrantes são atores dotados de iniciativa e estratégias de migração no processo migratório (LASSAILLY-JACOB, 1998). O processo da busca pelo refúgio é lento, porque além da busca por proteção, os migrantes buscam outros objetivos.

3.3 OS REFUGIADOS NO MUNDO

Conforme o Relatório “Tendências Globais”, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), existem no mundo 82,4 milhões de deslocados forçados, devido aos conflitos, guerras e perseguições diversas, sendo 48 milhões deslocados internos (que não conseguem atravessar as fronteiras). Desse universo, 20,7 milhões estão sob o mandato do ACNUR, 5,7 milhões estão sob o mandato da UNRWA⁴⁵, 4,1 milhões são solicitantes de refúgio e 3,9 milhões são deslocados venezuelanos⁴⁶.

Os deslocamentos forçados são marcados pela extrema vulnerabilidade social daqueles que se deslocam. Geralmente, os fluxos de deslocados forçados não se destinam ao Norte Global (mundo desenvolvido), cujos Estados muitas vezes contam com fortes aparatos voltados para conter a imigração, como muros com cercas elétricas nas fronteiras, câmeras de segurança e até monitoramento por drones. Os deslocados forçados vão até onde é possível, geralmente para os países pobres, localizados próximos das zonas de conflitos. O relatório do ACNUR chama a atenção para uma questão que é normalmente distorcida, a de que os deslocados forçados estão em países do hemisfério norte, uma vez que os dados mostram o oposto: 80% dos deslocamentos forçados do mundo encontram-se em países ou regiões que enfrentam problemas de insegurança alimentar, desnutrição e riscos climáticos⁴⁷. O relatório aponta que “mais de nove em cada dez refugiados (86%) estão em países em desenvolvimento, geralmente um país vizinho ao de onde fugiram”.⁴⁸

O relatório mostrou que os refugiados sob o mandato do ACNUR, incluindo os deslocados venezuelanos, são oriundos de apenas cinco países: a **República Árabe da Síria**

⁴⁵ Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina nos países do Oriente Médio.

⁴⁶ “Novo relatório do ACNUR mostra aumento de deslocamento forçado e pede ação de líderes mundiais”.

Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/132022-novo-relatorio-do-acnur-mostra-aumento-de-deslocamento-forcado-e-pede-acao-de-lideres>. Acesso em: 1º set. 2021.

⁴⁷ Se encontram nos países do Sul global.

⁴⁸ “Relatório global do ACNUR revela deslocamento forçado de 1% da humanidade”. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/06/18/relatorio-global-do-acnur-revela-deslocamento-forcado-de-1-da-humanidade/>. Acesso em: 17 set. 2020.

(6,7 milhões), Venezuela (4 milhões), Afeganistão (2,7 milhões), Sudão do Sul (2,2 milhões) e Myanmar (1,1 milhão). Já os países que mais acolheram os refugiados no ano de 2019 foram: a *Turquia* (3,6 milhões), *Paquistão* (1,4 milhões), *Colômbia* (1,8 milhão), *Uganda* (1,4 milhão) e *Alemanha* (1, 1 milhão). Em 2018, 6,6 milhões de refugiados sírios deslocaram-se forçadamente, sobretudo para os países vizinhos do Oriente Médio, como o Líbano (1,0 milhão), Turquia (2,9 milhões) e o Paquistão (1,4 milhão)⁴⁹. A situação é tão grave que inúmeras crianças que nasceram e sobreviveram nos campos de refugiados só conhecem o contexto da guerra. O relatório apontou que 53% do total de refugiados são crianças e 58% dos refugiados vivem em áreas urbanas.⁵⁰ A maior parcela dos refugiados no mundo contemporâneo tem como ponto de partida o Sul Global⁵¹, cujos territórios localizam-se no Oriente Médio, África, América Latina e sul da Ásia.

Além desses, os Estados Unidos da América, alguns países europeus e os países membros do BRICS (como o México, a Rússia e, mais recentemente, o Brasil) acolheram um número significativo de refugiados. Todavia, o maior fluxo de refugiados se movimenta no sentido “Sul-Sul”. Essas informações são confirmadas também pelos dados divulgados em uma pesquisa feita pela agência de notícias BBC⁵²: os movimentos migratórios Sul-Sul alcançaram 97 milhões de pessoas em 2017, já os movimentos Sul-Norte, Norte-Norte e Norte-Sul alcançaram, respectivamente, 89 milhões, 57 milhões e 14 milhões de pessoas. Não obstante, os deslocamentos humanos forçados são estruturais, estando diretamente relacionados às guerras, crises políticas, perseguições (de ordem política, étnico/racial, de gênero, religiosas) e problemas ambientais (SASSEN, 2016).

Ao observar o Mapa 1, a seguir, podemos constatar a massiva presença de refugiados sírios em países da Europa (Alemanha, Suécia e Turquia), África (Egito) e Ásia (Líbano, Iraque e Jordânia e Turquia). De todos eles, os que mais receberam refugiados sírios foram Turquia e Líbano. Todavia, alguns países que não aparecem no mapa receberam entre 1.000 e 10 mil refugiados sírios, como é o caso do Sudão, Iêmen, Estados Unidos e o Brasil.

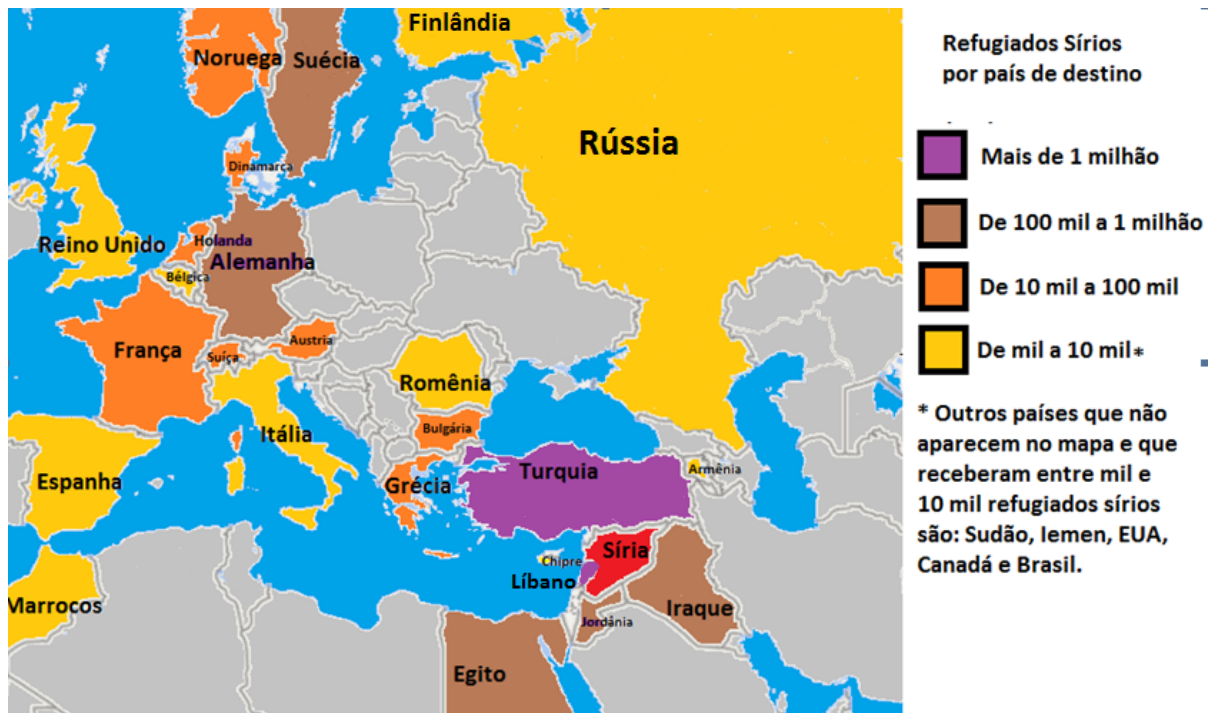
⁴⁹ “7º aniversário do conflito da Síria”. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/no-7o-aniversario-do-conflito-da-siria-acnur-lanca-novo-website/>. Acesso em: 19 abr. 2018.

⁵⁰ Deslocamento forçado. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/2018/06/19/mais-de-68-milhoes-de-pessoas-deslocadas-em-2017-e-essencial-um-novo-acordo-global-sobre-refugiados/>. Acesso em: 25 out. 2018.

⁵¹ A expressão Sul Global refere-se à divisão Norte-Sul. Esta forma de regionalizar o globo é fruto da nova configuração ocorrida após a desintegração dos países socialistas do Leste Europeu, iniciada com a queda do Muro de Berlim em 1989. Esta classificação global dos países veio a substituir a antiga divisão do globo em três mundos.

⁵² “Os números que podem derrubar mitos e clichês sobre a migração ao redor do mundo”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47646813>. Acesso em: 14 jan. 2020.

Mapa 1 – Refugiados sírios por país de destino



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ACNUR.

3.4 OS IMIGRANTES SÍRIOS E LIBANESES (SÉC. XIX E XX)

Quando se pesquisa as migrações internacionais contemporâneas no Brasil, pensamos ser imprescindível lançar mão do contexto histórico migratório brasileiro. O povo brasileiro foi formado a partir de uma expressiva diversidade étnico-cultural, propiciada pelo encontro (conflituoso e violento) entre indígenas, que habitavam o continente americano antes de 1500, colonizadores portugueses e povos africanos submetidos ao trabalho escravo durante o processo de colonização.

O processo de diversificação étnica na formação do brasileiro se intensificou após a transição entre a sociedade escravista e a Primeira República, quando começou a ser construído um programa governamental incentivando a imigração branca e europeia ao país. Visando a promoção do embranquecimento da população, o governo brasileiro favoreceu a entrada de estrangeiros, principalmente entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX.

Todavia, o projeto de embranquecimento do povo brasileiro por meio da imigração europeia é bem anterior à Lei Áurea e à Proclamação da República. D. João VI, ao assinar o Tratado de Colonização de Nova Friburgo, em 1818, “afirmou que essa imigração era parte de um processo civilizatório em curso no Reino do Brasil”, assim, “promover e dilatar a civilização

em 1818 significa[va] vincular o progresso à imigração europeia”.⁵³ Os fluxos migratórios posteriores foram mais misturados, porque se tratava de imigrantes europeus, asiáticos e africanos (SEYFERTH, 2002, p. 30; FERNANDES, 2015).

Segundo Hajjar (1985, p. 21), a imigração árabe⁵⁴ no Brasil foi o prolongamento dos povos árabes que ocuparam a Península Ibérica do século XII ao XIV. Existem versões históricas que indicam que os navegadores da frota de Pedro Álvares Cabral eram árabes. Foram encontradas cartas marítimas escritas em árabe nos polos náuticos de Sagres, em Portugal, de onde saíram as caravelas comandadas por Cabral.

Os primeiros sírios e libaneses chegaram ao Brasil a partir de 1870. Tratou-se de uma imigração econômica que não foi subsidiada por nenhum país. Segundo Oswaldo Truzzi (1991), eles vieram por conta própria: “o que por eles é referido orgulhosamente como prova inequívoca de um espírito ativo”. Na mesma direção, Hajjar (1985, p. 89) explica que a imigração árabe ocorreu de forma “espontânea e livre, sem nenhuma participação direta de outras forças, além do impulso pessoal voluntário ou mesmo voluntarioso, enquanto os estados europeus facilitavam a imigração organizada e baseada em acordo entre governos”.

As estatísticas sobre a entrada desses grupos são indefinidas, pois eram registrados como turcos, turco-árabes, sírios ou libaneses⁵⁵. Esses imigrantes entraram com o passaporte turco até a Primeira Guerra Mundial, devido ao domínio do Império Turco-Otomano na Síria. Destarte, as representações da população síria e libanesa no Brasil encontram-se enraizadas, na cultura popular brasileira, na figura do turco e do mascate⁵⁶ ou do caixeiro-viajante (TRUZZI, 1991). Tais representações estão presentes, sobretudo, na literatura brasileira e da América Latina, como no romance de Jorge Amado *Gabriela, cravo e canela*. Nessa obra, o personagem Nacib era um “verdadeiro brasileiro das arábias”. Já a obra de Gabriel García Márquez *100*

⁵³ A imigração europeia ao Brasil consolidou-se por meio do “decreto de 25 de novembro de 1808, de D. João VI, que permitiu aos estrangeiros o acesso à propriedade de terra”. Tal política objetivou trazer ao Brasil “europeus que procuravam novas oportunidades na América”, ou com o intuito de “fazer a América” (SEYFERTH, 1990, p. 9).

⁵⁴ O árabe é um povo cuja cultura está vinculada à língua árabe, sendo predominantemente muçulmano, ou seja, seguidor da religião islâmica. Entretanto, nem todo árabe é muçulmano, existem árabes cristãos e de outras denominações religiosas. O mundo árabe está concentrado no norte da África e no Oriente Médio. No final do século X surgiu o mundo islâmico, com “uma cultura religiosa comum, e por relações humanas forjadas pelo comércio, a migração e a peregrinação” (HOURANI, 2006, p. 120).

⁵⁵ No Brasil, até o ano de 1903, os imigrantes provenientes do Oriente Médio eram de nacionalidades Síria, Libanesa e Turca. No ano de 1908, entraram nas estatísticas os marroquinos, egípcios, argelinos, armênios, iraquianos, palestinos e persas. Só foram identificadas as entradas de libaneses em 1926. Em 1954, iranianos, israelenses, jordanianos foram identificados nas estatísticas (LESSER, 2001).

⁵⁶ O mascate é um vendedor autônomo itinerante, vende de tudo, desde uma xícara decorada até peças para enxovais. Os mascates inauguraram a prática das liquidações no Brasil (TRUZZI, 1991). Os termos “mascates” e “turcos” eram praticamente sinônimos em Minas Gerais e Goiás (HAJJAR, 1985, p. 87; LESSER, 2001).

anos de solidão retrata a figura do caixeiro-viajante. O imaginário cultural do Oriente Médio no Brasil também apareceu nos escritos e análises socioculturais de diplomatas, como Eça de Queiroz, em viagem ao Egito (1869), e Francisco Antônio de Almeida, quanto fez visita ao Cairo (1874).

Os mascates, no contexto caracterizado pela economia cafeeira e pela substituição do trabalho escravo no Brasil, viajavam por meio de mulas pelo interior das fazendas, fornecendo artigos de utilidade doméstica às populações rurais (LESSER, 2001). Hajjar menciona as atividades comerciais desempenhadas pelos imigrantes árabes no Brasil:

A contribuição do imigrante árabe na lavoura do café, na exploração da borracha e na mineração foi indireta, trazendo conforto e alegria, exuberância e principalmente o contato com a grande cidade, a que os moradores do sertão e das fazendas não tinham acesso. Era o mascate o homem esperado para a compra da jarra, da panela, do vestido novo, do sapato, da galocha, enfim, das novidades da metrópole. Ele era o distribuidor da produção manufaturada ou importada das grandes capitais brasileiras pelo sertão e pelos povoados espalhados pelos 8.500.000 Km² de terras brasileiras (HAJJAR, 1985, p. 145).

Os mascates aceitavam qualquer coisa em troca de pagamento, faziam todo tipo de permuta e barganha. Por vezes, esperavam até dois anos para receber dos fazendeiros, quando estes tinham o retorno de suas safras nas fazendas (HAJJAR, 1985). Não obstante, “eram as relações pessoais que permitiam aos mascates sírios e libaneses obterem crédito, que por sua vez eles repassavam aos seus clientes, uma inovação radical num país que apenas recentemente havia trocado o trabalho escravo pelo assalariado” (LESSER, 2001, p. 99).

Fotografia 4 – Estátua do Mascate na rua Buenos Aires – Rio de Janeiro



Fonte: Imagem produzida pela autora em setembro de 2019.

Hajjar (1985) explica que o fluxo migratório dos sírios e dos libaneses ao Brasil aconteceu em dois períodos, marcados por diferentes momentos sociais, históricos e políticos na terra de origem. O primeiro fluxo ocorreu entre os anos 1860/1870 e tem o seu término no começo da Segunda Guerra, em 1939. Nessa época, o Império Turco-Otomano exercia domínio sobre Síria e Líbano, além de muitos outros países. Já o segundo fluxo se deu entre 1945 e 1984. Neste, os árabes que chegaram ao Brasil eram politizados e consideravam a causa árabe como uma causa nacional. Influenciados pelo Pan-Arabismo⁵⁷, eles debatiam sobre a luta do povo palestino e os conflitos políticos do Líbano. Segundo Hajjar (1985), os imigrantes do segundo fluxo se integraram menos com os brasileiros que os do primeiro fluxo, devido a questões de afirmação identitária árabe.

No primeiro fluxo, a entrada se deu principalmente nos estados de São Paulo (especificamente na capital, a maior colônia⁵⁸), Rio de Janeiro, Minas Gerais e Amazonas, no contexto em que o país vivia um *boom* econômico proporcionado pelo ciclo do café. Nesse período, a comunidade sírio-libanesa ficou conhecida por sua culinária e pela atividade laboral de mascateação, ou seja, sua inserção econômica ocorreu por meio da atividade comercial (KNOWLTON, 1960; OSMAN, 1998; TRUZZI, 1991, 1999).

Por volta de 1916, os imigrantes sírios e libaneses começaram a diluir a sua nacionalidade e identidade. A partir de então, iniciou-se um trabalho de distinção de nacionalidade e de identidade étnica por parte de libaneses e sírios, e também entre sírios muçulmanos e libaneses cristãos (OSMAN, 1998; HAJJAR, 1985).

Vale observar que o processo de distinção de nacionalidade e de identidade étnica ainda persiste nos dias atuais. As representações de distinção entre sírios e libaneses apareceram nas narrativas dos nossos informantes, algumas repletas de conflitos de cunho étnico, cultural, político ou religioso. Podemos compreender os “mecanismos de distinção” quando falamos em “estratégias de diferenciação” entre os imigrantes de origem libanesa e os refugiados sírios. Bourdieu (1979) aplica as expressões “estratégias distintivas” e “senso da distinção”. Para o sociólogo francês, “as lógicas de distinção remetem à sua análise da existência social como diferença, ‘a vida social é uma luta pelo reconhecimento’”. Na análise *bourdieusiana* existe

⁵⁷ “Um momento importante para a reafirmação da identidade árabe foi o movimento Pan-Arabista, encabeçado pelo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser na década de 50, após derrubar o rei Faruk I. Este movimento representou uma nova era para o nacionalismo árabe, afetando diretamente os governos da Líbia, Síria, Iraque, etc. O nacionalismo árabe se notabilizou pela reafirmação do direito de autodeterminação dos povos árabes, principalmente os palestinos; pelo discurso anti-imperialista e anti-israelense e pelo direito ao desenvolvimento econômico e social dos povos árabes” (DANNY, 2011, p. 106).

⁵⁸ O termo colônia se refere à comunidade de imigrantes e seus descendentes (TRUZZI, 1995).

uma ideia inevitável no mundo social sobre o distinguir-se dos outros, sobretudo quando se quer obter um destaque nos campos da arte e da ciência (DUVAL, 2017, p. 146).

Nas palavras de Bourdieu (2011, p. 162-164) “a divisão em classes operada pela ciência conduz à raiz comum das práticas classificáveis produzidas pelos agentes e dos julgamentos classificatórios emitidos por eles sobre as práticas dos outros ou suas próprias práticas” e isso advém dos geradores do *habitus* dos agentes sociais que se encontram em disputa e “relação de forças”. Conforme nossa investigação, essas estratégias de distinção começaram a ser difundidas entre a comunidade árabe no Brasil desde a sua chegada, nos séculos XIX, XX e XXI.

Jefrey Lesser (2001, p. 87), ao pesquisar a presença dos imigrantes sírios e libaneses no Brasil, indagou: “Quando é que eles [sírios e libaneses] se tornam brasileiros”? Esse grupo étnico, desde o começo do fluxo migratório, tratou de construir uma identidade étnica no espaço social ocupado. Nas palavras de Lesser (2001, p. 27), “a etnicidade muitas vezes cruzava com o nacionalismo (brasileiro ou não), tornando extremamente flexíveis essas identidades”.

Segundo Lesser (2001, p. 19), os imigrantes, ao mesmo tempo que interferiram e transformaram o sistema social, quiseram “integrar-se” à sociedade brasileira, desafiando “as ideias de como essa nação deveria ser imaginada e construída; o sentimento de serem diferentes e, mesmo assim, semelhantes, era particularmente visível entre os não europeus”. Os imigrantes do contexto das migrações de massas no Brasil⁵⁹ identificavam-se em “eticidades múltiplas”, muito raro foi o processo de assimilação dos imigrantes, mas o de aculturação foi comum, mesmo entre os mais “fechados” em sua cultura (LESSER, 2001, p. 22). Portanto, os imigrantes incorporaram os componentes da cultura nacional brasileira mesmo se mantendo diferenciados.

No decorrer do século XX, os imigrantes sírios e libaneses, e os seus descendentes, que faziam (e fazem) parte de uma elite de intelectuais, políticos, jornalistas, proprietários rurais e empresários trataram de fazer uma discussão pública do que significava ser brasileiro. Seus interlocutores, muitos provenientes de uma elite política, formulavam categorias orais, em que as especificidades étnicas foram sendo reestruturadas a fim de conformar uma identidade brasileira. Segundo Lesser (2001, p. 20), neste novo milênio “o Brasil permanece sendo um país onde a etnicidade hifenizada [sírio-libanês] é predominante, embora não reconhecida”.

No entanto, Lesser (2001, p. 21) observa que entre os anos de 1850 e 1950, a ideia de ser “branco” alterou-se a partir da vinda dos imigrantes sírios e libaneses, e também dos

⁵⁹“Território brasileiro e povoamento da imigração de massa no Brasil ocorreu entre os anos de 1851-1930”. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/arabes/insercao-no-mundo-do-trabalho.html>. Acesso em: 24 ago. 2021.

japoneses, cujos descendentes eram chamados de “*nikkeis*”. Afinal, esses grupos étnicos não eram brancos nem negros, como define Lesser, mas uma parcela desses imigrantes e seus descendentes era “economicamente produtiva” ou “supranacionalista”, ou seja, uma forma de manter o *status* étnico, mesmo que a importância desses grupos não fosse levada em consideração em um Brasil que buscava o branqueamento dos seus nacionais.

Portanto, as camadas da elite brasileira, naquele contexto, tinham divergências: uns se colocaram contra a entrada de imigrantes asiáticos e do Oriente Médio porque não tinham as características culturais e geográficas desejáveis para uma “fusão” brasileira, outros viam como positiva a entrada e a conquista dos direitos jurídicos e de cidadania desses imigrantes, ao preço do desenvolvimento econômico brasileiro (LESSER, 2001).

Havia, ainda, a camada que defendia a eliminação da identidade étnica dos imigrantes, entretanto beneficiar-se-ia de sua força de trabalho. Para Lesser (2001, p. 22), a “mestiçagem” fazia parte do imaginário dos indivíduos que enxergavam o surgimento de uma “raça brasileira nova e uniforme”, por meio da fusão dos grupos étnicos, e foi interpretada por muitos “como uma união (e não como mistura) de diferentes identidades, como a criação de uma multiplicidade de brasileiros hifenizados, e não de um grupo único e uniforme”.

Em nossa compreensão, essa foi uma forma de os imigrantes se integrarem à sociedade brasileira da época, sem abandonar suas especificidades étnicas. Entretanto, a ideia de “mestiçagem”, defendida por alguns intérpretes do Brasil, foi sustentada pelos preceitos racistas da época, segundo os quais certos grupos étnicos poderiam ser “melhores” à constituição e à fusão da população brasileira.

Hajjar (1985), na mesma direção de Lesser, destaca que os imigrantes sírios e libaneses não tiveram boa aceitação logo no início no Brasil: as suas identidades foram ganhando espaço ao passo que iam adquirindo ascensão financeira, social e política. Além disso, os árabes dessas nacionalidades, ao chegarem ao Brasil, trataram de difundir pela imprensa árabe e brasileira, como forma de reconhecimento e distinção, a realização de trabalhos sociais por meio de suas organizações sociais⁶⁰, como clubes, hospitais e escolas⁶¹.

⁶⁰ Eis algumas associações: Sociedade Mão Branca (1913) – cujo objetivo era a luta contra a seca no Ceará; Sociedade Maronita de Beneficência (1987), Sociedade Mocidade Homcie (1908), Sociedade Beneficente das Damas (1918), Sociedade Beneficente Beirutense (1920), Associação Beneficente das Moças (1921), Sociedade Beneficente Antioquiana e a Sociedade Beneficente Muçulmana (1927) (TRUZZI, 1991, p. 15-16).

⁶¹ As instituições educacionais também se destacaram: o Colégio Sírio Brasileiro (1917), o Ginásio Oriental (1920), o Colégio Moderno Sírio (1919), o Liceu São Miguel (1922). Os clubes foram: Sport Club Sírio (1917), Club Homs (1920), Zahle Clube (1922), o Clube Atlético Monte Líbano (1934) e o Rachaya Clube (1936). Além desses, cabe mencionar o Asilo à Velhice (1935) e o Sanatório Sírio (1944) (TRUZZI, 1991, p. 15-16).

Em 1917, a Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo fez uma homenagem à comunidade síria, referindo-se a um “núcleo de poderosos trabalhadores estrangeiros”, que teria realizado uma considerável doação em quantia de dinheiro à Cruz Vermelha Brasileira (HAJJAR, 1985, p. 36). Nas palavras de Truzzi (1991, p. 15), “trata-se de uma colônia que investiu pesadamente em instituições humanitárias, de benemerência, associações recreativas e obras espirituais”. Há que se destacar, também, o famoso Hospital Sírio-Libanês, fundado em 1965 por membros da colônia sírio-libanesa na cidade de São Paulo.

O contexto histórico de maior fluxo migratório dos sírios e libaneses ao Brasil se deu entre os anos de 1920 a 1930, período de maior intensidade do pensamento nacionalista no país no que diz respeito às políticas migratórias. O discurso cristalizava-se em torno de um desejável assimilacionismo dos imigrantes, e muitos grupos eram pejorativamente chamados de “alienígenas” ou “ádvemas”. Esse contexto foi marcado por políticas migratórias assimilacionistas e pela exclusão, em parte influenciadas pela “apropriação de doutrinas raciais, cujo pressuposto dogmático era a superioridade biológica dos brancos europeus” (SEYFERTH, 2001, p. 137-139). Portanto, imigrantes alemães, italianos e espanhóis eram mais desejáveis para colonizar, mas belgas, irlandeses (ainda que fossem europeus e brancos) e asiáticos não estavam cotados em “boa” classificação para colonizar, eram associados a exemplos de “insucesso” no Brasil e no exterior (SEYFERTH, 2001, p. 137-139).

Nessa direção, entre os anos de 1872 e 1972 ocorreu um fluxo de entrada de imigrantes no Brasil que ultrapassou 5 milhões, no entanto muitos saíram do país nesse período. Houve grupos numerosos que aqui chegaram e foram classificados como “os outros” pelos órgãos oficiais, como os imigrantes japoneses (o maior grupo) e do Oriente Médio. Além dessas nacionalidades, imigrantes provenientes do Leste Europeu também faziam parte desse contingente migratório (LESSER, 2013, p. 6).

Em 1913, o Brasil recebeu 11.101 imigrantes (um número expressivo) sírios e libaneses. Na década de 1920 foram registrados anualmente cerca de 5 mil novos imigrantes. A partir dos anos 1930, houve uma redução significativa da vinda de imigrantes sírios e libaneses, por conta da Lei de Cotas⁶², que havia sido adotada pelo governo brasileiro (LESSER, 2013). Os imigrantes sírios e libaneses também se deslocaram para outros destinos

⁶² “A lei de cotas entrou em vigor no julho de 1934, por meio do parágrafo 6, do Artigo 121. Esta lei estabelecia que o propósito era garantir a integração étnica e capacidade física e civil do imigrante. Essas restrições estipulavam o limite anual, para cada nacionalidade, de dois por cento do número total dos respectivos membros já fixados no Brasil nos cinquenta anos anteriores à aprovação da lei” (GERALDO, 2009, p. 176).

da América Latina, como a Argentina (o Pampa), Chile e o extremo norte mexicano (TRUZZI, 1999; CABREIRA, 2001).

A inserção desses imigrantes no Brasil foi intensamente urbana, como já mencionado; com suas atividades comerciais, difundiram sua língua. Segundo Osman (1998), a primeira fase da chegada dos imigrantes sírio-libaneses em São Paulo, no século XIX, definiu-se como um enquistamento na Rua 25 de Março e seus arredores⁶³. Até hoje ela é reconhecida como “Rua dos Árabes”. Então, os mascates iniciaram a suas trajetórias social e laboral na 25 de Março, uma região central da grande metrópole paulistana onde está localizado o mercado municipal.

Fotografia 5 – Esquina da Rua 25 de Março com General Carneiro, 1910 – São Paulo



Fonte: <http://www.saopauloinfoco.com.br>⁶⁴.

Todavia, a região era considerada empobrecida na época, com muitos cortiços e tida por aluguéis baratos. No entanto, com o processo de ascensão econômica e social dos primeiros grupos, foi se valorizando. Na parte térrea dos prédios funcionavam os comércios, como as lojas de tecidos, confecções, fábricas, restaurantes, templos religiosos e uma variedade de estabelecimentos; na parte superior, os árabes faziam suas moradias (OSMAN, 1998).

⁶³ As principais vias de colonização árabe na cidade de São Paulo são: a Ladeira Porto Geral, as ruas Basílio Jafet, Comendador Abdo Schahin, Barão de Duprat, Afonso Kherlakhian (antiga Pagé), Senador Queiróz, Carlos de Souza Nazaré (antiga Anhangabaú) (OSMAN, 1998).

⁶⁴ Fotos antigas das proximidades da Rua 25 de Março na cidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.saopauloinfoco.com.br/tag/fotos-antigas-de-25-de-marco/>. Acesso em: 16 set. 2020.

Fotografia 6 – Rua 25 de Março – São Paulo



Fonte: <https://cultureunderpop.wordpress.com>⁶⁵.

Fotografia 7 – Homenagem à colonização árabe – São Paulo⁶⁶

Fonte: <http://www.saopaulo.sp.leg.br>⁶⁷.

Truzzi (1991), em sua primeira pesquisa sobre a colônia, intitulada “De mascates a doutores”, constatou que a trajetória de ascensão social dos sírios e libaneses se deu pela mascateação, depois foram progredindo e abrindo as primeiras lojas de diferentes artefatos e algumas indústrias. Posteriormente, a ascensão social do grupo foi acontecendo a partir da sua inserção nas profissões liberais de *status* no Brasil, como a de engenheiros e médicos e, sobretudo, a inserção do grupo na política institucional brasileira.

⁶⁵ Rua 25 de Março. Disponível em: <https://cultureunderpop.wordpress.com/2013/11/14/rua-25-de-marco-o-polo-comercial-da-capital-sp/>. Acesso em: 16 set. 2020.

⁶⁶ Em 2008, o Senado Federal instituiu o dia 25 de março como o Dia Nacional da Comunidade Árabe no Brasil.

⁶⁷ “25 de Março: a memória da rua dos árabes”. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/memoria/especial/25-de-marco-memoria-da-rua-dos-arabes/>. Acesso em: 16 set. 2020.

Ao final da Segunda Guerra, a colônia sírio-libanesa, que já se encontrava em processo de enraizamento social na cidade de São Paulo, começou a se espalhar para outros bairros, como a Moóca, para a Celso Garcia, a Rangel Pestana e a Rua Oriente, localizada no Brás. Esta última, marcada intensamente pelo comércio de proprietários e trabalhadores de origem árabe até hoje (OSMAN, 1998, p. 3-4).

Inferimos que há mais elementos socioculturais e linguísticos da cultura árabe no Brasil do que imaginamos. Há estudos que explicam a influência da língua árabe na sociedade escravista no Brasil, por meio da influência de grupos étnicos africanos islâmicos dos séculos XVIII e XIX, antes da vinda de sírios e libaneses (ABREU; AGUILERA, 2010, p. 20).

Com a chegada dos sírios e libaneses ao Brasil, uma variedade de palavras foi introduzida no vocabulário brasileiro. Muitas delas aparecem de forma específica na culinária, como: a *baba hanuche*, *beleua*, *cafta*, *esfirra*, *falafel*, *homos*, *laban*, *labna*, *mijadra*, *quibe*, *tabule* e o *tahine* (VARGENS, 2007). Frequentemente, encontramos nos estabelecimentos comerciais de alimentos o tradicional quibe, a esfirra e o tabule.

Cruz (2016, p. 233) elaborou uma pesquisa intitulada “A importância da comida na construção da etnicidade árabe” e destacou que o imigrante árabe teve problemas de socialização já nas primeiras décadas de sua chegada, com “representações preconceituosas” e de “estranhamento cultural”. O fato de apreciarem o quibe cru espalhava-se entre as elites brasileiras, que os classificavam como “turcos-canibais” – uma forma generalizada e ofensiva para os sírios (KARAM, 2009, p. 204). Por sua vez, Cabreira (2001) destaca que um dos preconceitos que a comunidade sírio-libanesa sofria decorria de sua forma de falar, pela dificuldade em não diferenciar o feminino do masculino e a sonoridade de algumas letras, como o *p* e o *v*, que inexistem no alfabeto dos árabes.

Segundo Cabreira (2001, p. 96), houve uma ampla vontade desse grupo em ser aceito na sociedade brasileira, pois os estabelecimentos comerciais pouco remetiam à arquitetura, tampouco às características de um genuíno estabelecimento árabe. A autora ainda destaca que “o primeiro passo para que um grupo seja aceito e inserido em outro maior é parecer-se ao máximo com ele”. Nesse sentido, esse grupo étnico optou por não se diferenciar dos outros estabelecimentos comerciais e procurou construir um processo de aceitabilidade dos demais comércios brasileiros.

Oswaldo Truzzi (2012), em sua pesquisa sobre as trajetórias dos imigrantes sírio-libaneses, nos séculos XIX e XX, na cidade de São Paulo, explica que esses imigrantes não foram assimilados na cultura brasileira, mas também não se fecharam, isolando-se dos

brasileiros. A seguir, o autor justifica seu posicionamento argumentando que um grupo étnico não é a-histórico ou imutável:

Não é possível se trabalhar com uma perspectiva assimilacionista que nos conta uma história unidimensional, desenrolada entre os polos de um passado de tradições deixadas e de um futuro de integração na nova pátria. Não existiram nem caracteres culturais importados de modo fixo, nem abasileiramento (ou apaulistanização), no sentido tantas vezes subjacente às análises sobre imigrantes. A pluralidade de combinações entre a herança cultural e as interações mantidas entre grupos e subgrupos étnicos e a nova sociedade constitui um processo muito mais rico e contradiz a noção de um padrão dominante em direção ao qual esses grupos tenderiam a se aproximar com o tempo. Os imigrantes não necessariamente foram “assimilados”, mas construíram relações sociais absolutamente originais como estratégias de sobrevivência na nova terra. Abandona-se, assim, a noção de grupo étnico como a-histórico, imutável, e sua história pode ser contada, não como um dado, mas como um processo sujeito a idas e vindas, onde atuam forças centrífugas e centrípetas (TRUZZI, 2012, p. 530-531).

Lesser (2015), indo ao encontro do pensamento de Truzzi (1999, 2012), entende que os sírios e libaneses que chegaram ao Brasil nos séculos XIX e XX construíram uma identidade brasileira e agregaram aspectos próprios à cultura, entretanto permaneceram com suas especificidades étnicas. Elegemos nesta pesquisa o termo “grupo étnico”, já que a população síria, em sua trajetória migratória, tende a preservar uma “identidade étnica”, ao mesmo tempo que busca recriar e ressignificar um *modus vivendi* na sociedade receptora. Como pondera Truzzi⁶⁸, as identidades se reinventam e não são estáticas.

Conforme Fredrik Barth (1998), um grupo étnico corresponde a “uma população que se perpetua biologicamente de modo amplo, compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais, constitui um campo de comunicação e de interação”. Não obstante, o autor destaca que “distinções de categorias étnicas não dependem de ausência de mobilidade, contato e informação, mas acarretam processos sociais de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas”, ou seja, fatores como o isolamento e a ausência de contato e comunicação não definem um grupo étnico e sim a sobrevivência cultural desse grupo, em meio a diversas formas de sociabilidades interétnicas e interculturais (BARTH, 1998, p. 188).

Florestan Fernandes analisou a contribuição dos imigrantes sírios e libaneses nas transformações econômicas do Brasil, sobretudo em relação à “consolidação de uma economia de mercado capitalista”. Conforme o sociólogo, tratava-se de um fenômeno pelo qual a Europa já havia passado e o Brasil estava passando, “graças ao crescimento das cidades, à formação de um sistema capitalista de produção e de troca, e ao desenvolvimento do regime de classes

⁶⁸ Informação verbal de Oswaldo Truzzi em 9 de outubro de 2020, em encontro organizado pelo Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

sociais (FERNANDES, [1956] 2010, p. 228-229, apud CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2018, p. 96). Portanto, as atividades dos imigrantes sírios, especialmente voltadas ao comércio, contribuíram para a consolidação da economia de mercado capitalista, sobretudo nas grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Nesta última há uma região central conhecida pelo nome “Saara”, uma área comercial marcada por “sua heterogeneidade étnica e singularidade dentro do contexto da cidade” (BRAZIL, 1998, p. 672).

A região do “Saara” também contou com a inserção de imigrantes sírios, por meio do comércio e a industrialização de armarinhos e tecidos (FAUSTO, 1995). Podemos inferir que a ajuda entre os conterrâneos e os imigrantes já estabelecidos no Brasil foi um dos fatores que impulsionaram o processo de ascensão social dos sírios. Conforme nossa entrevistada:

Durante a primeira guerra mundial, os primeiros imigrantes árabes, havia muita solidariedade, porque eles foram os primeiros, eles estavam desbravando o Brasil. Então, começaram a fundar instituições, associações de comércio e associações religiosas da comunidade étnica árabe. Então, não havia essa diferenciação entre os sírios e os libaneses. Eu acredito que essas diferenças começam a se tornar mais incisivas quando começam os conflitos no Oriente Médio, porque aí se reflete na comunidade aqui no Brasil. Até então, quando os imigrantes estavam saindo do Império Turco Otomano [...] por inúmeras razões, econômicas ou de estarem sendo perseguidos, política ou religiosamente, existia uma solidariedade. Não havia diferenças de quem era sírio, de quem era libanês ou de quem é palestino. Eles queriam migrar para as Américas, e poderia ser Brasil, EUA ou outros países da América Latina (Professora e especialista no mundo árabe, SP, grifo nosso)⁶⁹.

Os sírios preservavam o costume de prestar ajuda aos compatriotas recém-chegados à colônia. Eram os facilitadores que contribuía com a concessão de empréstimos e diversos favores e retribuições no interior do grupo. Ademais, essa minoria étnica não se diferenciou das demais etnias, no que diz respeito ao trabalho familiar, ou seja, um elemento crucial para a ascensão econômica e a sociabilidade na colônia, além do uso das redes de ajuda entre os compatriotas. Para evitar que os imigrantes chegassem ao Brasil e ficassem à mercê da própria sorte, os imigrantes já estabelecidos instrumentalizavam os recém-chegados (FAUSTO, 1995).

Os imigrantes sírios que vieram ao Brasil, após a primeira década do século XXI, chegaram na condição jurídica de refugiados e encontraram um país com características sociais, econômicas e políticas muito diferentes das que os imigrantes dos séculos anteriores encontraram: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o contexto das migrações de massa no Brasil, assim como o ciclo do café e início da industrialização.

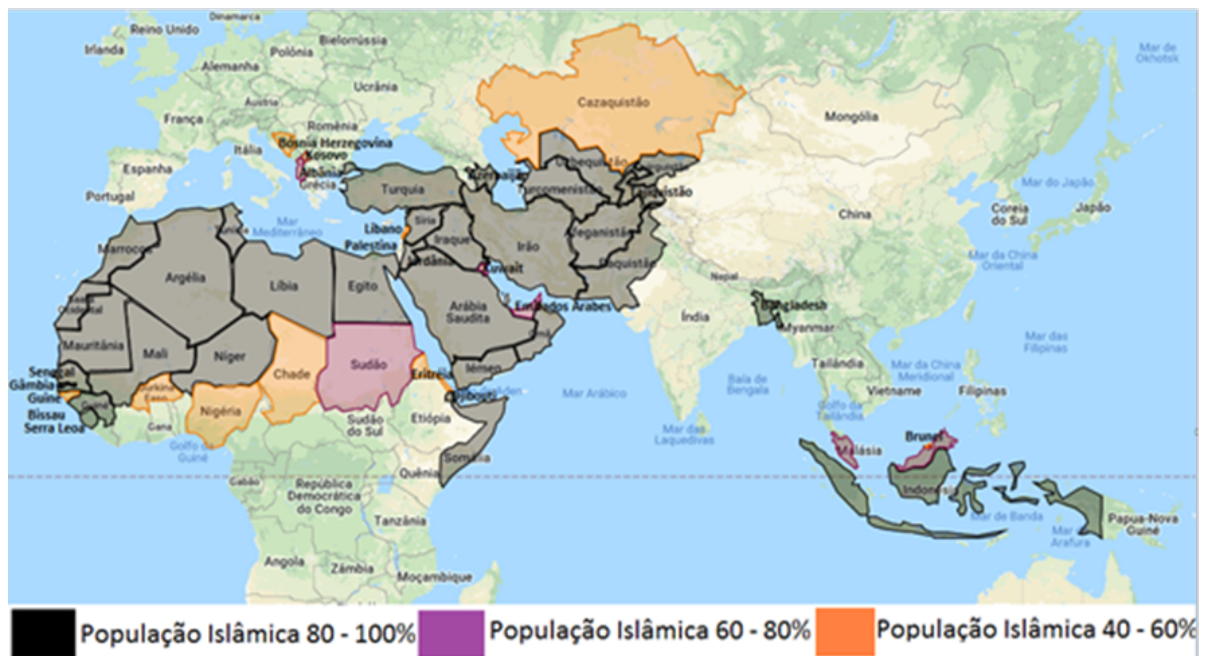
As relações sociais entre os refugiados sírios do século XXI e a comunidade síria e libanesa dos estabelecidos se cruzam ou se encontram com as relações do passado, entretanto

⁶⁹ Entrevista concedida pela especialista no mundo árabe no dia 16 de outubro de 2019 na cidade de São Paulo.

tais relações não são isentas de conflitos de diversas ordens. Se, por um lado, há o acolhimento por parte do grupo de árabes estabelecidos no Brasil, ao oferecerem apoio inicial por meio de vagas de trabalho, principalmente nos estabelecimentos comerciais (como a região do Brás e a Rua 25 de Março em São Paulo), por outro lado, segundo algumas narrativas, os refugiados sírios não foram reconhecidos como compatriotas na comunidade árabe estabelecida.

Ao contrário dos imigrantes sírios dos séculos XIX e XX, que eram majoritariamente cristãos, os refugiados sírios que chegaram ao Brasil a partir de 2011, no contexto de expulsão devido à guerra, são de maioria muçulmana sunita. Cerca de 90% da população síria é islâmica, enquanto a população islâmica do Líbano se aproxima de 50% (Mapa 2).

Mapa 2 – Países de maioria islâmica no mundo



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do ACNUR.

3.5 A GUERRA NA SÍRIA

Há um consenso entre os estudiosos dos conflitos árabes que o episódio chamado de “Primavera Árabe” ou “Revolução Árabe” (Mapa 3) teve início na Tunísia (norte da África) e depois se espalhou pelo Cairo, na Praça Tahrir, capital do Egito. Esses acontecimentos logo depois se espalharam para outras regiões, culminando na guerra na Síria, em 2011. A “Primavera Árabe” teve início a partir de uma série de manifestações populares, cujos manifestantes lutavam por questões diversas, exigindo democracia, mudanças nos governos, ampliação de direitos civis e trabalhistas. Contudo, o fenômeno se deu de forma complexa, com

países e organizações internacionais interessadas nas transformações políticas e, sobretudo, nos recursos naturais da região, principalmente o petróleo e o gás natural.

Mapa 3 – “Primavera Árabe” no norte da África e Oriente Médio



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do ACNUR.

Segundo a pesquisadora de conflitos internacionais Amanda Pimenta⁷⁰, quando os levantes populares impulsionados pela “Primavera Árabe” chegaram à Síria, houve repressão por parte do atual chefe de Estado sírio, Bashar al-Assad. Nesse processo, uma parte do exército sírio desertou, formando o exército dos “rebeldes” e passando a representar a oposição política ao atual governo. O exército dos “rebeldes” é apoiado pelas tropas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), cujo objetivo é dissolver o governo de Bashar al-Assad.

Em meio à diversidade de grupos e atores políticos, o “Estado Islâmico” se fortaleceu em algumas regiões da Síria, pretendendo estabelecer o seu califado (liderança política muçulmana) e reivindicando uma nação política à época de Maomé. “O Estado Islâmico proclama governar um povo: os sunitas habitantes das áreas ocupadas, tanto na Síria quanto no Iraque [...]. Afirma, ainda, exercer autoridade máxima sobre seus seguidores, caracterizando-o como um governo independente, inclusive financeiramente” (informação verbal).⁷¹ A Síria é um país constituído por uma grande variedade de grupos étnicos e religiosos, como xiitas⁷²,

⁷⁰ Em palestra proferida sobre o contexto político e social da guerra na Síria, no dia 3 de maio de 2018, no Instituto Federal de Santa Catarina – Campi de Jaraguá do Sul (informação verbal).

⁷¹ Idem à nota anterior.

⁷² Os xiitas são uma linha do islamismo que seguem a sua fé somente no texto sagrado do Corão, estando presentes principalmente no Iraque e no Irã. “O islamismo é monoteísta e o fiel é muçulmano”, este vai à Meca realizar suas orações diárias (FREIGNIER, 1994, p. 13).

sunitas⁷³, alauitas⁷⁴, drusos e curdos, estes últimos provenientes do norte da Síria que buscam proteger o seu território (SILVA; TRAUMANN, 2016, p. 8).

A guerra, que já se estende por uma década, envolve diversos atores interessados, representados principalmente por dois grupos de países: um grupo formado pelo governo da Síria, apoiado pela Rússia, Irã e China; e outro grupo formado pelos Estados Unidos, apoiado por países como Israel, Arábia Saudita, França e Inglaterra, todos participantes da OTAN.

Pedimos a alguns refugiados que se sentissem à vontade para discorrer sobre a guerra na Síria ou outros conflitos no Oriente Médio, caso fosse a vontade deles. A “Primavera Árabe” e outros conflitos na região, anteriores à guerra na Síria, são elementos complexos que dariam estudos à parte. Ainda que o estudo dos conflitos e disputas de interesses geopolíticos entre os Estados do Oriente Médio não seja o foco desta pesquisa, consideramos esses temas relevantes para a compreensão do processo histórico que culminou na expulsão dos sírios de seu território.

Nas palavras de um dos nossos entrevistados, Abdoulay, “a Síria nunca teve uma tranquilidade 100%”.⁷⁵ Há pessoas que veem a guerra na Síria como um conflito religioso ou político, ou os dois fatores. Vejamos como alguns entrevistados narraram sobre a guerra:

A Síria abrange vários grupos étnicos dentro do seu território. A Primavera Árabe teve início em 2010, na Tunísia, mas na Síria foi um pouco mais tarde. Até então, antes das primeiras manifestações, antes dessa guerra principalmente, a Síria tinha uma certa harmonia, um convívio pacífico entre cristãos, muçulmanos, curdos e drusos. Essas disputas de poder e conflitos internos foram acentuados após a Primavera Árabe (Especialista do mundo árabe, 30, SP).

A gente lá na Síria, ou até mesmo no Brasil, tem várias religiões, lá tem até mais religiões. Em todo islã, antes da guerra, não havia problemas entre as religiões. É como no Brasil, a gente não tinha problemas. Éramos todos irmãos, independente da religião. **Agora, o estado islâmico não é muçulmano na verdade. Eles matam muçulmanos e pessoas de outras religiões, eles mataram o meu irmão lá, o meu irmão era islâmico.** Olha, tem dois países: a Rússia e a América [EUA], eles querem entrar lá, porque a Síria é um país muito rico, tem petróleo lá, tem muitas coisas, tem água também. A América [EUA] fez [financiou] o estado islâmico, porque tem petróleo lá na Síria. Eles entraram lá e fizeram o mal deles, onde tem o petróleo, a Rússia também comparece (Haraam, 33, palestino-sírio, SP, Ocupação Leila Khaled, grifo nosso).

O governo do Bashar al-Assad precisa ser avaliado de duas formas: a minha avaliação não é neutra, nunca foi neutra, não existe avaliação neutra. Existe a política e a ideologia atrás da minha avaliação. Na Síria era (e ainda é) proibido ter partidos religiosos. Para mim é uma coisa boa, para a direita é horrível, acham que vai contra a liberdade. No mundo árabe tem partidos religiosos, tem a Irmandade Muçulmana, por exemplo, de maioria sunita. Esse partido que governa a Turquia agora, que governava o Egito e os salafitas, que governam a Arábia Saudita. Esse foi o fundamento do Estado Islâmico, a direita da direita, extrema direita. Na Síria a maioria

⁷³ Os sunitas são a maioria no mundo islâmico. Eles representam a ortodoxia religiosa, fundamentam-se no Corão e na Suna (ensinamentos do século VIII pregados por Maomé) (FREIGNIER, 1994, p. 13; OLIC, 1995).

⁷⁴ Os alauitas são um grupo étnico-religioso do Oriente Médio, presente principalmente na Síria, contando com cerca de 10% da população. O presidente Bashar al-Assad pertence ao grupo Alauita. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-estranho-destino-dos-alauitas-sirios/>. Acesso em: 14 jun. 2018.

⁷⁵ Entrevista concedida no dia 11 de outubro de 2019 na cidade de São Paulo.

é sunita, e é proibido ter partidos religiosos. O Bashar al-Assad não é sunita, é alauita, mas o partido dele é laico. Os EUA tentaram ganhar (guerras híbridas), ou seja, não entram diretamente na guerra, mas apoiam financeiramente, politicamente, na mídia, forças nacionais para estragarem o país, tornar o país falido e depois abaixar a cabeça para os EUA. Nesse sentido político-estratégico, é lógico que eu vou ficar ao lado do governo Bashar Al-assad, contra eles (a influência do imperialismo estadunidense na região). Mas isso não significa que eu não tenha as minhas críticas próprias contra o governo de Bashar. Estamos na mesma linha político-estratégica, mas não somos iguais. **Eu faço parte do Partido Comunista Sírio, portanto, falo em nome do partido ao qual pertence.** O partido do Bashar é o Baath. Aqui em Curitiba tem uma estátua do pai de Bashar al-Assad... Para mim tanto faz, mas o Hafez al-Assad, o pai de Bashar foi um marco na história do Oriente Médio (eu tenho muitas críticas, muitos comunistas ficaram presos na época dele, mas ele é um marco histórico, é o único presidente árabe que não foi para os EUA) (Mourad, 29, druso, PR).

Apesar de ter uma ditadura militar na Síria, o governo do Bashar al-Assad se diz laico, e é, até certo ponto é. Antes da guerra era. O próprio Bashar é um cara que tem visão, que é inteligente, é médico, estudou na Inglaterra, ele não quis ser o presidente da Síria, de jeito nenhum, nunca quis. Ele foi colocado ali porque não poderia ser outra pessoa. Ele foi obrigado a lidar com isso, após a morte de seu pai, de repente. Era para o seu irmão mais velho, Bassel al-Assad, que também foi assassinado em 1996, acho. Então as coisas mudaram nos últimos cinco anos e ele foi colocado. Ele não é um cara da política, ele é um cara mais humano, na verdade. Hoje em dia ele tem que atuar desse jeito para não morrer. Ele escolheu isso. É a escolha dele. Ele é um assassino por falar, eu acho [Dizem que ele é um assassino]. Ele assumiu essa responsabilidade. E ele sabia que iria ser chamado assim. Também houve muitas pressões e ele também não teve escolhas. Eu não sei se consigo entender o lado dele, mas eu imagino que era isso. Mas o governo sempre foi laico, um pouco de esquerda, o partido Baath (Adil, 26, RJ, grifo nosso)⁷⁶.

Observamos, por meio das narrativas, que não há uma visão unilateral dos refugiados no que diz respeito à atuação e à posição política do atual governo sírio, chefiado por Bashar Hafez al-Assad, mas essa visão se encontra relacionada, também, à ideologia política dos informantes e à sua religião, alguns se consideram ateus. A maioria dos refugiados sírios é muçulmana sunita. Estes, em boa parte se opõem ao governo atual da Síria, que é alauita, mais próximo ideologicamente e religiosamente dos muçulmanos xiitas. Inclusive, nós entrevistamos um refugiado sírio que participou das manifestações do movimento político denominado “Primavera Árabe”. Ele fazia parte do grupo dos rebeldes, contra o governo de Bashar Hafez al-Assad, foi preso e libertado por um amigo infiltrado do governo.

3.6 OS REFUGIADOS SÍRIOS E A COMUNIDADE ÁRABE ESTABELECIDADA NO BRASIL

Oswaldo Truzzi, em informação verbal⁷⁷, aponta que a chegada dos refugiados sírios ao Brasil (séc. XXI) ocorreu (e tem ocorrido) em um contexto de adversidades no que diz

⁷⁶ Entrevista concedida por Adil no dia 10 de setembro de 2019 na cidade do Rio de Janeiro.

⁷⁷ Informação verbal de Oswaldo Truzzi em 9 de outubro de 2020, em encontro organizado pelo Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

respeito à integração econômica, laboral e social do grupo. Portanto, é possível que, se os refugiados sírios tinham alguma expectativa em receber melhor acolhimento da colônia já instalada, essa relação não se deu de forma tão coesa. A colônia atualmente já pertence a outra classe social, e há que se considerar também as clivagens muito diferentes de um grupo para o outro, como a religiosa, por exemplo, explica Truzzi. Ainda, segundo ele, não há nenhum grupo étnico com características homogêneas, porque há disputas entre eles.

Como observa Pinto⁷⁸, existe uma multiplicidade de identidades árabes. Segundo esse professor, por motivos políticos a maioria dos refugiados sírios se opõe ao governo de Bashar Hafez al-Assad. Por outro lado, existe no Brasil uma identidade de pan-arabismo (nacionalismo árabe) que influencia parte da comunidade árabe estabelecida a apoiar o atual governo sírio.

As diferenças ocorrem também no campo religioso: se, por um lado, uma parte dos refugiados sírios segue a religião islâmica de modo mais tradicional e ortodoxo, por outro, conversamos com refugiados que, embora advenham de uma família de tradição religiosa muçulmana, optaram por não seguir a religião. Há também o caso de mulheres que decidiram por não fazer uso do *hijab* no Brasil. Segundo Truzzi, “as clivagens vão se impondo no grupo”, elas são de diversas ordens: políticas, culturais e principalmente religiosas. Por questões históricas, afirma o sociólogo, “os libaneses sempre se acharam mais sofisticados em relação aos sírios” (informação verbal).⁷⁹

O processo migratório dos refugiados sírios para o Brasil pode ser definido pela expressão “migrações Sul-Sul”⁸⁰, pois se trata de migrantes que se deslocam de um país do Sul para outro país do Sul. Considera-se países “do Sul” aqueles que se encontram em um baixo nível de desenvolvimento socioeconômico, sendo considerados subdesenvolvidos ou emergentes (em desenvolvimento); já os países “do Norte” são os que possuem elevado nível de desenvolvimento socioeconômico, considerados desenvolvidos. Patrícia Villen (2015) denomina de “periféricos da periferia” os migrantes Sul-Sul, cujas características são:

⁷⁸ Informação verbal, no Projeto Terças na Hospedaria: encontros sobre a história da imigração no Brasil. Os árabes no Rio de Janeiro. Paulo H. Pinto é professor e pesquisador da Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordena o Núcleo de Estudos do Oriente Médio (NEOM). Em: Instagram:@cmiif.uerj. Acesso em: 8 dez. 2020.

⁷⁹ Informação verbal de Oswaldo Truzzi em 9 de outubro de 2020, em encontro organizado pelo Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

⁸⁰ A parte mais expressiva dos refugiados no século XXI se movimenta no fluxo Sul-Sul. Essas informações são corroboradas também pelos dados divulgados em pesquisa feita pela BBC em 2019: os movimentos migratórios Sul-Sul alcançaram 97 milhões de pessoas em 2017, já os movimentos Sul-Norte, Norte-Norte e Norte-Sul alcançaram, respectivamente, 89 milhões, 57 milhões e 14 milhões de pessoas. Disponível em: “Migrant crisis: Migration to Europe explained in seven charts” – <https://www.bbc.com/news/world-europe-34131911>. Acesso em: 28 de agosto de 2020. Ver artigo de Melissa Gabriella Lopes Barcellos Coimbra e Maria Soledad Etcheverry Orchard (2020, p. 8). Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8658628>. Acesso em: 11 abr. 2021.

A vulnerabilidade socioeconômica, pois este fator combina aspectos ligados à sua própria condição de imigrante (linguística, cultural, de direitos, de tempo de permanência no país, em alguns casos da falta de apoio de familiares ou de redes sociais) com todo o processo de imigração imposto, desde a partida, a quem precisa emigrar com meios escassos ou se endividando. Dessa vulnerabilidade deriva uma maior exposição e disponibilidade (por necessidade) à exploração, no trabalho e em todos os âmbitos da vida social (VILLEN, 2015, p. 9).

Se os primeiros fluxos migratórios de sírios e libaneses, nos séculos XIX e XX, foram marcados por uma identidade local e de ascensão econômica, social e política, em um país em processo de formação do Estado nacional, a recente chegada dos refugiados sírios insere-se em um contexto de instabilidade política, já no primeiro governo de Dilma Rousseff, que iria se intensificar nos anos seguintes com as mudanças de governo e o aprofundamento das crises econômica, social e sanitária. Este início de século tem se caracterizado pela intensificação do processo de globalização econômica excludente, concentração de riquezas, aprofundamento das desigualdades, precarização do trabalho e da vida, guerras, fome e expulsão de milhões de pessoas de suas pátrias.

4 MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS E PRECARIZAÇÃO DA VIDA

4.1 O MENINO ALAN KURDI

Alan Kurdi era uma criança síria, que tinha 3 anos quando se afogou no mar Egeu, na Turquia, em setembro de 2015. Ele estava numa embarcação, fugindo da guerra na Síria, rumo ao Canadá. O pai do menino, Abdulláh, atravessava o mar Mediterrâneo junto com sua esposa e outro filho, de 5 anos. Porém, na travessia, somente o pai sobreviveu. Toda a família de Abdulláh e outras nove pessoas que estavam no barco morreram afogadas⁸¹.

Fotografia 8 – Menino sírio Alan Kurdi, de 3 anos, morto na Turquia



Fonte: Imagem produzida por Nilufer Demir.⁸²

A imagem do menino Alan, morto na praia da Turquia, causou perplexidade ao mundo e se transformou em um símbolo da chamada “crise migratória internacional”, sobretudo a migração de refugiados que tentaram/tentam entrar (em sua maioria) na Europa.⁸³ Em 2015, diversas embarcações que levavam refugiados e imigrantes afundaram ao tentar atravessar o Mediterrâneo em direção à Europa. A Organização Internacional de Migração (OIM) calculou

⁸¹ “A história por trás da foto do menino sírio que chocou o mundo”. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150903_aylan_historia_canada_fd. Acesso em: 22 jul. 2020.

⁸² “Imagem retrata grito de um corpo silencioso.” Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/imagem-retrata-grito-de-um-corpo-silencioso-diz-autora-de-foto-do-menino-sirio/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

⁸³ “Foto chocante de menino morto revela crueldade de crise migratória”. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/foto-chocante-de-menino-morto-vira-simbolo-da-crise-migratoria-europeia.html>. Acesso em: 23 jul. 2020.

que, nesse ano, mais de 3 mil pessoas morreriam no trajeto.⁸⁴ Segundo o relatório *Desperate Journeys*⁸⁵, do ACNUR, somente no ano de 2018 mais de 2.200 pessoas desapareceram no mar Mediterrâneo. No mesmo ano, quase 140 mil refugiados e imigrantes entraram na Europa⁸⁶.

Há alguns anos, o debate sobre migração e refúgio encontra-se no centro das discussões públicas na Europa, um tema de alta politização que ganhou destaque na agenda política da União Europeia e seus respectivos Estados-membros. A partir de 2015 (com o governo de Donald Trump nos Estados Unidos), esse contexto, marcado por intensos fluxos de migrantes forçados, passou a ser denominado “crise dos refugiados” (ARANGO et al., 2018). Para Douglas Massey et al. (1998), não há mais política de fluxos migratórios pelos Estados, agora é “levantar muros” e fazer uma política de contenção, enaltecendo discursos xenófobos e de anti-imigração. Como resultado da crise, fortaleceram-se as políticas de securitização e a contenção dos gastos dos Estados, sendo que as políticas de securitização são resultado das migrações da perda de habitat (CAVALCANTI, 2019⁸⁷; SASSEN, 2016).

Logo após o início da chamada “Primavera Árabe” e do declínio do regime de Gaddafi, na Líbia, em 2011, aumentou de forma expressiva e contínua o fluxo migratório para a Europa, por meio do mar Mediterrâneo central. Em 2014, 170.100 pessoas desembarcaram na Itália, 41.038 na Grécia e 4.228 na Espanha. Em 2015, a guerra na Síria provocou uma emigração em massa por meio do Mediterrâneo oriental (D’ANGELO, 2018, p. 238).

Alguns dos nossos informantes relataram as suas motivações para não se refugiarem na Europa. Um dos entrevistados (antes de conseguir o visto humanitário para o Brasil) relatou o momento no qual tentou realizar a travessia pelo Mediterrâneo, rumo à Alemanha. Outros informantes também relataram os riscos que envolvem a travessia de pessoas com as suas famílias em fuga pelo mar. Vejamos alguns relatos:

Todos os sírios que chegaram na Alemanha, chegaram de uma forma ilegal, pessoas estavam pagando muito dinheiro para chegar na Europa, 5.000 dólares, 8.000 dólares, coisas assim. Daí eu pensei: eu nunca vou pagar isso para ir para Europa, eu uso esse dinheiro para fazer outra viagem. Daí, eu conversei com um amigo que trabalhava com barcos, essas coisas, eu mandei para ele algumas famílias sírias, para fugir também. Ele falou para mim: Jesus, eu posso conseguir um lugar para você de graça.

⁸⁴ “Entenda a arriscada travessia de imigrantes no Mediterrâneo”. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/04/entenda-arriscada-travessia-de-imigrantes-no-mediterraneo.html>. Acesso em: 23 jul. 2020.

⁸⁵ “Desperate Journeys refugees and migrants arriving in Europe and at Europe's borders january – december 2018”. Disponível em: https://www.unhcr.org/desperatejourneys/#_ga=2.20183352.1291851462.1595515682-1558556460.1586907191. Acesso em: 23 jul. 2020.

⁸⁶ “Seis pessoas morreram por dia tentando atravessar o Mediterrâneo em 2018, mostra relatório do ACNUR”. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/01/30/seis-pessoas-morreram-por-dia-tentando-atraversar-o-mediterraneo-em-2018-mostra-relatorio-do-acnur/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

⁸⁷ Informação verbal de Leonardo Cavalcanti no 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, de 9 a 12 de julho de 2019, UFSC – Florianópolis, SC. Grupo de Trabalho 29: “Migrações contemporâneas no Brasil. Novos fluxos, novas perspectivas sociológicas”.

Vamos tentar a Europa? Daí eu falei com uma universidade na Europa, mandei para eles os meus documentos de onde eu estudei, eu falei que eu queria continuar estudando na Alemanha. Eles me aceitaram, só que me falaram: você precisa ir em uma embaixada e abrir um processo e vai demorar uns dois anos, talvez mais. Então, eu recebi essa chance de ir no barco e tentei. **Daí eu fui tentar ir de barco pra Alemanha, daí, no meio do caminho, do nada, caiu bastante chuva, tinha muitos bebês no barco, muitas mulheres, daí a pessoa que estava lidando no barco, falou: não podemos continuar! Temos que voltar, ou o barco vai virar. Daí nós voltamos pra Grécia, eu me lembro que o meu amigo falou assim: se a polícia da Grécia te pegar, não rasga o seu passaporte, fica com o seu passaporte. Mas na Alemanha, se conseguir chegar até lá, se joga no mar e fala: eu sou refugiado e não tenho nada! Eu sou refugiado! Mas não faz isso na Grécia, porque a situação está muito ruim lá para os refugiados. Daí, quando a polícia da Grécia chegou, nos pegaram e perguntaram: de onde vocês são? E nos colocaram em barco de novo e nos mandaram para Istambul (Jesus, 28, SC, grifo nosso)**⁸⁸.

Eu já ouvi que várias pessoas morreram no mar, atravessando o Egito ou a Líbia para entrar na Europa. Por qual motivo ele faz isso? Eu acho que não dá, né? Você teria coragem de colocar o seu filho em um barco para cinco pessoas, mas com cinquenta pessoas? Você coloca o seu filho e a sua esposa para atravessar o mar? Eu acho que eu não tenho coragem de fazer isso, você me entende como é? (Mustafá, 34, SC, grifo nosso)⁸⁹.

Eu tinha muita vontade de sair do Líbano, mas eu tinha muito medo de sair de **barco e morrer afogado, aí eu fui no consulado do Canadá e da Austrália e eles não me deram retorno. Depois eu ouvi falar que o Brasil estava dando um visto humanitário, eu fui lá e fiz a minha entrevista, eu paguei o visto e minha passagem de ida e volta para o Brasil (Abdoulay, 29, SP, grifo nosso).**

Eu vou falar da minha família, depois que eu vim para o Brasil em 2015, depois de um ano eu recebi uma notícia: caiu uma bomba na casa da minha irmã, que estava na Síria, morreu o meu cunhado e ela perdeu uma perna. Eles a levaram para um hospital na Turquia, daí uma das minhas irmãs fugiu para o Iraque e a outra fugiu para o Líbano. A minha mãe e a minha irmã também se espalharam por lá e o meu pai morreu. A minha mãe e a minha irmã caçula se separaram do meu irmão dentro de Aleppo. Eu tenho uma irmã que perdeu o marido e a perna. Ela atravessou o mar com os seus filhos grávida, pegando caminho para a Grécia e chegou na Alemanha, em Munique. A outra irmã foi para o Canadá, essa teve a ajuda do governo canadense, porque pegaram ela na Turquia. Então a minha família está espalhada em sete países. A última vez que eu vi a minha mãe foi em 2012. Mas eu consegui trazer a minha mãe para o Brasil em 2018, eu consegui tirar ela e a minha irmãzinha da Síria. Saiu na capa da *Folha de São Paulo*. Também, recentemente, eu consegui trazer o meu irmão e estamos aqui agora (Abdoulay, 29, SP, grifo nosso).

Chegamos em 2015 [no Líbano] e começaram muitos preconceitos dos libaneses com a gente, o ministro do Trabalho mandou todos os sírios embora dos seus trabalhos, tentou negar documentos da gente, fazer com que a gente pagasse por documentos. Então eu resolvi sair de lá. Quando eu procurei algum país que me aceitasse como refugiado (visto humanitário), eu não achei nenhum, eu pensei assim: quem sabe a Alemanha, mas eu estava sem documento, sem passaporte, todo mundo que vai para algum país da Europa cai no mar (entra em algum país ilegalmente pelo mar). E cair no mar eu não vou! Até que um dia alguém falou para mim que o Brasil estava aceitando pessoas da Síria como refugiadas, eu fiquei muito feliz e pensei: por que será que o Brasil está fazendo isso? Dentro de um mês eu consegui um passaporte e vim para o Brasil, eu consegui (Aziz, 33, SP, grifo nosso).

⁸⁸ Entrevista concedida por Jesus no dia 13 de março de 2018 na cidade de Florianópolis.

⁸⁹ Entrevista concedida por Mustafá no dia 28 de março de 2019 na cidade de Florianópolis.

Segundo as narrativas, os refugiados que conseguem entrar na Europa entram de forma ilegal⁹⁰. Para que uma pessoa possa solicitar o pedido de refúgio, é preciso que ela esteja no país no qual deseja pedir a forma de permanência do refúgio.⁹¹ Muitos deslocados sírios tentaram pedir visto para alguns países da Europa, principalmente para a Alemanha, e também para países da América, como Canadá e Estados Unidos, mas, em sua maioria, tiveram o pedido negado pelos consulados, devido às restrições regulatórias de cada país. No caso do Brasil, já não era necessário apresentar-se fisicamente no país de destino. Quando os refugiados sírios iam aos consulados brasileiros (no Líbano, na Turquia, na Jordânia ou em outro país vizinho), eles conseguiam o visto humanitário para o Brasil, concedido na época pelo governo Dilma Rousseff, e quando chegavam ao Brasil, já solicitaram o pedido para o *status* de refúgio.

Refugiados sírios forçados a migrar dentro do próprio país, ou que se encontram nos países vizinhos da Síria, como o Líbano, Jordânia, Iraque ou a Turquia, são os mais despossuídos economicamente, ou seja, os mais precários. Antes de migrar para o Brasil, a maior parte dos nossos entrevistados ficou em algum desses países vizinhos, trabalhando para sobreviver e juntar dinheiro (inclusive, para poder comprar as passagens aéreas)⁹². Devido aos conflitos históricos de ordem política, étnica e religiosa, é comum os refugiados sírios sofrerem algum tipo de preconceito nos países vizinhos. Tais conflitos apareceram nas narrativas dos nossos informantes, principalmente no que se refere às condições de vida e trabalho no Líbano:

⁹⁰ A Diretiva 2001/51/CE do Conselho, de 28 de junho de 2001, que completa as disposições do artigo 26º da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen de 14 de junho de 1985 e considerando o seguinte: “Para poderem combater eficazmente a imigração clandestina, é fundamental que todos os Estados-Membros adotem um dispositivo que fixe as obrigações das empresas que efetuam o transporte de nacionais de países terceiros para o território dos Estados-Membros. Acresce que para se conferir eficácia a este objetivo, as sanções pecuniárias atualmente previstas pelos Estados-Membros em caso de incumprimento das obrigações de controlo pelas transportadoras devem ser harmonizadas na medida que as diferenças entre os sistemas jurídicos e as práticas dos Estados-Membros o permitam. A presente medida insere-se num dispositivo global de controlo dos fluxos migratórios e de luta contra a imigração clandestina”. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32001L0051>. Acesso em: 31 jul. 2020.

⁹¹ O Brasil assumiu o compromisso internacional de fornecer proteção a refugiados que buscam sua integração e sustento, como qualquer cidadão brasileiro. A solicitação formal de refúgio regulariza, temporariamente, a permanência do solicitante no Brasil, garantindo-lhe o direito ao trabalho e o acesso aos serviços públicos de saúde e educação. Disponível em: https://www.migrante.org.br/wpcontent/uploads/2014/02/direitos_deveres_solicitantes_refugio_brasi2012.pdf. Acesso em: 31 jul. 2020.

⁹² O governo brasileiro facilita visto humanitário a afetados pelo conflito na Síria. Na prática, a pessoa afetada pelo conflito na Síria poderá procurar um dos postos consulares do Brasil que estão autorizados a processar o visto, em Beirute (Líbano), Amã (Jordânia), Cairo (Egito), Istanbul ou Ancara (Turquia). Ela deverá apresentar os seguintes documentos à autoridade consular: documento de viagem válido; certificado internacional de imunização, quando assim exigido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); formulário de solicitação de visto preenchido; comprovante de meio de transporte de entrada no território brasileiro; e atestado de antecedentes criminais expedido pelo país de residência ou pelo país de nacionalidade ou, na impossibilidade de obtê-lo, declaração, sob as penas da lei, de ausência de antecedentes criminais em qualquer país. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1570631506.17>. Acesso em: 21 jul. 2020.

No Líbano era também muito ruim, não tem trabalho, é um país pequeno, só tem o mar e nada mais. E não tem aquela economia, né, como as fábricas que têm na Síria. Fora o racismo, né? Eu não imaginava essa realidade antes, só quando você chega lá que começa entender. As mulheres e os homens [perguntavam] assim: você é da Síria? Parecia que eu era um lixo... várias vezes eu disse: qual é o problema? Tem problema? Não. É assim: parece que eles [do Líbano] estão em cima e a gente embaixo, mas não é assim, a gente tem fábricas. Fora que se eles fecharem as fronteiras entre Síria e o Líbano, eles não teriam luz... várias coisas que não tem no Líbano, a gente tem lá na Síria. Então, tem coisas que envolvem religião, porque lá no Líbano tem lugares [que são dominados] pelo Hezbollah xiita, eles estão a favor de Bashar al-Assad contra o povo da Síria (Mustafá, 34, SC, grifo nosso).

Como discurremos, vários dos nossos entrevistados que conseguiram o visto para entrar no Brasil trabalharam antes em algum país vizinho para juntar dinheiro. Alguns tiveram alguma ajuda financeira dos pais ou da própria família para viajar; outros venderam seus objetos pessoais, como foi o caso de Safira:

Olha, quando as mulheres árabes casam, elas ganham muito ouro, eu vendi todo o meu ouro para fazer a viagem para o Brasil. Nós chegamos sem dinheiro nenhum, o meu esposo trabalha para pagar o aluguel e nós parcelamos as (outras) coisas, cama, coberta, essas coisas, tapete, o primeiro ano foi bem difícil. Eu só trouxe as minhas roupas e as minhas xícaras... (risos), as coisas da cozinha nós compramos tudo aqui. Deixamos tudo lá, na minha casa perto de Damasco, ainda existe, mas é perigoso, não tem mais pessoas lá, mas a minha casa, até agora não aconteceu nada... (risos), mas eu sei que teve pessoas que roubaram, porque está tudo vazio (Safira, 30, SC, grifo nosso)⁹³.

As trajetórias de Safira e dos outros informantes supracitados mostram o drama do deslocamento da Síria aos países vizinhos, antes de chegarem ao Brasil. Porém, para a maioria dos refugiados, o drama permanece após a vinda ao Brasil. Mesmo com a formação e a experiência profissional obtidas na Síria, os refugiados precisam trabalhar em serviços precários, cujo salário mal dá para pagar o aluguel. Safira, que é formada em Design de Moda (na Síria) e hoje reside na cidade de Florianópolis, faz comida árabe em casa para vender fora. Já o seu marido (um palestino-sírio, formado em Contabilidade) não conseguiu trabalhar na área de formação desde quando chegou ao Brasil.

Muitos deslocados que, ao saírem da Síria em direção a algum país vizinho (ou até mesmo algum país da Europa), não conseguem o *status* de refúgio passam a viver em campos de refugiados⁹⁴, sob a administração do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). No entanto, um dos nossos entrevistados relatou: “Os sírios não querem morar em um campo de refugiados, como há muitos nesses países... viver em uma tenda é um inferno: passa chuva, passa frio, passa lama (Abdoulay, 29, SP). Apesar dos problemas, muitas

⁹³ Entrevista concedida por Safira no dia 23 de abril de 2019 na cidade de Florianópolis.

⁹⁴ Embora nenhum dos nossos informantes tenha vivido em campos de refugiados, vários deles nos relataram que algum parente viveu ou vive nesses locais, em países do Oriente Médio ou da Europa.

narrativas apontam a Alemanha como um país da Europa onde ser solicitado o refúgio, caso não conseguissem viver no Brasil:

As pessoas que vivem na Alemanha “vivem bem”, porém, não todos, porque na Alemanha viver em um campo de refugiados é muito complicado. O Campo de lá é horrroso... é chamado de “aeroporto do antigo nazismo”: quartos cheios de câmeras, enfim, parece um presídio, minha irmã está sofrendo muito lá, por falta de assistência e acompanhamento. O povo alemão é muito frio, algumas organizações são preconceituosas, minha irmã é deficiente, ela perdeu uma perna na guerra, até agora ela está sofrendo muito, por falta de assistência jurídica, médica e social (Abdoulay, 29, SP, grifo nosso).

O Brasil tem um relacionamento (diplomático) com o governo Sírio. Agora lá, no Líbano, misericórdia, meu Deus, é horrível... eu estou compartilhando uma realidade de sofrimento com você, sobre o que é pedir um visto humanitário. As entrevistas, lá, sobre o visto humanitário, para quem conseguiu, não tiveram preocupação de se arriscar de maneira clandestina, pena de morte...enfim, tudo isso. **O lado negativo de cada embaixada é que eles estavam dificultando, alguns consulados e embaixadas dificultam, outras não, porque é uma política interna deles. Agora, no Brasil, quem mandava na época era a presidente Dilma Rousseff** (Abdoulay, 29, SP, grifo nosso).

Os refugiados são amparados pela Convenção de Genebra de 1951 (no qual o Brasil é signatário) e possuem o direito internacional de solicitar o refúgio no país de destino, entretanto as normas de regularização são relativas a cada país. Alguns países não permitem a entrada de deslocados sírios, como os Emirados Árabes, a Arábia Saudita e os Estados Unidos (de Donald Trump), por exemplo. No Brasil, os refugiados sírios conseguiram o visto humanitário⁹⁵, concessão que se encontra vigente desde 2013, quando o país era governado por Dilma Rousseff.⁹⁶

4.2 O CASO DE XENOFOBIA CONTRA REFUGIADOS SÍRIOS NA HUNGRIA

Em 2015, um caso de xenofobia contra refugiados sírios adquiriu grande repercussão internacional: uma cinegrafista húngara desferiu chutes a um grupo de refugiados, incluindo

⁹⁵ A Resolução Normativa nº 17 de 20/09/2013, prorrogada pelo período de mais dois anos em 2015, por meio do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), disponibilizou a concessão de visto por razões humanitárias aos migrantes que se deslocaram de maneira forçada por conta da guerra na Síria, e também das regiões fronteiriças, como o Líbano, que também foi afetado pelo conflito. Um aspecto que facilitou a aprovação dessa resolução foram os laços históricos entre Síria e Brasil, desde o primeiro fluxo de imigrantes sírios e libaneses a partir do ano de 1870. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-normativa-n-17-do-conare.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020.

⁹⁶ Informações práticas sobre refúgio e concessão de vistos de caráter humanitário para indivíduos afetados pelo conflito armado na Síria. Dispõe sobre a concessão e os procedimentos do visto temporário e da respectiva autorização de residência para fins de acolhida humanitária a pessoas afetadas pelo conflito armado na República Árabe Síria. Os ministros de Estado da Justiça e Segurança Pública e das Relações Exteriores, no uso das atribuições que lhes conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e os § 1º do art. 36 e § 1º do art. 145 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 14 e alínea “c” do inciso I do art. 30 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Disponível em: http://beirute.itamaraty.gov.br/pt-br/refugio_e_concessao_de_vistos_humanitarios.xml. Acesso em: 31 jul. 2020.

crianças e idosos, que tentavam cruzar a fronteira entre a Hungria e a Sérvia (Fotografia 9).⁹⁷ Esse ato foi bastante criticado por entidades que atuam na defesa dos direitos humanos e dos direitos migratórios em âmbito internacional. Um dos refugiados agredidos pela cinegrafista, que foi chutado com o seu filho de 7 anos no colo, conseguiu proteção na Espanha na época. O caso logo repercutiu em atos de solidariedade: um clube espanhol adquiriu uma casa para o refugiado sírio se instalar junto com a sua família e trabalhar como treinador de futebol.⁹⁸

Fotografia 9 – Cinegrafista Petra László agride refugiados sírios



Fonte: Imagem produzida por AFP/Index.hu – G1 (2018).⁹⁹

Albuquerque Júnior (2016) constata que os ataques de xenofobia aos refugiados são atos de intolerância que podem levar ao receio da contaminação. Para esse autor, existe o medo do contato com o que parece estranho e a ideia do não reconhecimento¹⁰⁰. Nesse último caso, Judith Butler (2018c, p. 138) pondera que as práticas do reconhecimento existem em diversas formas. A autora cita Axel Honneth, para o qual as “atitudes cognitivas são fundadas

⁹⁷ “Caso da cinegrafista que deu ‘rasteira’ em refugiado ilustra crescimento de intolerância na Hungria”. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150909_hungria_cinegrafista_extremista_fd. Acesso em: 18 abr. 2018.

⁹⁸ “Cristiano Ronaldo salta al césped junto al niño sirio pateado en Hungría”. Disponível em: <http://cnnespanol.cnn.com/2015/09/21/cristiano-ronaldo-salta-al-cesped-junto-al-nino-sirio-pateado-en-hungria/>. Acesso em: 18 abr. 2018.

⁹⁹ “Supremo Tribunal da Hungria absolve repórter que agrediu refugiados em 2015”. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/10/30/supremo-tribunal-da-hungria-absolve-reporter-que-agrediu-refugiados-em-2015.ghtml>. Acesso em: 1º jul, 2020.

¹⁰⁰ Ver Axel Honneth (2009): **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. E Judith Butler (2018a): “Quadros de guerra: quando a vida é possível de luto? Corpos em aliança e política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia”.

primordialmente em relações afetivas: envolvimento, preocupação, inter-relação e formas de cuidado”. Butler procura compreender as coordenações sociais e políticas para que determinados grupos sejam mais “reconhecíveis” (BUTLER, 2018a, p. 19-20).

Segundo Albuquerque Júnior (2016, p. 62-63), o agressor teme ao que lhe parece diferente ou ao que ele supõe (ou acredita) ter uma inferioridade, ou seja, a aproximação com os corpos estrangeiros ou “corpos estranhos”. O corpo estrangeiro se encontraria na “na fronteira entre humano e inumano”, logo ele representa uma ameaça e gera repulsão. Então, esses corpos, tidos como diferentes ou “inumanos”, causariam pânico e medo. São tidos como “corpos estranhos”. As ações de xenofobia também perpassam pela ideia do medo da mistura do sangue, assim como o medo de um contato interétnico e a recusa ao diálogo intercultural¹⁰¹.

Mediante o contexto dos fatos ocorridos, as sociedades contemporâneas estariam passando por tensões entre as relações interétnicas e interculturais, com base em ideologias racistas (exemplo disso são os Estados Unidos, governado por Donald Trump, que adotou políticas de extrema-direita e discursos ultranacionalistas frente à denominada crise dos refugiados na Europa e nos Estados Unidos). Nessa direção, o racismo, a xenofobia e a islamofobia foram intensificados com as migrações internacionais no século XXI, sendo que uma parte considerável desses imigrantes e refugiados é formada por árabes e/ou que seguem a matriz religiosa islâmica. Esses sentimentos de preconceito e intolerância são, muitas vezes, alimentados pelos Estados nacionais e pela indústria midiática. Quando as manifestações de intolerância e ódio se dirigem a grupos árabes e islâmicos, denomina-se, respectivamente, arabofobia e islamofobia.¹⁰² Esses grupos se encontram na esteira da precarização da vida e do trabalho (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2016; FARAH, 2017, p. 13; SANTOS, 2016, p. 2).

Os refugiados, por conta da “bestialidade das guerras”, por exemplo, são muitas vezes vistos como “estranhos” em nosso meio, quando estão em busca de asilo e trabalho, sobretudo na Europa (BAUMAN 2017, p. 13). Não raro, em muitas sociedades, “o corpo estrangeiro” é tido como uma ameaça à nação [e vulneráveis] e estes só seriam “reconhecidos” pelo seu estatuto jurídico e não como cidadãos (TIJOUX; RETAMALES, 2015, p. 136).

Para o atual contexto de recrudescimento das intolerâncias, da xenofobia e do racismo no Brasil, podemos mobilizar a ideia de “intolerância selvagem”, de Umberto Eco (2020). Para o autor, os fundamentalismos, o integristismo (político e religioso), assim como o racismo,

¹⁰¹ Ver FLEURI, Reinaldo M. Intercultura e Educação. **Educação, Sociedades & Culturas**, Porto, n. 23, 2003.

¹⁰² O termo “islamofobia” surgiu na França nos anos de 1920 (*islamophobie*) e ressurgiu na década de 1970. Entretanto, nesses momentos distintos, o termo contou com diferenças de significado. No primeiro momento, o termo referia-se às disputas e diferenças no interior do Islã e, no segundo momento, ao repúdio aos muçulmanos e ao islamismo (SANTOS, 2016, p. 2).

apresentado falsamente como científico, sobretudo no século XIX, no Brasil e na Europa, são formas de doutrinas. Porém, segundo Eco (2020, p. 42), a intolerância existe anteriormente às doutrinas, por ter também uma origem biológica, pois “baseia-se em relações emocionais, muitas vezes superficiais – não suportamos os que são diferentes de nós porque têm a pele de cor diferente, porque falam uma língua que não compreendemos, porque comem rãs, cães, macacos, porcos, alho, porque são tatuados”.

Pensamos que Eco pode até ter uma parcela de verdade sobre a ideia de que as pessoas, de forma inata, carregam sentimentos que possam vir a desencadear ações de intolerância, ou desreconhecimento, mas lançamos mão da ideia, que ações de intolerância fazem parte de construções sociais, culturais e políticas, sejam elas manifestações xenófobas ou racistas, por parte de extratos socioculturais na sociedade.

Destarte, não concordamos com Eco (2020) em relação à ideia de que as pessoas, de forma inata, carregam sentimentos que possam vir a desencadear ações de intolerância, ou desreconhecimento. Porém, corroboramos com o autor quando sugere que a noção de “intolerância selvagem” pode ser mobilizada por doutrinas racistas.

4.3 PRECARIEDADE E RECONHECIMENTO EM JUDITH BUTLER

É a partir da condição de vulnerabilidade social e da vida dos refugiados que dialogamos sobre a existência das “vidas precárias”, conceito desenvolvido por Judith Butler (2011; 2018a; 2018b). Para a autora, discorrer sobre a precariedade (*precariousness*) envolve a questão do reconhecimento. Entendemos que a noção de precariedade vai ao encontro da condição de vulnerabilidade dos refugiados de diversas nacionalidades em âmbito internacional.

Para Butler, todos somos precários, mas algumas pessoas se encontram em situações mais adversas da condição da precariedade. A filósofa faz o seguinte questionamento: o que significa ser reconhecido? Não se trata de um atributo positivo aos seres humanos, porque existe a necessidade de analisar o ser humano na sua individualidade. O ser humano em si já seria a norma do reconhecimento, mas o que a autora observa é que a ideia de reconhecimento não resolve a noção de que “ser reconhecido é uma potencialidade humana e que pertence a todas as pessoas, então, o problema que temos diante de nós já está [estaria] resolvido” (BUTLER, 2018a, p. 19-20). O que está em questão para Butler é: quais seriam as ordenações para que determinados indivíduos sejam “reconhecíveis” e outros em uma situação mais complexa ou intratável de reconhecimento?

Para Butler (2018a), trata-se de compreender como as normas sociais operam em seu aspecto mais amplo ou como elas são espúrias, e o que poderia ser realizado para que se produzam as condições de igualdades de reconhecimento, para que, então, se tenha um desfecho integralmente democrático. Para ela o reconhecimento se dá na esfera pública, por meio das relações sociais. Assim, o ato do reconhecimento acontece onde há duas pessoas ou mais, e se dá por meio da reciprocidade, tal como na perspectiva hegeliana.

Ainda, segundo a autora o reconhecimento envolve duas questões para o seu entendimento: *apreensão e inteligibilidade*. A primeira significa que o ato de conhecer não equivale ao reconhecimento, sendo passível de se encontrar inflexível ao reconhecimento. A inteligibilidade é o modo como é regulada a compreensão do que é inteligível. O fato de conhecer não significa reconhecimento, mas uma vida precisa ser inteligível àquilo do que se conhece, como sendo uma vida para que se torne reconhecível (BUTLER, 2018a, p. 21).

Nessa direção, segundo Butler (2018a, p. 21) “as normas da condição de ser reconhecido preparam o caminho para o reconhecimento, os esquemas de inteligibilidade condicionam e produzem essas normas”. Uma vida que se enquadra fora dos padrões normativos tende a se tornar um problema, e a autora traz a ideia de que é preciso ser reconhecido como uma vida (“está vivo, mas não é uma vida”, ou seja, se encontra fora do ajustamento equipado pela norma).

Butler traz o conceito de “*to be framed*”, que quer dizer: “ser enquadrado”, “um quadro que será emoldurado”. Ela exemplifica a partir da ideia de um indivíduo criminoso que será acionado pela polícia (*framed*), ou uma pessoa inocente que também pode ser incriminada injustamente, quando as “provas” contra o indivíduo são forjadas. Segundo a autora, no ato de emoldurar um quadro está em jogo a maneira de interpor e alargar a imagem (BUTLER, 2018a, p. 23). Butler, então, explica como o problema do enquadramento apreende a vida na precariedade.

É possível apreender a condição da vida em sua precariedade por meio dos enquadramentos que nos são disponibilizados e a partir deles as chances do reconhecimento são aumentadas. Butler (2018a) cita o exemplo das mídias alternativas, que são muito importantes para se (re)pensar a relação entre enquadramento e reconhecimento.

Butler (2018a, p. 28) analisa uma questão muito relevante para esta pesquisa (no caso, os refugiados sírios) quando trata da (in)visibilidade das vidas precárias: “são os enquadramentos que, efetivamente, decidem quais vidas serão reconhecíveis como vidas e quais não o serão e que devem circular, a fim de estabelecer sua hegemonia”. Nesse caso, existiria uma forma de hierarquizar o valor da vida enquanto enquadramento. A moral como

autoridade se constrói na forma como o discurso é estruturado, disso decorre a forma como ela é adotada e fundamentada, não somente quando fazemos alusão ao outro, mas quando, “de alguma forma, passamos a existir no momento em que o discurso nos alcança, e que algo de nossa existência se prova precária” (BUTLER, 2011, p. 15).

Para Butler, o cenário do reconhecimento é construído publicamente. Queremos pensar justamente na chocante imagem (disseminada pelos meios de comunicação) do corpo do menino Alan Kurd, encontrado morto em uma praia da Turquia. Esse exemplo do menino sírio decorre de relações de disputa de poder (e envolve também a noção de público, para Hannah Arendt).¹⁰³

Nessa direção, a mídia, como um espaço público, pode tanto produzir a visibilidade como a invisibilidade dos corpos. Para Butler, a condição de uma identidade precária se ontologiza no corpo. Seguindo o exemplo mencionado no parágrafo acima, o corpo do menino Alan Kurdi, amplamente divulgado pelos meios de comunicação, se tornou o âmago de um problema político, isto é, a crise migratória internacional a ser debatida e “resolvida” pelos aparelhos de Estado, sobretudo na Europa.

A partir daí, podemos pensar na noção de *precariedade* como uma categoria jurídica, e na condição jurídica de refugiado, ou seja, a concessão do seu *status* jurídico, que se dá a partir dos corpos precários. A ideia do reconhecimento público e jurídico do refugiado se dá no reconhecimento de uma identidade constituída em uma vida precária.

Esses corpos, ou melhor, essas vidas precisam ser acolhidas e amparadas por políticas de Estado.¹⁰⁴ Para Butler (2018a, p. 13), a precariedade é uma condição social e, no caso dos refugiados, o sistema jurídico se encontra na base do reconhecimento. Segundo a autora, “afirmar que uma vida é precária exige não apenas que a vida seja apreendida como uma vida, mas também que a precariedade seja um aspecto do que é apreendido no que está vivo” (BUTLER, 2018a, p. 30).

Butler argumenta que deveriam ser produzidas (social e politicamente) formas inclusivas e também igualitárias ou mais democráticas para o reconhecimento da precariedade. E que de fato esse reconhecimento se transforme em políticas sociais e também em políticas públicas concretas, como o direito à moradia, à inserção laboral, à saúde, à alimentação e ao próprio dispositivo jurídico da condição de precariedade (BUTLER, 2018a). Ainda, a filósofa

¹⁰³ Judith Butler dialoga com Hanna Arendt sobre questões de política e poder.

¹⁰⁴ Curso sobre Judith Butler (Quadros de Guerra e Vidas Precárias) – ministrado pela Profa. Dra. Jacqueline Moraes Teixeira. Novembro de 2018, Universidade de São Paulo – Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo (USP).

destaca que uma vida pode ser “apreendida, entendida, encontrada, e pode ser pressuposta por certas normas de reconhecimento, da mesma forma que pode ser rejeitada por essas normas” (BUTLER, 2018a, p. 30). O quadro (a imagem) do reconhecimento pode efetivar a condição da precariedade, como é o caso do menino Alan Kurdi morto na praia, ou o caso da família de refugiados sírios perseguidos por guardas e agredidos com rasteiras pela cinegrafista na Hungria. Esses exemplos expostos pela mídia demonstram a condição de precariedade dos corpos vulneráveis.

A partir daí pensamos na condição de extrema vulnerabilidade dos corpos, que necessitam de proteção social. Para Butler (2018a, p. 31), “a precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre nas mãos do outro”, tanto daqueles que conhecemos, como daqueles que não conhecemos. A autora também discorre sobre “questões éticas de caráter global”, que dizem respeito às nossas obrigações com grupos que se encontram próximos de nós, assim como com grupos que estão social e culturalmente distantes.

As obrigações com os mais distantes, assim como com os que estão próximos, atravessam fronteiras linguísticas e nacionais, e são possíveis apenas em virtude de traduções visuais ou linguísticas, que incluem deslocamentos espaciais e temporais. Esses tipos de circuitos confundem todas as bases comunitárias das quais dispomos para delimitar ações globais (BUTLER, 2018b, p. 15).

Para Butler (2018b, p. 111), a nossa vida só é possível nas relações, na convivência, ou seja, essa ideia faz parte de sua teoria política, o prisma da convivência. Mesmo em situações de conflito, a autora dialoga com a ideia de “coabitação”.

Aqui podemos pensar em uma ética da convivência entre os refugiados sírios (e outras nacionalidades) e os brasileiros; mesmo em suas culturas distintas, há a necessidade de uma convivência, uma ética que transcenda as nossas escolhas. Para Butler essa questão pode ser traduzida em “estratégias políticas de coabitação”, ou seja, há uma necessidade do exercício ético de práticas de convivência, mesmo daqueles que não se identificam como iguais, entretanto se faz necessário conhecer as nossas homologias (BUTLER, 2018b).

Butler entende que as ações são mediadas pelas relações¹⁰⁵ quando se trata de questões de localidade. O evento que está acontecendo em certo lugar está acontecendo, de alguma forma, perto de nós e em diversos outros lugares. Ela está falando de uma exigência ética do acontecimento que é revertível de certa forma.

¹⁰⁵ Butler “invoca uma leitura de Hegel em plena era digital” (2018b, p. 117).

A filósofa destaca a necessidade de registrar os corpos das pessoas que se encontram em risco ou mesmo os corpos já sem vida¹⁰⁶, trata-se de fazer um reconhecimento ético da condição de precariedade dessas vidas (BUTLER, 2018b). Ela dialoga com outros dois filósofos, Emmanuel Lévinas e Hanna Arendt, sobre as conexões entre relações éticas, de proximidade¹⁰⁷ e distância. Nas palavras de Butler (2018b, p. 119): “A posição de Lévinas nos permite chegar à conclusão de que o conjunto de valores éticos por meio dos quais uma população está ligada a outra não depende, de maneira nenhuma, de essas populações terem marcas similares de pertencimento nacional, cultural, religioso ou racial”.

Butler (2011, p. 16) mobiliza a noção de “rosto” de Lévinas para explicar como os outros reclamam a moral sobre nós, que podemos aceitar ou recusar, entretanto somos livres nessa escolha, ou seja, pensar em um contexto de relações éticas de alteridade, entre os diversos grupos nacionais e étnicos, que não estão ligados às questões de identitarismos culturais, sociais ou mesmo religiosos.

Já o diálogo de Butler com Hanna Arendt trata de mobilizar a ideia da valoração política da ação, assim “tanto Lévinas como Arendt discordam da concepção liberal clássica de individualismo, ou seja, da ideia de que os indivíduos concordam conscientemente com certos contratos” (BUTLER, 2018b, p. 123). Arendt, ao analisar o julgamento de Adolf Eichmann¹⁰⁸, mencionou que “ele achava que podia escolher quais populações deveriam viver e morrer e, nesse sentido, pensava que poderia escolher com quem conviver na terra” (BUTLER, 2018b, p. 123). Para a filósofa alemã, Eichmann pensou que poderia decidir quem viveria e quem morreria, mas nenhuma pessoa pode dispor desse direito.

Butler (2018b), ao dialogar com essas análises de Arendt, destacou que devemos aceitar e preservar as instituições que zelem pela pluralidade de estreiteza, e isso não significa partilhar do mesmo *ethos* social, mas temos a obrigatoriedade de resguardar essas vidas. Nessa direção, o processo de humanização do refugiado perpassa pela indispensabilidade do reconhecimento da insigne humana (ARENDR, 2010). Um dos nossos informantes discorreu sobre a invisibilidade dos refugiados no Brasil (principalmente dos negros) e a visibilidade atribuída pela imprensa aos refugiados sírios, reconhecidos como brancos:

¹⁰⁶ No contexto da vulnerabilidade dos corpos dos refugiados sírios, entendemos que o registro pode ser publicado pela mídia e inclusive investigado em pesquisas científicas. Tal questão envolve uma relação ética de alteridade.

¹⁰⁷ Quando Butler (2018b) fala de proximidade, entende-se como vínculos no interior de uma mesma comunidade. O conceito de proximidade é de Emmanuel Lévinas, sobre a ideia das relações éticas.

¹⁰⁸ No dia 11 de abril de 1961, teve início em Jerusalém o julgamento de Adolf Eichmann, responsável durante a Segunda Guerra Mundial pela deportação de centenas de milhares de judeus para campos de concentração. “1961: Julgamento de Adolf Eichmann”. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1961-julgamento-de-adolf-eichmann/a-785685>. Acesso em: 28 jul. 2020.

Os refugiados sírios marcaram uma mudança aqui no Brasil, porque antes da guerra na Síria vinha bastante gente (imigrantes) da África, que era a maioria, e o africano é invisível na sociedade brasileira. Aí o sírio virou pauta na imprensa mundial, aquela criança [o menino sírio Alan Kurdi, achado morto na costa da Turquia] se tornou pauta na imprensa brasileira também. Na sociedade brasileira tem muitos descendentes de sírios e libaneses, então, várias autoridades (inclusive o presidente Michel Temer) se sentiram tocadas, de forma que os refugiados africanos não tocam a sociedade brasileira. Então, a imprensa passou a dar o tratamento (visibilidade) e vários órgãos começaram a se movimentar, um exemplo é o Sebrae, que era dirigido por um descendente de sírios. E o sírio, em relação ao africano, não tem o problema de preconceito em relação à cor, e ainda tem todo o histórico de pessoas sírias e libanesas que vieram para cá (comunidade dos estabelecidos árabes no Brasil) (Salvador, 43, Instituto Adus, SP, grifo nosso)¹⁰⁹.

Ponderamos a importância social e política de mobilizar nesta pesquisa o trágico caso do menino sírio Alan Kurdi, porque a imagem desse menino virou símbolo da crise dos refugiados em âmbito internacional. O caso dessa criança não foi o único, milhares de outras crianças, jovens, adultos e idosos, de diversas nacionalidades e etnias, também tiveram um trágico final. Não obstante, a imagem dessa tragédia mobilizada pela mídia internacional evidencia a vulnerabilidade da vida e dos corpos de pessoas que foram “enquadradas” em condições de extrema precariedade, para que então pudessem ser “reconhecidas” (ou não) pelos Estados e despertar nas nações um senso de comoção social, ética e moral sobre a precariedade e a vulnerabilidade da vida de refugiados.¹¹⁰

Destarte, é importante ponderar que, de fato, no Brasil os refugiados e os imigrantes negros têm uma invisibilidade emblemática, devido ao racismo estrutural e institucionalizado. Já os refugiados sírios, ainda que sejam vistos como brancos no Brasil, também são submetidos a problemas de ordens diversas, como ataques xenófobos e discriminação de ordem religiosa (principalmente em relação às mulheres muçulmanas que fazem o uso do *hijab*) em um país que preserva em seu imaginário social a invenção de uma suposta democracia racial ou étnica. Conforme o relato de Safira sobre o uso do *hijab*:

Eu acho que o *hijab* aqui (Brasil) é uma questão de coragem para as mulheres muçulmanas, eu gosto de usar, às vezes eu quero, mas é difícil aqui. Para a minha religião o *hijab* é bem importante, mas eu não uso aqui. Eu não passei preconceitos aqui no Brasil, acho que é porque eu não uso o *hijab*, tem muitas pessoas que acham as roupas das muçulmanas estranhas, acham que ela é terrorista, mas não, não é assim! Às vezes têm criança que fala com as minhas filhas na escola: Ah você é árabe, você é muçulmana, você não é brasileira, mas é criança, eu não ligo pra essas coisas, eu converso com as minhas crianças [sobre estas questões] (Safira, 31, SC).

¹⁰⁹ Entrevista concedida por Salvador no dia 15 de outubro de 2019 na cidade de São Paulo.

¹¹⁰ O texto de Castro e Moulin (2019, p. 1), intitulado “Vidas em movimento: da consideração à ética da diferença”, aborda a necessidade de “como pensar e reagir à desigualdade que modula entre seres que merecem viver e aqueles submetidos a condições de exceção, interditados em sua significação sociopolítica”.

Safira, que segue a religião muçulmana, nos relatou que prefere não usar o *hijab* em locais públicos no Brasil para se proteger dos preconceitos e também prefere não falar a língua árabe quando precisa pegar algum transporte público ou algum transporte de aplicativos. Ela também instrui as suas filhas para essa conduta.

4.4 A PRECARIZAÇÃO DA VIDA E AS REDES DE SOLIDARIEDADE

A maioria dos refugiados sírios chegou ao Brasil com alguma reserva econômica, mas o dinheiro logo foi acabando devido aos altos custos com alimentação, moradia e transporte. Como relatou Zayn (29, SP), “pode ser que eles [os refugiados sírios] venham com dinheiro, mas o custo de vida aqui é grande... então vai chegar um momento que você não tem mais, tipo, você só tá gastando, gastando e não tem como repor, não tem outra fonte”.¹¹¹

As condições de vida e trabalho dos refugiados foram se tornando bastante precárias, alguns até mesmo se encontram desprovidos de capital social¹¹² no Brasil. Além da precariedade econômica, existe a dificuldade (por diversas razões) em aprender a língua portuguesa. A maioria dos refugiados sírios tem o domínio da língua inglesa, mas erroneamente pensaram que conseguiriam se comunicar com os brasileiros nessa língua quando chegaram ao Brasil. Algumas narrativas retratam bem a questão da comunicação com os brasileiros, alguns relatos são emblemáticos pelo drama vivido pelos refugiados:

Quando cheguei ao Brasil (2015), eu conheci uma pessoa que falava inglês, depois descobri que ele era um traficante... Bom, mas ele ajudou a gente a ir para a Polícia Federal pedir refúgio. Conhecemos algumas pessoas árabes que não ajudavam de jeito nenhum. Foi uma dificuldade achar uma casa e, além de achar uma casa, achar um fiador. Foi o maior desafio. Então começou o sofrimento de achar uma casa. A gente tinha que trabalhar com qualquer coisa. Eu me lembro que trabalhei numa fábrica de granito, como pedreiro. Foi um trabalho bem pesado para mim. Eu escrevi um artigo (eu me considero um historiador, que primeiro monta um banco de dados histórico para fazer a análise concreta, para depois “jornalizar”) em que me senti como se fosse um preso na 2ª Guerra Mundial, que tinha que trabalhar com qualquer coisa. Eu li uma história sobre um médico soviético que foi preso na Alemanha em 1942, e ficou trabalhando 3 anos numa mina, numa montanha. Eu me senti isso (Mourad, 29, PR, grifo nosso)¹¹³.

Na verdade, quando eu cheguei (ao Brasil) eu comecei a trabalhar numa empresa de construção, eles fazem prédios, então eu trabalhei na parte de compras. Ajudei em um trabalho assim, de escritório mesmo, Excel, essas coisas. Também fiz coisas que chamam de manual de proprietário. Quando eles entregam um apartamento tem que entregar um CD que tem as plantas, tem os desenhos, tudo, então vai ser tipo um Manual para pessoa saber se ela quer mudar alguma coisa, então eu fiz para eles. Mas o que foi ruim é que eu morava e trabalhava no mesmo local. **Eu trabalhava, por**

¹¹¹ Entrevista concedida por Zayn no dia 23 de julho de 2018 na cidade de São Paulo.

¹¹² Ver Bourdieu (1980) e Coleman (1990).

¹¹³ Esse refugiado entrevistado é jornalista formado na Síria e também concluiu em seu país de origem o curso de Direito. Atuou também como advogado na Síria. Em 2019 concluiu o mestrado em Direito pela UFPR.

exemplo, no primeiro andar, e no segundo andar tinha um quarto que eu consegui ficar. Mas era ruim para mim porque eu estava com pessoas que falam árabe ou inglês, então eu não conseguia aprender rápido a língua portuguesa. Principalmente, também, porque eu sou fluente em inglês, então quando eu cheguei aqui, achei que dava para me virar com o inglês, mas não é... tem que saber o português mesmo (Zayn, 29, SP, grifo nosso).

Eu sempre me dei muito bem com as pessoas (no Brasil), mas eu tenho um problema com a língua portuguesa, porque a língua para mim é difícil, minha língua mãe é o árabe, eu estudei o inglês por causa da engenharia, mas o português eu comecei a estudar só aqui. Eu estudei o português só sete meses, depois eu não tive mais tempo para estudar, porque eu preciso trabalhar. **Como eu falei para você, o governo não ajuda, ele não faz [oferece] curso de português, só as ONGs, eu não consigo parar para estudar porque eu preciso viver com a minha família e não posso só ficar para estudar. É uma língua nova, o mais importante é a língua. Aqui você precisa trabalhar no próximo dia. Se você não trabalha, então você não pode viver, entende? Esse é o problema aqui (Naim, 45, SP, grifo nosso).**

Foi um choque pra nós, não falávamos português, não conhecíamos nada da cultura brasileira, eu não conhecia pessoas aqui, nada. Eu só tenho uma amiga (brasileira) e eu procurei [aulas de português] com ela para completar a nossa vida (trabalhar). **Eu achei uma aula de português gratuita, também com a Glória (diretora de uma ONG), ela ajuda com essa parte, ensinar o português, eu falo pouco de português, mas eu não gosto dessa aula, porque não ajuda muito pra nós. Uma aula sobre o dia a dia, não é uma aula oficial de português, mas eu fiquei quatro meses para aprender a falar com as pessoas, um pouquinho na rua, no posto de saúde, na escola das meninas. Eu consegui colocar uma das meninas na creche, tem uma creche perto da minha casa. E depois elas me ajudam a falar o português (risos), elas entendem mais rápido, elas falam direitinho (risos), a de seis e a de oito [anos]. Elas entraram na creche, sem uma palavra em português pra falar e (hoje) elas entendem rapidinho. E depois elas nos ajudam, na primeira vez que elas foram para a creche foi mais difícil, não tinha como ajudar elas [por causa da língua], aí eu fiz amizade com a mãe da amiga delas, ela é bem boazinha, me ajuda com um grupo no WhatsApp para conversar e para tirar dúvida, sempre. E depois eu estudo com ela, eu estudo com a minha filha de oito anos, com o livro do 1º ano, igual criança (Safira, 31, SC, grifo nosso).**

Foi difícil (aprender a língua), foi difícil mesmo... No começo, nos primeiros seis meses eu não queria ficar, porque o meu plano era não ficar no Brasil, era só uma parada. Aí nós vimos que era complicado e se você vai ficar tem que se virar, para você se virar tem que aprender e precisa falar... **Foi bem difícil nos primeiros seis meses, o primeiro ano também, eu chegava a ficar com dor na minha cabeça, porque eu queria saber o que esse povo tá falando e eu não conseguia. Depois, eu consegui fazer o primeiro curso de português para estrangeiros, é um curso simples, o professor é muito legal, lá da Universidade. É muito absurdo ter que pagar 510 reais em um curso desse aí, porque a gente era imigrante e sem dinheiro, realmente, porque já tinha acabado o nosso dinheiro, né? Nós estávamos morando com uma família brasileira aqui, nos primeiros seis meses. Para cá e para lá, acabou o nosso dinheiro e fomos morar em uma casinha. Não foi uma experiência muito legal, bom, mas não vamos tocar nesse assunto. Aí a Caritas, naquela época (2014), conseguiu pagar (uma parte) para nós, o curso que era 510 ficou por 300 reais (Yasser, 36, SC, grifo nosso)¹¹⁴.**

É uma unanimidade nas narrativas a importância de se aprender a língua portuguesa, sobretudo porque o aprendizado na língua requer urgência para poder trabalhar e se inserir no meio social brasileiro. São muitas as dificuldades e as queixas dos refugiados. Primeiro porque,

¹¹⁴ Entrevista concedida por Yasser no dia 15 de agosto de 2019 na cidade de Florianópolis.

segundo os relatos, os cursos de língua portuguesa oferecidos pelas ONGs e ministrados pelos voluntários dessas instituições são insuficientes e não teriam a estrutura adequada para repassar o conteúdo necessário ao seu aprendizado, como Safira nos relatou.

Uma das dificuldades mencionadas por Yasser é a de que existem cursos de língua portuguesa oferecidos para a comunidade nas universidades públicas, mas estes (ainda que tenham um custo mais acessível para o padrão da classe média brasileira) são considerados caros para os refugiados que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica e social. Safira relatou que suas filhas em idade escolar, uma menina de 6 anos e outra de 8, vão à escola e aprendem rapidamente o idioma. A criança refugiada, então, se torna uma agente de integração local da família, no entanto é possível que ela seja mais sobrecarregada, não tendo tempo integral para se dedicar aos estudos e brincadeiras. Essa criança vai ao banco junto com os pais, vai ao supermercado e se torna agente de comunicação no aprendizado da língua portuguesa por sua família.

Diante dessas dificuldades, muitos refugiados sírios, quando chegaram ao Brasil, procuraram a comunidade árabe estabelecida¹¹⁵ para conseguir um trabalho e obter ajuda para alugar um imóvel. Na cidade de São Paulo, muitos conseguiram trabalho nos inúmeros restaurantes de comida árabe e nas lojas de confecções, nos bairros do Brás e na Rua 25 de Março, no centro da cidade. Conforme as narrativas, os refugiados exerceram (e muitos exercem) atividades laborais precárias, mal remuneradas e em ambientes insalubres. Vários informantes nos disseram que essa foi a única maneira de conseguir trabalho para recomeçarem a vida em um novo país, pois os proprietários dos estabelecimentos de produtos árabes têm o domínio da língua árabe. Conforme os depoimentos:

Eu não estudei, eu trabalhei na Síria dez anos como cabeleireiro, eu estudei apenas na escola mesmo, depois eu trabalhei no Líbano um pouco. No Brasil, o meu trabalho foi em uma cozinha lá no Brás, mas o salário era muito pouco, é muito difícil, eu cheguei no Brasil apenas com 50 dólares. Eu cheguei e aluguei uma cama uma noite só, a 35 reais, eu precisava de trabalho, depois eu e o meu irmão trabalhamos com um amigo lá na cozinha, porque a gente não falava nada de português. Eu queria um trabalho melhor, mas logo a gente passou a trabalhar no bar de cultura árabe em SP (bar do proprietário que ajudou a organizar a ocupação Leila Khaled) e logo a gente veio para essa ocupação. Mas aqui a gente também está com medo, porque a gente nunca viveu isso, mesmo lá na Síria isso não existe... (risos) (Haraam, 33, SP, grifo nosso).

Daí eu cheguei e comecei a procurar trabalho, durante três dias, eu fui no Brás, loja por loja, porque lá tem bastante árabe. Eu falava: eu quero trabalhar, quero trabalhar, quero trabalhar. Eu trabalhei oito meses em um restaurante lavando a louça, eu ganhava 800 reais, mas eu estava superfeliz, de verdade. Porque eu não estava sentindo mais medo, eu estava aprendendo o caminho e eu estou aprendendo a língua, eu estou conhecendo mais sobre a cultura, está saindo essa

¹¹⁵ É comum que os refugiados sírios busquem ajuda nas mesquitas, pois essas instituições religiosas forneceram auxílio para que eles pudessem se instalar no Brasil, sobretudo com a concessão de moradia.

mulher que está dentro de mim, entende? Então estava muito bom para mim esses oito meses. Eu estava trabalhando com um menino árabe, sabe? Era injusto, totalmente, ele me deixava trabalhando de segunda a segunda, das nove da manhã até as dez da noite, com 800 reais (risos), não tem jeito. Um lugar que funciona um karaokê. Eu não tinha como aprender o português trabalhando no karaokê, eu comecei a aprender a língua, eu comecei a ver como as pessoas sentem, como as pessoas tocam música, eu nunca fiz aula de português, eu aprendi conversando com as pessoas, com a convivência. Mas eu estava superfeliz, eu não estava sentindo escravidão, mas hoje em dia eu sei o que é um trabalho escravo. E para mim era melhor do que ficar na rua, então foi o último tempo da minha vida nisso, eu ganhava 800 reais e pagava 400 reais pelo quarto (Aziz, 33, SP, grifo nosso).

O meu primeiro trabalho no Brasil foi em uma fábrica de *jeans* no Brás, com um palestino, ele pagava por semana. Eu trabalhava das 7 da manhã até as 6 da tarde, com uma hora de almoço. Ele não pagava vale-transporte, nem comida, nada. Na verdade, ele me pagava duzentos e cinquenta reais por semana. Eu trabalhava organizando botões e na limpeza. Esse trabalho, quem arrumou para mim foi um cara da mesquita do Brás. Depois eu arrumei um trabalho como ajudante em um atacado, ele dava para mim setecentos e sessenta e nove reais, o salário mínimo do Brasil, mais cento e trinta reais de alimentação e vale-transporte, tudo dava quase novecentos reais. Eu vendia tudo de celular, cabo, essas coisas, aqui na Vila Formosa. Ele é de origem libanesa, essas pessoas antigas (comunidade árabe), eles não nos ajudam, eles roubam de nós. Com o salário que ele pagava para mim, eu pagava quatrocentos e cinquenta reais para o Hostel e sobrava quatrocentos e cinquenta reais para eu passar os trinta dias. Fala para mim, o que eu faço com quatrocentos e cinquenta reais? Eu vou falar para você uma coisa: você vai almoçar todos os dias só com quinze reais, não toma café, nem janta, só quinze reais por dia? Eu também fumo cigarro, eu não uso drogas, não fumo maconha e nem bebo, mas eu sou jovem (Jamil, 37, SP, grifo nosso).

Mediante os relatos, verificamos as dinâmicas próprias de inserção laboral dos refugiados sírios. Essa inserção ocorre, em sua maioria, em estabelecimentos comerciais de alimentos (como bares, lanchonetes, restaurantes) e lojas que remetem a elementos artísticos da cultura árabe. No bairro do Brás e na Rua 25 de Março, na cidade de São Paulo, existem inúmeras lojas de roupas de proprietários de origem árabe.

Encontramos narrativas de refugiados sírios que declararam sua identidade de gênero, vinculando-a ao público LGBT+. É o caso de Aziz¹¹⁶, que relatou que ao conhecer mais sobre a cultura brasileira, estaria saindo a mulher que há dentro de si. Trata-se de um relato importante, pois vivemos um tempo em que manifestações de intolerância e preconceito têm se intensificado.

Assim que chegaram ao Brasil, vários refugiados iniciaram suas atividades laborais em condições bastante precárias, seja no comércio de alimentos ou vendendo algum produto na rua. Jamil é um refugiado sírio de Aleppo, que chegou ao Brasil em 2014. Sua trajetória nos chamou atenção pelas narrativas de sofrimento e dificuldades que vivenciou, tanto no Brasil

¹¹⁶ Antes do início das entrevistas, explicamos aos informantes que os nomes seriam fictícios e que as suas identidades não seriam reveladas na pesquisa.

como em outros países em que esteve trabalhando quando eclodiu a guerra. Conforme alguns relatos de Jamil:

Antes de trabalhar na empresa de estacionamentos eu trabalhei como motorista de aplicativo, eu aluguei o carro [no Brasil]. Eu gostei muito de trabalhar como motorista, mas com o carro alugado é ruim, se o carro é meu vale a pena. Porque eu precisava pagar mil e seiscentos e cinquenta reais para eles por mês. Eu preciso trabalhar doze horas por dia, no mínimo, para conseguir pagar esse valor para eles no final do mês. Fora que eu ganhei muitas multas trabalhando como motorista (Jamil, 37, SP).

Eu trabalhei em muitos lados aqui em SP, ao lado de policiais, de pessoas que estão na rua sujas, sol, frio, calor chuva, foi muito ruim, mas eu trabalhei porque eu preciso. Agora eu nem estou tendo muito tempo de ir à mesquita, eu respeito o meu trabalho, quando dá para sair eu saio (Jamil, 37, SP).

O testemunho de Jamil nos chamou muita atenção, porque foi o informante que mais apresentou relatos sobre trabalhos em condições muito precárias em sua trajetória migratória. Entre estes, ele cita o caso da sua atividade como motorista de aplicativo, quando ele tinha que pagar para a empresa, ou seja, pagar para exercer a sua atividade laboral. Contudo, esse exemplo é emblemático do trabalho informal, hoje, o qual “assume usos diversos, que se referem de forma obscurecedora aos processos de informalização do trabalho e [a] transferência de riscos para o trabalhador, o qual segue subordinado como trabalhador, mas passa a ser apresentado como empreendedor” (ABILIO, 2019, p. 4).

Jamil nos disponibilizou as fotografias expostas aqui quando realizamos a entrevista. Ele nos contou de colegas sírios que se conheciam desde a saída da região do conflito no Oriente Médio e que se reencontraram novamente no Brasil. É o caso de Jamal (38), que aparece de camiseta azul na Fotografia 11, a seguir. Já o seu amigo Jamil, de camiseta cinza, está sentado no outro canto. Coincidentemente, nós entrevistamos ambos. Jamal é natural de Damasco, engenheiro de computação, chegou a São Paulo em 2014 com a família. Ele se encontra em uma situação menos precária que a de Jamil, pois trabalha em uma empresa multinacional de telecomunicações, enquanto o seu amigo trabalha em redes de estacionamento de empresários da comunidade árabe estabelecida em São Paulo.

Conforme a maioria dos relatos, os refugiados sírios são submetidos a trabalhos precários e mal remunerados nos estabelecimentos comerciais da comunidade árabe, embora exista o elo da etnicidade intragrupos, gerando as redes de sociabilidade (PORTES, 1995). Alejandro Portes chama de enclaves étnicos as organizações laborais que possuem vínculos e especificidades de trabalho, no caso dos árabes se trata da sua inserção no comércio de alimentos, de roupas e tecidos e em estabelecimentos que vendem aparelhos de tecnologia, como celulares e computadores, ou outros estabelecimentos de médio a grande porte.

Fotografia 10 – Jamil e a sua banca de produtos eletrônicos, 2014 – São Paulo



Fonte: Imagem disponibilizada e autorizada pelo informante.

Fotografia 11 – Jamil com amigos em um momento de estudos, 2015 – São Paulo



Fonte: Imagem disponibilizada e autorizada pelo informante.

Fotografia 12 – Jamil com um colega no estacionamento em que trabalhou, 2015 – São Paulo



Fonte: Imagem disponibilizada e autorizada pelo informante, 2019.

Não obstante, essas relações nem sempre foram ou são coesas ou de confiança, ao contrário, muitas delas são marcadas por conflitos intragrupais e intergrupais (ELIAS; SCOTSON, 2000). Mourad relata como foi a sua relação com a comunidade dos árabes estabelecidos no Brasil:

Não foi apenas em relação ao trabalho, mas à moradia. Eles têm muitos apartamentos (os árabes antigos, burgueses antigos), ninguém aceitou que eu morasse sem fiador. O trabalho, muitas pessoas me ofereceram, mas trabalho-escravidão, não eram trabalhos registrados. Trabalhei com alguns deles (patrões de origem árabe) com pinturas, com cerâmica, colocando pisos no chão. Mas eu sofri muito por causa disso (Mourad, 29, PR, grifo nosso).

Com o tempo, muitos refugiados sírios conseguiram abrir um negócio próprio, a maioria de comida árabe, caracterizando assim a sua integração econômica, mas não é regra (OLIVEIRA, 2020). Vários refugiados realizam o seu negócio de comida na própria residência, pois as taxas para manterem um ponto comercial são muito altas. Além disso, enfrentam outras dificuldades para manter seus pontos comerciais, conforme explica Naim:

Eu comecei a trabalhar como cozinheiro em janeiro de 2015 em meu apartamento, depois, abri um restaurante no Brooklin, mas precisei fechar o restaurante. Eu precisava arrumar experiência pra trabalhar aqui no Brasil, e eu não tinha essa experiência, por isso eu fechei. Agora eu trabalho com comida em minha casa, mas estou procurando outra coisa para trabalhar além da comida. Eu estou fazendo um curso de empreendedor, mas eu preciso de mais um mês pra terminar esse curso. Na empresa em que eu trabalhei como engenheiro (Brasil) eles assinaram a minha carteira de trabalho, mas eu não ganhei como engenheiro, porque eu ainda não tenho diploma, eu ainda não revalidei o diploma no Brasil, eu tenho o diploma de engenharia da Síria. Eu ainda não consegui validar o meu diploma no Brasil. Eu fiz uma prova de idioma na faculdade do Paraná e eu não passei, agora eu vou tentar na UFF-RJ (Naim, 45, SP, grifo nosso).

Naim foi o segundo entrevistado do nosso campo de pesquisa, cujo contato nos foi cedido pelo Instituto Adus. Ele chegou ao Brasil com a família em 2013 e trabalham juntos na própria residência na comercialização de comida árabe. Foram muito receptivos com a pesquisadora. Havíamos marcado a entrevista previamente por meio de uma rede social.

Foi uma longa viagem até chegar à residência de Naim no bairro de Santo Amaro, na cidade de São Paulo. Depois de pegar dois ônibus e um transporte de aplicativo, chegamos no horário marcado, por volta das 15 horas. No mesmo instante, chegou outra pesquisadora. Encontramos Naim e a família carregando as compras do mercado para dentro de casa, onde começariam a preparar a comida para as vendas. A esposa de Naim usava o *hijab*, como manda a tradição muçulmana, e tirou-o ao entrar em casa. Na cozinha, ela conversava com os dois filhos adolescentes, um menino e uma menina. O casal também tem uma filha nascida no Brasil,

com 2 anos de idade. Naim se dividia entre dar atenção às pesquisadoras e conversar com a esposa, na língua árabe, sobre os preparativos da comida.

Sentamos, todos juntos, a uma mesa grande na sala. A casa era bem decorada, com objetos trazidos da Síria. Naim também comercializa roupas e objetos de decoração, como tapetes, fabricados em seu país. Durante a entrevista disse que precisaria continuar trabalhando ao mesmo tempo que conversava conosco. Assim, preparou um prato da culinária síria, o tradicional arroz sírio, que seria comercializado em seguida. Ao final da entrevista, a esposa de Naim nos serviu o arroz em um prato.

Fotografia 13 – Naim preparando o arroz sírio – São Paulo



Fonte: Imagem produzida pela autora, out. 2018.

Fotografia 14 – Arroz sírio oferecido por Naim e sua esposa – São Paulo



Fonte: Imagem produzida pela autora, out. 2018.

Entrevistamos também Mourad, que é jornalista e advogado, tendo obtido as duas formações na Universidade de Damasco, antes da guerra na Síria. Para atuar como advogado no Brasil, Mourad precisa passar na prova da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Porém, antes disso tem de revalidar o seu diploma em Direito. Embora já tenha conseguido regularizar o diploma de Jornalismo, ainda não atua na profissão. Vejamos um trecho de sua entrevista:

Eu saí da Síria em 2014 e fui para o Líbano. Morei lá um ano e dois meses, trabalhando como jornalista. Porém, eles não renovaram meu visto por causa de um artigo que eu escrevi para um jornal criticando um político libanês. Depois desse artigo, a polícia libanesa não renovou o meu visto. Eu tinha um prazo de um mês para sair do Líbano. Então, eu fui procurar um país para me dar um visto. Nenhum país europeu me deu visto, o Brasil foi o único que me deu o visto, em 7 de março de 2015. Peguei o visto e dia 9 de março viajei. Havia dois salários que eu não recebia, deixei tudo lá e vim para cá, junto com um irmão meu. **Chegamos em São Paulo, fizemos uma longa viagem, de 36 horas. Havia procurado, antes de vir para o Brasil, uma cidade calma, segura, que tem frio, porque eu não estou acostumado com o calor. Então fui a Curitiba. Pegamos o ônibus de São Paulo e viemos para cá. Não falávamos nem “oi” em português, não conhecíamos ninguém. Com 63 dólares no bolso, passamos 3 dias na praça Tiradentes (em Curitiba), sem planos de sair, sem ter para onde ir, não conhecíamos ninguém. A gente não conseguiu dormir na praça, com duas mochilas... Bom, eu não quero nem lembrar dessas coisas, sabe... Foi assim os meus primeiros dias no Brasil. O primeiro ano no Brasil (2015) foi um dos piores anos da minha vida, mas eu sei que a vida é assim, a gente não escolhe a saída, mas a gente tem que sair. Depois disso, eu comecei a falar um pouquinho o português e fazer coisas voltadas para a faculdade, fazer um mestrado em jornalismo, que era um sonho. Mas por falta da língua-fonte eu tinha que fazer (o mestrado) em Direito, porque é a minha outra graduação. Aí, na busca do mestrado eu conheci o professor Gesias e a professora Lorena da Universidade Federal do Paraná e várias outras pessoas. Eu sou uma pessoa bem social, conheço muitas pessoas. Bom, mas eu continuei trabalhando. Eu aprendi a fazer o pão sírio, né? A gente tinha que trabalhar na área de culinária, porque é a única maneira para sobreviver. Eu sou bolsista agora, mas a bolsa serve só para pagar o aluguel. Apesar dessa nossa qualificação, a gente tem que sobreviver, nós estamos no capitalismo (Mourad, 29, PR, grifo nosso).**

Mourad concluiu o mestrado em Direito Internacional, Direitos Humanos e Democracia em 2019, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), por meio do projeto Refúgio, Migrações e Hospitalidade¹¹⁷. Ele foi um dos primeiros refugiados sírios a concluir uma pós-graduação *stricto sensu* em uma universidade pública no Brasil. Quanto à graduação, existem muitos casos de refugiados sírios e de outras nacionalidades que ingressaram na educação superior pública.

¹¹⁷ A partir de 2013, a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM), do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), desenvolve seis projetos de extensão: Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH); Refúgio, Migrações e Hospitalidade; Capacitação em Informática para Imigrantes; Migração e Processos de Subjetivação; Migrantes no Paraná; Preconceito, Integração e Capital de Mobilidade; Oficina de História do Brasil para Estrangeiros. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/programa-politica-migratoria-e-universidade-brasileira-da-ufpr-atende-cerca-de-5-mil-refugiados-e-migrantes-entre-2014-e-2018/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

Ao contrário dos outros refugiados entrevistados, cuja maioria se declarou muçulmana, Mourad é de uma minoria religiosa denominada drusa, mas se considera ateu, tal como outros dois refugiados sírios que foram entrevistados, um homem e uma mulher. Eis o momento em que Mourad fala sobre sua religiosidade:

Eu não sou cristão. A minha família é de uma minoria religiosa chamada drusa. Acho que é a menor minoria do mundo, existem somente dois milhões de drusos no mundo. Eles casam entre si. Não é uma doutrina religiosa aberta para quem quer entrar. Eu nasci em uma família assim, mas eu sou ateu, sou fora disso (Mourad, 29, PR, grifo nosso).

Conforme os relatos de alguns informantes, há casos em que as trajetórias migratórias dos refugiados são marcadas por algum capital social (redes de contato, da sociedade de origem à sociedade de destino) a partir da comunidade árabe estabelecida no Brasil, mas não é uma regra, porque alguns dos nossos informantes não tinham contatos de pessoas de origem árabe no Brasil. Aplicamos aqui o conceito de capital social entendido por Pierre Bourdieu (1980) e Coleman (1990), para os quais o conceito diz respeito a uma rede de relações recíprocas e também aos vínculos de amizade. Significa recursos e potenciais que os indivíduos adquirirem e, eventualmente, podem ser movimentados para conseguirem um trabalho e se inserir socialmente, ou seja, se integrar na sociedade.

Em termos jurídicos, os refugiados sírios conseguiram vir para o Brasil devido à facilidade que o governo brasileiro à época concedeu aos refugiados afetados pela guerra na Síria, assim como aos refugiados afetados dos países vizinhos. Destarte, inferimos que os refugiados sírios (ou deslocados sob outra qualquer modalidade migratória) detêm algum “capital de mobilidade” (OLIVEIRA; KULAITIS, 2017).

O conceito de “capital de mobilidade” é um termo adaptado por Oliveira e Kulaitis (2017, p. 43), que consiste em “variações dos conceitos originais de *habitus* e capital” de Bourdieu. Segundo os autores, o “capital de mobilidade” atua na dinamicidade da vida social de acordo com os bens de capital que os deslocados possuem, tais como: capital escolar, simbólico, linguístico e os bens materiais. Como exemplificam:

[...] procedimentos de viagens, línguas e costumes – e documentos (cartas de estadia, passaporte ou contratos de trabalho) adquiridos pelo indivíduo através de experiências próprias ou de indivíduos próximos, oriundos de seu grupo familiar ou étnico. Apresenta ainda dimensão jurídico-política quando o indivíduo adquire outras nacionalidades ou um novo *status* de cidadão. Reflete-se no aumento da capacidade individual de integração, de empregabilidade, de mobilidade e/ou de migração. Em associação com os capitais cultural, simbólico, social e econômico, tende a produzir indivíduos-mundo (OLIVEIRA; KULAITIS, 2017, p. 42-43).

Alguns refugiados já tinham algum capital econômico em seu país de origem. Os migrantes afetados pela guerra que se deslocam para os países vizinhos (ou deslocados internos)

e permanecem neles, sobretudo nos campos de refugiados no Líbano, na Turquia ou outro país do Oriente Médio, em sua maioria são desprovidos de recursos econômicos ou de algum capital social que eventualmente possam mobilizar para sair da região de conflito. Portanto, nos campos de refugiados, estão aqueles que vivem à margem do tecido social, sem qualquer tipo de proteção, segurança e salubridade.¹¹⁸

Ouvimos relatos de informantes que pediram refúgio no Brasil e tiveram apoio familiar para que pelo menos um dos membros da família conseguisse sair da Síria. Como pondera Leonardo Cavalcanti, “a migração é uma negociação coletiva, porque parte da família fica no país de origem” (informação verbal)¹¹⁹. Essa situação é bastante comum entre os homens jovens que foram recrutados pelo governo da Síria para atuar militarmente na guerra. Conforme as narrativas de Zayn e Omar:

Eu estou aqui sozinho, a minha família inteira está lá ainda, em Aleppo. Pra mim era difícil [ficar lá na Síria] por causa do serviço militar, porque quando terminei minha faculdade eu tinha que fazer o serviço militar, quando você chega aos 18 anos, mas está estudando, a faculdade dará um papel para você entregar pro governo e você não precisará fazer o serviço militar. Mas quando você termina os estudos, não tem como deixar para depois [o serviço militar], então eu teria que me apresentar em dois ou três meses para o governo e participar da guerra. Então, seria matar ou morrer e para a minha família era uma opção absurda. Não... é melhor que você saia do país mesmo [disseram] (Zayn, 29, SP, grifo nosso).

Na verdade, quando eu saí da Síria eu fui direto pro Líbano, porque faz fronteira com a Síria. Lá na Síria não dava para aguentar mais, eu vi muita coisa, vi muita gente sofrer por causa da guerra, é só sofrimento. Eu, na minha idade, ou entraria na guerra, ou ia preso, ou sairia [da Síria]. Quando começou a guerra eu tinha 24 anos. Daí, no final de 2014 eu saí de lá. Eu fiquei quatro meses no Líbano, a vida no Líbano é um pouco complicada. Eu nunca pensei em vir para o Brasil. Eu encontrei um amigo lá e ele me deu uma dica de que aqui no Brasil daria para estudar, para trabalhar, para ter uma vida nova, começar uma vida nova (Omar, 32, SC, grifo nosso)¹²⁰.

Eu tenho uma meia-irmã brasileira que mora [no Brasil] com a mãe dela, desde 1992. A mãe dela e o meu pai se conheceram na URSS, onde ele estudava Economia Política e ela Tradução. Namoraram na Rússia, [depois] cada um voltou para o seu país. Mantiveram contato e ela foi morar com ele na Síria, onde esperou a minha irmã mais velha. Aí, em 1992, decidiram voltar para cá [Brasil] (meu pai era político também, era do Partido Comunista dos Trabalhadores lá [na Síria], onde ele também ocupava um cargo político no governo até 1993, quando ele pediu para sair). Quando começou o conflito [2011] começou a ficar mais pesado. **A diferença entre a minha idade e a do meu irmão mais novo é de um ano e meio... [havia a necessidade de] servir ao exército, com 18 anos, o serviço era obrigatório, mas se você estivesse**

¹¹⁸ Mulheres refugiadas da Síria e desprotegidas no Líbano. O fracasso da comunidade internacional para fornecer financiamento adequado obrigou a ONU a reduzir o apoio que presta aos refugiados no Líbano, deixando-os viver significativamente abaixo da linha de pobreza. O campo de refugiados não significa uma solução duradoura para as pessoas deslocadas a força, mas provisória, isso porque os refugiados ficam na incerteza, sem perspectivas e sem trabalho. Disponível em: <https://anistia.org.br/direitos-humanos/publicacoes/quero-um-lugar-seguro-mulheres-refugiadas-da-siria-desenraizadas-e-desprotegidas-libano/>. Acesso em: 1º set. 2020.

¹¹⁹ “Webinário: Imigração e Refúgio no Brasil – Desafios para políticas migratórias”. 17 dez. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cmjE92IUyCw>. Acesso em: 31 dez. 2020.

¹²⁰ Entrevista concedida por Omar no dia 30 de abril de 2019 na cidade de Florianópolis.

estudando não teria problema em eles darem um documento para adiar o alistamento. O meu pai e ela [a mãe da meia-irmã] também, que tem uma experiência política, eles souberam que em algum momento este documento não seria mais válido, pois o governo precisaria de mais pessoas para servir. Então, ela começou a sugerir que saíssemos da Síria e ver a possibilidade de irmos para o Brasil. Ao mesmo tempo, o meu tio, que morava em Moscou, na Rússia, também. Mas o meu pai, que conhece a Rússia e o Brasil, achou melhor a possibilidade de ir ao Brasil, pela questão cultural e social. Então, eu cheguei aqui (no Brasil) com meu irmão mais novo em setembro de 2012. E como o conflito ainda estava no início, a fronteira estava aberta para a Turquia, e eu consegui sair com meu passaporte sírio, sem visto, só carimbaram e eu saí. Meu irmão que era menor, não podia ter passaporte, saiu ilegalmente. A embaixada do Brasil, em Istambul (se não me engano), emitiu um passaporte amarelo para ele, passaporte válido por três meses, conseguimos visto e viemos para cá (Brasil) juntos. O Brasil é um país tão longe da Síria que quem não está em condição de vir de avião fica muito difícil de chegar. O caminho sempre acaba sendo mais fácil para quem vai para a Europa, por exemplo, apesar de terem de caminhar dias para chegar (Adil, 26, RJ, grifo nosso).

Eu cheguei aqui com o meu irmão mais novo, o mais velho ficou com a mulher dele em São Paulo, que também sofreu, sofreu muito. Uma passagem de onde nós saímos (Jordânia) custa 850 dólares, a nossa mãe pagou. Mas o dinheiro que nós trouxemos foi pouco, eu não me lembro mais. E naquela época, o dólar era dois reais e vinte (2, 20), hoje está 4 reais e pouco. Aqui o dinheiro que nós trouxemos não valia nada. Hoje, se você tiver 500 dólares que dá 2.000 mil reais, você pode se virar 2 ou 3 meses, com aluguel e comida, naquela época não valia nada, nós recebemos ajuda de amigos brasileiros (Yasser, 36, SC, grifo nosso).

Esses homens jovens decidiram (com apoio familiar) que a melhor alternativa era sair da região do conflito, ou a tragédia da guerra assolaria a vida deles e de suas famílias. No caso dos refugiados sírios que conseguiram refúgio no Brasil ou em países da Europa, o *habitus* incorporado do grupo operou como um sistema de disposição adquirido de forma primária, através de seus capitais escolares, linguísticos e econômicos (BOURDIEU, 2017).

Ao dialogar com os conceitos de *habitus* e capital de Bourdieu (2017), falamos em *habitus migrante*, quando diz respeito ao agrupamento das disposições materiais, simbólicas e de ações que se encontram presentes nas trajetórias migratórias. Já o capital de mobilidade opera no remanejamento do *habitus migrante*, ou seja, nas formas de poder para a realização do projeto de migrar, que incluem: conseguir o passaporte, conseguir um visto, ou obter redes de contato desde o país de origem até o país de destino (ENNES, 2020; OLIVEIRA; KULAITIS, 2017). Nas palavras de um dos nossos informantes: “Eu pesquisei quem eu tinha de contato aqui no Brasil, daí eu descobri que tem um amigo do meu pai (comunidade árabe estabelecida), mas ele é de São Paulo, mora em SP” (Jesus, 28, SC).

Para Bourdieu (1980, p. 1), o recurso de capital social que esses agentes possuem está relacionado à ampliação “da rede de relações que pode efetivamente mobilizar, e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado”. A análise do capital social designa uma forma de compreender que os “efeitos

sociais” não se encontram diminuídos “pelo conjunto das propriedades individuais possuídas por um agente determinado”, isso porque os diversos agentes atingem ganhos diferenciados de capital, seja ele econômico ou cultural (BOURDIEU, 1980, p. 2). Em sentido complementar, as operações que acontecem em redes sociais (aqui entendemos como capital social) nem sempre acontecem de forma simétrica. Tais operações podem ser “direcionadas” em “conteúdos e intensidades” e tendem a afetar os agentes envolvidos e interessados no acesso aos recursos (EMIRBAYER, 1997, p. 304).

Uma parcela dos nossos informantes possuía algum capital de mobilidade ao se deslocar da região do conflito para o Brasil, porque passaram anteriormente por países vizinhos da Síria¹²¹ e lá obtiveram algum tipo de informação (visto humanitário e/ou alguma forma de ajuda) sobre o Brasil, por meio dos consulados e embaixadas brasileiras nesses países. Muitos chegaram ao Brasil com alguma reserva de capital econômico adquirido com a ajuda da família antes da eclosão da guerra. Boa parcela dos refugiados sírios entrevistados possui capital escolar e linguístico elevado¹²², são pessoas que em sua maioria tinham um *status* socioeconômico de classe média ou classe média alta na Síria, antes da guerra. Mas esse *status* não se sustentou na condição de refugiados no Brasil.

Fotografia 15 – Jamil em seu carro próprio, em Aleppo (Síria), antes da guerra



Fonte: Imagem disponibilizada pelo informante, 2019, SP.

¹²¹ Esse processo pode ser chamado de reemigração.

¹²² A maioria dos refugiados sírios tem domínio da língua inglesa, alguns também falam o francês, devido ao domínio francês na Síria entre 1920 e 1946.

Fotografia 16 – Um dos alojamentos de Jamil – São Paulo



Fonte: Imagem disponibilizada pelo informante, 2019, SP.

Devido às dificuldades que os refugiados sírios têm para validar seus diplomas de ensino superior no Brasil, muitos acabaram tendo que trabalhar por conta própria, geralmente no ramo de alimentos (comida árabe). Embora alguns já atuassem nesse ramo na Síria, a maioria dos entrevistados possui ensino superior e gostaria de atuar no Brasil em suas áreas de formação profissional. Conforme o depoimento de Padre Pedro, da Missão Paz, na cidade de São Paulo (2018): “Eles trabalham com comida! Tem este estereótipo, eu tenho amigos sírios que falam: eu estou cansado de dizer que eu trabalho com comida, eu tenho outra profissão, a gente trabalha com comida porque não tem outra opção”¹²³.

Baeninger (2013), ao dialogar com Massey (1993), observa que muitos deslocamentos são pautados em dinâmicas de redes sociais, interligando “lugares de origem e de destino, gerando redes de informação – como também permitem a (re)criação de redes nos espaços sociais” (MASSEY et al., 1993 apud BAENINGER, 2013, p. 13). Truzzi (2008, p. 199) observa que a aplicação teórica da ideia de redes é crucial para a compreensão dos processos migratórios, o que ele chama de “cadeias migratórias”, para as quais existem “tipologias”. A compreensão das redes nos processos migratórios é fundamental porque mostra que as informações e os recursos abastecidos pelas redes tendem a influenciar os fluxos migratórios.

Nessa direção, mesmo que muitos refugiados, ao chegarem ao Brasil, tenham procurado a comunidade árabe estabelecida para a sua inserção laboral, posteriormente muitos

¹²³ Entrevista concedida coletivamente por Padre Pedro no dia 23 de julho de 2018 na cidade de São Paulo.

também se desligaram desse grupo, inserindo-se no campo laboral sozinhos. Uma das questões que nos chamaram atenção no campo de pesquisa foi que alguns refugiados procuraram, ao longo de sua trajetória laboral no Brasil, distanciar-se da comunidade árabe estabelecida por quererem se integrar ao máximo à sociedade brasileira, a fim de aprender a língua portuguesa, sem a qual seria muito difícil trabalhar e sobreviver. Conforme o relato de Yasser:

A comunidade [árabe] não me ajudou, eu não procurei a comunidade, nada, eu sou muçulmano sunita, mas eu vim para uma coisa, eu tenho um objetivo, eu quero aprender o português e quero aprender a cultura, eu preciso me envolver com esse povo para aprender tudo certinho. Se eu for na comunidade eu não vou aprender o português em dois anos, essa é minha filosofia. Eu sei falar árabe, sei os meus hábitos, sei tudo certinho, se eu ficar no colo da comunidade eu não vou aprender nada, porque eu não estou em um país árabe, eu estou no Brasil. Eu preciso conviver com os brasileiros, para ver como é esse povo, o aspecto cultural, o pensamento, a língua, os hábitos, tudo. Porque eu estou me deslocando de um lugar para outro lugar, eu não tinha certeza se eu vou ficar aqui para sempre, mas o negócio é o seguinte, tem que ser assim... (Yasser, 36, SC, grifo nosso).

No decorrer da análise das narrativas, foi ficando notório que as tensões e os conflitos não acontecem somente entre os refugiados e os brasileiros, mas também entre os grupos étnicos próximos, ou seja, entre os refugiados sírios e a comunidade árabe estabelecida no Brasil. E muitas dessas relações repletas de conflitos de diversas ordens não começaram no Brasil, e sim em seus países de origem, sobretudo as relações de conflito entre os sírios e os libaneses. Conforme o relato de Adil:

Racismo não tem a ver com a cor, mas com a etnia. Muitos libaneses são racistas, talvez xenófobos seja a melhor expressão. A Síria e o Líbano eram um país só, não havia divisão. A região foi dividida entre a Inglaterra e a França. A Síria ficou com a Inglaterra e em parte com a França e o Líbano com a França. Como o Líbano era colônia francesa, muitos cristãos foram para o Líbano. Então a maioria muçulmana ficou na colônia inglesa e a maioria cristã (na época) na colônia francesa. Após a Segunda Guerra Mundial, com a independência das colônias, formaram-se a Síria e o Líbano. Então (os libaneses) racham por terem uma cultura mais aberta, por falarem francês. O inglês é uma língua comum, mas o francês é diferencial no Oriente Médio. Durante a Guerra Fria, houve a guerra contra Israel, e aí o exército sírio dominou o Líbano (o pai do Bashar al-Assad, na época). Ele mandou o irmão que virou o presidente do Líbano (não de forma direta). Mas eles tratavam muito mal o povo do Líbano, estupravam, matavam, mandavam muito mal... Então o povo libanês ficou horrorizado com os sírios. E era difícil de explicar [de onde partia a violência]: se vinham por parte dos soldados ou de quem estava mandando. [E os libaneses] foram generalizando também. Eu não sei em que ano que o exército sírio saiu de lá (depois de 2000, eu acho), só que ficou o Hezbollah¹²⁴ e até hoje ele tem força. O Hezbollah é um grupo xiita, não são libaneses. Quem os apoiou diretamente foi o governo sírio, o Irã e a Rússia (os mesmos que apoiam o Bashar, por causa de interesses econômicos e estratégicos), um porto da Rússia. Então os libaneses têm histórias (memórias) ruins com o exército sírio e (eu não gosto de dizer isso), mas muita gente fala que eles se acham superiores aos outros árabes. Somos muçulmanos retardados para eles, por causa da religião, porque a religião

¹²⁴ “Hezbollah é uma organização política e paramilitar fundamentalista islâmica xiita transnacional”. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/4314423.stm. Acesso em: 4 set. 2020.

muçulmana é mais fechada e a cristã é mais aberta. Os libaneses não se misturam muito, eles perguntam o seu nome ou a região em que você vive. Se falo que sou de Aleppo eles acham que sou sunita. Mas todos os árabes fazem isso também (Adil, 26, RJ, grifo nosso).

Segundo Hajjar (1985), em meio à Primeira Guerra Mundial se acentuou o interesse das nações europeias (França e Inglaterra) em colonizar as regiões da Síria e do Líbano, antes dominadas pelo Império Turco-Otomano. Então, o desejado sonho de uma “nação árabe” foi desaparecendo. Em 1916¹²⁵, um grupo de cristãos de uma região do Líbano, ligada aos franceses, começou a tensionar para ocupar a montanha do Líbano, que pertencia também à Síria. Do lado oposto, em 1918 um grupo de nacionalistas sírios, que tinha como líder Youssef Azme, começou a liderar uma luta pelo território sírio dominado por muçulmanos.

O processo de independência dos países do Oriente Médio, incluindo a Síria e o Líbano, gerou uma nova diferenciação de nacionalidades, já que antes os povos que habitavam esses territórios eram chamados genericamente de “turcos”. Os libaneses reivindicavam o Estado libanês e queriam de toda forma se diferenciar dos sírios. Nessa direção, “o libanês cristão, em verdade, devia à catequização das igrejas europeias o fato de ter frequentado a escola antes do cidadão sírio ou do muçulmano do Líbano. No entanto, ele sempre colocava essa diferença na origem e depreciavam aquele que não era civilizado como ele” (HAJJAR, 1985, p. 37).

As distinções começam a aparecer nas narrativas comuns entre os brasileiros e são difundidas até na atualidade. Segundo Hajjar (1985, p. 38), ouve-se falar: “O árabe quando chega ao Brasil é turco; ao comprar uma loja é sírio, ao ficar rico é libanês e quando se considerar intelectual é árabe”. Conforme a autora, o exercício do indivíduo de origem libanesa no Brasil, ao distinguir-se como um grupo pertencente a uma nação independente, se tornou visível para todo pesquisador da cultura árabe. Portanto, é notório que os grupos de origem libanesa lutem por um “movimento em busca de um lugar e reconhecimento do cidadão libanês no Brasil” (HAJJAR, 1985, p. 38).

No entanto, observamos em nosso campo de pesquisa que isso não acontece com o sírio, que não se esforçou para distinguir-se. Essa observação de representação identitária dos sírios, que Hajjar pondera, supomos que tenha tido sentido e efeitos logo após o contexto das migrações de massa no Brasil, até meados do século XX, porque as narrativas de diferenciação do sírio e do libanês compareceram nas narrativas dos refugiados sírios.

¹²⁵ Em 1916 foi formado o Acordo Sykes-Picot. Foi um acordo sigiloso entre os governos do Reino Unido e da França para decidir quais seriam os âmbitos de domínio no Oriente Médio, após a queda do Império Turco-Otomano. Disponível em: <https://www.firstworldwar.com/source/sykespicot.htm>. Acesso em: 4 set. 2020.

Ao final da Segunda Guerra houve a independência da Síria (dominada pela França entre 1920 e 1946) e do Líbano (também dominado pela França, entre 1941 e 1945). Foi criada a Liga dos Estados Árabes em 1945, assim como o Estado de Israel em território sírio-palestino em 1948 (HAJJAR, 1985, p. 38). Hajjar explica que os processos distintivos, que tiveram início no Oriente Médio mediante a separação dos Estados e acordos geopolíticos, foram refletidos no Brasil em um espaço de tempo de 100 anos. De turcos, os imigrantes passaram a ser reconhecidos no Brasil como árabes. Vejamos o relato desta especialista em mundo árabe:

Então, na época das primeiras migrações da comunidade árabe todos vinham do Império Otomano, não existia um Estado Nacional. A partir do momento que começa a surgir os Estados Nacionais (países que tinham um nome), a Síria, a Palestina e o Líbano, e à medida que os conflitos vão acontecendo, essas divisões vão refletindo no Brasil. Então, os imigrantes sírios e libaneses que iam chegando ao Brasil eram contratados por comerciantes de origem libanesa e síria, tinha essa rede de solidariedade, de empregar pessoas recém-chegadas dentro do comércio e de receber essas pessoas nas associações. Existem muitos cristãos da Síria e do Líbano que frequentam a mesquita, não por questões religiosas, mas às vezes por questões de convívio social e por questões de datas comemorativas, pelo menos existia essa convivência um pouco mais harmoniosa. Conforme vão se agravando os conflitos no Oriente Médio, tanto na Palestina, quanto no Líbano e agora na Síria, as divisões vão se tornando mais marcantes e a comunidade vai se distanciando entre si. Então vão começar a surgir instituições dos muçulmanos xiitas, clube dos sírios, instituições dos palestinos... então eles vão se dividindo, principalmente entre sunitas e xiitas¹²⁶, eu acho que essas são as principais divisões (Especialista no mundo árabe, SP, grifo nosso)¹²⁷.

Segundo os estudos do antropólogo Paulo Gabriel Hilu Pinto (2005), a comunidade muçulmana do Brasil é marcadamente urbana, assim como a dos refugiados sírios que chegaram a partir de 2011. E há variações de tendências entre os muçulmanos, como sunitas, xiitas e a minoria alauita. A língua árabe constitui um elemento muito importante para a identidade muçulmana, mas ela não é o único móvel dessa identidade. O antropólogo destaca que as maiores comunidades muçulmanas do Brasil se encontram nas cidades de São Paulo, Foz do Iguaçu (PR)¹²⁸ e Rio de Janeiro.

¹²⁶ “Os muçulmanos sunitas são a maioria, em torno de 90% no mundo. Eles têm ritos diferentes dos xiitas e a base de representação deles, não diria assim mística, mas em relação à Arábia Saudita e países como o Egito, porque são países que financiaram as mesquitas aqui em São Paulo. As divisões e as diferenças entre os muçulmanos sunitas e xiitas é a de que muitos (pelo menos no discurso, quando se vai entrevistar essas pessoas) muçulmanos sunitas rezam diretamente para Deus, eles não têm essa comunicação com nenhum interlocutor, eles rezam diretamente para Deus ou para Alá, como eles chamam. Já os xiitas, existem os *imams* que eles reverenciam, eles têm essa reza voltada para Deus, mas também tem os *imams* (líder religioso e ritual) que são entidades ou lideranças religiosas que viveram, então existe esse culto a essas entidades e que acaba por incomodar os sunitas. Por isso que muitos sunitas não consideram os xiitas como verdadeiramente muçulmanos” (Especialista no mundo árabe, SP, grifo nosso). Entrevista realizada pela pesquisadora em outubro de 2019, na cidade de São Paulo.

¹²⁷ Entrevista concedida pela especialista no mundo árabe no dia 16 de outubro de 2019 na cidade de São Paulo.

¹²⁸ No estado do Paraná entrevistamos apenas dois refugiados sírios, um muçulmano e um da minoria religiosa drusa. Por questões de tempo não conseguimos adquirir imagens nem adentrar na comunidade árabe

4.5 SER DE LÁ E SER DE CÁ: A VIDA, A INTEGRAÇÃO E OS AFETOS DA SÍRIA AO BRASIL

Neste capítulo ponderamos que os processos e as dinâmicas transnacionais dos refugiados sírios são desenhados por identidades compartilhadas entre a sociedade de origem e a sociedade de destino, ou seja, uma análise que contempla os processos migratórios como um fato social total, como corroboramos nesta investigação.

Teoricamente, Abdelmalek Sayad se preocupou em priorizar “a problemática particular das migrações em sua totalidade social, cultural, econômica e política” (ELHAJJI; ESCUDERO, 2020, p. 158). Nessa direção, o fenômeno migratório no século XXI envolve múltiplos fatores, diversos espaços e atores (sociais, políticos e econômicos), tais como: organizações internacionais, Estados nacionais, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Nessa miríade de atores, as redes e o volume de capital social adquirem significativa importância nos processos migratórios e nas relações transnacionais (DOMENECH, 2008).

Argumentamos que as identidades sociais dos refugiados sírios são híbridas. Entretanto, além de compartilharem de uma “identidade híbrida”, ou seja, a ideia de que eles são de lá e são de cá ao mesmo tempo, essas identidades também são “subalternas”, porque se inserem no espaço das contradições sociais, relações de poder, disputas e posições, podendo ser vinculadas ao que Robert Park (1928) define como “*marginal man*” (BOURDIEU, 2017; GRAMSCI, 2007; FANON, 1968; HALL, 2006; MEMMI, 2007; SAYAD, 1998).

Portanto, um aspecto a ser analisado no estudo migratório do transnacionalismo é a ideia de ser daqui e de lá ao mesmo tempo como uma dupla assimilação (WIMMER; GLICK-SCHILLER, 2002, tradução nossa; LEVITT, 1997, tradução nossa). Como relata a coordenadora do Centro de Referência e Atendimento para imigrantes na cidade de São Paulo:

Eu já vi um imigrante que estava aqui dentro do CRAI que pediu um motorista de aplicativo para a sua filha que estava em outro país. Ou seja, ele está ao mesmo tempo nos dois lugares. E como isso se reflete na cidade, por exemplo? Em São Paulo isso é muito forte, ou seja, o imigrante traz consigo questões culturais e sociais e essa influência é de alguma forma transfigurada na cidade (Coordenadora do CRAI, SP, grifo nosso)¹²⁹.

Entendemos que as identidades híbridas são uma das características dos processos transnacionais dos migrantes, como nos relatou Mourad (29, PR): “Bom, o imigrante existe em

muçulmana de Curitiba. A comunidade muçulmana da cidade é composta em sua maioria por descendentes (também imigrantes e refugiados) sírios, libaneses, palestinos e egípcios (PINTO, 2005).

¹²⁹ Entrevista concedida pela coordenadora do Centro de Referência e Atendimento para imigrantes na cidade de São Paulo no dia 17 de outubro de 2019, em São Paulo.

um lugar, mas mora em dois lugares juntos, sabe? Você fica lá e aqui ao mesmo tempo. Você está aqui, mas você não é daqui”. O fato de os imigrantes estarem “em dois lugares ao mesmo tempo”, obviamente, não os impede de atuar e transformar os espaços em que estão inseridos, “questionando discursos e práticas”, além das relações políticas e de hierarquias no processo migratório (VILLAMAR; RIBEIRO, 2020, p. 47). Esses autoquestionamentos apareceram de forma notória nas narrativas dos refugiados sírios, desde a sociedade de partida:

O que me deixou mais triste durante esses anos [trajetória migratória] foi a minha família, que ficou lá na Síria. Eles não podiam me ver, não poderiam vir também, e eu não tinha condições financeiras para trazê-los. Eu sempre mandava dinheiro para eles. Bom, até agora eu sofro de *Miss home* (saudades de casa, por estar bem longe). Esse é o preço que qualquer imigrante vai pagar. Olha, eu adoro o Brasil, os brasileiros. Acho que merecem uma vida melhor, né? Mas estou perdido, nem dá para voltar para a Síria, por exemplo, pela situação de lá, mas às vezes penso [em voltar], já que falo a língua nacional lá melhor que aqui, [mas] às vezes penso: não, aqui é melhor. Na perspectiva econômico-social, a perspectiva cultural, a posição social, a maioria dos sírios aqui, que vieram formados [educação de nível superior] de lá, especialmente, enfrentam um muro entre eles e os brasileiros. Eis um muro de costumes, cultura, burocracia, medo, falta de garantias econômicas para os refugiados. Eles sempre ficam comparando a situação aqui com a situação na Alemanha, na Europa em geral... Para mim, pessoalmente, eu prefiro ficar aqui que ficar na Alemanha recebendo dinheiro, comendo e vivendo como se fosse galinha, sem direito nenhum, né? Por isso, eu acho que aqui, apesar de tudo o que aconteceu: sofrimento, falta de políticas públicas em relação aos refugiados, [o Brasil] abriu uma porta para mim, que é estudar, uma experiência que poucos refugiados passaram no mundo, a experiência de lutar para conseguir direitos. Esta luta tem sentido político, é uma luta jurídica, através do Estado, mas atrás de cada ação social existe uma política e atrás de cada política existe uma ideologia. O Brasil abriu esse caminho para mim. Nada é ruim 100% e nada é bom 100% (Mourad, 29, PR).

No relato de Mourad há uma queixa que pode ser associada à noção de “dupla ausência”, de Abdelmalek Sayad (1999), no sentido de que é comum o sentimento de tristeza (e condição) de desamparo, “decorrente das dificuldades do imigrante em atuar social e politicamente tanto no país de origem como no país de destino; fisicamente afastado num e social e politicamente alijado no outro” (ELHAJJI; ESCUDERO, 2020, p. 170).

Uma das primeiras dificuldades compartilhadas pelos refugiados em suas trajetórias migratórias é o fato de a maioria deles ter deixado parte dos seus familiares na Síria. Geralmente, o pai ou mãe continuaram no país. Também é comum que muitos desejem ajudar financeiramente parte da família que ficou na Síria, na medida em que conseguem juntar algum dinheiro no Brasil. No entanto, existem muitas dificuldades para se conseguir isso, conforme relataram alguns refugiados:

Nesse ano foi muito difícil [2018]. [enviar dinheiro para os meus pais]. [...] Nossa, claro, claro... Eu sofro por causa disso, sofro mesmo (Mourad, 29, PR, grifo nosso).

Olha, eu pretendo futuramente enviar dinheiro [para os pais na Síria], porque se a gente for calcular a diferença entre o real e a libra [moeda Síria], que já caiu bastante por causa da guerra, né? Mas a gente fala: eu não estou morando lá, eu estou morando

aqui e o custo de vida aqui não tão barato também, né? Então eu pretendo, no futuro, se eu tiver mais dinheiro, se Deus quiser, eu quero mandar pra eles, ajudá-los. Mas o que eu estou vendo são muitos jovens que a família de lá está bancando aqui. Tem algumas pessoas que estão aqui, infelizmente sem trabalho, sem nada. Se a pessoa não conseguir falar [a língua portuguesa], não vai conseguir arrumar um trabalho, então ele vai ficar sem nada, ele vai pedir a ajuda deles (Zaim, 29, SP).

Meu foco agora é minha mãe, ela está com câncer e eu tenho que pagar a faculdade do meu irmão na Síria. Daí eu estou tentando economizar o mais que possível, porque eu preciso mandar dinheiro para a Síria. São muitas coisas... (Jesus, 28, SC, grifo nosso).

Então, eu tive vários momentos difíceis, eu acreditei que tinha que lutar, que correr atrás, eu preciso ajudar a minha mãe e a minha irmã caçula, elas chegaram em São Paulo no ano passado (2018) e estão comigo¹³⁰ (Abdoulay, 29, SP, grifo nosso).

Em suas narrativas aparece o sentimento de saudades da Síria e a crítica social, política e econômica em relação país de acolhimento. Isso é notório em seus relatos. Ao mesmo tempo, comparece a narrativa compartilhada entre alguns pares de que em alguns países da Europa, como a Alemanha, se oferece melhores condições de vida aos refugiados, apesar das restrições impostas (controle migratório) por muitos países europeus.

4.6 TRANSNACIONALISMO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O começo deste século XXI é marcado pelo aprofundamento do processo de globalização, caracterizado pelo aumento da fluidez de capitais, mercadorias e serviços, possibilitado por diversas inovações tecnológicas, sobretudo nas áreas de comunicação e transportes. Se, por um lado, parece não existir fronteiras para o movimento de capitais, mercadorias e serviços, por outro inúmeras fronteiras são colocadas para os movimentos de pessoas, sobretudo para o imigrante vindo de regiões socioeconomicamente precárias e/ou que tem passado por situações de guerras e conflitos armados. São os novos muros (visíveis e invisíveis) do capitalismo contemporâneo que se multiplicaram nas últimas décadas.

Os fluxos migratórios internacionais estão envoltos na dinâmica do capitalismo global, em que a opção de migrar é produzida socialmente. Todavia, o processo migratório não deriva apenas da atuação dos Estados nacionais, ainda que o papel e a atuação desses atores tenham enorme importância para os processos de regulação migratória, seja em relação às políticas públicas que atendam às demandas dos imigrantes e refugiados, seja por meio da criação de barreiras institucionais que inviabilizam ou restrinjam os fluxos migratórios.

¹³⁰ Abdoulay chegou ao Brasil em 2014. Em 2018 conseguiu reunir esforços para ajudar a trazer a mãe e a irmã da região do conflito. Em abril de 2020, sua mãe (que fazia parte do grupo de risco de contaminação pelo novo coronavírus), já no Brasil, veio a falecer em decorrência da Covid 19.

Segundo a socióloga Sáskia Sassen (2010, p. 115-137), as migrações internacionais do século XXI transcendem os Estados nacionais, na medida em que se caracterizam por processos transnacionais, tanto em relação aos fatores de expulsão (como a fome e o desemprego), como em relação aos fatores de atração (como empregos, com bons salários). Para Ribeiro e Oliveira (2020, p. 7, grifo nosso):

Os migrantes nos alertam: **as sociedades estão em movimento. Para além do tradicional movimento de pessoas de países de origem aos países de destino, assistimos processos múltiplos, rápidos e não definitivos.** O longínquo se tornou próximo e os laços sociais entre aqueles que partem e os que ficam, que outrora tendiam a se romper, agora se mantêm.

Nessa direção, Joaquim Arango (2003) explica que embora as migrações internacionais contemporâneas não sejam superiores em volume, em termos absolutos, em relação às do século passado, em nenhum outro momento da história os processos migratórios alcançaram tamanha relevância e complexidade, pois envolve múltiplos fatores de deslocamentos, não só geográficos e econômicos, como culturais e políticos.

Segundo o sociólogo Stephen Castles (2010), da perspectiva da “transformação social”, a lógica da exploração e da dominação das grandes potências, desde os impérios coloniais do século XVI até o neocolonialismo do século XXI, tem sido a mola propulsora das migrações forçadas contemporâneas. Castles (2010, p. 11-13) faz uso do termo *embeddedness* nas pesquisas sobre migrações, a fim de obter um conhecimento amplo da sociedade, no contexto das aceleradas transformações globais, sociais e econômicas e políticas. Para o autor, a perspectiva das transformações sociais implica as “análises das articulações transnacionais e na forma como estas afetam as sociedades nacionais, as comunidades locais e os indivíduos” (CASTLES, 2002, p. 124). Contudo, é certo que o quadro da “transformação social” não é recente e diz respeito a um processo pelo qual a sociedade e a cultura são transformadas e impactadas pelo desenvolvimento da economia de mercado, dos processos políticos e de contextos de guerra.

Como explicou Karl Polanyi (1980, p. 6) em sua obra *A grande transformação*, quando a economia de mercado é inserida numa determinada sociedade, as suas instituições culturais são dilaceradas, dada a subjugação do homem e da natureza pela organização produtiva. Anterior ao domínio do sistema de mercado, a economia era um meio para satisfazer as necessidades humanas, através da reciprocidade e da redistribuição, ou seja, “a reprodução material da própria vida”. Os elementos como o homem, a natureza e a organização produtiva são representados por Polanyi (1980) como instituições que precisavam de proteção frente ao sistema de mercado. Todavia, a ideia do trabalho como uma mercadoria se encontra na órbita

do mercado, com uma “proteção” advinda da intervenção do Estado. Portanto, a regulação das “mercadorias fictícias” – que são terra, trabalho e dinheiro, para Polanyi – se dará por meio da intervenção do Estado e de suas estruturas institucionais.

Castles (2002) argumenta que as transformações globais são um processo contínuo e as dinâmicas transnacionais requerem das ciências sociais novas perspectivas teóricas. A teoria social clássica teve como prisma a análise das sociedades nacionais industriais nos séculos XIX e XX e deverá desenvolver hoje análises sobre as transformações globais no século XXI.

Para Castles, os processos transnacionais se encontram em todas as dimensões da vida social, tendo em vista que as fronteiras nacionais são fluidas. Acrescentamos que a fluidez das fronteiras nacionais ocorre principalmente em relação aos fluxos de capital, mercadorias e serviços, mas nem sempre em relação aos fluxos de pessoas.

Certamente, os Estados nacionais são autônomos em muitos aspectos, sobretudo no âmbito jurídico, porém cada vez mais as dinâmicas transnacionais moldam a sociedade. Como ponderam autores como Elhajji e Escudero (2020, p. 166), pensar a dinâmica migratória somente pelo prisma do Estado nacional

Impede de vislumbrar outras formas e possibilidades de pertencimento, identificação e ação dentro do espaço migratório e na condição de migrante, como também evacua toda a dimensão política de dominação, opressão e exploração que rege a maior parte das relações entre países, classes sociais e indivíduos.

Entendemos que os fluxos migratórios (dos desenraizados e precarizados) do século XXI são consequência de um processo histórico de dominação política e exploração econômica dos países imperialistas sobre os continentes asiático, africano e latino-americano. Atualmente, as disputas de interesses econômicos e políticos, envolvendo Estados desenvolvidos e empresas transnacionais, têm gerado a expulsão de centenas de milhares de pessoas, principalmente no mundo subdesenvolvido. Todavia, os conflitos étnicos e religiosos mergulham as suas raízes em iniciativas visando reforço (ou a construção) de identidades tradicionais, face às alterações culturais ameaçadoras ligadas aos meios de comunicação globais ou à disseminação dos valores ocidentais (CASTLES, 2002, p. 137).

A perspectiva teórica de Castles nos parece estimulante ao nos apontar com o viés investigativo das “transformações sociais”, visando encontrar alternativas positivas de agências reflexivas, interpeladas por ações políticas e sociais, em prol de grupos e comunidades afetadas pelos processos migratórios transnacionais. Castles (2000, p. 130) sugere que as transformações sociais possam se dar por meio da ação da “globalização de baixo para cima”, ou seja, a ação das organizações da sociedade civil (movimentos sociais, associações, ONGs, organizações sindicais etc.) que operam transnacionalmente. Seguindo essa lógica, para compreender o

processo das migrações é necessário entender a importância do papel de atores individuais e coletivos. Inclusive, ver “desde baixo” implica compreender que não podemos desconsiderar o compromisso com um projeto ético e moral, de vida, de política e de trabalho.

Desvelar as relações e investigar como os atores individuais e coletivos constroem suas estratégias de sobrevivência no cotidiano significa poder ver como a globalização se tece também desde baixo. Ante a perspectiva crítica das “transformações sociais”, o geógrafo brasileiro Milton Santos se aproxima de Castles ao conceber a “globalização de baixo para cima”, também chamada por ele de “globalização como possibilidade” ou “outra globalização”. Santos (2004) faz uso dos conceitos de “horizontalidades” e “verticalidades” em um território. O primeiro corresponde ao “espaço banal”, em contraposição ao “espaço econômico [hegemônico]”. No espaço das horizontalidades incluem-se as instituições sociais, movimentos sociais, organizações e pessoas, seria o “espaço das vivências” – tal espaço se assemelharia ao conceito de “mundo da vida” em Habermas (2012). Nele estão os atores próximos em espaços “que sustentam e explicam um conjunto de produções localizadas, independentes, dentro de uma área cujas características constituem, também, um fator de produção” (SANTOS, 2004, p. 109). Em uma aproximação com o pensamento de Durkheim (2003), nesse espaço é criada uma “solidariedade orgânica”, constituída pelos agentes no território compartilhado. Nele, a atuação e a ação do Estado são limitadas, explica Santos (2004, p. 109-110), porque lida com “solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, como social e cultural”.

Já as verticalidades dizem respeito à racionalidade hegemônica global, representada pelo poder dos grandes Estados nacionais e das grandes corporações. As verticalidades operam em alta velocidade, já que podem contar com elevado nível técnico-científico-informacional, conceito que define a sociedade global na contemporaneidade. Segundo Santos (2004, p. 106), “são atores do tempo rápido, que plenamente participam do processo, enquanto os demais [horizontalidades] raramente tiram todo proveito da fluidez”. Nessa direção, as relações verticais funcionam na forma de redes, em prol dos interesses corporativos e políticos hegemônicos, que são colocados acima dos interesses públicos.

Destarte, para Neide Lopes Patarra:

O entendimento dos processos sociais envolvidos nos fluxos de pessoas entre países, regiões e continentes passa pelo reconhecimento de que sob a rubrica da migração internacional estão envolvidos fenômenos distintos, com grupos sociais e implicações diversas. Se, de um lado, nos interessa reter esse termo como forma de legitimar e garantir a visibilidade do que estamos tratando, nos fóruns internacionais e nacionais, de outro carregamos o desafio de concretizar, em termos teórico-conceituais, as diversas e complexas interligações de instâncias sociais, econômicas, culturais, jurídicas e institucionais, entre outras, que involucram os movimentos de pessoas que cruzam fronteiras de Estado-nação (PATARRA, 2006, p. 9).

Patarra (2005) pondera a necessidade de construção de uma agenda de intervenções de organismos internacionais, como o ACNUR, na garantia dos direitos humanos às populações que imigram ao território brasileiro. Tais organizações também teriam a função de promover debates sobre o papel político e social dos Estados nacionais em relação à distribuição e ocupação da população nas sociedades receptoras, muitas delas marcadas pela exclusão social. Lima et al. (2017, p. 198), por sua vez, observa que é necessário “institucionalizar” os “mecanismos” de proteção, respondendo às especificidades dos grupos étnicos na condição de refugiados, a fim de construir estratégias políticas e de acolhimento por parte do governo e das instituições que fazem parte da sociedade civil.

Por outro lado, criticamos a posição daqueles para os quais os refugiados não são vistos como atores, pois não se encontram inseridos em uma categoria de agência, com capacidade reflexiva, e na maioria das vezes são vistos como um problema de acolhimento a ser solucionado e gerido pelo Estado, ONGs e agências internacionais.

Segundo Alejandro Portes (2004), as atividades transnacionais variam de uma experiência a outra. Os grupos de imigrantes que são recebidos de forma hostil na sociedade receptora tendem a fechar-se, vinculando-se mais ao seu país de origem (no sentido de um não desenraizamento) em todas as esferas: econômica, política, cultural e religiosa.

Assim, a perspectiva analítica do transnacionalismo também destaca a importância dos Estados nacionais no debate e na dinâmica migratória, porém, segundo tal perspectiva, eles são perpassados por processos mais amplos. Acrescentamos, contudo, que se os Estados nacionais estão inseridos em um contexto transnacional mais abrangente, por outro lado continuam sendo atores decisivos nos processos de normatização entre os mais variados atores (empresas, agências financeiras, organizações internacionais, ONGs, movimentos sociais etc.) que caracterizam as relações transnacionais no mundo contemporâneo.

Um dos aspectos de relevância teórica ao se pensar a perspectiva transnacional é a necessidade de superar o “nacionalismo metodológico” no campo das ciências sociais, isto é, a tendência de se conformar o espaço e as instituições de modo subordinado ao Estado nacional, o que não contribuiu para as análises transnacionais. Wimmer e Glick-Schiller (2002, tradução nossa) argumentam que o nacionalismo metodológico contribuiu para o surgimento da ideia do “estrangeiro”, como o “estranho”, que é tido como uma ameaça ao Estado-nação. Aí vem a ideia de assimilar o estrangeiro. O conceito mais aplicado ao transnacionalismo é definido a seguir por Glick-Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1992), para os quais o transnacionalismo é o processo pelo qual os imigrantes constroem campos sociais que se ligam ao seu país de origem e ao seu país de acolhimento. Conforme as autoras:

Os imigrantes que constroem tais campos sociais são designados transmigrantes. Os transmigrantes desenvolvem e mantêm múltiplas relações familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas que atravessam fronteiras. Os transmigrantes agem, decidem e desenvolvem identidades dentro da rede social (GLICK-SCHILLER; BASCH; BLANC-SZANTON, 1992, p. 1-2, tradução nossa).

Os imigrantes desenvolvem redes de relações e partilham significados e representações sociais, tanto das sociedades de origem como daquelas de destino – trata-se de fluxos migratórios multifacetados e supranacionais. Práticas transnacionais sempre existiram entre os fluxos migratórios, contudo o transnacionalismo imigrante ganhou destaque a partir do desenvolvimento tecnológico na área do transporte e, sobretudo, na área das comunicações, facilitando a comunicação das fronteiras nacionais entre os imigrantes (CAVALCANTI; PARELLA, 2017).

Portes (2004, p. 74) aponta que, “no passado, as motivações dos imigrantes para manter os laços econômicos, políticos ou culturais com os respectivos países de origem e os meios que tinham ao dispor para o conseguirem eram bastante escassos em comparação com aqueles de que hoje em dia dispõem os imigrantes”. O autor traz duas “tipologias” do fenômeno: o transnacionalismo “a partir de cima” e o transnacionalismo “a partir de baixo”. O primeiro se refere à pessoa física ou jurídica que mantém “laços duradouros para além das fronteiras nacionais”, no campo econômico e para além deste, como a atuação de empresas multinacionais e a presença dos governos nas relações transmigrantes. Já o transnacionalismo de “baixo” se refere às redes de instituições religiosas, atores diversos das organizações da sociedade civil (PORTES, 2004, p. 74-75).

Segundo Rosana Baeninger (2017b, p. 79-85), a “migração transnacional de refúgio” se encontra no escopo das discussões sobre a “crise migratória”, porque lida com as questões sobre o Estado e as políticas migratórias advindas deste. Para a autora, uma das causas da procura pelo Brasil para refugiar-se decorre do fato de alguns países da Europa e Estados Unidos (governo Trump) fecharem as fronteiras para os refugiados sírios.

Para Baeninger (2017a, p. 18), a geopolítica mundial que se instalou é caracterizada por espaços de “disputas e de poder entre os diferentes agentes da estrutura social, bem como revela a circulação de capital econômico, político, simbólico, social e humano”. Portanto, o contexto atual das migrações de refúgio, que denotam “a crise migratória” e “a crise humanitária”, ocorre devido às continuidades de um processo social e histórico de guerras, provocadas e sustentadas por países como Estados Unidos, França e Inglaterra.

Destarte, países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), liderada pelos Estados Unidos, buscam consolidar os seus domínios sobre os países

subdesenvolvidos e em desenvolvimento (emergentes). A obtenção do petróleo e do gás natural tem atraído os interesses dessas nações, que têm agido de forma imperialista e neocolonialista sobretudo nos países asiáticos e africanos de língua árabe.

O processo de colonização na África e no Oriente Médio interferiu sobretudo na colocação dos países dessas regiões na economia internacional, mas de forma subordinada. Não obstante, Fontana, Zimnoch e Lorentz (2017, p. 1-15) explicam que “a eclosão da Primavera Árabe e os conflitos subsequentes é, assim, também a herança de tal passado, demonstra ainda novas formas de influências externas, que igualmente interferem nos fluxos migratórios”.

Entre os anos de 1875 e 1914, muitos governantes se denominaram “imperadores”. O historiador Eric Hobsbawm (2011, p. 87) explica que:

[...] embora seja possível determinar uma conexão econômica entre as tendências do desenvolvimento econômico no centro capitalista do mundo na época e sua expansão na periferia, torna-se muito menos plausível imputar todo o peso da explicação do imperialismo a motivos que não tenham uma conexão intrínseca com a penetração e a conquista do mundo não ocidental.

Em pleno século XXI, continuamos inseridos numa lógica em que os Estados Unidos, a maior potência mundial e do Ocidente, continua impondo seus planos de dominação sobre diversos territórios do Oriente, principalmente quando estes possuem riquezas naturais, como o petróleo – como a Síria e várias outras nações do Oriente Médio e norte da África.

Dessa forma, pensamos que a crise migratória é construída social e politicamente e desencadeada tanto nos países de origem dos deslocamentos como nos países de destino, porque são os países receptores que irão regulamentar as políticas migratórias, assim como os “regimes de controle”. Assim, a crise migratória encontra-se marcada por relações de poder e de interesses entre as nações no cenário da geopolítica mundial (BAENINGER, 2017b, p. 18).

Consideramos que a crise mundial dos refugiados resulta das políticas enraizadas no âmbito do capitalismo, sistema produtor de desigualdades econômicas, sociais, ambientais. É nesse escopo que entendemos que os Estados têm um papel importante em prover políticas públicas sociais para o contingente imigrante e de refugiados (não é o que está fazendo o Brasil hoje), bem como construir alternativas que façam frear a lógica produtora de desigualdades e de deslocados humanos que caracteriza o capitalismo global.

Para concluir esta parte, concordamos com a ideia de que a população imigrante e refugiada possui capacidade de agência e criatividade, assim como os movimentos sociais e representativos desses grupos. Nesse sentido, há que se distanciar dos controles de “biopoder” dos Estados (FOUCAULT, 1978), sobretudo enquanto estiverem a serviço das grandes corporações e submetidos à ideologia capitalista neoliberal.

5 O MARCO JURÍDICO-INSTITUCIONAL DO REFÚGIO NO BRASIL

5.1 O REFÚGIO NO BRASIL

O Brasil é signatário do Estatuto dos Refugiados de 1951, conhecido também como Convenção das Nações Unidas ou Convenção de Genebra de 1951, no entanto não aderiu inicialmente ao Protocolo de 1967¹³¹ devido ao contexto político da ditadura militar. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) só foi aceito no Brasil em 1982. Foi no período da redemocratização que instituições da sociedade civil, como a Caritas Arquidiocesana da cidade de São Paulo, a Caritas da cidade do Rio de Janeiro, o Instituto de Migrações e Direitos Humanos de Brasília (IMDH) e o ACNUR¹³², realizaram um trabalho de conscientização junto à sociedade civil para que o governo brasileiro aderisse ao Protocolo de 1967 e passasse a aceitar refugiados de várias nacionalidades. Esses atores institucionais estiveram na vanguarda e ainda continuam com um trabalho muito importante na gestão do sistema do refúgio no Brasil (ANDRADE; MARCOLINI, 2002).

O Estatuto dos Refugiados no Brasil (lei nacional nº 9.474/97) foi a primeira lei dedicada a esse tema na América Latina e permitiu que o país acolhesse pessoas que fugiam de graves violações de direitos humanos. O Brasil também foi o primeiro país da América Latina a aderir à Declaração de Cartagena, de 1984, adotada pelo “Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários”. Essa Declaração reitera a importância do princípio de *non-refoulement* (não devolução dos refugiados aos seus países de origem – incluindo a proibição da rejeição nas fronteiras), princípio fundamental da proteção internacional dos refugiados¹³³ (ANDRADE; MARCOLINI, 2002).

¹³¹ Protocolo de 1967. “O Protocolo de 1967 somente foi aderido pelo Brasil em 1972, quando, então, foi derrubada a reserva temporal. Persistiam, no entanto, as reservas geográficas e as dos artigos 15 e 17, que desapareceram apenas com o advento de dois Decretos Presidenciais [...]”. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado12.htm>. Acesso em: 2 maio 2021.

¹³² “Comissão regional de São Paulo, a partir da ação de Dom Paulo Evaristo Arns, Arcebispo dessa cidade, na luta contra a tortura e os assassinatos de presos políticos. Essas atividades estão também na raiz do surgimento progressivo dos mais de 250 Centros de Defesa de Direitos Humanos que existem hoje pelo Brasil afora, a partir de dioceses ou de outras entidades religiosas e da sociedade civil. Com a ampliação da onda de repressão na América Latina, a Comissão articulou seu trabalho com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, ao mesmo tempo que com a Caritas e com o Conselho Mundial de Igrejas, com o qual iniciou uma colaboração ecumênica, sempre no campo da defesa de perseguidos políticos.” Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/historia.htm>. Acesso em: 15 jan. 2021.

¹³³ Declaração de Cartagena. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf. Acesso em: 15 jan. 2020.

A Lei nº 9.474/97 designou ao Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), órgão vinculado ao Ministério da Justiça e da Cidadania, a incumbência de realizar uma Política Nacional de Refúgio em correspondência com a Constituição Federal. É consenso entre os especialistas do campo jurídico que o Brasil é um país avançado em termos normativos (Lei do Refúgio – 9.474/97 e Nova Lei de Migração – 13.445/2017), ou seja, há muitos respaldos jurídicos para a concessão do refúgio (BELTRAND; MANDRILE, 2017).

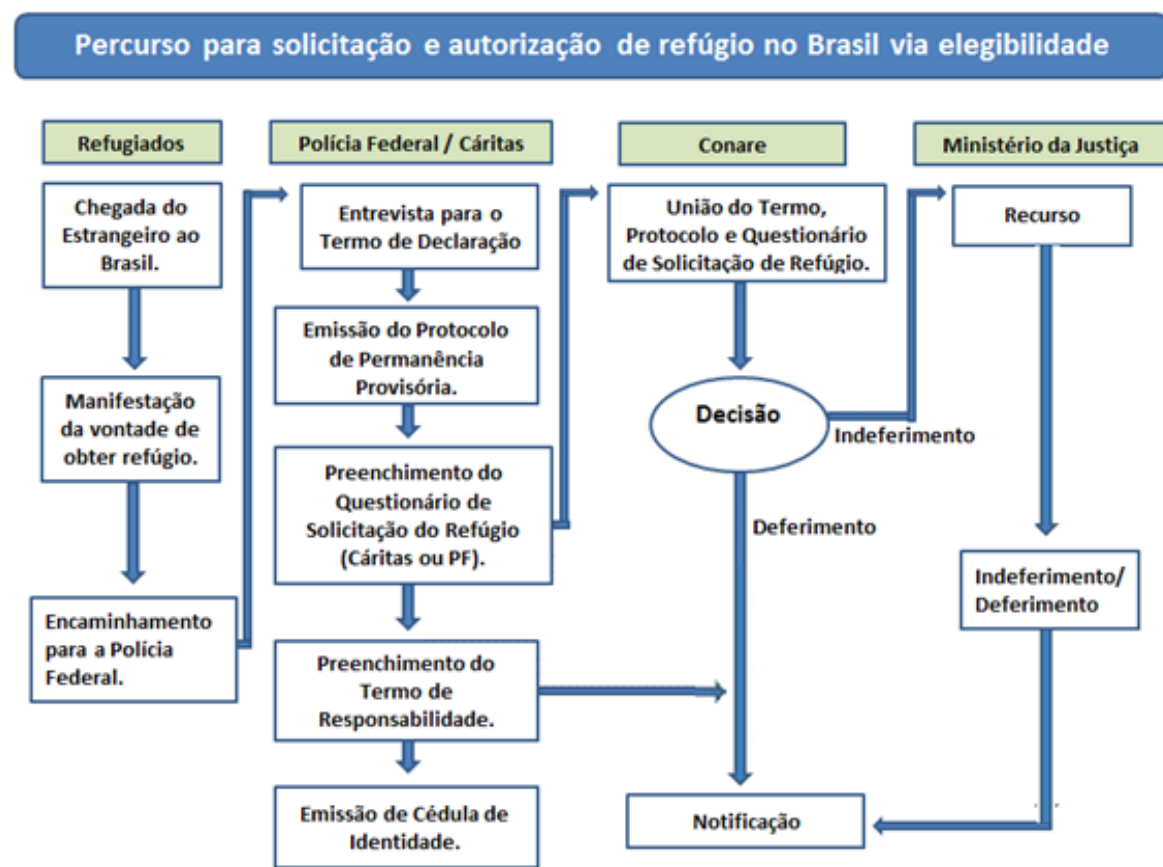
O Conare¹³⁴ possui unidade integrativa com vários ministérios (Justiça, Relações Exteriores, Educação, Saúde, Esportes), além de outros órgãos federais, como o Departamento da Polícia Federal e a Defensoria Pública da União, e diversas instituições da sociedade civil sem vínculo direto com o governo, como a Caritas Arquidiocesana de São Paulo, a Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e o Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH). Todos esses ministérios e instituições possuem direito a voto, exceto o IMDH, que é ouvinte. Já o ACNUR tem direito à fala, mas não direito a voto. Recentemente, a Defensoria Pública da União passou a ter direito à fala e atuar na defesa dos casos. Portanto, o Conare é um órgão tripartite, que possui representantes governamentais, instituições da sociedade civil e das Nações Unidas, que atua no trabalho de reconhecimento dos refugiados e no campo das políticas públicas para os refugiados (ZENERO, 2017, p. 35). Segundo Zerbini (2016, p. 2), tal composição formada por atores sociais diversos significa “a chave institucional da temática do refúgio no Brasil”.

No Brasil, o refugiado necessita passar por várias etapas¹³⁵ até ter sua cédula de identidade emitida. O Diagrama 1, a seguir, demonstra o processo de solicitação e autorização de refúgio no país via elegibilidade, processo que é amparado pela Lei Brasileira do Refúgio, em seu título IV, que normatiza o processo de reconhecimento das condições do refugiado (LIMA et al., 2017, p. 87). Destaca-se que quando o refugiado chega ao Brasil (por ter solicitado o refúgio), recebe um documento de identificação e já tem acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), à educação, à Carteira de Trabalho e Previdência Social, e também pode abrir conta em banco. Desse modo, o refugiado possui a maior parte dos direitos que um brasileiro possui, contudo faltam políticas públicas educacionais para que as instituições públicas estejam preparadas para atender à população de refugiados e imigrantes.

¹³⁴ É de responsabilidade legal do Conare o processo de elegibilidade e diz respeito à responsabilidade total das autoridades nacionais. Isto significa que o governo usa sua própria legislação e o seu questionário para então decidir sobre uma solicitação de refúgio (ANDRADE; MARCOLINI, 2002).

¹³⁵ Um período que pode levar meses ou até mesmo anos.

Diagrama 1 – Processo de solicitação e concessão de refúgio via elegibilidade



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ipea (LIMA et al., 2017).

No Brasil, o refugiado também tem direito ao processo de naturalização¹³⁶, no entanto, com a Nova Lei de Migração, precisa fazer a prova para obter o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), uma prova que é alvo de muitas críticas por parte dos refugiados devido a seu nível de complexidade.¹³⁷ Alguns dos nossos informantes, ainda na condição jurídica de refugiados, já fizeram o pedido de naturalização e estavam aguardando ou já conseguiram esse direito via processo. Outros relatos chamam atenção pelo fato de revelarem satisfação com a perspectiva de naturalização no Brasil. Dois dos nossos entrevistados conseguiram se sair muito bem na prova do Celpe-Bras: o caso de Jesus, na cidade

¹³⁶ “Naturalização é o ato pelo qual uma pessoa adquire voluntariamente uma nacionalidade diferente da sua de origem. Trata-se de ato unilateral e discricionário do Estado, da exclusiva competência do Poder Executivo, na pessoa do Ministro da Justiça, no qual se expressa a soberania do Estado, uma vez que o mesmo satisfaça todas as condições legais.” Disponível em: <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/naturalizacao>. Acesso em: 15 jan. 2021.

¹³⁷ O exame de proficiência em língua portuguesa é exigido para naturalização e intercâmbio. Desde 2018, o Ministério da Justiça e Segurança Pública passou a exigir o Celpe-Bras como uma das formas de comprovação de domínio da língua portuguesa nos processos de naturalização. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/exame-de-proficiencia-em-lingua-portuguesa-e-exigido-para-naturalizacao-e-intercambio/21206. Acesso em: 15 jan. 2021.

de Florianópolis, que passou em primeiro lugar na prova; e o caso de Adil, na cidade do Rio de Janeiro. A seguir, apresentamos alguns relatos:

Uma notícia boa: a semana passada eu consegui a cidadania brasileira, amanhã vou pegar o meu RG, e aí vou procurar um partido político para me filiar, e quando eu me graduar poderei me candidatar para alguma coisa. A nova lei da migração serviu para facilitar o processo de naturalização. Naturalizado, eu posso votar e ser votado, mas não posso me candidatar para a Presidência da República, ainda, por causa da lei (Adil, 26, RJ, grifo nosso).

Eu gosto da língua portuguesa, eu faço questão de falar correto. O ano passado eu fiz a prova de proficiência em Português avançado e consegui, fui aprovado, gostei muito. É difícil. É um vídeo que você vai falar sobre. Tinham seis ou sete sírios tentando fazer, mas não passaram, infelizmente. Bem triste. Eles falam o português, mas o do dia a dia, e isso faz toda a diferença (Adil, 26, RJ, grifo nosso).

E agora eu estou no processo da cidadania (brasileira) na verdade, como eu terminei o Celpe-Bras. Eu penso muito em participar em alguma coisa na política, se não for aqui no Brasil, na Síria. Estou tentando me preparar para isso, mas até agora eu não achei um grupo realmente, um grupo bom e honesto para ficar com eles, mas eu estou em contato com alguns grupos de fora do Brasil (Jesus, 28, SC, grifo nosso).

[Sobre a possibilidade de se naturalizarem brasileiros]. **É bom, muito bom, mas no que vai mudar a nossa vida aqui? Aí a gente poderá votar e poderá se candidatar também, porque nós temos que lutar politicamente pela nossa bandeira [pelo Brasil e pela Síria].** Eu sou refugiado reconhecido, mas eu quero muito me naturalizar... (risos) ...**eu quero muito ser um brasisírio...** (risos) (Abdoulay, 29, SP, grifo nosso).

Eu estou como refugiado com RNE [Registro Nacional de Estrangeiros], mas eu quero me naturalizar, eu estou fazendo a minha pasta agora para pedir a naturalização (Jamil, 37, SP, grifo nosso).

Os relatos se repetem em relação à satisfação com a expectativa do processo de naturalização (alguns em curso) e a possibilidade de participar da política institucional brasileira, como observamos nos depoimentos de pelo menos três dos nossos entrevistados. Abdoulay, Jesus e Adil fizeram referências nesse sentido. Isto é, a perspectiva da naturalização os empodera enquanto cidadãos.

A partir da pesquisa Refúgio em Números no Brasil (5ª edição, 2019), o Brasil recebeu 82.552 solicitações de reconhecimento de refúgio de 129 países.¹³⁸ A Tabela 1 apresenta o total de imigrantes, por país, que solicitaram o reconhecimento da condição de refugiados no Brasil em 2019.

¹³⁸ Essa é uma publicação do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), realizada anualmente tendo por base os dados disponibilizados pela Polícia Federal, pelo Sistema de Tráfego Internacional – Módulo de Alertas e Restrições Ativas (STI-MAR) e pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). Cabe ao Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) realizar o cálculo “estatístico necessário para validação de consistência e categorização das informações sobre elegibilidade, constantes nos processos de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado” (SILVA; CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020).

Tabela 1 – Solicitantes de refúgio no Brasil, por país de origem, 2019

País de nascimento	Nº solicitantes
Venezuela	53.713
Haiti	16.610
Cuba	3.999
China	1.486
Bangladesh	738
Angola	603
Síria	429
Colômbia	381
Senegal	363
Nigéria	331
Índia	312
Marrocos	229
Guiné Bissau	205
Líbano	196
R. D. Congo	167
Paquistão	165
Gana	155
Outros	2.470

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Polícia Federal, sistematizados pela OBmigra, 2019.

No que diz respeito às solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no ano de 2019, significa que, desses pedidos, foram analisados pelo Conare 33.453 pedidos, dos quais a ampla maioria é proveniente da Venezuela, com 28.133 solicitações, “que corresponderam a 84,1% do total de solicitações apreciadas pelo Comitê em 2019. Logo em seguida, destacam-se as solicitações de senegaleses (2,0%), cubanos (1,6%), angolanos (1,4%), sírios (1,4%), da República Democrática do Congo (1,1%) e, finalmente, os haitianos (0,9%)” (SILVA; CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020, p. 15).

Conforme os dados do relatório anual *Refúgio em Números*, o número de solicitações de reconhecimento de refúgio contabilizadas da nacionalidade Síria, entre 2011 e 2019, foi de **4.863**, sendo que desse número 3.417 são homens, 1.378 são mulheres e 68 não informados.¹³⁹

¹³⁹ “Número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, por sexo, segundo principais países de nascimento – Brasil, 2011-2019.” Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/Ref%C3%BAgio%20em%20n%C3%BAmeros/REF%C3%9AGIO_EM_N%C3%9AMEROS_5%C2%AA_E DI%C3%87%C3%83O.pdf. Acesso em: 22 set. 2021.

A Tabela 2 apresenta o número de pessoas reconhecidas pelo Conare como refugiadas, no período entre 2011 e 2019, por país de origem.

Tabela 2 – Refugiados reconhecidos, por nacionalidade ou residência habitual, 2011-2019

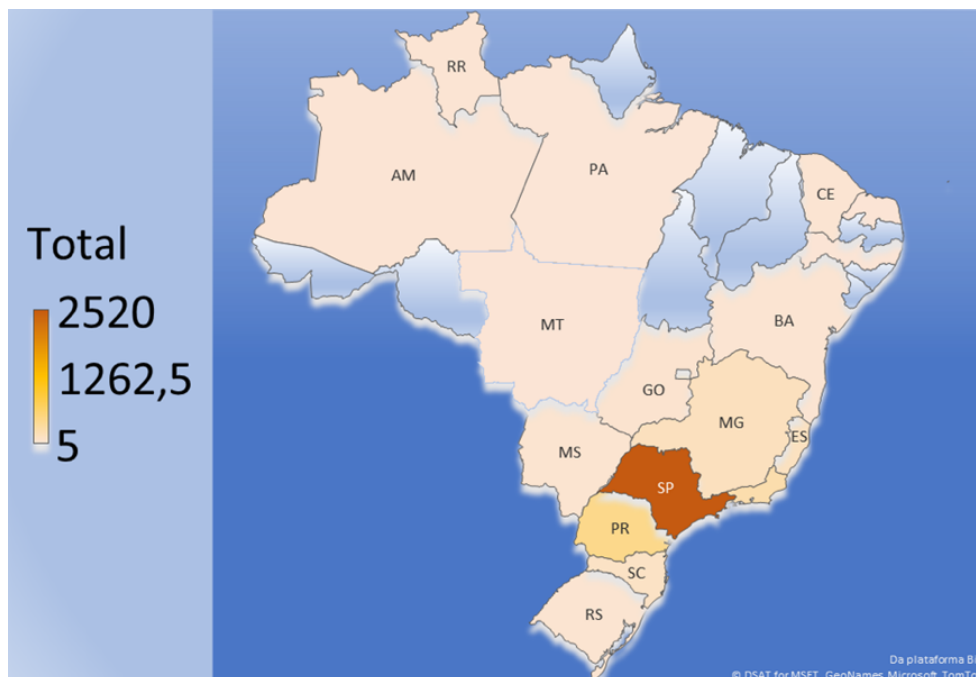
Principais países	Nº de reconhecimentos
Venezuela	20.935
Síria	3.768
R. D. Congo	1.209
Líbano	392
Estado da Palestina	356
Colômbia	324
Paquistão	318
Mali	147
Nigéria	108
Cuba	106
Iraque	101
Afeganistão	99
Angola	98
Guiné-Conacri	97
Outros:	644
Total	28.702

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (CG-Conare/MJSP), sistematizado pelo OBmigra, Brasil, 2019.

O mesmo estudo apresentou uma ampla diversidade de nacionalidades, cujos imigrantes foram reconhecidos como refugiados pelo Conare. Entre 2011 a 2019, foram reconhecidos 28.702 refugiados de 74 países diferentes. A Venezuela foi o país que mais obteve reconhecimento, representando 72,9% do total de pedidos reconhecidos. A Síria ficou em segundo lugar, contabilizando 13,1%, seguida pelo República Democrática do Congo, com 4,2% dos refugiados reconhecidos no período histórico analisado. Com base nesse estudo, os reconhecimentos avaliados pelo Conare levaram em consideração “a categoria de fundamentação mais aplicada para o reconhecimento do *status* de refugiado: a ‘Grave e Generalizada Violação dos Direitos Humanos (GGVDH)’” (SILVA; CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020, p. 24).

O Mapa 4, elaborado com base nos dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública coletados no período entre 2011 e 2020, aponta em quais estados brasileiros estão concentrados os refugiados sírios.

Mapa 4 – Refugiados sírios por estado brasileiro (2011-2020)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2020.

O mapa pode ser interpretado da seguinte forma: o maior número de refugiados sírios está concentrado em São Paulo (2.520). Em seguida, estão: Paraná (442 refugiados), Rio de Janeiro (244), Distrito Federal (237), Minas Gerais (146), Espírito Santo (130), Santa Catarina (104), Goiás (45), Mato Grosso do Sul (35), Mato Grosso (33), Rio Grande do Sul (30), Bahia (24), Ceará (23), Roraima (21), Amazonas (15), Rio Grande do Norte (10), Pernambuco (7), Pará (05). Foram totalizados 4.047 refugiados, distribuídos por 18 estados brasileiros.

Os valores sobre a distribuição socioespacial dos refugiados sírios no Brasil são atualizados a cada mês pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), junto com o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Esses estudos e os seus resultados são disponibilizados publicamente, em conjunto com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). Para essa visibilidade, foi elaborada a Plataforma Interativa de Decisões sobre Refúgio no Brasil.

É possível fazer essa leitura sobre as características e clivagens dos pedidos de refúgio, assim como qualquer correção ou discordância em relação ao relatório “Refúgio em Números” sobre os pedidos realizados de forma extemporânea. Não obstante, é importante ponderar que

o Conare não tem conhecimento da localidade onde os refugiados têm residência, uma vez que os refugiados podem se locomover por todo o território brasileiro. Os valores publicados dizem respeito aos estados onde foram realizados e protocolados o pedido de solicitação de refúgio e local onde foi feito o registro dos refugiados. No entanto, é consenso, conforme diversas pesquisas qualiquantitativas, que no estado de São Paulo está concentrada a maior parte da população síria no Brasil.¹⁴⁰

5.2 A LEGISLAÇÃO SOBRE MIGRAÇÃO E REFÚGIO NO BRASIL: UM CAMPO DE LUTA

O racismo, a xenofobia e a desigualdade de classes são constituintes estruturais no processo social e histórico brasileiro. Conforme argumenta Adalberto Cardoso (2010), o Brasil carrega nas suas entranhas uma ordem desigual, fruto de um conjunto multidimensional de heranças. Nos seus próprios termos:

A escravidão deixou marcas muito profundas no imaginário e nas práticas posteriores, operando como uma espécie de lastro, do qual as gerações sucessivas tiveram grande dificuldade de se livrar. Em torno dela construiu-se uma ética do trabalho degradado, uma imagem depreciativa do povo, ou do elemento nacional, uma indiferença moral das elites em relação às carências da maioria, e uma hierarquia social de grande rigidez e vazada por enormes desigualdades (CARDOSO, 2010, p. 49).

A escravidão calou fundo e sua herança se atualizou e se atualiza de múltiplas formas. A questão do racismo no Brasil é uma construção social, tal como explica Antônio Sérgio Guimarães (1999, p. 50), segundo o qual, nas particularidades da construção da ideologia racial no país, a cor da pele é mais significativa que a raça. Essa ideia de “cor” é profundamente afetada pela estrutura de classes, abrindo espaço para um entendimento de que o dinheiro e a educação são fatores que contribuem para um “embranquecimento” da população. Para esse autor, existe no Brasil uma maneira específica pela qual se define o “branco”, em que estão incluídos os mestiços e “mulatos” que podem exibir os símbolos dominantes da europeidade: formação cristã e domínio das letras.

No caso desta investigação, em que pesquisamos migrantes de origem étnico-racial e economicamente repelidos, pelas classes hegemônicas dotadas de preceitos eurocêntricos e etnocêntricos, racistas e colonialistas, o repúdio ao imigrante e ao refugiado se torna mais grave na sociedade de destino (GOMES, 2017). Entendemos que se trata de uma sociedade na qual estão combinadas diferentes formas de opressão, tais como “relações de poder, de sexo, de raça,

¹⁴⁰ Refúgio em Números e Publicações. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros#categorias>. Acesso em: 21 de jan. de 2021.

de classe [etnicidade, religião]” (HIRATA, 2014, p. 62). Nessa direção, lançamos mão do conceito de “interseccionalidade”, a partir de Sirma Bilge (2009, p. 70, tradução nossa):

A interseccionalidade refere-se a uma teoria transdisciplinar que visa compreender a complexidade das identidades e desigualdades sociais por meio de uma abordagem integrada. Ela refuta a compartimentação e a hierarquia dos principais eixos de diferenciação social, que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnia, idade, deficiência e orientação sexual. A abordagem interseccional vai além de um simples reconhecimento da multiplicidade de sistemas da opressão operando a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e reprodução das desigualdades sociais.

Cabe também considerar que na chegada dos nossos informantes ao Brasil, o país se achava às vésperas de uma crise política, econômica e social, um período em que houve um recrudescimento das práticas racistas e de manifestações xenófobas, por parte tanto de alguns grupos sociais como de grupos políticos institucionalizados da extrema-direita política. Os imigrantes e os refugiados, afetados por diferentes marcadores sociais de diferenças (racismo, xenofobia, classe, religioso e sexista), ficam posicionados em uma condição de desigualdade, que comparece em suas trajetórias migratórias. Tais marcadores de diferenças se articulam e operam como dispositivos de submissão dos grupos de imigrantes e refugiados na cultura social e política hegemônica da sociedade de acolhida.

Essa sociabilidade construída na base de discriminações e promotora de desigualdades, que caracterizou o país ao longo da sua história, procurou ser enfrentada através de políticas sociais implementadas durante o governo Lula (2003-2011) e prolongadas no governo seguinte, da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). Ao longo desse período foram colocadas em prática algumas importantes medidas de proteção à população mais vulnerável, tais como o Programa Bolsa Família, o acesso ao crédito para pessoas de baixa renda, os programas de cotas raciais e sociais, o reconhecimento dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas. Por outro lado, esse tipo de medidas, e a ofensiva política e ideológica contrária a essas iniciativas, contribuíram para fomentar o descontentamento de uma classe média e de uma elite econômica que se via numa condição ainda mais privilegiada, dando margem ao fermento de ideologias de direita e de extrema-direita (ANDERSON, 2020).

Ou seja, fortalecia-se essa sociabilidade discriminatória atualizada na esteira dessas ofensivas ideológicas hodiernas. E dessa marca do estigma, seja da cor, da religião ou da classe, tampouco saíram ilesos nossos sujeitos de pesquisa. No que se refere ao enfrentamento da xenofobia através do apoio institucional e legal ao acolhimento de migrantes, as ações sempre estiveram dependentes de interesses ideológicos por parte do Estado brasileiro, destacadamente no que diz respeito às políticas de concessão de refúgio. Assim como foram implementadas medidas de apoio aos migrantes em situação de vulnerabilidade, também foram retiradas devido

às distintas orientações políticas dos governos nas duas primeiras décadas do século XXI. As ações institucionais e a legislação sobre migração e refúgio caracterizam ao longo do tempo um verdadeiro campo de lutas, lembrando o conceito de Bourdieu (2011).¹⁴¹

O propósito da proteção e acolhimento esteve, no entanto, presente de forma constante entre entidades de cunho religioso posicionadas em prol da defesa dos direitos humanos, as quais vêm desempenhando um papel de destaque no país.

As ofensivas decorrentes da referida ascensão de ideologias de extrema-direita proliferaram (e proliferam) no contexto de recrudescimento da crise política, econômica e social, o que influenciou para o reaquecimento do espírito xenófobo. Como observado no caso de Kalil, relatado no início deste trabalho. Esse cenário, que por um lado se mostra bastante hostil aos imigrantes e refugiados sírios, por outro se mostra mais acolhedor, ao sabor de medidas legais e institucionais, assim como do apoio dessas entidades à população mais vulnerável. Nesse ambiente ambivalente serão construídas suas narrativas de inserção na nova pátria e traçadas suas trajetórias de inserção laboral.

Os refugiados sírios constituem uma minoria étnica¹⁴² e religiosa islâmica no Brasil, formado predominantemente por cristãos. O fato de terem chegado ao país às vésperas de uma crise econômica, política e social, impactou ainda mais na vida laboral desses migrantes forçados, tornando maiores as dificuldades para inserir-se no campo de trabalho ou no mercado. Esse aspecto compareceu em algumas narrativas dos que chegaram ao Brasil em 2014 e 2015:

Eu comecei a trabalhar vendendo (comida) na rua, com os salgadinhos nas caixas, que eu trabalhei durante um ano e meio. Depois eu conheci a minha esposa (brasileira), nós conversamos, mas, você sabe, a nossa cultura é diferente, não é igual aqui no Brasil que se namora, na nossa cultura precisa se acertar com a família, é diferente. Bom, ela se converteu muçulmana, mas eu falei para ela que só queria se ela quisesse virar muçulmana realmente. Bom, nós nos casamos no Egito e depois voltamos, eu continuei mais um ano vendendo esfirras na rua, em caixas, normal, estava bom, eu ganhava dinheiro. Mas depois, a Dilma Rousseff saiu do governo e a situação ficou muito ruim, é verdade! Nesse meio tempo eu tive uma criança, o meu filho estava com 2 meses, eu pensei: e agora,

¹⁴¹ [...] quando descrevo o espaço social como um campo, o qual é ao mesmo tempo um campo de forças, que se impõe aos agentes que nele estão envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados, conforme suas posições na estrutura do campo de forças, contribuindo para a conservação ou transformação de sua estrutura (BOURDIEU, 2011, p. 50).

¹⁴² O termo “minorias” é utilizado para identificar coletivos de grupos humanos sob condições de desigualdade em relação a outros grupos, seja nas sociedades antigas ou em sociedades modernas. Ao longo dos processos sociais e históricos há singularização dos indivíduos e dos grupos sociais, que possuem aspectos particulares no que diz respeito à cultura, à língua, à religiosidade, que serviram como marcadores de diferenças e normalizadores entre os grupos dominantes. Nesse sentido, grupos de minorias estão sob processos de “controle político, marginalização social, exploração econômica e a subordinação simbólica desses indivíduos e coletivos então singularizados por e perante os grupos dominantes” (SILVA, 2017, p. 485). Então, processos de singularização de indivíduos e grupos sociais, no âmbito da teoria social, são trabalhados com a noção de etnicidade a fim de compreender o estatuto coletivo de uma identidade, “configurando um ‘nós’ em oposição a outras identidades ou etnicidades concebidas contrastivamente como ‘eles’”.

como eu faço? Eu fiquei três ou quatro meses com pouco trabalho, pouco dinheiro. Então, o que eu fiz: eu não queria mudar de trabalho, mas agregar, então eu comecei a fazer esfirras grandes e bem baratas, a 3 reais, por exemplo, isso era o que dava mais movimento. Então, eu comecei a vender a comida em uma carrocinha na rua, bem pequeninha, eu também abri um processo de protocolo na prefeitura para receber licença de trabalho legal, entendeu? Eu esperei um ano, eu só quero trabalhar, quero um caminhão para vender comida, vender cachorro-quente, vender coisas, eu não quero vender drogas! (Kalil, 35, RJ, grifo nosso).

Quando eu cheguei aqui em São Paulo eu fui para um hostel aqui perto, no metrô Pedro Segundo, no hostel de uma coreana, cada quarto tinha cinco ou seis camas. Uma cama custava duzentos e cinquenta reais e ela cobrou de mim trezentos e cinquenta. Eu fiquei no hostel, porque não tinha outra opção. Quando eu cheguei aqui no Brasil, em 2014, o dólar estava dois reais e vinte centavos, mais ou menos. Eu não tinha dinheiro, eu cheguei aqui com trezentos e cinquenta dólares. Nesse hostel, tinham muitas pessoas da Europa e africanos também. E eu fiquei quase dois meses sem trabalhar no Brasil (Jamil, 37, SP, grifo nosso).

Kalil chegou ao Brasil em 2015 e Jamil em 2014, época em que a chegada de refugiados sírios foi mais intensa, no governo da ex-presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). A partir de 2015, a crise econômica e a instabilidade política já começavam a impactar tanto a vida dos refugiados e imigrantes (de outras nacionalidades) como a vida dos brasileiros. A partir de 2011, as solicitações de refúgio de pessoas vindas da Síria passaram a ocorrer continuamente. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea), apenas em 2017 chegaram 2.901 refugiados sírios ao Brasil (LIMA et al., 2017; BAENINGER; FERNANDES, 2018).

A extrema-direita, que já vinha ascendendo desde o início do primeiro governo Lula (2003-2006), é um movimento que defende a consigna “família”, “Deus” e “liberdade”, palavras de ordem tradicionais da direita que saudou a chegada da ditadura militar em 1964. Além da maior visibilidade desse movimento, pairava no ar o crescimento de um novo grupo religioso. Atualmente, mais de 20% dos brasileiros seguem alguma vertente do protestantismo evangélico. Essa vertente do protestantismo é chamada de “teologia da prosperidade”¹⁴³ (ANDERSON, 2020, p. 105-106).

Presente há mais de meio século no país, a Teologia da Prosperidade foi construindo ao longo dos anos um campo de atuação na mídia, na política institucional de partidos políticos e no ramo de artefatos religiosos. Um fato de relevância para a expansão dessa vertente é que os seus adeptos não estão exclusivamente entre as classes mais baixas da sociedade, estão também fortemente presentes nas classes médias endinheiradas, no empresariado, entre os

¹⁴³ A tendência religiosa do neopentecostalismo se faz presente no Brasil desde os anos 1970 (MARIANO, 2004).

profissionais liberais e pessoas de visibilidade pública, como atores e pessoas públicas do meio esportivo (MARIANO, 2004).

Nessa mesma vertente também existe uma intenção firmada politicamente de não aceitação da população LGBT+. Isto é, a discriminação recrudescer através de discursos e atos discriminatórios em relação a vários grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica. Essas narrativas contribuíram para “assegurar parte de suas crenças e de seus valores morais no ordenamento jurídico contribuindo para polarizar o debate público e radicalizar a combatividade recíproca dos atores em disputa” (MARIANO, 2016, p. 722-723). Conforme o autor, é justamente esse contexto no qual o Brasil se encontra, imerso em posições políticas polarizadas, que recrudescer o ativismo no campo político e as vertentes evangélicas conservadoras.

Por outro lado, o cenário de polarizações, que se expressa através de grupos e partidos políticos, contribuiu para o crescimento e o aparecimento público de movimentos cristãos evangélicos e não evangélicos de tendência política progressista,¹⁴⁴ oposta às tendências religiosas conservadoras (MARIANO, 2016). Há que se ponderar o importante papel que as instituições de caráter religioso (algumas ecumênicas) de vertente “progressista”¹⁴⁵ vêm cumprindo na vanguarda do ativismo pelos direitos humanos, se contrapondo à opressão, exploração e discriminação¹⁴⁶ dos grupos vulneráveis da sociedade. Para ilustrar, podemos mencionar o trabalho do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC)¹⁴⁷, que tem entre seus projetos “sensibilizar igrejas e comunidades de fé para a situação das pessoas imigrantes e refugiadas”¹⁴⁸. Essa instituição procura ampliar a rede de acolhida criando espaços de escuta e diálogo com pessoas imigrantes e refugiadas, para que as suas demandas sejam

¹⁴⁴ “Evangélicos lançam manifesto em defesa da democracia”. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/evangelicos-lancam-manifesto-em-defesa-da-democracia/>. Acesso em: 3 dez. 2020.

¹⁴⁵ Há instituições no Brasil de caráter religioso que possuem papel ímpar em sensibilizar a população sobre a questão dos imigrantes e refugiados. Muitas dessas instituições religiosas possuem uma ética voltada à Teologia da Libertação (tendência cristã ligada às preocupações com os pobres e marginalizados da sociedade), totalmente oposta à Teologia da Prosperidade.

¹⁴⁶ “Agentes do Decradi recebem treinamento para aprimorar o atendimento ao público LGBTI+”. Disponível em: www.policiaocivilrj.net.br/noticias.php?id=3509. Acesso em: 4 dez. 2020. A Delegacia de Crimes Raciais Delitos de Intolerância (Decradi) foi criada em 2018. O órgão recebe denúncias sobre a intolerância religiosa e trabalha na busca de respostas a partir das lideranças religiosas (Informação verbal de Ricardo Mariano (USP) no 19º Encontro Brasileiro de Sociologia (SBS), realizado em Florianópolis, em julho de 2019).

¹⁴⁷ O CONIC é um movimento que abarca as igrejas cristãs e metodistas. Trata-se de um movimento ecumênico que surgiu em 2013. A pastora Romi Márcia Bencke é uma atuante feminista e articuladora religiosa dessa organização. (Informação verbal de Ricardo Mariano (USP), no 19º Encontro Brasileiro de Sociologia (SBS), ocorrido em Florianópolis em julho de 2019.) Tivemos oportunidade de conversar pessoalmente com essa pastora (luterana) no encontro Primeira Oficina de Imigrantes e Refugiados, que aconteceu nos dias 22 e 23 de março de 2019 no Centro Universitário da Católica de Santa Catarina, em Joinville (SC).

¹⁴⁸ Disponível em: <https://www.conic.org.br/portal/apresentacao>. Acesso em: 3 dez. 2020.

atendidas e que sejam criadas estratégias de proteção social nas jurisdições do poder público e da sociedade civil.¹⁴⁹

Em março de 2019, participamos de um encontro intitulado “Primeira Oficina de Imigrantes e Refugiados”, no Centro Universitário da Faculdade Católica de Santa Catarina, na cidade de Joinville. Desse encontro participaram diversas lideranças de ONGs e movimentos sociais inter-religiosos e a fala de uma dessas lideranças nos chamou atenção: “O número de pessoas, no Brasil, que têm antipatia aos refugiados e imigrantes é maior que o número dos que têm simpatia, aí que se dá a importância do trabalho em rede, como o trabalho das ONGs e das igrejas”. É a partir dessa narrativa que encontramos ressonância no importante papel que esses grupos da sociedade civil desempenham no trabalho de acolhimento aos imigrantes e refugiados em condições de vulnerabilidade social e com proteção social ínfima. Não obstante, muitos diálogos e ações concretas promovidos por essa e outras instituições se encontram entrelaçados com os poderes públicos nas instâncias locais, regionais e federais.

No campo da política de acolhimento a imigrantes e refugiados no Brasil, temos a Lei do Refúgio (Lei nº 9.474/97) e a Nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/17), que são referências internacionais. Segundo o relato de um dos diretores do Instituto Adus, que lida diretamente com refugiados de várias nacionalidades, haveria interesses ideológicos por parte do Estado brasileiro nas políticas de concessão de refúgio, como no caso da recepção aos imigrantes venezuelanos:

Na medida que saiu a esquerda e entrou a direita, com o *Impeachment* de Dilma Rousseff mudou o enfoque em relação à Venezuela, então, o governo Bolsonaro tem uma facilidade muito maior em acolher os venezuelanos como refugiados, os governos de esquerda não tinham essa facilidade. A mesma coisa com os cubanos, que agora têm um tratamento diferente aqui, e o exército está sendo um dos grandes motores, eles já têm várias instituições. Uma instituição está se destacando, pegando os venezuelanos de Roraima e distribuindo para Brasília. Então o exército está fazendo isso para dar uma ajuda para Roraima, que é um Estado que recebeu proporcionalmente muitas pessoas lá. **E toda vez que ele (o poder público) concede o refúgio para um venezuelano ele está declarando que a Venezuela é uma ditadura** (Diretor financeiro e jurídico, Adus, SP, grifo nosso).

Desse modo, conforme o entrevistado, a concessão do refúgio passa pelo crivo jurídico-institucional e ideológico no campo político. Em 2007, dois boxeadores cubanos que vieram disputar os Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro deixaram a equipe, mas em seguida foram achados pela Polícia Federal e deportados de volta para Cuba¹⁵⁰. Na época, o Brasil era

¹⁴⁹ Imigrantes e Refugiados: desafios da casa comum. Disponível em: <https://www.conic.org.br/portal/imigrantes-e-refugiados>. Acesso em: 3 dez. 2020.

¹⁵⁰ “Atletas cubanos são deportados, diz PF”. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL83186-5606,00.html>. Acesso em: 24 nov. 2020

governado por Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), e naquele contexto as relações diplomáticas entre o governo brasileiro e o governo cubano eram algo a ser preservado. Já no caso dos venezuelanos, houve uma disposição política por parte do governo brasileiro em lhes conceder refúgio em razão das divergências ideológicas entre o presidente Jair Messias Bolsonaro e Nicolás Maduro, presidente daquele país.¹⁵¹ Ou seja, países como a Venezuela, ainda que sigam uma economia capitalista, por realizarem políticas entendidas como “de esquerda” serão sempre alvo de disputas e interesses geopolíticos por parte de países alinhados politicamente à extrema-direita.

Sobre essa questão, Pereira (2020) pondera que a concessão de refúgio aos venezuelanos no Brasil poderia ser visto como um avanço, se considerássemos como violações de direitos humanos as privações vividas pela população venezuelana ante a crise econômica e política do país, como a falta de alimentos e outras questões que ferem a proteção integral da população. Nessa perspectiva, os venezuelanos como refugiados no Brasil teriam acesso aos serviços públicos essenciais, assim como a integração dessa população em um novo país. Entretanto, essa concessão de refúgio não estaria isenta de “mobiliza[ção] [de] capital político que embasa a crítica realizada àquele regime” (PEREIRA, 2020, s. p.).

No governo de Dilma Rousseff, em função do contínuo aumento de migrantes de nacionalidade síria em busca de refúgio no Brasil, o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) elaborou a Resolução Normativa nº 17, de 20 de setembro de 2013, concedendo refúgio por razões humanitárias às pessoas de nacionalidade síria vítimas da guerra. Vejamos o que diz essa resolução, renovada e ainda vigente:

O Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, no uso de suas atribuições previstas no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, tendo em vista a deliberação em sessão plenária realizada em 20 de setembro de 2013, considerando os laços históricos que unem a República Árabe Síria à República Federativa do Brasil, onde reside grande população de ascendência síria; considerando a crise humanitária de grandes proporções resultante do conflito em andamento na República Árabe Síria; considerando o alto número de refugiados gerado pelo conflito desde o seu início; considerando a crescente busca por refúgio em território brasileiro de parte de indivíduos afetados por aquele conflito; considerando as dificuldades que têm sido registradas por parte desses indivíduos em conseguirem se deslocar ao território brasileiro para nele solicitar refúgio, inclusive por conta da impossibilidade de cumprir os requisitos regularmente exigidos para a concessão de visto; considerando a excepcionalidade das circunstâncias presentes e a necessidade humanitária de facilitar o deslocamento desses indivíduos ao território brasileiro, de forma a lhes proporcionar o acesso ao refúgio, resolve: Art. 1º – Poderá ser concedido, por razões humanitárias, o visto apropriado, em conformidade com a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, e do Decreto 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a

¹⁵¹ “Brasil reconhece condição de refugiado de quase oito mil venezuelanos”. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/08/brasil-reconhece-condicao-de-refugiado-de-quase-oito-mil-venezuelanos>. Acesso em: 24 nov. 2020.

indivíduos afetados pelo conflito armado na República Árabe Síria que manifestem vontade de buscar refúgio no Brasil. Parágrafo único – Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população em território sírio, ou nas regiões de fronteira com este, como decorrência do conflito armado na República Árabe Síria. Art. 2º – O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores. Art. 3º – Esta Resolução Normativa vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Resolução Normativa nº 17, de 20 de setembro de 2013, grifo nosso).

Quando eclodiu a guerra na Síria em 2011, as embaixadas e os consulados do Brasil nos países vizinhos da Síria facilitaram a concessão do visto humanitário aos sírios. A Resolução Normativa nº 17 também considerou os laços com a imigração histórica sírio-libanesa no Brasil. Os procedimentos para a concessão de vistos humanitários constam na Nova Lei de Migração de 2017. A propósito, um dos avanços dessa lei é a política da institucionalização do visto humanitário. Ademais, conforme os pesquisadores no âmbito jurídico e das relações internacionais, espera-se que esse tipo de visto humanitário possa ser aplicado na formulação de políticas públicas para refugiados de outros países da América Latina (RODRIGUES; BLANES; SIQUEIRA, 2017).

O Brasil foi o país da América do Sul que mais concedeu vistos humanitários aos refugiados sírios. As embaixadas brasileiras nos países vizinhos da Síria e em outras partes do Oriente Médio, como Turquia, Líbano, Jordânia e Iraque, atuaram na emissão de vistos humanitários para a população síria em viagem ao Brasil. Os vistos foram estendidos também aos familiares dos solicitantes (LIMA et al., 2017).

Segundo dados levantados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)¹⁵², 6,6 milhões de sírios saíram de seu país em decorrência da guerra, que já completou mais de dez anos.¹⁵³ A seguir, Adil, refugiado e estudante de Relações Internacionais, nos traz a seguinte informação sobre o visto humanitário concedido pelo governo brasileiro aos refugiados sírios:

Os governos Dilma e Lula precisavam facilitar (a concessão do refúgio) porque são de esquerda, e os EUA estavam atuando na Síria, então eles queriam manter uma relação humanitária, diplomática. Mesmo não tendo uma relação diretamente com a Síria, era uma relação boa, de facilitar (a vinda dos refugiados sírios), pelo menos (o Brasil) estava com as portas abertas (Adil, 26, RJ, sírio, naturalizado brasileiro em 2019, grifo nosso).

¹⁵² “Global Trends Forced Displacement In 2019.” Disponível em: <https://www.unhcr.org/globaltrends2019/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

¹⁵³ “Relatório global do ACNUR revela deslocamento forçado de 1% da humanidade.” Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/06/18/relatorio-global-do-acnur-revela-deslocamento-forcado-de-1-da-humanidade/>. Acesso em: 4 dez. 2020.

Cabe destacar que em 2003 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estreitou laços diplomáticos com os países do Oriente Médio. Foi realizada uma reunião em Beirute, capital do Líbano, para colocar em evidência os laços históricos, econômicos e políticos desses grupos de imigrantes na América Latina (informação verbal).¹⁵⁴ Segundo pesquisadores da imigração árabe no Brasil, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva inseriu o Oriente Médio no centro geopolítico das relações internacionais (informação verbal)¹⁵⁵, o que de certa forma ecoou no governo Dilma Rousseff (CASARÕES, 2012).

Após o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, o Brasil ainda se manteve alinhado aos acordos internacionais sobre as migrações. Em dezembro de 2018, o ministro das Relações Exteriores do Brasil (2017 a 2019), Aloysio Nunes Ferreira, do governo de Michel Temer, assinou o Pacto Global pelas Migrações das Nações Unidas, formulado em 2016. No entanto, em janeiro em 2019, o governo de Jair Messias Bolsonaro, junto com o seu ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, anunciaram publicamente que o governo se retirou desse Pacto.¹⁵⁶

O Pacto Global pelas Migrações faz frente à emergência e à urgência de soluções e saídas à chamada crise migratória internacional dos últimos anos. Deve-se, também, ao fato de que no ano de 2015, havia cerca de 244 milhões de deslocados no mundo, sendo 65 milhões deslocados forçadamente. Dois anos depois, em 2017, segundo o relatório do ACNUR, o número de deslocados forçados havia saltado para 68,5 milhões.¹⁵⁷

No relatório da Organização Internacional das Migrações (OIM)¹⁵⁸, entre 2014 e 2018 aproximadamente 17 mil pessoas desapareceram no mar Mediterrâneo quando tentavam chegar à Europa. Foram recuperados somente 5.700 corpos.¹⁵⁹ Os relatórios apontam que as crises humanitárias das migrações estiveram acompanhadas da “mobilização de esforços humanitários”. Entretanto, a OIM mencionou o caso do governo italiano, que fechou os seus portos às embarcações que traziam pessoas em busca de refúgio, tratando a crise humanitária de refugiados com um viés securitário, em que imigrantes e refugiados são vistos ou tratados

¹⁵⁴ Informação verbal de Oswaldo Truzzi em evento organizado pelo Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=labimi+oswaldo+truzzi. Acesso em: 9 out. 2020.

¹⁵⁵ Projeto “Terças na Hospedaria”. Organizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Disponível em: Instagram@cmiif.uerj. Acesso em: 8 dez. 2020.

¹⁵⁶ “O tema das migrações em dezembro.” Disponível em: <https://oestrageiro.org/2018/12/21/clipping-o-tema-das-migracoes-em-dezembro/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

¹⁵⁷ Tendências Globais ACNUR. Disponível em: <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5d08d7ee7/unhcr-global-trends-2018.html>. Acesso em: 23 nov. 2020.

¹⁵⁸ “Migração irregular, desaparecidos.” Disponível em: 30,000 Irregular Migration Deaths, Disappearances Between 2014-2018: IOM Report. Acesso em: 23 nov. 2020.

¹⁵⁹ “Syria Emergency.” Disponível em: <https://www.unhcr.org/syria-emergency.html>. Acesso em: 26 nov. 2018.

pelos Estados nacionais como uma ameaça, ou um problema de segurança nacional. O tratamento das migrações com viés securitário leva em consideração as normas de segurança nacional entre comunidades de “Estados, nações ou civilizações” que se encontram em disputa no campo ideológico, o que reforça “as identidades entre o ‘nós’ e os ‘outros’” (VILLA, 2014, p. 350). Portanto, os Estados que adotam a política de controlar a entrada de refugiados nas fronteiras dos territórios nacionais estão cometendo violações de direitos humanos, porque colocam as pessoas em situação de refúgio em condições ainda mais vulneráveis e até mesmo condenando-as à morte.

As ações que estabeleceram uma governança internacional das migrações internacionais foram desencadeadas por meio da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2016, através da “Declaração de Nova York para os Refugiados e os Migrantes”. O documento foi aprovado por 193 países, que naquele ano levaram em consideração os elevados números de pessoas deslocadas no mundo.

Na Declaração de Nova York constam compromissos que seriam adotados pelos Estados, no que diz respeito aos refugiados e imigrantes (esses dois grupos possuem normas próprias nos Estados nacionais). Entre esses compromissos, dois pactos advêm da Declaração: um diz respeito à “migração segura, ordenada e regular”; o outro, direcionado aos refugiados, foi elaborado e coordenado pelo ACNUR em 2018, em Marraquexe, no Marrocos.¹⁶⁰

O Pacto Global das Migrações ocorreu em Marraquexe, em 10 e 11 de dezembro de 2018, foi assinado por 165 dos 193 Estados-membros das Nações Unidas. O Pacto teve a oposição dos Estados Unidos, que realizaram uma política visando influenciar outros países a não assinarem o documento. Lamentavelmente, com a retirada do Brasil do Pacto Global, ele passa a integrar o grupo de países que têm contrariado os preceitos dos direitos dos imigrantes e refugiados, portanto, violando os direitos humanos. Ademais, seria significativo em termos de política diplomática internacional se o Brasil fizesse parte do Pacto Global para a Migração, tendo em vista que o país já participa do Plano da Governança Internacional das Migrações.¹⁶¹

O grupo de países que não assinaram o Pacto é formado por: Estados Unidos, Israel, Áustria, Polônia, República Tcheca, Eslováquia, Bulgária, Austrália, Brasil e Chile. Como narrativa de oposição ao Pacto, esse grupo alegou que a entrada de imigrantes e refugiados poderia afetar a soberania nacional. No entanto, o Pacto não é um tratado internacional e sim

¹⁶⁰ “Pacto global sobre imigração é assinado no Marrocos.” Disponível em: www.cpadnews.com.br/universo-cristao/46366/pacto-global-sobre-imigracao-e-assinado-no-marrocos.html. Acesso em: 27 dez. 2018.

¹⁶¹ “Na ONU, Aloysio Nunes se contrapõe a políticos que querem restringir imigração.” Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/12/10/interna_internacional,1012143/na-onu-aloyisio-nunes-se-contrapoe-a-politicos-que-querem-restringir-i.shtml. Acesso em: 6 jan. 2019.

“um instrumento não obrigatório, que contém princípios orientadores para os Estados, em busca de uma gestão racional das migrações”¹⁶², assim os Estados continuam tendo o direito soberano de realizar uma política migratória própria. Nesse sentido, o Pacto Global tem como prisma reconhecer os direitos humanos dos migrantes e o processo de gestão das migrações deve ser administrado politicamente por cada Estado.

Uma política diplomática que atenda aos direitos humanos seria de suma importância ao Brasil, que historicamente é um país receptor de imigrantes e também gerador de fluxos migratórios. Conforme dados do IBGE, entre 2,5 milhões e 3 milhões de brasileiros vivem no exterior.¹⁶³ As estatísticas mostram que o percentual de imigrantes no Brasil não é elevado se comparado com o de outros países. Segundo o Ministério da Justiça e da Segurança Pública, existem pouco mais de 700 mil imigrantes no Brasil. Esse número, em relação a um universo populacional de 207 milhões de brasileiros (2018), corresponde a um percentual de apenas 0,4% de imigrantes no Brasil.¹⁶⁴ O baixo percentual de imigrantes e refugiados no Brasil é confirmado pelo depoimento de um diretor do Instituto Adus que entrevistamos em São Paulo:

A sociedade civil se coloca em postura de acolhimento porque o refúgio ganhou um destaque na sociedade, é lógico que tem poucos refugiados no Brasil em números absolutos, em relação à sociedade, então... se você acolher cem mil pessoas, duzentas mil pessoas em um país de duzentos milhões é muito diferente [de um país com] dez ou vinte milhões [de habitantes]. Então, pelo número de refugiados que têm no Brasil atualmente, se tem espaço na sociedade, então a gente consegue fazer várias ações com muitas pessoas, com muitas empresas. O que acontece é que a administração pública está muito aquém do que ela deve fazer (Diretor financeiro e jurídico, Adus, SP, grifo nosso).

O Brasil passou a ser palco de destaque no acolhimento de imigrantes e refugiados sobretudo a partir da chegada dos haitianos em 2010 (que foram contemplados com o visto humanitário), colombianos, senegaleses e venezuelanos (a partir de 2017).¹⁶⁵ Os imigrantes haitianos, após o terremoto no Haiti, não tiveram o reconhecimento jurídico de refugiados por uma série de complexidades normativas existentes na Lei do Refúgio (nº 9.474/97), que contempla apenas pessoas que se encontram em situação de perseguição política, étnica ou religiosa, ou seja, quando há perigo de morte e violação de direitos humanos no país de origem. Destarte, observam-se tensões na política de concessão de refúgio no Brasil, ao se analisar a

¹⁶² Conferência “O Brasil fora do Pacto Global das Migrações”, em 14 dez. 2020. Informação verbal do Prof. Dr. Paulo Borba Casella, professor titular do Departamento de Direito Internacional e Comparado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

¹⁶³ “Brasileiros no mundo.” Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/noticias/censo-ibge-estima-brasileiros-no-exterior-em-cerca-de-500-mil/impressao>. Acesso em: 6 jan. 2019.

¹⁶⁴ “Brasil registra mais de 700 mil migrantes entre 2010 e 2018.” Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1566502830.29>. Acesso em: 23 nov. 2020.

¹⁶⁵ Idem nota anterior.

situação de vulnerabilidade social e insegurança do emigrante em seu país de origem e enquadrá-la ou não na condição de refugiado. Portanto, é preciso desmistificar a falsa ideia de que haveria no Brasil um número alto de entrada de imigrantes, seja a migração econômica (espontânea) ou forçada.

A partir da crise econômica e política na Venezuela, muitos venezuelanos passaram a cruzar a fronteira do Brasil com o estado de Roraima. Esse fato gerou uma crise migratória que adquiriu grande repercussão midiática, na qual a narrativa era a de uma invasão de imigrantes. Simultaneamente, foram registrados diversos atos xenofóbicos contra a população imigrante venezuelana em 2018¹⁶⁶. Deisy Ventura, professora titular de Ética da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), relatou o episódio ocorrido em agosto de 2018 no município de Pacaraima, estado de Roraima, quando “grupos de brasileiros atiraram pedras, queimaram acampamentos de famílias oriundas do país vizinho e hostilizaram os imigrantes, depois que um comerciante local foi assaltado”.¹⁶⁷

Ante os atos xenofobos e racistas em relação à população venezuelana no Brasil, pesquisas sobre migrações colocam em xeque a ideia do “homem cordial”, de Sérgio Buarque de Holanda (informação verbal)¹⁶⁸.

A chegada dos imigrantes venezuelanos a Pacaraima coincidiu com a campanha presidencial de Jair Bolsonaro, em que muitos de seus partidários acusavam o Partido dos Trabalhadores de ter alianças políticas com o governo venezuelano. Era extremamente difundido nas redes sociais o mito de que o Brasil iria se transformar numa Venezuela.¹⁶⁹

Em entrevista com um dos diretores da Caritas-SP, questionamos qual seria a visão da instituição em relação ao papel do governo brasileiro frente ao Pacto Global das Migrações e às políticas migratórias:

Alguns países não assinaram [o Pacto global das Migrações], os EUA não assinaram, por exemplo. Ou seja, as crianças que estão presas lá, as famílias que estão migrando para lá, há uma violação de direitos humanos. E os EUA têm muita força econômica dentro das Nações Unidas. Então, tudo tem as suas contradições. Porque tem a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM), ligada à ONU, tem a produção acadêmica, os alunos e esse engajamento das Nações

¹⁶⁶ “Êxodo venezuelano.” Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/26/politica/1535295320_792358.html. Acesso em: 23 nov. 2020.

¹⁶⁷ “Fluxos passam, a xenofobia fica.” Entrevista com Deisy Ventura, por Luiz Felipe Stevanim. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/entrevista/fluxos-passam-a-xenofobia-fica>. Acesso em: 2 dez. 2020.

¹⁶⁸ Conferência “O Brasil fora do Pacto Global das Migrações”, em 14 dez. 2020. Informação verbal do Prof. Dr. Paulo Borba Casella, professor titular do Departamento de Direito Internacional e Comparado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

¹⁶⁹ “Partidários de Bolsonaro agitam o fantasma do Brasil virar uma Venezuela.” Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/10/23/interna_internacional,999326/partidarios-de-bolsonaro-agitam-o-fantasma-do-brasil- virar-uma-venezue.shtml. Acesso em: 23 nov. 2020.

Unidas... alguns grupos irracionais brasileiros até atacam a ONU, têm atacado muito a ONU... assim, a gente nem sabe o que vai acontecer se tal candidato [o Presidente da República] ganhar as eleições. Porque a gente (na Caritas) está bem apreensivo com as eleições. O ACNUR, eles nunca vão se posicionar politicamente, mas é claro que tem uma preocupação de qual o candidato o que vai ganhar... e a Caritas está na linha de frente com várias lutas sociais, eu falo abertamente... aqui, a gente estava até no almoço conversando hoje sobre qual candidato a gente iria votar (Presidente), então, a gente está preocupado sim, eu estou muito (Diretor de Comunicação da Caritas, SP, 2018, grifo nosso).

Conforme Baeninger (2018)¹⁷⁰, o Brasil não é um país de destino, mas de trânsito e de possibilidades para os imigrantes e refugiados. Portanto, inferimos que há espaço laboral para os imigrantes e refugiados no Brasil, sobretudo em se tratando de imigrantes que possuem “elevado capital linguístico e capital escolar acima da média brasileira”.¹⁷¹

No dia 17 de dezembro de 2018, os Estados-membros da ONU também aprovaram o Pacto Global sobre Refugiados.¹⁷² Esse acordo, que já tinha sido aprovado na Declaração de Nova York para os Migrantes e Refugiados, em 2016, teve como prisma dar visibilidade ao movimento internacional de refugiados de forma a beneficiar os grupos e os Estados receptores. O documento foi assinado por 181 países, sendo que Estados Unidos e Hungria votaram contra. Os países que se abstiveram foram a República Dominicana, Eritreia e a Líbia.¹⁷³ Em 2019, o Brasil, quando passou a ser governado presidente Jair Bolsonaro, anunciou a revogação do Pacto Global sobre Refugiados.

O Pacto Global sobre Refugiados tem por objetivos: atuar contra as pressões que alguns países são acometidos no acolhimento aos refugiados, criando um processo de construção, autossuficiência e autonomia entre as pessoas em situação de refúgio; expandir o acesso ao reassentamento em países terceiros, assim como promover outros caminhos legais para a proteção e soluções duradouras; criar um contexto que dê permissão aos refugiados retornarem para aos seus países de origem de forma digna e segura, não colocando em risco as suas vidas (UNHCR, 2018).¹⁷⁴

¹⁷⁰ Informação verbal de Rosana Baeninger – Programa da Missão Paz, em 10 de agosto de 2018.

¹⁷¹ “Escolaridade, diplomas e conhecimento linguístico.” Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Resumo-Executivo-Versa%CC%83o-Online.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

¹⁷² Baseia-se no sistema jurídico sobre refugiados, especialmente a Convenção de 1951, e na legislação humanitária e de direitos humanos. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/12/1652061>. Acesso em: 27 dez. 2018. Assembleia Geral adota Pacto Global sobre Refugiados com apoio de 181 países. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/12/1652061>. Acesso em: 27 dez. 2018.

¹⁷³ O Brasil, sob a gestão do Presidente Jair Bolsonaro, até o momento não aderiu ao Pacto Global sobre os Refugiados. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/bolsonaro-confirma-revogacao-da-adesao-ao-pacto-global-para-migracao>. Acesso em: 15 fev. 2019.

¹⁷⁴ “Conferência Intergovernamental para a Adoção do Pacto Global sobre Migração segura, ordenada e regular.” Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19811-conferencia-intergovernamental-para-adocao-do-pacto-global-sobre-migracao-segura-ordenada-e-regular-marraquexe-10-e-11-de-dezembro-de-2018>. Acesso em: 15 fev. 2019.

Deisy Ventura pondera que a saída do Brasil alinha-o à política migratória de países governados pela direita e extrema-direita, declaradamente anti-imigrantistas, como Estados Unidos, Hungria, Itália e outros países da Europa, América Latina e de outros continentes. Embora o Brasil siga uma legislação sólida, no que diz respeito à Lei do Refúgio (9.474/97) e à Nova Lei de Migração (13.445/2017)¹⁷⁵, ambas alinhadas aos direitos humanos e em substituição ao Estatuto do Estrangeiro (1980), o governo Bolsonaro se alinhou politicamente a governos de extrema-direita e ultranacionalistas. Ventura destaca que o fato de “sair do Pacto reduz a capacidade de influência do Brasil sobre a discussão internacional do tema, prejudicando os interesses do Estado e da sociedade brasileira”¹⁷⁶.

Na conferência “O Brasil fora do Pacto Global das Migrações”, Casella¹⁷⁷ ponderou que no escopo de âmbito jurídico sobre o direito migratório e a mobilidade humana no Brasil, o Pacto Global das Migrações é primordial para os Estados, porque evita a imigração irregular. Nessa direção, segundo os especialistas, as políticas migratórias dos Estados não podem atuar isoladamente dos pactos e acordos internacionais. Ainda, o Brasil fora do Pacto sinaliza um despreparo por parte do governo, cujas ações têm feito o país cair no desprezo perante a comunidade internacional, sobretudo em se tratando de um país com sólida tradição diplomática na política internacional (Informação verbal).¹⁷⁸ Diante dessas considerações, o Prof. Casella infere que o Brasil mergulhou em uma esfera de problemas morais e de falta de reciprocidade (motor da diplomacia brasileira)¹⁷⁹.

Em 2015, o então deputado federal Jair Bolsonaro (PSL), em entrevista ao jornal goiano *Opção*, declarou: “Não sei qual é a adesão dos comandantes, mas, caso venham reduzir o efetivo (das Forças Armadas) é menos gente nas ruas para fazer frente aos marginais do MST, os haitianos, senegaleses, bolivianos e tudo que é escória do mundo que, agora, está chegando, os sírios também”¹⁸⁰. Em 2019, em visita a Washington, já como presidente da República,

¹⁷⁵ “Nova lei de migração está em vigor para facilitar regularização de estrangeiros.” Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/nova-lei-de-migracao-esta-em-vigor-para-facilitar-regularizacao-de-estrangeiros-no-brasil>. Acesso em: 2 dez. 2020.

¹⁷⁶ “Fluxos passam, a xenofobia fica.” Entrevista com Deisy Ventura, por Luiz Felipe Stevanim. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/entrevista/fluxos-passam-a-xenofobia-fica>. Acesso em: 2 dez. 2020.

¹⁷⁷ Conferência “O Brasil fora do Pacto Global das Migrações”. Informação verbal do Prof. Dr. Paulo Borba Casella, professor titular do Departamento de Direito Internacional e Comparado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), no dia 14 dez. 2020.

¹⁷⁸ Conferência “O Brasil fora do Pacto Global das Migrações”, em 14 dez. 2020. Informação verbal do Prof. Dr. Paulo Borba Casella, professor titular do Departamento de Direito Internacional e Comparado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

¹⁷⁹ Por que o Brasil decidiu isentar de visto turistas de EUA, Japão, Austrália e Canadá. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47605005>. Acesso em: 16 dez. 2020.

¹⁸⁰ “A escória do mundo está chegando ao Brasil como se nós não tivéssemos problema demais para resolver”, afirmou [o deputado] na entrevista. Disponível em:

apoiou o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, na construção de um muro na fronteira com o México para conter a migração entre os países. Na ocasião, Bolsonaro declarou que “a maioria dos imigrantes não tem boas intenções”¹⁸¹.

Após essa exposição de fatos, fica evidente que a disputa de posições ideológicas e interesses políticos é acirrada, legitimando nossa avaliação desse espaço social como um campo de luta, onde os distintos agentes se deflagram para determinar os rumos sobre as políticas de acolhimento e proteção ou de discriminação de migrantes e refugiados no país.

5.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO (13.445/2017)

Muitos refugiados têm vontade de exercer de fato a cidadania, participando ativamente das questões políticas em vários espaços da vida social, como sindicatos, partidos políticos, ONGs e movimentos sociais, assim como o desejo de votar e ser votado. É importante ponderar a esse respeito que a Nova Lei de Migração permite aos imigrantes e refugiados “o direito de reunião para fins pacíficos; direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos” (OLIVEIRA, 2017, p. 175). Os refugiados Abdoulay, Joel, Mourad, Adil e Jesus enfatizaram que essa lei permitiu a participação em reuniões e atividades políticas, como sindicatos. Vejamos o que diz o seu Artigo 4º:

Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados: I – direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos; II – direito à liberdade de circulação em território nacional; III – direito à reunião familiar do migrante com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes; IV – medidas de proteção a vítimas e testemunhas de crimes e de violações de direitos; V – direito de transferir recursos decorrentes de sua renda e economias pessoais a outro país, observada a legislação aplicável; **VI – direito de reunião para fins pacíficos; VII – direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos** (BRASIL, 2017, grifo nosso)¹⁸².

A Nova Lei de Migração não deixa dúvidas em relação aos avanços em termos de direitos humanos para a população imigrante e refugiada, a fim de que ela seja integrada à sociedade brasileira sem abrir mão dos vínculos institucionais com a sua sociedade de origem. Muito diferente da Lei nº 6.815 de 1980, aprovada no contexto da ditadura militar, na qual o imigrante era visto como um perigo para a sociedade brasileira.

<https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2018/03/bolsonaro-ja-chamou-refugiados-sirios-de-escoria-do-mundo-confira.html>. Acesso em: 16 dez. 2020.

¹⁸¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/bolsonaro-diz-que-maioria-de-imigrantes-nao-tem-boas-intencoes-e-que-apoia-muro-de-trump.shtml>. Acesso em: 23 nov. 2020.

¹⁸² Lei de Migração. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm. Acesso em: 22 mar. 2021.

No entanto, a Nova Lei de Migração não permite que imigrantes e refugiados participem da política institucional brasileira, se candidatando ou mesmo participando com o seu voto nas eleições, porque essa lei é precedida pela Constituição brasileira. Já a Constituição brasileira permite que apenas os imigrantes naturalizados possam participar da política institucional, ou seja, se candidatar, votar e serem votados.¹⁸³ Uma informação importante é a de que mesmo que o imigrante ou o refugiado obtenha a naturalidade brasileira, ele não perde sua nacionalidade, o que faz com que ele seja cidadão de lá e de cá. Augusto Veloso Leão (2020) e o refugiado Mourad elucidaram e contextualizaram a Nova Lei de Migração:

A Lei de Migração que vigorou no Brasil entre 1980 e 2017 (Lei nº 6.815/1980), em seu artigo 107, proibia aos estrangeiros qualquer atividade de natureza política. Manifestações desse grupo social foram, em decorrência disso, raras e, em sua maioria, organizadas por entidades de brasileiros que defendem os direitos dos migrantes. A atual Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) suprimiu essa proibição – que efetivamente estava em contradição com os preceitos da Constituição de 1988 – e confirmou a liberdade de expressão para imigrantes, entre outros direitos equivalentes aos dos brasileiros. Seguindo a tendência mundial, a Lei nº 13.445 não estabeleceu para os imigrantes o direito de voto e o de ser eleito. No Brasil, o direito de voto e o de ser eleito são garantidos aos nacionais, aos cidadãos naturalizados e aos cidadãos portugueses, nos termos estabelecidos no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre Brasil e Portugal, assinado em 2000 (Decreto nº 3.927/2001) (LEÃO, 2020, p. 268, grifo nosso).

[Sobre a Nova Lei de Migração: 13.445/2017]. O entendimento é que se pode participar dos partidos políticos, de manifestações “pacíficas”. Existe uma contradição na lei, que não falou claramente sobre o direito de voto. Mas, ao mesmo tempo, ela falou sobre a igualdade entre os imigrantes e os brasileiros. Mas o direito de voto é proibido na Constituição Brasileira, que é um direito somente dos brasileiros. Mas o Brasil, além do direito aos exercícios políticos, concedido [pela Nova Lei da Imigração] aos imigrantes, usou de outra maneira para deixar os imigrantes votarem. Essa maneira é a nacionalização [naturalização]. Tem que ser brasileiro para poder votar (Mourad, 29, PR, grifo nosso).

Sobre a questão da integração política dos refugiados, realizou-se uma pesquisa sociodemográfica e laboral dos refugiados de diversas nacionalidades no Brasil (a maioria da nacionalidade síria) em 2018 e 2019. A pesquisa, elaborada pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello (por meio das universidades públicas brasileiras) e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), foi feita em 14 municípios, distribuídos em oito estados brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Santa Catarina, Minas Gerais e Amazonas. Esses estados agregam 94% dos refugiados reconhecidos no Brasil.

Em uma amostra inicial de 500 entrevistas, 487 responderam (97,4%). Destes, 96,3% manifestaram desejo de obter a naturalização brasileira; 80,6% manifestaram vontade de

¹⁸³ “Quais estrangeiros se elegeram e o lugar dos negros nas eleições.” Disponível em: <https://oestrangeiro.org/2020/11/16/quais-estrangeiros-se-elegeram-e-o-lugar-dos-negros-nas-eleicoes/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

participar da esfera política, podendo votar nas eleições brasileiras; 60% manifestaram desejo de participar como candidatos na política institucional. Destarte, os resultados da pesquisa mostraram a ampla vontade de os refugiados se integrarem politicamente à sociedade brasileira, além de não desejarem ser “apenas um objeto das políticas públicas e das decisões nacionais” (PERFIL SOCIECONÔMICO DOS REFUGIADOS NO BRASIL, 2019, p. 15).

A pesquisa mencionada foi importante para a compreensão de que os refugiados têm vontade e interesse de participar ativamente da política institucional brasileira, não somente como meros espectadores passivos, mas sobretudo no que diz respeito à sua participação em decisões importantes, como o debate sobre as políticas públicas migratórias e outras pautas nacionais. Também ficou nítido nas entrevistas o desejo de alguns refugiados em participar de sindicatos, associações e conselhos de imigrantes e refugiados, tanto na esfera municipal como na estadual e/ou federal. A seguir, algumas narrativas de representantes e dirigentes de associações e movimentos da sociedade civil organizada:

Agora os refugiados também estão participando de organizações, ONGs, e levam as próprias demandas. Agora tem também o Comitê Estadual de Migrações, mas eu não sei em que pé está, eu tenho mais conhecimento do Comitê Municipal. Inclusive, agora, no último conselho [Municipal – cidade de São Paulo] que foi eleito agora, a Caritas entrou como parte desse conselho como representante da sociedade civil. Tem outras organizações também, como a Missão Paz e deve ter outras, tem imigrantes e refugiados em que eles mesmos votam neles, o imigrante ia lá na escola e votava em quem iria representá-los, inclusive, teve a participação dos sírios e dos africanos. No Conselho Municipal de São Paulo eles trazem as suas demandas. Inclusive no CRAI, tem uma menina síria trabalhando e tem um congolês lá também (Diretor de Comunicação da Caritas – SP, grifo nosso)¹⁸⁴.

No final de 2013 foi realizada uma Conferência Municipal de Políticas para a População Imigrante na cidade de São Paulo, o que a gente vai ter agora, no final de 2019, é a segunda, para reavaliar a primeira em 2013, que foi lançada diretrizes para se construir uma política municipal de migração. Então, lá (2013) houve participação social da população imigrante, tanto em coletivos, como de imigrantes individuais que vão ao local, às vezes não participam de nenhuma associação, mas querem discutir sobre migração no município de São Paulo pensando como a prefeitura deve atuar (Diretora do CRAI – SP, grifo nosso).

Quando falamos em integração, concordamos com Ager e Strang (2008), para os quais os processos integrativos se encontram no escopo do acesso ao trabalho, à moradia, à educação, à saúde, aos repertórios de cidadania e de direitos, assim como perpassam barreiras estruturais sobretudo no que diz respeito à língua, à cultura local e ao espaço social. Dessa forma, o capital social dos refugiados deve ser considerado no processo de integração, entendendo-o como uma “estrutura de domínios inter-relacionados, assegurando que os outros recursos essenciais à integração sejam reconhecidos” (AGER; STRANG, 2008, p. 186, tradução nossa). O refugiado

¹⁸⁴ Entrevista concedida pelo diretor de Comunicação da Cáritas em 5 de outubro de 2018 na cidade de São Paulo.

sírio Abdoulay, entrevistado em nosso campo, destaca que as diferenças (que muitas vezes são vistas como um fator gerador de conflitos) também podem ser compreendidas como um fator de integração:

Esses detalhes para o olhar do ser humano, do outro, fazem a diferença: ele [o parceiro de trabalho na ONG, que é refugiado do Congo] é africano e eu sou árabe, ele é cristão eu sou muçulmano. Essas diferenças deram uma grande riqueza para a gente realizar um trabalho na sociedade e quebrar os preconceitos, sabe? (Abdoulay, 29, SP, grifo nosso).

No momento em que realizávamos a entrevista com Abdoulay, em um restaurante no centro de São Paulo, chegou Joel, seu parceiro de trabalho, um refugiado congolês. O rapaz sentou-se à mesa conosco e participou da entrevista, o que foi uma experiência compartilhada muito proveitosa, tanto para os informantes como para a pesquisadora. Joel mostrou-se consternado ante a impossibilidade, no Brasil, de o imigrante ou o refugiado participarem da política institucional através do voto, mesmo que contribuam da mesma forma que os brasileiros, pagando impostos:

Atualmente, os imigrantes de países vizinhos do Brasil podem votar, aqui não, o que é injusto. Vou dar um outro exemplo, eu pago o meu metrô 4 reais e 30 centavos, eu pago igual a você, a gente paga os mesmos impostos (Joel, presidente da ONG África do Coração, refugiado congolês, SP, grifo nosso)¹⁸⁵.

Abdoulay nos contou sobre a sua trajetória laboral na cidade de São Paulo, desde que chegou ao Brasil em 2014. Enfrentou muitas dificuldades nos primeiros anos, sobretudo porque precisava trabalhar e ainda não sabia falar a língua portuguesa. Inicialmente recebeu apoio da Caritas, mas estava em busca de oportunidades de trabalho. Foi então que, ainda em 2014, ao participar (na condição de jogador de futebol) da Copa dos Refugiados, Abdoulay conheceu Joel, o presidente da ONG África do Coração e idealizador do evento esportivo. Vamos ao relato de Abdoulay:

Eu, através da Caritas, me envolvi com vários projetos sociais, e em 2014, estava rolando essa ideia da Copa dos Refugiados. Eu estava perdido porque não falava português, entendeu? Aí as pessoas estavam se integrando, tinha alguns sírios lá, e eu participei como jogador e depois conheci o presidente da ONG África do Coração (o refugiado congolês, Joel). Ele estava organizando a Copa dos Refugiados, tinha uma sala e ele fazia reuniões com os jogadores na Caritas, eu o conheci nesse espaço. Aí, no segundo ano (2015), durante a Copa dos Refugiados, eu organizei o time dos refugiados sírios e fortaleci a minha amizade com o presidente da ONG. Quando Joel me falou da ideia da organização ele disse: eu quero uma ONG [chamada] África do Coração, uma Federação da Comunidade dos Africanos no Brasil. Durante essa Copa dos Refugiados surgiu a ideia da ONG, que não tinha estatuto e ainda não estava formalizado legalmente. (Abdoulay, 29, SP).

¹⁸⁵ Entrevista concedida por Joel no dia 11 de outubro de 2019 na cidade de São Paulo.

Tanto Joel (presidente da organização) como Abdoulay (vice-presidente) atuam juntos na ONG África do Coração, na cidade de São Paulo e em nível nacional, divulgando e organizando atividades de cunho socioeducacional para a causa dos imigrantes e dos refugiados no Brasil, sobretudo no enfrentamento ao racismo e à xenofobia direcionada a essa população.

Constatamos a importância da participação cívica dos imigrantes e da possibilidade da cobertura da lei para dar amparo às suas expectativas. Suas iniciativas de participação enriquecem a própria sociedade, ao possibilitar maior diversificação e dinamismo das relações sociais, contribuindo não somente com mecanismos de inclusão social, mas fortalecendo valores de respeito ao semelhante e, dessa forma, a própria democracia.

6 XENOFOBIA E REFÚGIO NO BRASIL

6.1 O ORIENTALISMO DE EDWARD SAID E A XENOFOBIA NO BRASIL

Entre os 20 refugiados entrevistados em nosso campo de pesquisa, quase todos relataram ter presenciado alguma manifestação de intolerância e/ou xenofobia no Brasil, desde a sua chegada. Em contrapartida, as narrativas também trazem um sentimento de gratidão, ao Brasil e aos brasileiros, pelo fato de o país ter sido um dos poucos que ofereceram refúgio à população síria desde o começo da guerra em 2011. É bastante comum nas narrativas dos refugiados a representação dos brasileiros como um povo hospitaleiro e acolhedor, ainda que muitos não se encaixem nessas qualidades. Vejamos alguns relatos:

O Brasil dá a oportunidade que você quiser, só que dentro da lei, você precisa pagar por isso, você trabalha no Brasil e ninguém vai tratar você mal, tem umas pessoas doentes que falam: Ah, roubaram o nosso lugar, mas isso não significa que é o Brasil, nem os brasileiros, em todo lugar acontece. Mas a vivência aqui é uma coisa que a gente sente, é como estar em casa mesmo (Tarik, 29, SP, sírio-palestino, grifo nosso)¹⁸⁶.

Eu cheguei no Brasil de uma forma muito incrível, por isso, eu não tenho medo do Brasil, eu não tenho medo do trabalho, eu não tenho medo de brasileiros, eu confio no brasileiro, eu vi que o coração do brasileiro é muito bom. Eu queria buscar e mostrar isso para os meus amigos refugiados para eles conseguirem enxergar o Brasil, para eles gostarem de viver no Brasil (Aziz, 33, SP, grifo nosso).

A gente gosta muito do Brasil, é um país que nós valorizamos e, também a gente gosta do povo brasileiro, aqui nós temos qualidade de vida. Agora, todo mundo da minha família está falando o português. Os meus filhos estão falando melhor (o português) que eu e a minha esposa. Mas, no primeiro mês, quando a gente chegou, nós estávamos andando na rua e teve uma pessoa que (por causa da roupa da minha esposa, sabia que a gente era árabe) começou a gritar – árabes não, árabes não! Depois eu chamei a polícia porque a minha esposa ficou com muito medo. A mulher muçulmana precisa usar o *hijab* fora de casa, dentro de casa não precisa (Jamal, 38, SP, grifo nosso)¹⁸⁷.

Aqui no Brasil o povo é muito legal, acolhe todo mundo, não tem muita xenofobia como na Europa. Eu sofri intolerância e xenofobia há cinco anos. Foi um vizinho aqui do lado e uma mulher lá na feirinha [na universidade], foram os únicos atos de xenofobia. [...] Ele incomoda muito, todo mundo aqui no bairro. E uma vez eu falei: tipo, deu! Tem limites, eu não posso receber, receber, receber... mas uma hora eu não vou receber mais, eu vou dar na sua cara! Entendeu? Aí quando em enfrentei, ele falou: eu vou ver de onde você veio, eu vou te investigar! Vai me investigar? Um doido, um doente, entendeu? E a menina [da feirinha] vende a mesma comida que eu vendo, e aí ela fala: ah... vem aqui para pegar a nossa vaga, coisas assim, me chamando de “gringo”. Aí, nos dois casos eu fiz um BO (boletim de ocorrência), mas já foi arquivado. Foi uma brasileira de descendência, sei lá... Não foi por causa de mim, mas foi uma vaga de estacionamento, as duas brigas são bem ridículas, entendeu? Mas porque as duas pessoas têm problemas internos, sabe? Mas passaram para mim... já foi! (risos). (Yasser, 36, SC, grifo nosso).

Eu sempre aproveito qualquer chance [para conversar com as pessoas], porque eu estou trabalhando na Mesquita. Eu sempre tenho que fazer uma propaganda

¹⁸⁶ Entrevista concedida por Tarik no dia 16 de outubro de 2019 na cidade de São Paulo.

¹⁸⁷ Entrevista concedida por Jamal no dia 15 de outubro de 2019 na cidade de São Paulo.

a mais, eu sempre tento mudar aquela ideia [do preconceito contra a religião muçulmana]. Desculpa, mas eu vou falar agora: o que a gente pensa da mulher brasileira lá fora, quando a gente vê o carnaval, as mulheres quase peladas. Então, as pessoas acham que tem mulher pelada na rua, não tem educação [...] mas será que essa ideia é certa? Não é a mídia que está entregando isso? De que a mulher brasileira é uma mulher fácil? Que ela já se entrega tão fácil? Mas não é isso. Pode ser que tenha, mas não é o país inteiro que é assim. Também tem um outro exemplo, tem pessoas que estão pregando a religião errada, estão exagerando muito. Porque eu falo pra pessoa assim [a pessoa que procura informações sobre a religião muçulmana]: se você está achando que eu sou um terrorista, que eu vou te explodir, porque veio aqui [na Mesquita]? Eu quero morar no Brasil em paz, eu já saí de lá da Síria, eu não quero nem matar nem morrer. Porque a gente às vezes escuta coisas muito tristes, que lá (na Síria) você está matando o seu primo. Ah, mas ele está com arma, ou ele me mata ou eu o mato, então é triste... (Zayn, 29, SP, grifo nosso).

As narrativas individuais manifestam um sentimento que é coletivo e refletem essa dupla percepção: por um lado, as representações são marcadas pela gratidão ao Brasil¹⁸⁸, por outro os informantes relatam algumas experiências vividas de discriminação ou xenofobia.

Os refugiados também apresentaram uma narrativa que os caracteriza na condição de imigrantes econômicos¹⁸⁹, ou seja, aqueles que supostamente seriam “bem-vindos” no país, porque viriam para trabalhar e não para “incomodar”. Não obstante, muitos dos relatos de intolerância ou xenofobia por parte de alguns brasileiros se devem precisamente à ideia de que os refugiados estariam tirando suas oportunidades de trabalho.

Mas, ao mesmo tempo, sempre comparece a narrativa do Brasil como um país acolhedor e dos brasileiros como um povo solidário. Nota-se, portanto, que os depoimentos são caracterizados por ambivalências, ou seja, no Brasil, ao mesmo tempo que existe e persiste um imaginário social de um país acolhedor (um discurso criado e construído desde o contexto das migrações dos séculos XIX e XX, mas que está vivo), convive-se com episódios de intolerância, xenofobia e racismo, ainda mais acirrados nos últimos anos com as crises política e econômica e as ofensivas de ideologias de extrema-direita.

Nessa direção, é sempre importante pontuar que, no contexto das migrações de massa (séculos XIX e XX), as políticas migratórias brasileiras basearam-se na ideia de embranquecimento, ou seja, atendiam às expectativas de crenças eugenistas, calcadas em um

¹⁸⁸ Se referem à sociedade brasileira, incluindo o Estado.

¹⁸⁹ OIM – Um imigrante econômico é um indivíduo que deixa o seu lugar de residência habitual para se instalar fora do seu país de origem, a fim de melhorar a sua qualidade de vida. O termo pode ser usado para distinguir refugiados que evitam perseguições e também se refere às pessoas que tentam entrar num país sem autorização e/ou recorrendo a procedimentos de asilo de má-fé (OIM, 2009, p. 44).

imaginário de “higiene social”. As políticas migratórias restritivas a esses grupos também foram expressivas em 1934, na Era Vargas.¹⁹⁰

Junto ao racismo estrutural que se manifestou nas políticas de imigração, elementos sobre a assimilação eram muito difundidos na sociologia e na biologia desde o século XIX¹⁹¹. Desde o colonialismo português até o final das migrações de massa em 1914, predominou, por parte do governo brasileiro, a política de preferência por imigrantes brancos europeus. Sabe-se que imigrantes asiáticos, africanos e do Oriente Médio nunca foram bem-vindos, sendo apenas tolerados por parte de uma elite política e intelectual da época porque eram imigrantes laborais (SEYFERTH, 2002).

Ponderamos que os grupos étnicos árabes não são brancos (embora existam fenótipos brancos). Durante o período das migrações de massa (séculos XIX e XX), os que aqui chegaram não eram concebidos como brancos nem negros, eram tidos como marrons ou amarelos, mas um grupo étnico a ser tolerado porque se entendia que esses imigrantes seriam úteis ao desenvolvimento econômico brasileiro. Os grupos tidos como amarelos eram os imigrantes indesejáveis, havia uma hostilidade racista direcionada aos grupos asiáticos no Brasil do século XIX (LESSER, 2001; SEYFERTH, 2002).

Já o processo migratório internacional contemporâneo, ou seja, as chamadas migrações do século XXI, encontram-se marcadas por uma massa de indivíduos “inempregáveis” e tidos por muitos como indivíduos “ameaçadores”. Muitas vezes, tais grupos humanos são tidos como “intoleráveis” e “indesejados” em muitas sociedades. Isso por conta de processos históricos e político-estruturais, permeados por conflitos políticos, religiosos, étnicos e de poder (BAUMAN 2017, p. 13). Há que se pensar que processos de desenraizamento de grupos ou comunidades em massa, ou seja, de deslocamentos forçados e, conseqüentemente, de processos de territorialização nos países de destino ou acolhimento envolvem “interação entre relações sociais e controle do/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo, de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação) (HAESBAERT, 2016, p. 235).

A despeito do atual cenário fatídico no qual se configuram as migrações internacionais do século XXI, dá-se a importância de (re)construções normativas e de uma efetiva agenda de políticas migratórias que contemplem os direitos humanos dos imigrantes e refugiados nos

¹⁹⁰ “O que foi o movimento de eugenia no Brasil: tão absurdo que é difícil acreditar.” Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-foi-o-movimento-de-eugenia-no-brasil-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/>. Acesso em: 23 nov. 2020.

¹⁹¹ Sobre o tema da assimilação, ver artigo de Oswaldo Truzzi (2012): “Assimilação ressignificada: novas interpretações de um velho conceito”.

Estados nacionais. É importante que se façam discussões nas esferas institucionais sobre quais são os grupos étnico-raciais que fazem parte do mosaico social do presente contexto migratório. Os grupos internacionais de migrantes e refugiados são marcados por interesses e contradições de grupos hegemônicos e intrínsecos aos Estados nacionais onde “há que tomar em conta as tensões entre os níveis de ação internacional, nacional e local” (PATARRA, 2006, p. 6-8).

Nessa direção, a presença do imigrante e do refugiado árabe no Brasil é carregada por um imaginário essencialista e estereotipado, muitas vezes são vistos como: turcos mesquinhos, árabes endinheirados e/ou árabes terroristas, principalmente quando são muçulmanos. Essas seriam as representações de um *Orientalismo* brasileiro, ou seja, o olhar sobre o Oriente como uma criação e, sobretudo, envolto em uma relação de poder, em que o ocidental é um indivíduo civilizado e o indivíduo oriental seria um primitivo (PINTO, 2010; SAID, 1990).

Para Edward Said (1990), o orientalismo diz respeito à descrição do outro, mas aquela que nos convém, sobretudo aquela descrição construída por instituições e os seus interesses hegemônicos.¹⁹² Segundo o autor palestino, o orientalismo é um fato político e cultural. Ponderamos que o orientalismo também se configura como uma forma de racismo, porque no campo científico carrega representações de que a população proveniente do Oriente Médio não é capaz de produzir ciência ou filosofia como o europeu (SILVA, 2020).

Edward Said foi um intelectual e ativista palestino que dialogou com as ideias do filósofo italiano Antonio Gramsci, sobre o entendimento de que a história trata de depositar nos indivíduos a herança familiar, as tradições e heranças, que são individuais e coletivas. No entanto, as ideias de Said (1990) também envolvem a questão da constituição de uma identidade que inclui o outro, sem oprimir as diferenças. Gramsci distingue a sociedade civil da sociedade política; a primeira é constituída pela inscrição voluntária nos espaços democráticos, como escolas, igrejas, sindicatos e universidades, por exemplo, já a segunda encontra-se em âmbito estatal, como a polícia, o exército e o sistema jurídico, espaços nos quais ocorre a dominação objetiva.

No escopo da sociedade civil, ocorrem as disputas de hegemonia, operando no plano das ideias e das ações, por meio do consenso e não da dominação. Nas sociedades não totalitárias, os aspectos culturais envolvendo a disputa de hegemonia, isto é, a disputa de projetos de sociedade, podem prevalecer sobre os aspectos que envolvam a dominação direta,

¹⁹² Nos reportamos aqui ao conceito de hegemonia de Antonio Gramsci, no qual a hegemonia se encontra nos aparelhos estatais de repressão e dominação, que, por sua vez, detêm o controle nas instituições diversas da sociedade civil, onde o que está em jogo é a disputa da hegemonia. Assim, “a classe hegemônica torna-se, ao mesmo tempo, dirigente e dominante” (COIMBRA, 2019, p. 28).

ou ambos conviverem mutuamente. Said interpretou da seguinte forma o que Gramsci chama de hegemonia: “um conceito indispensável para qualquer entendimento da vida cultural no Ocidente”. Por sua vez, “é a hegemonia, ou melhor, o resultado da hegemonia em ação, que confere ao orientalismo a durabilidade e a [sua] força” (SAID, 1990, p. 19).

Nessa perspectiva, o que existiria seria uma ideia coletiva entre “nós” (Europa, América) em contraposição aos “outros”, que não se encontram nesse espaço social, geográfico e político ocidental, assim, o que há de fundamental integrante na cultura europeia significa que essa cultura é hegemônica, tanto no continente europeu como no mundo exterior a ela. Ou seja, “a ideia da identidade europeia como sendo superior em comparação com todos os povos e culturas não europeus” (SAID, 1990, p. 19).

A partir das ideias de Edward Said (1990), pensamos que esses componentes da cultura hegemônica, com uma carga elevada de eurocentrismo e etnocentrismo, se encontram muito presentes nas culturas hegemônicas dos Estados Unidos, evidentemente por razões históricas e políticas, mas sobretudo nos países colonizados e descolonizados do Sul Global. Ou seja, trata-se de formas hegemônicas de pensamentos e ações reproduzidas ao longo da história dos processos de colonização e descolonização. Na literatura pós-colonial de Albert Memmi (2007), “o descolonizado ainda não é um cidadão de um país livre, é porque permanece como joguete impotente da antiga fatalidade” (MEMMI, 2007, p. 37). Ou seja, são nesses países que a população carrega a herança de uma violência colonial e que as consciências colonizadas atuam de forma hegemônica, reproduzindo, assim, a violência (mental) dos colonizadores.

Jean-Paul Sartre (1968), ao comentar a obra de Frantz Fanon (1968) *Os condenados da terra*, fala da experiência de dominação europeia sobre o terceiro mundo, colonizado e subjugado material e imaterialmente:

Numa palavra, o terceiro mundo se descobre e se exprime por meio desta voz. Sabemos que ele não é homogêneo e que nele se encontram ainda povos subjugados, outros que adquiriram uma falsa independência, outros que se batem para conquistar a soberania, outros, enfim, que obtiveram a liberdade plena, mas vivem sob a constante ameaça de uma agressão imperialista. Essas diferenças nasceram da história colonial, isto é, da opressão. Aqui a Metrôpole contentou-se em pagar alguns feudatários; ali, dividindo para reinar, fabricou em bloco uma burguesia de colonizados; mais além, matou dois coelhos de uma só cajadada: a colônia é ao mesmo tempo de exploração e povoamento. Assim, a Europa multiplicou as divisões, as oposições, forjou classes e por vezes racismos, tentou por todos os meios provocar e incrementar a estratificação das sociedades colonizadas. Fanon não dissimula nada: para lutar contra nós, a antiga colônia deve lutar contra ela mesma (SARTRE, 1968, p. 6).

Portanto, inferimos que o “terceiro mundo”, ou os países “em desenvolvimento”, subjugados e descolonizados, estão sujeitos à violência (outrora e no tempo presente) das nações imperialistas, seja a violência material, que resultou/resulta em profundas desigualdades

socioeconômicas, seja a violência imaterial, sobre as mentes dos descolonizados. Trata-se de um neocolonialismo¹⁹³, caracterizado por essas duas formas de violência associadas. Desse modo, uma sociedade descolonizada, estratificada e estruturalmente desigual tende a fabricar opressões, racismos e violência de classe entre os seus pares.

Esse contexto histórico e social retratado por Sartre e Fanon, na África e no Caribe, nos faz refletir sobre o mundo atual e as inúmeras violências institucionais e políticas que são reproduzidas nos países descolonizados. Tais países, sobretudo da África, América Latina e sul da Ásia, sofrem de alguma forma os resquícios da violência colonial. Isso é evidente no caso do Brasil, em que a sua população originária foi dizimada (e continua sendo) e o racismo estrutural e institucional faz parte da configuração social.

Inferimos que essa mesma população pode ser vítima de um sentimento de inferioridade, pois ao não se reconhecerem como uma nação de subjugados enquanto grupos étnicos (índios, negros e pardos), nem de explorados enquanto classe, muitos se consideram “brancos” e “ricos”, ainda assim como detentores de uma moral judaico-cristã inquestionável. Said (1990) pondera, juntamente com Gramsci, que a “a sociedade política [...] infiltra-se em domínios da sociedade civil, tais como a academia, e satura-os com significações que lhe dizem respeito diretamente” (SAID, 1990, p. 22).

Em termos metodológicos, Said fez uma pergunta relevante em relação aos estudos sobre o orientalismo, no campo das ciências humanas e sociais: como se dá a reprodução do orientalismo e como este se difunde em diferentes épocas históricas, levando em consideração “a aliança entre o trabalho cultural, as tendências políticas, o estado e as realidades específicas de dominação?” (SAID, 1990, p. 27). Said interpretou, por meio das ideias de Antonio Gramsci, que o orientalismo é um fenômeno cultural e político, resultante das relações entre as estruturas hegemônicas e dos consensos obtidos em diferentes sociedades, principalmente as sociedades ocidentais.

Trazemos esse questionamento de Said nesta investigação, ou seja, procuramos compreender a presença dos refugiados sírios no Brasil, em um contexto político específico brasileiro, nas “circunstâncias históricas” do presente (SAID, 1990, p. 27). Ou seja, procuramos pensar a presença de refugiados sírios (árabes) no Brasil em um contexto de instabilidade política (polarizações), econômica e de recrudescimentos do racismo e da xenofobia, em um

¹⁹³ “Predomínio econômico, político e/ou cultural de um país desenvolvido sobre outro, menos desenvolvido [Termo adotado após a Segunda Guerra Mundial, ao intensificar-se o processo de descolonização da África, mas utilizado atualmente também para marcar a dependência econômica de países da Ásia e da América Latina em relação aos países ricos.]” Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

país que carrega as sujeições de um passado colonizado e no qual parcela da população continua subjugada, política e mentalmente (culturalmente), pelos interesses de nações hegemônicas.

Segundo Said (1990), existem quatro dogmas que perduraram e seguem os desígnios do orientalismo: a) o primeiro preceito é o que coloca o Ocidente como mais desenvolvido em todas as esferas institucionais, já o Oriente não seria evoluído, portanto, inferior; b) o segundo dogma é o de ilustrar o Oriente continuamente em sua forma clássica, em todos os aspectos institucionais, não explicando o Oriente moderno; c) a descrição do Oriente é feita de forma homogênea, ou seja, contribui para apagar os diversos grupos étnicos e culturais de uma região muito extensa, como se houvesse um só Oriente; d) o Oriente é permanentemente acatado, ao mesmo tempo, dominado, e, sobretudo, é algo a ser temido (o perigo amarelo, os perigos pardos).

Quando discorremos sobre a noção de orientalismo para Edward Said (1990), lançamos mão de uma literatura pós-colonial, na qual o autor palestino é considerado um dos expoentes, tais como Frantz Fanon, Albert Memmi, Stuart Hall e Aníbal Quijano. Nessa direção, os processos dos novos colonialismos ecoam no cerne dos fatos de violência social, política e cultural praticados nas nações colonizadas, porque os processos de racismos e outros processos de dissentimentos continuam sendo reproduzidos e “funcionam simultaneamente como ideologia e dispositivo de segurança ao institucionalizar a violência sobre territórios e culturas” (RIBEIRO, 2020, p. 83).

Nessa direção, as experiências coloniais, assim como os processos de descolonização nos países asiáticos, africanos e latino-americanos, dominados pelos países hegemônicos europeus, se encontram no escopo da reflexão pós-colonial. As discussões que circulam em torno dessas teorias se encontram “nas relações centro e periferia – que foi elemento-chave da crítica anti-imperialista”, e é a crítica de que mais nos aproximamos nessa pesquisa (MARTINS, 2019, p. 145).

Os acontecimentos do 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, a guerra do Iraque, os conflitos bélicos no Oriente Médio e as tensões entre as comunidades de imigrantes muçulmanos na Europa potencializaram as ações de xenofobia e de intolerância (PATARRA, 2006). As ofensivas dos ataques terroristas de 11 de setembro também trouxeram desafios aos povos árabes. O combate às ações terroristas resultou em representações de arabefobia, ou seja, hostilidade em relação aos povos árabes em âmbito internacional.

Essas representações generalistas resultaram de políticas adotadas pelos Estados Unidos após a ofensiva de 2001, no sentido de “legitimar tais ações frente ao seu público interno” (DANNY, 2011, p. 107). Nessa direção, Eric Hobsbawm (2007) ponderou que “por

mais horripilante que tenha sido a carnificina de 11 de setembro de 2001 em Nova York, o poder internacional dos Estados Unidos e suas estruturas [de poder e dominação] não foram afetados em nada” (HOBSBAWM, 2007, p. 135). E arriscamos ponderar que desde tal ofensiva terrorista nos Estados Unidos, os movimentos migratórios internacionais de povos asiáticos, africanos e sul-americanos têm sido (e foram) alvo de políticas de Estado securitárias e racistas. Haja vista o caso do brasileiro Jean Charles de Menezes (1978-2005), que foi assassinado pela polícia britânica no dia 22 de julho de 2005, em uma estação de metrô de Londres, por ter sido confundido com um homem que estaria planejando um ataque terrorista.¹⁹⁴

Ribeiro (2020, p. 86) assinala que há grupos sociais que “associam brutalidade e violência aos muçulmanos em geral, e que reduzem o islamismo a uma religião fanática e cruel”. Na América do Sul, mesmo em um contexto social, histórico e político diferente, essas tensões também se fazem presentes no imaginário e nas ações de grupos que praticam a intolerância e a xenofobia contra imigrantes e refugiados de origem árabe e muçulmana (PATARRA, 2006).

Assim, Said (1990) interpretou a existência de uma representação política, cultural e ideológica do Ocidente sobre o Oriente, ou seja, “um discurso criado”, o que ele chama de “orientalismo”, que consiste na representação do Oriente pelo olhar ocidental. Para Said “o Oriente não está apenas adjacente à Europa; é também onde estão localizadas as maiores, as mais ricas e mais antigas colônias europeias, a fonte das suas civilizações e línguas, seu concorrente cultural e uma das mais profundas e recorrentes imagens do outro” (SAID, 1990, p. 13). Para Said (1990), o Oriente descrito por intelectuais e pelos romancistas europeus (ou ocidentais) foi aproximadamente o de uma invenção:

Um lugar de romance, de seres exóticos, de memórias e paisagens obsessivas. [...] Ao contrário dos americanos, os franceses, e os britânicos – e em menor medida os alemães, os russos, espanhóis, portugueses, italianos e suíços – tiveram uma longa tradição daquilo que deverei chamar de *orientalismo*, um modo de resolver o Oriente que está baseado no lugar especial ocupado pelo Oriente na experiência ocidental europeia (SAID, 1990, p. 13).

Segundo Said (1990), a representação imagística (por imagens) sobre o Oriente pelo mundo ocidental não se limita ao continente europeu, especificamente aos países mencionados pelo autor, mas também faz parte do imaginário cultural, institucional e ideológico nos Estados Unidos, sobretudo após o trágico ataque às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001. Nesta

¹⁹⁴ “Polícia de Londres mata Jean Charles.” Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/policia-inglesa-mata-jean-charles>. Acesso em: 8 jul. 2021.

pesquisa, desejamos chamar atenção para o fato de que esse imaginário sociocultural e sociopolítico sobre o Oriente também está presente na América do Sul, ou seja, no Brasil.

Durante a fase mais recente do orientalismo, após a Segunda Guerra Mundial e também posteriormente às guerras árabe-israelenses, os grupos muçulmanos árabes se tornaram figuras populares nos Estados Unidos. Simultaneamente, no universo acadêmico, no campo político-institucional e no universo dos negócios há uma atenção direcionada aos povos árabes. Tais acontecimentos simbolizam significativas mudanças no cenário internacional (SAID, 1990). No século XX, tanto a França como a Inglaterra não se encontram mais no centro dos bastidores da política mundial: “o império americano tirou ambos do lugar” (SAID, 1990, p. 290).

Para Said (1990), as imagens e as representações dos grupos étnicos árabes no tempo presente dizem respeito a uma fantasia criada a partir da guerra de junho de 1967 (a Guerra Árabe-Israelense), ou seja, o árabe que faz uso de túnicas, turbantes e sandálias. A representação do árabe passou a ser de “um nômade montado em um camelo, uma caricatura aceita por todos, de incompetência e de derrota fácil” (SAID, 1990, p. 290). E, sucessivamente, depois da guerra de 1973 (Guerra de Outubro ou do Ramadão, quarta guerra árabe-israelense), o árabe tornara-se alguém a ser mais temido, por deter uma bomba e poder explodi-la com frequência. Essas são as representações dos grupos “semíticos”, que possuem narizes aduncos e um olhar que transmitiria maldade. Tais grupos seriam os responsáveis pelos problemas de ordem política internacional. O árabe passou ser visto como aquele que incomoda a vida de Israel e do mundo ocidental, é visto como um obstáculo superável à criação do Estado de Israel (1948) (SAID, 1990).

As representações de ordem preconceituosa e racista também enfatizam o fato de muitos países árabes serem importantes distribuidores de petróleo, de modo que são vistos “como uma amostra da ausência de quaisquer qualificações morais da parte dos árabes para possuírem reservas tão vastas de petróleo” (SAID, 1990, p. 291). No universo televisivo e cinematográfico, “o árabe é associado à libidinagem ou desonestidade sedenta de sangue, sádico e supersexuado e traiçoeiro”, e essas representações seriam uma forma de desumanizar os povos árabes (SAID, 1990, p. 291).

Nas palavras de Said, “o orientalismo é um estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica feita entre ‘o Oriente’ e (a maior parte do tempo) ‘o Ocidente’” (SAID, 1990, p. 14). Para o filósofo palestino, o “orientalismo pode ser discutido e analisado como uma instituição organizada para negociar com o Oriente – negociar com ele, fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o,

colonizando-o, governando-o: em resumo, o orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente” (SAID, 1990, p. 15).

Said (1990) recorre ao conceito de discurso utilizado por Michel Foucault, para então perceber o orientalismo. Para Foucault, o discurso é compreendido “enquanto práticas que obedecem a regras” (FOUCAULT, 1969, p. 159). O autor palestino diz não ser possível a compreensão do orientalismo sem levar em consideração a ideia de discurso para Foucault, no sentido de compreender o Oriente por meio das noções europeias com que foi sistematizado: “o Oriente política, sociológica, ideológica, científica e imaginativamente durante o período pós-Iluminismo” (SAID, 1990, p. 15). Ou seja, o orientalismo não é isento de interesses. Said explica o orientalismo a partir dos séculos XVIII, XIX e XX, o último século a fase mais recente do orientalismo, colocando-o como uma instituição estabelecida, que negocia o Oriente. Portanto, as instituições passaram a descrever o Oriente, mas com o intuito de colonizar e ter o domínio sobre ele.

De forma específica e não por acaso, a Síria e as regiões próximas, como o Líbano, após a queda do Império Otomano foram dominadas e colonizadas pela França e pela Inglaterra. Para Said (1990, p. 15), “falar de orientalismo é falar principalmente, embora não exclusivamente, de uma empresa cultural francesa e britânica”. No entanto, da Segunda Guerra Mundial em diante quem dominou o Oriente foram os Estados Unidos. Nos séculos XVIII, XIX e até metade do século XX, o orientalismo estava presente nos ideais da colonização europeia, já na metade do século XX, no período da descolonização, o discurso sobreviveu como um vestígio do passado (SILVA, p. 2016). Said explica a disposição do orientalismo nos primeiros séculos:

Um projeto cujas dimensões abarcam reinos tão díspares quanto a própria imaginação, toda a Índia [...] o comércio de especiarias, exércitos coloniais, e uma longa tradição de administradores coloniais, um formidável corpus acadêmico, inúmeros peritos e trabalhadores orientais, um professorado oriental, um complexo aparato de ideias orientais (despotismo oriental, esplendor oriental, crueldade, sensualidade orientais), diversas seitas, filosofias e sabedorias orientais domesticadas para o uso europeu local – a lista pode ser estendida mais ou menos indefinidamente (SAID, 1990, p. 15).

Portanto, o pensamento orientalista não foi algo inventado pela Europa, mas sim resultado de elevados investimentos teóricos. Esse investimento contínuo acerca do orientalismo produziu um corpo de estudos sobre o Oriente, “uma tela aceitável para filtrar o Oriente para a consciência ocidental” (SAID, 1990, p. 18). Assim, todo esse arcabouço de produções imateriais e materiais acerca do Oriente se tornou ativo nas representações do imaginário cultural como um todo, ponderou Said.

6.2 A PRIMEIRA ENTREVISTA COM UM REFUGIADO NA CIDADE DE SÃO PAULO

A primeira entrevista do nosso campo de pesquisa foi realizada em julho de 2018 na cidade de São Paulo, com o refugiado sírio Zayn, que trabalha na Mesquita Brasil¹⁹⁵. A mesquita é conhecida também como Mesquita Catedral. Trata-se da instituição religiosa muçulmana mais antiga no Brasil, fundada em 1929 e batizada de Sociedade Beneficente Muçulmana. Seu objetivo principal é a divulgação e a formação da vida religiosa muçulmana, mas estabelece canais de comunicação com outras comunidades religiosas e com a comunidade do bairro, por meio de eventos e atividades festivas (PINTO, 2005).

Zayn se mostrou bastante receptivo e narrou toda a dinâmica de sua trajetória migratória ao chegar ao Brasil. Esse informante nos relatou que chegou ao Brasil sem entender nenhuma palavra de português. Além disso, Zayn nos apresentou toda a mesquita explicando como é o trabalho de acolhimento da instituição para com os refugiados sírios, assim como a dinâmica dos rituais e das orações. Eis um trecho de sua entrevista:

[Na mesquita] [...] nós saímos com o nosso carro muitas vezes para ir lá nas favelas entregar cestas básicas, porque, infelizmente, tem pessoas que não têm condições para virem buscar. Esse é primeiro ponto que a gente faz, as doações. É bom que a gente tem esse armário [com cartilhas e revistas da Associação], para você ler o que a gente faz, essas são de 2016. **E depois, o segundo ponto, a gente tenta ajudar os refugiados com a língua, a gente oferece aqui dois tipos de aulas ou de curso: tem curso de português para estrangeiros gratuito e tem o curso de língua árabe para muçulmanos novos. Na verdade, esse curso [língua árabe] é direcionado para dois tipos de pessoas, a pessoa que está interessada na língua mesmo, no caso dela só aprender árabe, ou a pessoa nova que entrou na religião e quer ler o Alcorão sagrado em árabe, o nosso livro sagrado, então ele tem que já aprender árabe. Terceiro ponto, é importante: o negócio de moradia, o presidente daqui, o senhor Faruk, é dono da rede Malaz, você conhece? Ele se sentiu à vontade de ajudar umas famílias (refugiados sírios), principalmente porque a família chega e já gastou quase todo o dinheiro. Na verdade, ele não ajudou só os sírios, tem famílias da Palestina, tem famílias do Iraque, tem famílias do Egito, certo? Então ele alugou quarenta casas aqui na região de Cambuci, com um contrato de um ano pago, a pessoa quando chega faz cadastro aqui no sistema, a gente tem quase três mil pessoas cadastradas (Zayn, 29, SP, grifo nosso).**

Como explicamos, o refugiado sírio, ao procurar a comunidade árabe e muçulmana assim que chega ao Brasil, obtém principalmente o auxílio com a língua portuguesa, com a moradia e oportunidades de trabalho. O que é fundamental para os refugiados conseguirem se localizar em sua primeira inserção social e laboral no Brasil.¹⁹⁶

¹⁹⁵ Localizada na Avenida do Estado, no bairro do Cambuci, na região central da cidade de São Paulo.

¹⁹⁶ Como dito em outro momento, não é uma regra que todo refugiado sírio procure a comunidade muçulmana (a mesquita).

A parte exterior da Mesquita Brasil é branca, com uma grande torre (um minarete)¹⁹⁷, e o interior é decorado com textos em árabe e figuras egípcias, as mesmas que existem no Egito, caracterizando uma arquitetura moderna do Oriente Médio e também rememorando “um passado imaginário” do islamismo (Fotografias 17 e 18) (PINTO, 2005, p. 237).

Fotografia 17 – Mesquita Brasil – São Paulo



Fonte: Imagem produzida pela autora em julho de 2018.

Fotografia 18 – Interior da Mesquita Brasil – São Paulo



Fonte: Imagem produzida pela autora em julho de 2018.

¹⁹⁷ Minarete é a torre da mesquita, lugar onde se anuncia a chamada das cinco orações diárias do muçulmano. É comum as torres serem bastante altas. Disponível em: <https://www.etymonline.com/word/minaret>. Acesso em: 16 set. 2020.

6.3 DO SAARA PARA O MUNDO: COMUNIDADE MUÇULMANA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Ouvimos a expressão “do Saara para o mundo” em nosso campo de pesquisa, no próprio Saara, no ano de 2019. Era a fala pronunciada por meio de um megafone, que fazia a propaganda de inúmeras lojas no centro da cidade do Rio de Janeiro, uma região marcadamente urbana, multiétnica e cosmopolita.

Segundo Pinto (2005), a comunidade muçulmana da cidade do Rio de Janeiro tem um diferencial, porque é a que mais se caracteriza como multiétnica. Ou seja, muitos brasileiros que não são de origem árabe são convertidos à fé islâmica, assim como muitos africanos (a maioria estudantes e imigrantes). Conforme o autor, a comunidade muçulmana do Rio de Janeiro desempenha suas atividades normalmente no *Saara* (região do centro da cidade), são trabalhadores do comércio, estudantes, imigrantes e profissionais liberais.

Fotografia 19 – Região comercial do Saara, no centro do Rio de Janeiro



Fonte: Imagem produzida pela autora, Rio de Janeiro, 2019.

Na comunidade muçulmana do Rio de Janeiro existe a preocupação em ensinar a língua árabe aos fiéis não falantes desse idioma, para que possam ter um entendimento na íntegra dos textos do Alcorão, o livro sagrado do islamismo. Tanto que os sermões são transmitidos na língua árabe e logo depois traduzidos para o português. Contudo, observa Pinto

(2005), a língua árabe também é um marcador de distinção e de hierarquia nas fronteiras étnicas, entre aqueles que falam a língua árabe e os que não falam (descendentes de árabes ou não).

Então, há algumas divergências entre muçulmanos sunitas (maioria no mundo e na Síria), xiitas e alauitas. Todavia, não conversamos com refugiados sírios que se declararam xiitas ou alauitas, mas identificamos divergências políticas em algumas narrativas, como a crítica ao atual presidente da Síria, Bashar al-Assad, por ele ser e favorecer a tendência alauita, ala considerada inimiga por muitos muçulmanos sunitas. Vejamos algumas narrativas:

Alepo e Homs são as cidades que foram mais destruídas. Damasco está sofrendo mais que outras cidades por causa do governo, porque o governo está controlando tudo. Olha, eu vou te explicar alguma coisa, a Síria tem 22 milhões de pessoas, 80% desses são sunitas, o restante é cristão, xiita, um ou outro grupo. Os alauitas e os xiitas são quase o mesmo, são o governo, eles são mais fortes. Por quê? Porque eles estão com os militares, a maioria de empresas da Síria, com o apoio do Irã, da Rússia, entendeu? Então, eles não são pouco, não, eles é que têm as armas, eles que têm o dinheiro, eles que controlam o país. Infelizmente, quando você se volta para ver as ideias desse grupo e de outros grupos você vai entender o que está acontecendo (Jesus, 28, SC, grifo nosso).

O Alauita é uma linha dentro do Islã que é mais direcionada ao xiismo, não são xiitas, mas dentro do Islã eles são considerados uma minoria. O governo da Síria tem pelo menos no discurso e através de suas ações uma tendência de proteção de algumas minorias que acabaram se tornando maioria dentro da imigração no Brasil. São os cristãos, alguns drusos e alguns muçulmanos xiitas, mas como a maioria dos imigrantes (sírios e libaneses), principalmente os mais antigos, que estão no Brasil são cristãos, muitos se veem representados pelo atual governo da Síria (Especialista no mundo árabe, SP).

Nesses grupos observa-se uma necessidade de se distinguirem entre si cultural, social e politicamente. Os conflitos entre a comunidade árabe no Brasil e os refugiados sírios apareceram de forma tão marcante, nas narrativas dos nossos informantes, que fizemos uma aproximação conceitual a partir da obra *Os estabelecidos e os outsiders*, de Norbert Elias e John L. Scotson (2000). São muitos os relatos sobre as relações de conflito com os libaneses, do Líbano e da “comunidade árabe” no Brasil.

Os estabelecidos (a comunidade árabe no Brasil) são os árabes, que podem ter várias nacionalidades, como libanesa, palestina, egípcia, síria, entre outras. Mas entre todas, o principal alvo das críticas são os libaneses. As queixas dos refugiados sírios em relação aos libaneses (estabelecidos) são de ordem moral, econômica e política, pois, segundo os relatos, os empresários (da comunidade árabe, a maioria descendente de libaneses ou de outro país árabe) não pagam um salário que dê suporte adequado às necessidades de subsistência dos refugiados sírios recém-chegados ao Brasil. Os refugiados também reclamaram das horas a mais que são exigidas nos locais de trabalho e das condições insalubres às quais são submetidos nos estabelecimentos comerciais, seja de alimentos, vestuário ou redes de estacionamento (no caso de São Paulo).

Na sociologia das relações de poder de Elias e Scotson (2000), os estabelecidos são o grupo que detém um *status* de maior prestígio e poder na sociedade. Um grupo que se autorreconhece como melhor – trata-se de uma “identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência”.¹⁹⁸ Já os *outsiders* não são considerados membros da comunidade, ou não se enquadram na sociedade dos estabelecidos – “trata-se de um grupo heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem os *established* (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 7)¹⁹⁹.

No caso desta pesquisa, a comunidade árabe (estabelecidos) e os refugiados sírios (*outsiders*) pertencem a grupos étnicos muito próximos ou a um mesmo grupo étnico, ainda que distintos no âmbito político, econômico, social ou religioso, e compartilham a mesma língua, os mesmos hábitos, às vezes os mesmos gostos. Esses conflitos apareceram em algumas narrativas:

Então, algumas pessoas da comunidade árabe me ajudaram, como esse fundador da ONG que eu te falei, em São Paulo, ele me ajudou, mas depois saiu fora. **Eu falei: eu queria me afastar do povo árabe, porque eu ouvi falar que a comunidade dos sírios e libaneses eram financeiramente muito bons [ricos] aqui no Brasil. Mas eu não estava vendo o meu povo aqui, realmente, cadê a ajuda deles? Cadê o sangue? Eu procurei os grandes, os ricos (árabes) aqui e os encontrei sabe... todo mundo pegou o meu contato e falava: Ah que história triste... depois, a gente entra em contato com você e ninguém entrou em contato comigo. Então eu desisti e me afastei, porque eu decidi que se eu ficar do lado dos árabes não vão me ajudar, porque eu não vou aprender o português tão rápido, e isso me ajudou muito.** Então eu comecei a fazer amizade com o povo brasileiro mesmo e comecei a fazer um bico aqui, um bico ali, comecei a fazer algumas coisas, fazendo comida, ou alguém me convidava para fazer algum evento (Abdoulay, 29, SP, grifo nosso).

Existe conflito entre libaneses e sírios, porque os libaneses que chegaram aqui falavam: menino, vai para o banco e busca duzentos mil e vai embora para a Europa, o sírio não! Eu conheci muitos sírios aqui que já têm um nome bom, são conhecidos, eles têm limite de crédito, então, a cultura do libanês é uma e a do sírio é outra, a cultura do libanês é assim: ah eu recebi isso, eu consegui isso, o sírio não, ele pensa: eu vou trabalhar para conseguir isso, ele não aceita nada que venha fácil (Aziz, 33, SP, grifo nosso).

Eu trabalhei como ajudante em uma loja de caminhonetes, ele (o proprietário) também tem dez lojas de um e noventa e nove. Ele é de origem libanesa, nasceu aqui no Brasil, pessoa antiga e super-rica. O carro dele e da esposa são blindados. Ele me pagava mil reais por mês e não pagava vale-transporte, porque no mesmo local de trabalho ele tem umas casas, algumas alugadas. Ele alugou para mim um quarto conjugado com a cozinha a trezentos e cinquenta reais, tipo um *hostel*, tinha outro trabalhando e morando lá, a gente ganhava a cesta básica também.

¹⁹⁸ Na política institucional brasileira existem muitas famílias (oligarquias) de origem árabe, como é o caso da família Amin, em Santa Catarina. O que explica a força dos descendentes de árabes na política brasileira? “A imigração libanesa ao Brasil trouxe ao país famílias que mais tarde entrariam para o panteão político, como Haddad, Maluf e Kassab”. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/04/160429_arabes_politica_if_jf. Acesso em: 2 set. 2020.

¹⁹⁹ Os termos em inglês *establishment* e *established* significa “minorias dos melhores” – termo que pode ser retratado em universos sociais diversos: “os guardiões do bom gosto e das artes, da excelência científica, das boas maneiras cortesãs, dos distintos hábitos burgueses, a comunidade dos membros de um clube social ou desportivo” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 7).

Aí, depois eu precisei fazer uma cirurgia aqui no Brasil, ele sabia (o proprietário), quando eu fiz a minha cirurgia ele me mandou embora, porque depois da cirurgia eu precisaria ficar quinze ou vinte dias sentado, porque eu precisei operar de varizes. Antes de eu entrar na cirurgia ele já me mandou embora. Eu perguntei a ele: por quê? Eu fiz alguma coisa? Ele respondeu: porque o seu trabalho está muito ruim. Eu trabalhei nos dois estacionamentos deles e ele falou para mim que o meu trabalho era ruim. Quando ele me mandou embora eu morava lá em cima, na casa que ficava no terreno do estacionamento, eu fiquei muito doído, eu ia entrar em cirurgia, quem iria me ajudar? Daí uma amiga me ajudou, alugou uma casa para mim, a minha amiga me ajudou com alguns pratos, coisas de cozinha e cama. **Isso que esse cara, para quem eu trabalhava no estacionamento, falava na mesquita que me ajudava, falava para todo mundo, ele foi mau-caráter comigo** (Jamil, 37, SP, grifo nosso).

Então, quando ele (o refugiado) vai para um lojista (comunidade árabe) ele fala para o refugiado: olha, eu vou te ajudar e você vai trabalhar para mim, o problema é que você não fala o português, então eu vou te pagar um salário de 1.000 reais. E ele vai falar também: como você não fala o português eu não vou fazer o seu cadastro na carteira de trabalho (Jamal, 38, SP, grifo nosso).

Através dos depoimentos, podemos vislumbrar diferenças e conflitos de diversas ordens entre a comunidade árabe estabelecida, principalmente a de origem libanesa, e a recém-chegada dos refugiados sírios, aquela que chegou ao Brasil a partir de 2011. Muitas vezes essas relações entre os grupos não se apresentam como relações de solidariedade de tipo “horizontal”, ou seja, “entre iguais”, mas como relações de solidariedade de tipo “vertical”, hierárquicas (STEINER, 2006, p. 96). Nessas relações sociais, a comunidade árabe estabelecida seria representada pelos comerciantes “empreendedores, possuidores de capital cuja aptidão para a atividade econômica é muito acentuada” (STEINER, 2006, p. 95), enquanto os refugiados sírios, embora culturalmente próximos do primeiro grupo étnico, se encontram desprovidos ou despossuídos de qualquer bem material ou monetário, ou seja, possuem somente a sua força de trabalho para oferecer aos comerciantes. Essas relações tendem a não dar certo devido a um individualismo acentuado presente nas relações laborais (por parte dos comerciantes estabelecidos, segundo as narrativas dos refugiados). A partir dos estudos pautados na economia moral, essas relações teriam mais sucesso se a solidariedade entre esses grupos fosse de tipo horizontal, porque ela fortaleceria mais os laços de confiança entre eles, já que se trata de grupos com dinâmicas sociais, culturais e de dialeto semelhantes, mesmo com clivagens sociais diferentes (STEINER, 2006).

Por outro lado, por meio das narrativas de alguns refugiados sírios entrevistados identificamos o discurso do *self made man*, ou seja, a ideia de vencer individualmente por meio do trabalho, o que pode soar como um discurso bastante confortável na sociedade acolhedora, porque se assemelha à migração econômica e voluntária. Quer dizer, o imigrante pode não agradar a todos na sociedade receptora, mas se ele vier para trabalhar e contribuir economicamente para o país (uma visão desenvolvimentista), será bem-vindo. Essa visão

utilitarista não apaga da memória coletiva dos imigrantes ou dos refugiados os casos de xenofobia e de intolerância.

6.4 O CONTEXTO DE POLARIZAÇÃO POLÍTICA: A SOCIEDADE CIVIL E O ACOLHIMENTO AOS REFUGIADOS

Tem esse outro lado da solidariedade (normalmente se passa bem ao lado da xenofobia), mas tem muito da população brasileira que é acolhedora também. Eu acho que tem três grandes grupos que sofrem: as do continente africano e do Haiti, eles sofrem mais do que xenofobia, sofrem o racismo. Quem vem dos países árabes sofrem a islamofobia e quem vem de países andinos... Bolívia, Peru, são os índios, então, tem essa maneira de reduzir o outro, que a gente percebe por aí (Padre Pedro, Missão Paz, SP, 2018).

Investigamos nesta pesquisa o contexto das trajetórias migratórias e laborais advindas do Sul Global ao Brasil, em um cenário de crise econômica e polarização política no qual o país se encontra desde 2015. Em 2011, já havia sido registrada a entrada de refugiados sírios ao Brasil, mas, gradativamente, nos anos seguintes, esse número foi aumentando. Os pedidos de refúgio no Brasil, por parte dos sírios, atingiram maior proporção entre 2014 e 2016 (BAENINGER; FERNANDES, 2018; LIMA et al., 2017).

A crise política levou ao processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016. O sociólogo Jessé de Souza (2016) considerou esse acontecimento um golpe, minuciosamente arquitetado para atender aos interesses das elites conservadoras nacionais e internacionais. Daquele ano em diante, acirrou-se a polarização política no Brasil: de um lado, ampliaram-se as manifestações xenófobas contra imigrantes e refugiados, atos racistas e outros tipos de ofensas a grupos em situação de vulnerabilidade e insegurança social. Essa hostilidade se faz presente tanto entre os cidadãos comuns como entre os que fazem parte da política institucional, marcadamente representada pelo governo de Jair Bolsonaro. Por outro lado, coexistem grupos e movimentos sociais de orientação política progressista, que se encontram envolvidos em um trabalho de engajamento político em favor dos direitos humanos²⁰⁰ e dos direitos sociais e políticos dos imigrantes e refugiados, inclusive pelos direitos relativos ao gênero e étnico-raciais.

²⁰⁰ No Artigo 4º da Constituição Brasileira de 1988 segue a prevalência dos Direitos Humanos (“como princípio norteador das Relações Internacionais no Brasil”), por meio da legislação infraconstitucional da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 10 de dezembro de 1948 pela Resolução n. 217 da Assembleia Geral das Nações Unidas; assim como o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos de 1966, pela Resolução n. 2.200 da Assembleia Geral das Nações Unidas da Convenção Americana de Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica, adotada em 1969 (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988; SEVERO, 2020, p. 172).

Como observou Ricardo Mariano, “os novos (novíssimos) movimentos sociais (nesse contexto de construção de polarização política no Brasil) também trazem os movimentos evangélicos ligados ao conservadorismo” (informação verbal)²⁰¹. Por outro lado, nem sempre esses grupos religiosos são conservadores no campo político.

Algumas narrativas do nosso campo de pesquisa retrataram essa polaridade: se de um lado existem estratos populacionais no país que praticam a discriminação e a xenofobia contra grupos em situação de vulnerabilidade social (como imigrantes negros, refugiados sírios muçulmanos, refugiados sírios muçulmanos *gays* e migrantes nordestinos), por outro as narrativas endossam que há diversos grupos na sociedade que os acolhem. Conforme os seguintes relatos:

Se uma parcela da população é melhor (a favor dos direitos humanos), a gente pontua isso, né? Mas o Brasil tem um histórico, apesar de um histórico de diversidade muito forte, o Brasil tem muitas cores, tem também uma história de apagamento silenciado em determinados grupos, né? Então a gente sempre encontra relatos, também, de pessoas (imigrantes e refugiados) que encontraram esses grupos que são contrários à imigração, que não convivem muito bem com as diferenças. Tem casos de pessoas (refugiados da Síria) serem chamadas de homem-bomba, de pessoas acharem que todo sírio traz o terrorismo ou que determinada religião é pedófila, enfim, esses absurdos que a gente ouve por aí. Então, eles [os sírios] relatam esse preconceito, já falaram pra gente aqui [Caritas] várias vezes. Os africanos passam até [por] mais [problemas], a migração negra é mais difícil. Os sírios sofrem a questão da religião, que é muito forte, do homem-bomba, essas coisas... terrorismo e tal. Mas, por outro lado, tem uma parcela da população que recebe melhor os sírios do que africanos. Então tem isso. O Brasil é bem difícil em algumas coisas, tem preconceito com pessoas do Nordeste. Aqui em São Paulo, a família do meu pai é do Piauí. Quando eu ouvia na escola: Ah, essa pessoa é baiana não sei o que lá... eu sentia a dor da minha família, pô, o meu pai é do Piauí [...] e o cara tá falando que é baiano, como uma coisa negativa. Então, tem essa questão (discriminação contra nordestinos) em São Paulo e com imigrante também. Mas, por outro lado, a gente tem uma parcela da população que recebe muito bem (imigrantes e refugiados), que quer conhecer, liga para a Caritas e fala: olha eu queria empregar pessoas que estão refugiadas, sabe... cursinhos populares que querem ensinar português. Então, enfim, tem pessoas que trabalham muito com a diversidade... então, a gente vive tempos difíceis... assim... mas eu acho que a maioria das pessoas hoje estão mais abertas. E se não estão abertas é por desinformação. Olha, tem refugiados sírios não só islâmicos, mas de várias religiões, tem os sem religião também. Inclusive, tem os LGBTs, eu conversei com um rapaz (refugiado sírio) que é gay (muçulmano). Tem uma comunidade (na cidade de São Paulo), não abertamente (às vezes, é um pouco mais difícil), mas tem uma comunidade LGBT, inclusive, que sai [para outros lugares] (nos lugares, lá na Síria... tinha uma cena LGBT, também). Aqui (Caritas) a gente acaba cruzando várias coisas... O gay e o refugiado. Mas, pelo menos (meu amigo refugiado sírio, que é gay) tem um grupo de amigos muito grande aqui, São Paulo é diversa, oferece muitas opções para você viver fora dos padrões da “família Doriana”²⁰² (risos), então, eu acho que ele está se virando muito bem aqui (Diretor de Comunicação da Caritas, SP, 2018, grifo nosso).

²⁰¹ Informação verbal de Ricardo Mariano (USP), no 19º Encontro Brasileiro de Sociologia (SBS) na cidade de Florianópolis, em 11 de julho de 2019.

²⁰² “Convencionou-se denominar ‘família Doriana’ o retrato da família perfeita, ideal, numa alusão aos comerciais de margarina: A mulher sai da cama maquiada, cabelos irretocáveis, e vai para a mesa com a

Eu, como árabe, sofro pela minha nação e pela minha religião, os africanos sofrem o racismo e também pela sua nação, pelo continente. Tem a questão do preconceito contra os haitianos também, porque tem negros americanos e franceses [no Brasil]. **Mas a questão é que a xenofobia aumentou muito. As pessoas estrangeiras ou as pessoas que vêm de fora, é como se tivessem cometido um delito, como se ela tivesse cometido um crime. Essa visão realmente é xenofobia. A xenofobia (recrudesciu) com o aumento do fluxo migratório mundial e, em especial no Brasil, de 2013 em diante. Estão atacando nas redes sociais os haitianos, os sírios e agora os venezuelanos** (Abdoulay, 29, refugiado sírio de Alepo e vice-presidente da ONG África do Coração, SP, grifo nosso, out. 2019).

Essa polarização se intensificou. Existe, de um lado, uma polarização dentro de um discurso oficial público do governo e, por outro lado, o discurso das ONGs de proteção, que se fortaleceram diante de um discurso de intolerância e radicalismo oficial. Esses conflitos se intensificaram, existe um discurso de xenofobia contra alguns grupos de imigrantes e contra algumas religiões. E eu posso enumerar algumas religiões de matizes africanas e o Islã também, por preconceito. Agora, em um passado recente, eu nunca iria considerar o Brasil um país de islamofobia, mas recentemente já é possível ver matérias de jornais, na imprensa, de mulheres (muçulmanas) sendo atacadas por usarem o véu no espaço público. Recentemente, eu li duas matérias na imprensa, de duas mulheres muçulmanas, uma delas muçulmana convertida, que andava coberta com o *hijab* na rua e foi atacada verbalmente por pessoas intolerantes, dentro de uma narrativa que é endossada por um discurso oficial do próprio presidente da república. Então, eu acredito, fazendo uma avaliação, uma projeção, que a xenofobia e a intolerância pode sim, avançar, nesse aspecto (Especialista no mundo árabe, SP, 2019, grifo nosso).

No atual contexto político, eu vejo uma fala cada vez mais difícil, até mesmo para os servidores (públicos). Às vezes entre a população das comunidades (imigrantes), você vê essa polarização, porque há uma influência muito grande do que está sendo exposto na mídia. Por exemplo, existe a fala: Ah, os imigrantes estão vindo roubar o meu emprego, o que não é algo muito específico do Brasil, essa questão dos fluxos migratórios batem também em questões de nacionalismos, que normalmente são exacerbados nos momentos de crises econômicas e crises políticas. O imigrante (tem vários estudos sobre isso, na Antropologia) acaba sendo uma ameaça à ideia de Estado, porque o imigrante faz você repensar a fronteira, isso não é de agora, ele sempre foi colocado como de fato um estranho, um forasteiro, aquele elemento que pode, de fato, atrapalhar. A diferença é que a gente vive em um momento de globalização em que as fronteiras do Estado, elas já são mais porosas e mais discutidas. Eu estou pensando fronteira não só física, eu estou pensando em como você coloca as questões de cultura e questões sociais. Então, eu entendo o imigrante muito mais em uma questão transnacional, ao mesmo tempo que ele está aqui, ele tem muita coisa do seu país de origem (Diretora do CRAI, SP, grifo nosso, out. 2019).

A Copa dos Refugiados²⁰³ fez muita diferença, porque ela veio com o objetivo de realizar a integração entre os povos refugiados e imigrantes para com o povo brasileiro. A Copa não é somente para os refugiados, a Copa é dos refugiados, onde nós demonstramos a nossa capacidade, e através dela, fazer essa integração e quebrar o olhar do preconceituoso e xenófobo que aumentou muito. Parte da

família reunida, sorridente.” Disponível em: <http://lideralpinista.blogspot.com/2015/03/familia-doriana.html>. Acesso em: 8 jul. 2021.

²⁰³ A Copa dos Refugiados e Imigrantes aconteceu a primeira vez no ano de 2014 na cidade de São Paulo, com o intuito de chamar a atenção midiática sobre a importância da integração dos imigrantes e refugiados de diversas nacionalidades no Brasil, assim como sobre o problema da discriminação, do racismo e a xenofobia crescentes no país. A temática do futebol foi uma proposta de um dos imigrantes e integrantes do grupo. A Copa dos Refugiados recebeu o apoio do ACNUR e da Cáritas da cidade de São Paulo. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/copa-dos-refugiados-e-imigrantes-futebol-e-uniao-para-alem-da-terra/>. Acesso em: 1º dez. 2020.

população brasileira discrimina a nossa chegada aqui, então, para chamar a atenção do setor público, nós podemos falar sobre a nossa situação e usamos uma linguagem universal, em relação à causa dos refugiados e imigrantes. Então, é importante chamar a atenção do setor público sobre as nossas vidas e para se criar leis a favor de políticas públicas para os imigrantes. Nós também chamamos a atenção do setor privado (sensibilizá-los) para oferecer oportunidades e criar algumas vagas. Chamamos a atenção dessas instituições para entenderem que a maioria dos refugiados e imigrantes que chegaram aqui são formados e qualificados, e têm muita vontade de abraçar uma oportunidade (Abdoulay, 29, refugiado sírio de Alepo e vice-presidente da ONG África do Coração, SP, grifo nosso, out. 2019).

O que ficou marcado nas narrativas dos nossos informantes, tanto dos gestores/representantes das instituições como de alguns refugiados, é a percepção de que o contexto político de polarizações tem intensificado a xenofobia e o racismo no Brasil. O imigrante e o refugiado não brancos sofrem mais racismo, por outro lado os refugiados sírios são estigmatizados pela questão religiosa (muçulmana) e pelas vestimentas, no caso das mulheres muçulmanas, que fazem o uso do *hijab* em locais públicos. Erving Goffman (2004) distingue três tipos de estigma: primeiro, existem as marcas corporais e deficiências físicas, em segundo os atributos psicológicos, como crenças, práticas e comportamentos que fogem à “normalidade” social, e, por último, existem os estigmas relacionados à nação, religião, raça ou grupo étnico. Todavia, o sociólogo faz a seguinte ponderação: “Um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que se pode impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus” (GOFFMAN, 2004, p. 7).

O grupo étnico investigado em nossa pesquisa pode ser enquadrado nos três tipos de estigmas sociais, conforme a classificação de Goffman. São vários os exemplos possíveis para ilustrar esses preconceitos, entre eles alguns mais evidentes como o uso do véu pelas mulheres, ou seja, o *hijab*, que é um marcador no corpo, o cabelo não pode ficar exposto, ou a profissão da fé muçulmana, que comumente é alvo de preconceitos sociais por falta de conhecimento sobre a religião, além de todo tipo de essencialismos e generalizações direcionados ao grupo étnico, ou grupos árabes.

Como já ponderado, narrativas e práticas discriminatórias não partem somente de grupos políticos institucionalizados, mas se fazem presentes no tecido social da população brasileira. O contexto político-institucional do Brasil, sob o governo de Bolsonaro, tem influenciado e incentivado a ação de grupos conservadores de extrema-direita, porém, longe de constituírem um fato recente, esses grupos são produto de uma construção social e política que remonta sobretudo ao período da ditadura militar no Brasil.

Esses movimentos de extrema-direita também fazem parte de um contexto global, principalmente em alguns países da Europa, nos quais movimentos sociais ultranacionalistas

encontram representatividade na política institucional. Alguns estudos relacionam o crescimento dos movimentos políticos de extrema-direita com as crises econômicas do capitalismo financeiro, iniciada em 2008, a partir da crise imobiliária nos Estados Unidos (SEVERO, 2020, p. 15). Há uma associação entre as diversas tendências da extrema-direita brasileira e de outros países, nos quais os discursos, as posições, as ações de intolerância, racismo e xenofobia se encontram. Envoltas nessa ideologia profascista estão as narrativas sobre a política anti-imigrantista, a perseguição aos grupos LGBTQ+, a legalização do porte indiscriminado das armas, a narrativa do que seria o modelo de uma família tradicional, possuidora dos valores cristãos (SEVERO, 2020).

Há também o que se chama de “novo radicalismo de direita”, no qual os dirigentes seguem as regras do jogo da democracia, ao mesmo tempo que suas proposições e sistemas valorativos são contraditórios à democracia (MINKENBERG, 1998, tradução nossa). No contexto político brasileiro, a partir da posse de Bolsonaro, em 2019, a direita radical tem a sua expressão no poder com um discurso nacionalista, xenófobo e pautado na aporofobia (FIGUEIRA; ORTIZ, 2020).

Cabe ponderar que as pautas migratórias na Europa e nos Estados Unidos são mais politizadas e de longa data, ou seja, se encontram de forma bastante contundente nas narrativas e nas práticas políticas. Já no Brasil, pode-se dizer que a pauta política migratória tem existido tradicionalmente de maneira discreta, uma vez que não tem promovido debates tão acalorados no âmbito da política institucional, talvez por tratar-se de um país da América do Sul, historicamente receptor de imigrantes de diversas nacionalidades. Arriscamos dizer que a temática passou a ser bastante politizada nas duas últimas décadas, sobretudo a partir de 2010, com a chegada dos haitianos, e de 2011, com a chegada sucessiva de refugiados sírios. A vinda dos venezuelanos, a partir de 2017, ajudou a reacender os debates sobre a imigração no Brasil. Hoje, como vimos, retornam com força à pauta política em decorrência das declarações xenófobas de políticos e partidários de ideologias de extrema-direita. Como registrado anteriormente, a recente disputa sobre o assunto da imigração e refúgio no país começa a caracterizar um “campo de luta”, no qual os distintos grupos se confrontam, ao sabor das ideologias e interesses políticos, não obstante com menos presença institucional no Brasil se considerarmos países do continente europeu e Estados Unidos.

Severo (2020, p. 16) relembra as narrativas de Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral para a Presidência da República no Brasil, em 2018. Tais narrativas remetem à

“intolerância, [a]o anti-intelectualismo, [à] negação da ciência e [à] interferência da religião nas políticas de Estado, [sinalizam] expressiva ampliação da violência real e simbólica contra as minorias, bem como a violação de Direitos Humanos”. Ademais, como argumenta Lilia Schwarcz, “a polarização [política institucionalizada] potencializada pelo bolsonarismo é muito organizada” (informação verbal)²⁰⁴.

Se, de um lado, a primazia dos direitos humanos é um princípio pelo qual “se rege o Brasil nas relações internacionais” (MOREIRA, 2019, p. 2), do lado oposto se convive, desde 2016, com um contexto econômico-social de retrocessos, bem como com a tonificação de narrativas conservadoras, desenvoltas em “valores” de uma elite econômica que se coloca em um estrato superior na sociedade, ao se identificar (como se fosse detentora de uma ética universal) como cristã e ocidental.²⁰⁵

Para o sociólogo Ricardo Mariano²⁰⁶, a polarização política já começa em 2013, com o acirramento do debate sobre os direitos humanos no campo institucional. No mesmo ano, também ocorreram as chamadas “marchas de junho”, em que as ruas de diversas capitais do Brasil foram tomadas por manifestantes contra e a favor de Dilma Rousseff. Mariano explica o papel jogado pelas formas políticas ultrarreacionárias, que, mais tarde, culminaria com a eleição de Bolsonaro para a Presidência da República.

Pastores ligados a Silas Malafaia inventaram o “kit gay”, a “mamadeira erótica” e acusaram o PT de implantar o comunismo e “destruir a família”. O ativismo político evangélico milita contra o aborto em todos os sentidos e defende a maioria cristã em detrimento das minorias. **No ano de 2013 e 2014 acusaram o PT de “marxismo cultural” e de perverter as crianças. Protagonizaram projetos de lei, como a Escola Sem Partido, influenciando nos currículos escolares. Apoiaram em massa o impeachment da Dilma Rousseff. A bancada da bala, o endurecimento penal, associado ao bolsonarismo. Há também o sionismo, intenso agora no Brasil. Há o ataque aos direitos humanos, esse grupo também se aliou ao MBL (Movimento Brasil Livre). Em resumo, a banca BBB (bancada da “bala”, do “boi” e da “bíblia”) apoiou em bloco a eleição de Bolsonaro** (Ricardo Mariano, informação verbal, grifo nosso)²⁰⁷.

Para Mariano, há uma instrumentalização entre a religião e a política no campo institucional. Além do ativismo em prol de uma moral conservadora nas instituições brasileiras,

²⁰⁴ “Lilia Schwarcz: ‘O Brasil sempre evitou falar da morte.’” Disponível em: entendendobolsonaro.blogosfera.uol.com.br/2020/11/20/lilia-schwarcz-o-brasil-sempre-evitou-falar-da-morte/. Acesso em: 7 dez. 2020.

²⁰⁵ Consultar COIMBRA; ETCHEVERRY ORCHARD. Um estudo sobre os refugiados sírios na cidade de São Paulo e Florianópolis: trajetórias laborais e precarização do trabalho. **Revista Ideias**, Campinas, v. 11, p. 1-26, 2020.

²⁰⁶ Informação verbal no 19º Encontro Brasileiro de Sociologia, Florianópolis, 11 jul. 2019.

²⁰⁷ Idem.

há uma narrativa hostil aos direitos humanos. O autor também observa que se vive um sionismo²⁰⁸ no Brasil da era Bolsonaro.

Sobre a questão do sionismo, Rodrigo Toniol (2020), em seu artigo intitulado “Branquear, salvar e nacionalizar: Israel na nova estética da política brasileira”, faz a seguinte pergunta: “O que explica a relevância estético-política que a referência a Israel adquiriu em um país em que apenas 0,056% da população se reconhece como judeu?”. Segundo o autor, o retrato dessa política institucional conservadora no Brasil se encontra atrelada a três características. Em primeiro lugar, o que sempre foi e continua sendo um projeto: a política do branqueamento. Para o autor, “a classe média emergente, que teve incremento de renda nas últimas décadas, mas ainda assalariada, tem como modelo as elites oligárquicas brasileiras”. Portanto, uma parcela dos estratos da classe subalterna brasileira, que ascendeu economicamente nos governos Lula e Dilma Rousseff, também contribuíram para o retrocesso político institucional do país, a partir do golpe em 2016.

Em segundo lugar está a identificação das camadas sociais da sociedade com “o modelo de elite desejado”, destaca Toniol (2020). As sinalizações políticas do governo Bolsonaro, que fazem referências a Israel, também refletem o seu alinhamento com o neopentecostalismo no Brasil. Por meio dessa instrumentalização da política institucional com a religião, o Brasil (alguns estratos sociais partidários ao bolsonarismo) estaria vivenciando a construção de um messianismo.

Por último, o terceiro ponto colocado por Toniol (2020) é a questão do nacionalismo, que se trataria de um projeto a ser realizado por uma nação que foi escolhida, na dimensão teológica daqueles que a professam. Todavia, Severo (2020) observa que é nesse cenário que se evidencia o aumento da relação entre religião e política. Nesse sentido, a relação da matriz religiosa neopentecostal, alinhada no campo ideológico aos grupos políticos da extrema-direita no Brasil, vem a enfraquecer o Estado laico.

Não por acaso, essas tensões entre a relação política do governo Bolsonaro com Israel e a comunidade síria no Brasil refletem preocupações de alguns refugiados e de agentes envolvidos com as políticas de acolhimento. Aliás, muitos sírios que chegaram ao Brasil a partir de 2011 são também palestinos-sírios, e a grande maioria, muçulmana – ou seja, são duplamente refugiados. Essa tensão apareceu em algumas narrativas:

²⁰⁸ Sionismo é “um movimento político que defende o direito à autodeterminação do povo judeu e a existência de um Estado nacional judaico, independente e soberano, no território onde historicamente existiu o antigo Reino de Israel”. O movimento surgiu ao final do século XIX na Europa Central e Oriental e foi associado à colonização da Palestina. Disponível em: www.theguardian.com/world/2003/nov/29/comment. Acesso em: 4 dez. 2020.

E agora, nesse momento, infelizmente, com esse Bolsonaro, eu acredito que as coisas vão ser um pouco complicadas para os muçulmanos, porque tem uma comunidade de muçulmanos muito grande aqui (no Brasil). E temos um presidente preconceituoso, e isso é ruim para país também, não só para muçulmanos, entendeu? Quando a pessoa (o presidente) sai em público e fala para um grupo grande, ele deixa muitos problemas para o país. Eu nunca vi, eram muito poucos brasileiros que falavam mal dos muçulmanos, mas agora são muitos. Eles nem sabem o que estão falando! Eu sigo a página do Bolsonaro no Instagram e no Facebook para ver o que ele pensa, e não é atitude de um presidente, entendeu? Eu digo que é uma pessoa realmente maluca, ele não sabe o que está fazendo. Bom, ele quer um relacionamento bom com Israel e toda a Europa tem um relacionamento bom com Israel. Mas nenhum deles (quer mudar) ou mudou a embaixada (Brasil) de Tel Aviv para Jerusalém. Essa não é uma decisão de um presidente que realmente pense bem, entendeu? Então, eu não sei se a economia do Brasil vai melhorar, com esse relacionamento do Brasil com Israel e com os EUA. Talvez a economia um dia será melhor, mas ainda não tem resultados. Mas nesse sentido do preconceito, eu acredito que vai ter problemas, infelizmente (Jesus, 28, refugiado sírio, SC, grifo nosso).

Após o atual presidente da República abrir a possibilidade de transferência da embaixada do Brasil para Jerusalém (que é disputada pelos palestinos), porque Jerusalém não é uma questão que envolve só os palestinos, mas é uma questão que envolve o Islã, a comunidade muçulmana internacional e isso envolve outros Estados. Então eu acredito que com essas medidas, juntamente com o discurso de xenofobia, de preconceito e de intolerância, vai fomentar grupos que agem de uma maneira xenófoba aqui no Brasil. Existem muitos relatos de pessoas de igrejas neopentecostais que exercem atitudes de intolerância e de violência contra templos religiosos diversos. E eu arrisco a dizer que, através de um resultado de políticas xenófobas e racistas, o Brasil também se tornou um terreno fértil para os fundamentalistas, tem muitas previsões nesse sentido também. Então, nós vivemos em tempos perigosos, se a gente puder fazer essa avaliação (Especialista do mundo árabe, SP, grifo nosso).

A minha análise política é objetiva e não subjetiva, então eu esqueço que sou um imigrante. A eleição do presidente de direita no Brasil não aconteceu por acaso, não é a força pessoal do presidente atual, são os efeitos sociais de uma realidade internacional. O Brasil não é isolado dos outros países, especialmente dos EUA e da Europa. E se eu perguntar se os imigrantes têm efeitos (interferência) na política nacional do Brasil? Se falarmos nas pessoas físicas, o resultado será zero, não têm efeito nenhum na política. Mas se as pessoas forem jurídicas, ou seja, as empresas, o resultado será 100%. Quem manda no Brasil são as empresas internacionais: a Shell, o Bradesco, o Santander. Estas (empresas) são de pessoas imigrantes, mas jurídicas. O atual presidente faz parte da onda trumpiana (do Donald Trump, EUA), no mundo inteiro, junto com alguns deputados do Parlamento Europeu, junto com Benjamin Netanyahu (primeiro-ministro de Israel). Geralmente, na época dos presidentes republicanos, nos EUA, a influência da direita ficou muito forte na América Latina, porque os republicanos, desde a época de Ronald Reagan têm o apoio dos evangélicos. O processo histórico foi que Ronald Reagan depositou o poder no bolso dos mais ricos nos EUA, mas ele precisava de apoio popular para ganhar mais uma vez a presidência, ele precisava das pessoas mais organizadas e não soube politizá-los. Essas pessoas são os evangélicos, mais organizados, mas não são politizados. E quem manda nos evangélicos? Se você entrar numa igreja evangélica, você verá várias bandeiras de Israel e raramente encontrará uma bandeira do Brasil. Quem manda nos evangélicos é Israel. Aí você entende a relação entre Netanyahu, em Israel, com o consulado aqui (Brasil). Como Netanyahu representa o movimento sionista, ele representa os interesses do capital financeiro judaico internacional, em apoio ao Trump. Aí, é lógico que essa influência das empresas internacionais para colocar um presidente aqui no Brasil, acaba com a ameaça vermelha contra eles e abre o Brasil para ser roubado pelas empresas estrangeiras. O que é perigoso não é apenas o Bolsonaro.

O que é mais perigoso é o pós-Bolsonaro. Depois do Bolsonaro, o que vai acontecer? Não apenas os filhos (os filhos do presidente), o problema nunca foi individual, foi de maneira objetiva, o bolsonarismo. O que ele vai fazer? O que, ele vai vender no Brasil? Destruir é muito fácil, mas construir que é difícil. Toda essa luta nacional para se ter direitos, para salvar a soberania nacional contra os interesses internacionais capitalistas, eles vão destruir em quatro anos. Isso é uma tarefa que eles vão realizar. O discurso deles, de soberania da nação brasileira, é mentira. Não existe isso para o capital, não existe (Mourad, 29, refugiado sírio de etnia drusa, PR, grifo nosso).

O meu irmão, na Unidade de Pronto Atendimento (UPA), uma vez, quando passou muito mal, a enfermeira insistiu que ela estava com medo por ele ser árabe, tinha medo de ele estar com uma bomba. Outro dia também, há dois ou três anos, uma pessoa judia (não sei se era brasileira) não quis comprar esfirras porque o [rapaz que vendia] era da Palestina. O povo brasileiro é diferente do povo árabe. Olha como se fôssemos um povo inteligente, que sabe se virar, que vai poder trabalhar com qualquer coisa. Acho que essa é a visão de um povo de um país de terceiro mundo para outros povos de países de terceiro mundo. É diferente a visão dos brasileiros com as pessoas que vêm da África, que é muito mais de cima para baixo e isso faz o racismo ser maior. Desde que eu cheguei, há sete anos, eu via essas questões sociais de racismo e xenofobia. E o Brasil passou por dois momentos nos últimos dois anos: o de ter pessoas conservadoras subindo no poder (Bolsonaro, muita gente, grandes empresários) e o fato de ter mais movimentos sociais... Eu dei muita sorte de ter chegado em 2012, porque eu era mais homofóbico, talvez racista... Hoje em dia eu sou melhor, porque eu cheguei num momento em que a sociedade brasileira estava mudando, o país estava crescendo e adquirindo maior visibilidade. Aí esse [projeto político] bateu de frente com a direita, com o crescimento absurdo das igrejas evangélicas, que eu noto desde quando cheguei aqui. Aí houve essa batalha [entre esquerda e direita]. Então, hoje, isso [a questão do preconceito] está mais visível, não está mais forte ou mais fraco, está visível, porque as pessoas começaram a falar (Adil, 26, RJ, grifo nosso).

Frente às narrativas supracitadas, tem-se o seguinte panorama: se, por um lado, vive-se o contexto do recrudescimento e da hostilidade político-institucional brasileira aos direitos humanos, do desrespeito aos direitos dos grupos vulneráveis na sociedade (imigrantes, refugiados, negros, minorias religiosas, mulheres, indígenas, LGBT+, população carcerária, pessoas com transtornos mentais etc.), de outro lado organizações sem fins lucrativos, movimentos sociais, organizações religiosas de vertente progressista remontam a um contexto de lutas contra a ditadura, em prol da democracia e dos direitos humanos, em consonância com a Constituição de 1988. Esses grupos (antes e atualmente) se encontram (em sua maioria) na contenda pelo engajamento dos direitos humanos no Brasil. Essa realidade foi expressa em nosso campo de pesquisa por alguns informantes:

A Caritas (foi fundada) nos anos de 1970, a gente completou 40 anos o ano passado (2017). Ela começou com o trabalho do Dom Paulo Evaristo Arns. Esse aqui é o Centro de Referência para Refugiados da Caritas, o trabalho com os refugiados é específico daqui. Acontece na Caritas-RJ também, e na Caritas de Curitiba. Mas a Caritas atua em várias temáticas sociais: pessoas em situação de rua, população carcerária, enfim, na reforma agrária, são várias as frentes. E essa é uma parte, uma veia progressista da Igreja. Dom Paulo Evaristo Arns atuava nessa linha migratória e começou acolhendo pessoas vítimas das ditaduras na América Latina, especialmente do Brasil. No processo de

redemocratização, o primeiro escritório da ONU aqui na América Latina identificou esse trabalho da Igreja. A Caritas começou oficialmente na redemocratização. Aí a ONU virou uma parceira, o Alto Comissariado da ONU para Refugiados (o ACNUR) é um parceiro desde então. Mesmo com todas as limitações de países como os EUA (no caso da ONU), eles são os principais doadores do ACNUR, que é uma parceria financeira importante. Ele (o ACNUR) tem um papel fundamental aqui no Brasil, a gente nunca pode deixar de ver essa questão econômica, que país que doa, né? Eu acho que as Nações Unidas e os países do terceiro mundo têm que participar mais (da causa migratória e da proteção de grupos em situação de vulnerabilidade), mas a gente vê que algumas comissões da ONU são ótimas, em posicionamento, por exemplo, sobretudo a de direitos humanos (Diretor de Comunicação da Caritas, SP, out. 2018, grifo nosso).

Você vê por exemplo, aqui em São Paulo [cidade], tem a Praça da Kantuta (bolivianos), a rua Coimbra (bolivianos), o bairro da Liberdade (japoneses), claro, a gente está falando de uma outra migração, que é a migração mais tradicional, mais histórica. Mas você já vê imigrantes [recentes] como os haitianos (em condições de vulnerabilidade social), demandando mais (cobertura social) do que a gente. **É claro que não ajuda você ter um país que politicamente está polarizado, e não só polarizado, mas que tem uma fala que vem do Governo Federal que é muito mais fundamentalista. Então, eu acho que no cenário (atual), a gente precisa ter uma precaução maior, a minha preocupação é que nesse ano (2019) não houve mudanças grandes (avanço nas políticas migratórias)** (Diretora do CRAI, SP, out. 2019, grifo nosso).

Agora está tendo muita mudança no operacional [Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes da cidade de São Paulo], nas portarias, na parte burocrática, cada vez mais está se criando empecilhos para os imigrantes estarem regularizados. Eu penso que a gente precisa estar mais atento nessas questões de resoluções normativas, de como está sendo operacionalizada a questão migratória na Polícia Federal, dentro do Ministério da Justiça, dentro do MRE (Ministério das Relações Exteriores) e a questão dos vistos. Essas coisas que não são tão visíveis para quem não trabalha [com migrações], é dessa forma que estão criando obstáculos. Sistemas que não funcionam, por exemplo, e que impedem de você fazer um simples agendamento, então é isso que impede o direito de acesso [direitos públicos universalizados] dos imigrantes. Eu percebo que esse foi o movimento nesse último ano (os empecilhos) e o que a gente percebe é que isso pode até vir a piorar, então eu acho que a gente tem que estar atento. Bater de frente com a portaria 666, que acabou de ser suspensa, mas que continua com a outra portaria, mas que está quase a mesma coisa, a questão do Pacto Global [o Brasil ficou de fora], a nova lei de imigração, a gente tem que discutir tudo isso. Mas a gente não pode deixar de ficar atento a essas coisas ditas menores, que tem um impacto muito mais efetivo no dia a dia do acesso ao direito desses imigrantes (Diretora do CRAI, SP, out. 2019, grifo nosso).

O depoimento da diretora do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI) da cidade de São Paulo é significativo, porque traz uma série de fatos que demonstram o panorama (atual) sobre as ações políticas e as políticas migratórias brasileiras também no cenário internacional. Por exemplo, além das pequenas burocracias que dificultam o acesso dos imigrantes aos serviços essenciais oferecidos pelo governo brasileiro, há também questões normativas, de políticas de Estado, que podem vir a dificultar a regularização e a permanência de imigrantes e refugiados no país, como no caso da Portaria 666, de 25 de julho de 2019, que “dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação sumária de pessoa

perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal”²⁰⁹.

Sobre a Portaria 666 de 2019, Figueira e Ortiz (2020) explicam que a partir da ascensão da extrema-direita no Brasil, as políticas migratórias ganharam e reforçaram um prisma ideológico de segurança de Estado, como forma de direção política. Essa corrente ideológica se utiliza de uma estratégia geopolítica para fazer uso de leis ancoradas nos direitos humanos, como a Nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), para fins geoestratégicos. Assim, diretrizes pautadas no antigo Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980), em consonância com as normas estatais de segurança nacional da ditadura militar e que restringia a entrada dos estrangeiros no Brasil, voltaram a valer. Portanto, os autores alertam que a Portaria 666/2019 trata novamente da entrada de estrangeiros no país como algo perigoso e comprime o direito de defesa.²¹⁰

Frente a essa portaria, houve uma série de manifestações organizadas por movimentos da sociedade civil atuantes na causa dos direitos dos imigrantes²¹¹. Segundo o olhar dos especialistas do campo jurídico e do Supremo Tribunal Federal, a Portaria 666 apresentou um viés securitário sobre as migrações, ou seja, tratando o imigrante como um problema de segurança nacional, como na ditadura militar. Após muitos protestos, a portaria foi revogada pelo Ministério da Justiça em 11 de outubro de 2019.²¹² Vejamos o relato de um dos nossos entrevistados:

A Portaria 666 do Ministro da Justiça, que foi criticada e refeita, foi publicada numa nova versão. Porque ficou nebulosa a expulsão da pessoa, a extradição da pessoa [que veio] para o Brasil solicitar o refúgio. Então, ainda continua um pouco nebuloso, não a portaria em si, mas o procedimento de onde pedir o refúgio, eu consigo pedir o refúgio antes da Polícia Federal me expulsar? Antes tinha, antes [do governo atual] havia termos mais largos, que davam um poder discricionário maior para o delegado da Polícia Federal e agora se encontra menos discricionado. Mas, é a questão soberana né, o país tem o direito de aceitar o estrangeiro ou não. É esse o debate que está posto [instituições e movimentos sociais de acolhimento a imigrantes refugiados] e é muita gente que critica o governo e defende o direito à migração, [na defesa] a fala é a de que qualquer pessoa do mundo pode buscar um trabalho em qualquer lugar. Então, o discurso de crítica envolve a questão efetivamente [ligada] ao refúgio [a Lei do Refúgio e a Nova Lei de Migração], sobre a pessoa ter condições efetivas de pedir refúgio

²⁰⁹ Portaria nº 666. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-666-de-25-de-julho-de-2019-207244569>. Acesso em: 11 dez. 2020.

²¹⁰ “Nova Lei de Migração: o que muda?” Disponível em: <https://www.politize.com.br/nova-lei-de-migracao/>. Acesso em: 29 dez. 2020.

²¹¹ “Ministério da Justiça revoga Portaria 666 e publica nova medida sobre deportações.” Disponível em: <https://migramundo.com/ministerio-da-justica-revoga-portaria-666-e-publica-nova-medida-sobre-deportacoes/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

²¹² Portaria nº 770, de 11 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-770-de-11-de-outubro-de-2019-221565769>. Acesso em: 11 dez. 2020.

e a questão do direito à migração enquanto um direito humano (Diretor do Instituto Adus, SP, out. 2019, grifo nosso).

Essa narrativa sinaliza um contexto de medidas que vêm sendo adotadas pelo atual governo brasileiro, que consiste em emitir portarias que passam ou “atropelam” leis importantes para o país, como a Nova Lei de Migração, fruto de uma construção histórica e social de vários atores da sociedade civil na contenda pelos direitos humanos e migratórios. Esses mesmos atores sociais também contribuíram com a atuação dos organismos internacionais em relação às políticas de acolhimento aos imigrantes e aos refugiados no Brasil. No caso dos refugiados, é importante mencionar a história do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Brasil, cuja atuação se entrelaça com as ações das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais que atuam no âmbito das migrações.

Desde 1960, o Brasil é signatário da Convenção de Genebra (Estatuto dos Refugiados) de 1951. Esse instrumento jurídico e político internacional só aceitava refugiados provenientes da Europa, perseguidos em decorrência dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial. Em 1977, o ACNUR abriu o seu primeiro escritório na cidade do Rio de Janeiro e, em plena ditadura militar, o governo de Ernesto Geisel²¹³, com base em tratados internacionais, decidiu reassentar grupos não europeus (sem conceder asilo) provenientes da América do Sul, que buscavam refúgio ou asilo no Brasil devido às ditaduras na América Latina. Dessa forma, o ACNUR, junto com a atuação do ex-arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns, conseguiu realizar o reassentamento²¹⁴ de aproximadamente 20 mil pessoas vindas do Uruguai, Chile, Bolívia e Argentina em países da Europa, Nova Zelândia, Austrália e Canadá (ANDRADE; MARCOLINI, 2002, p. 168-169).

Não só a Caritas, mas também o próprio Centro de Referência e Acolhimento para Imigrantes da cidade de São Paulo, são fruto de uma atuação conjunta da sociedade civil como um todo. Assim, a construção social e institucional dessas instituições se deu também com a participação política de imigrantes e refugiados. Esse cenário pode ser representado no depoimento dos informantes citados:

O CRAI se insere em vários movimentos, tanto do governo federal, quanto do governo municipal de São Paulo. Em 2013, as organizações da sociedade civil já estavam com uma demanda pela prefeitura, isso, em 2011 e 2012, por conta da

²¹³ Na época da ditadura militar, em 1977, o governo do general Ernesto Geisel decidiu não aceitar como exilados políticos (nem conceder refúgio) pessoas que fugiam das ditaduras em outros países da América Latina. O governo brasileiro da época também tinha como prática a perseguição aos grupos guerrilheiros que se opunham à ditadura brasileira. Dessa forma, as pessoas que fugiam da ditadura militar dos outros países da América do Sul foram reassentadas em outros países (ANDRADE; MARCOLINI, 2002; ZENERO, 2017).

²¹⁴ “O reassentamento é a transferência de refugiados de um país anfitrião para outro Estado que concordou em admiti-los e, em última instância, conceder-lhes assentamento permanente.” Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/solucoes-duradouras/reassentamento/>. Acesso em: 1º dez. 2020.

imigração de bolivianos e congoleses, na época. Já estava acontecendo uma migração pequena, mas já estavam vindo os haitianos em 2010, então, se tinha a necessidade de ter um centro de atendimento para imigrantes. Algumas pessoas da sociedade civil, e aí incluem até os coletivos de imigrantes que já pensavam, já delineavam a necessidade de uma política municipal para a população imigrante. A sociedade civil [organizada] continua como referência no Brasil em termos de acolhimento, agora, aqui em São Paulo existe um cenário muito peculiar do CRAI, tem-se uma presença muito grande no atendimento aos imigrantes que são mais vulneráveis. E o CRAI é um serviço público, mas a gente dialoga muito bem com o terceiro setor, então, a gente se considera como parte da rede de imigração. Atualmente os principais atores (rede) são a Missão Paz, a Caritas, o CDHIC (Centro de Direitos Humanos e Direitos Humanos dos Imigrantes), o CAMI (Centro de Apoio ao Imigrante) e o CRAI (Diretora do CRAI, SP, out. 2019, grifo nosso).

O nosso foco é o refugiado, imigrantes a gente atende, mas marginalmente, o refugiado é o foco do nosso trabalho. A ONG oferece três serviços: orientação jurídica, curso de português e um serviço que a gente chama de trabalho e renda, que tem algumas atividades. Nós vamos nas empresas, procuramos sensibilizar as empresas falando sobre as condições dos refugiados, que os refugiados estão bem, que os refugiados têm carteira de trabalho e podem trabalhar. A gente pega o currículo dos refugiados e fazemos um cruzamento entre as ofertas de trabalho e as disponibilidades, os interesses dos refugiados e fazemos um treinamento com eles, com informações básicas sobre o mercado de trabalho e o processo seletivo. Então, essas são as três principais atividades do nosso serviço de trabalho e renda que lida com a parte laboral do refugiado. Quando a gente busca as empresas, a gente fala que não pode haver discriminação, aí nós buscamos vagas para os refugiados. Então a gente não pode fazer recorte de nacionalidade, a gente pode trabalhar alguma coisa com gênero, mas com nacionalidades não, por exemplo, uma vaga que seria reservada só para sírios ou só para venezuelanos (Diretor financeiro e jurídico do Instituto Adus, SP, grifo nosso).

Os grupos ligados à temática migratória dizem respeito a grupos associativos, que possuem CNPJ, a inscrição de pessoa jurídica (não necessariamente a instituição cobre as demandas da população imigrante e refugiada, ou está ligada à temática migratória). Entretanto, podemos falar em uma rede de atuação da causa migratória, que inclui ONGs, grupos de pessoas físicas, movimentos artísticos, associações de bairro, projetos de extensão das universidades, atuação em conjunto do Ministério Público da União (capacitação dos atores envolvidos no acolhimento, na integração e na interiorização de refugiados e migrantes no Brasil)²¹⁵ com a universidade pública, através da Cátedra Sérgio Vieira de Mello e das organizações internacionais (ACNUR e ONU) (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2019, p. 6).

²¹⁵ Tem o objetivo de promover a discussão e a educação sobre as políticas locais de acolhimento, abrigamento e integração para refugiados e migrantes, capacitando os atores envolvidos na dinâmica do acolhimento. A Rede de Capacitação a Refugiados e Migrantes desenvolve o projeto “Atuação em Rede” desde 2018. Disponível em: <https://escola.mpu.mp.br/h/rede-de-capacitacao-a-refugiados-e-migrantes>. Acesso em: 11 dez. 2020.

7 AS TRAJETÓRIAS LABORAIS

7.1 A METODOLOGIA DE PESQUISA DAS TRAJETÓRIAS

Ao abordar as trajetórias laborais de nossos entrevistados, dialogamos com Bourdieu, uma vez que as características concernentes às biografias individuais são também de um grupo social ou étnico. Ou seja, a noção de *habitus* do sociólogo francês diz respeito às predisposições de ações que são coparticipadas intragrupos (BOURDIEU, 2007; CARDOSO, 1998; MONTAGNER; BRANDÃO, 1994). Bourdieu faz a leitura da noção de trajetória a partir dos conceitos de *habitus*, campo e capital. Para ele, “a evolução, ao longo do tempo, de propriedades [tipos de bens de capitais], que dá origem às representações subjetivas inerentes à posição objetivamente ocupada” (BOURDIEU, 1986, p. 72; BRITO, 2017, p. 354).

Através das entrevistas narrativas tivemos acesso aos testemunhos das trajetórias laborais dos refugiados sírios, que não são descoladas de suas trajetórias migratórias, suas histórias, seus percursos, desde a sociedade de partida até a sociedade de chegada. Nós procuramos seguir uma heterogeneidade de informantes em nossa pesquisa, até porque, em se tratando de “pontos de vista diferentes, têm possibilidade de se verem confrontados, mesmo afrontados na sua existência: permite também, trazer à luz a representatividade do caso diretamente analisado” (BOURDIEU, 2008, p. 10). Como exemplos dessa heterogeneidade, podemos citar: 1) o refugiado que já chegou ao Brasil com um trabalho de média remuneração, articulado desde a sociedade de origem; 2) o refugiado que chegou sem nenhum recurso econômico (sírio-palestino – duplamente refugiado); 3) a refugiada casada ou solteira (ênfase nas questões de gênero); 4) os refugiados com ensino superior (a maioria no grupo étnico); 5) o refugiado (ou refugiada) LGBT+.

Não obstante, esses refugiados mencionados acima expressaram em suas narrativas conflitos que são de ordem individual, mas são representações também compartilhadas, tanto intragrupos como intergrupos, estes últimos com as pessoas da sociedade de destino, os brasileiros. Ademais, lançamos mão no processo de análise das narrativas dos estudos de Bourdieu em *A miséria do mundo*: “reflexividade reflexa, baseada num ‘trabalho’, num ‘olho’ sociológico, permite perceber e controlar *no campo*, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual ela se realiza” (BOURDIEU, 2008, p. 694). Nessa direção, procuramos ouvir os nossos informantes e só interpor nas suas narrativas as questões que não ficaram muito elucidadas, ou sobre as quais gostaríamos que nossos informantes relatassem mais, sem, contudo, estabelecer nenhum tipo de relação de poder sobre eles.

Consideramos em nosso campo de pesquisa aquilo que Bourdieu (2008, p. 704) chama de “*exercício espiritual, visando obter o esquecimento de si, uma verdadeira conversão do olhar que lançamos sobre os outros nas circunstâncias comuns da vida*”. Trata-se de um prisma etnográfico. É nessa direção que foram conduzidas as entrevistas em profundidade, sempre adotando uma postura de escuta ativa, acolhimento e empatia para com os nossos informantes, estes já em uma situação de vulnerabilidade social, psicológica e econômica e sob todo um universo de precariedades no país de acolhimento, assim como sujeitos a inúmeras formas de violência simbólica.

7.2 TRAJETÓRIAS LABORAIS E NARRATIVAS BIOGRÁFICAS

A condução das entrevistas em profundidade foi realizada levando em consideração as trajetórias migratórias a partir das experiências dos nossos informantes, no sentido de identificar o processo de reflexividade nas narrativas apresentadas. Pedimos que nos contassem suas histórias, sobre como foi o processo de saída desde a sociedade de partida até a sociedade de chegada; quais foram seus itinerários socioespaciais nesse processo; como conseguiram se adaptar à realidade da sociedade de acolhida; quais eram as suas estruturas familiares (capital econômico, cultural e educacional) na Síria e quais as suas representações desses capitais com a experiência migratória; quais seriam as redes de relacionamento dos informantes na Síria e no Brasil e de que forma estas influenciaram em suas trajetórias migratórias e laborais.

Balerdi (2014) define as trajetórias laborais como um instrumento analítico que abarca e contextualiza modelos sociopolíticos, econômicos e do mercado de trabalho das sociedades, assim como modelos de estratificação social de um país e a sua configuração institucional. Por outro lado, essa categoria analítica permite interpretar o que os atores sociais atribuem às suas próprias trajetórias laborais. Como analisa Balerdi (2014, p. 508), os atores sociais “dão conta de uma reflexividade sobre a posição ocupada no espaço social; e é essa articulação que a torna uma ferramenta útil para se aproximar um pouco mais da complexidade das experiências de vida dos atores”. Na mesma direção, Guzmán, Mauro e Araujo (2000) explicam a concepção teórica de trajetória laboral:

El estudio de las trayectorias laborales de la secuencia de posiciones del sujeto en el mercado de trabajo, permite captar y comprender los procesos de cambio que se dan a nivel estructural-económico, social y cultural [...] político – a través de su exposición a nivel micro – el curso de vida de los sujetos y su subjetividad. Permite, así, poner en relación la demanda con la oferta de fuerza de trabajo, femenina y masculina, determinadas ambas tanto por los cambios tecnológicos y organizacionales como por las transformaciones en las relaciones de género dentro y fuera del mercado laboral (GUZMÁN; MAURO; ARAUJO, 2000, p. 7).

As trajetórias laborais são entendidas como os itinerários visíveis, os cursos e orientações que toma a vida dos indivíduos no campo do trabalho e que resultam de ações e práticas desenvolvidas pelas pessoas em situações específicas através do tempo. O conceito de trajetória, segundo é sustentado, permite “apreender a interação entre dinâmicas estruturais e decisões individuais, e, também, conjugar ações com as significações e representações do sujeito” (GOMES, 2002, p. 32).

Segundo Gomes (2002, p. 32), na análise de trajetória “a categoria temporal representa um eixo central da abordagem da realidade”. Outro aspecto destacado pela autora é a associação intrínseca desse conceito com o de transição, já que “ambas representariam linhas temporais entrelaçadas no curso da vida pessoal”. Todavia, a mesma autora diferencia os conceitos destacando que as trajetórias consistem em percursos temporais de mais amplo espectro, e as transições correspondem a um espectro temporal mais curto, já que apontam para o momento de mudança que se expressa no processo temporal correspondente ao intervalo entre esses estados. Afirmando a fecundidade dessa perspectiva conceitual, ela remete à utilidade do conceito, “quando se estuda carreiras profissionais, porque permite analisar as transformações de curso decorrentes de períodos de desocupação e mudança de posições, os quais podem estar caracterizados por situações de privação e/ou por novas oportunidades de trabalho”.

Nessa direção, lançamos mão da perspectiva relacional, na qual se concebe que os agentes atuam em ambientes estruturais, reproduzindo e transformando as estruturas, por sua vez gerando resultados de uma interação frente a contextos histórico-sociais de mudanças. Assumimos a perspectiva da agência como um “processo dialógico”, no qual os atores sociais envolvem-se com indivíduos e grupos em contextos de ação, no “tempo” e no “espaço” (EMIRBAYER, 1997, p. 299; EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998).

Consideramos os processos de vida e identitários dos indivíduos que se deslocaram, procuramos compreender os seus percursos e recursos (escolaridade, tempo, dinheiro, informações, “laços fracos”, “laços fortes”) que fizeram a diferença em suas trajetórias de vida e laborais. Como discorremos, há muitas experiências singulares, mas as trajetórias migratórias são coletivas (WEIB, 2018; GRANOVETTER, 2003).

Weib (2018, p. 116), ao definir “autonomia socioespacial”, pondera que “as relações contextuais são importantes para a validação dos recursos”, porque “as torna suscetíveis às disputas simbólicas e [ou] à exclusão política [econômica]”. Por exemplo, de que adianta um refugiado ou um imigrante ter uma alta escolaridade, se impedimentos legais e outros fatores objetivos e/ou subjetivos o impedem de exercer suas capacidades no contexto da sociedade de acolhida? Por isso, Weib (2018, p. 118) observa que as entrevistas em profundidade e as

narrativas são importantes para entender o processo migratório e a análise da própria reconstrução das trajetórias migratórias e laborais dos informantes.

Os refugiados possuem diferentes recursos, mesmo estando em situações similares de fuga e de coação. Destarte, os processos migratórios envolvem diversas “estruturas institucionais” e que são multidimensionais. Afinal, “uma abordagem de trajetória de vida [laboral] para a migração contribui para a compreensão dos fatores que estruturam o curso de vida dos refugiados, os quais extrapolam seu status legal” (WEIB, 2018, p. 120).

Os refugiados diferem da maioria dos outros migrantes não apenas porque migram sob condições de violência, mas também porque perdem o acesso territorial ao seu Estado-nação e à proteção política do mesmo. Como observa Weib (2018, p. 121), “como seres humanos, os refugiados também estão buscando melhores condições de vida em suas trajetórias familiares, educacionais e de carreira de longo prazo”. Assim, não concebemos os refugiados como “vítimas passivas”, mas como pessoas com capacidade de agência reflexiva, porque querem guiar e reconstruir sua vida. Mas concordamos com a autora no entendimento de que os refugiados são pessoas em condições de vulnerabilidade social e psicológica e necessitam “superar os efeitos da perseguição violenta” (WEIB, 2018, p. 136-137).

Quando falamos em refugiados, ponderamos que são considerados migrantes no *lato sensu*, ou seja, se encontram sob a definição ampla de imigrantes. Como já foi destacado em capítulo anterior, os refugiados são migrantes que se deslocam por motivos políticos de perseguição, mas também não estão isentos de motivações econômicas, pois precisam vender a sua força de trabalho na sociedade de acolhida. Essa relação social laboral é precária e constitui a realidade mais comum encontrada por eles no Brasil (informação verbal²¹⁶). Apesar de o Brasil ter sólidos marcos legais de imigração e de refúgio, os migrantes, mesmo tendo acesso aos serviços sociais públicos, sofrem as sujeições da desinformação, dá má gestão pública em relação à imigração, e estão vulneráveis às ofensivas racistas e xenófobas.

Desse modo, para se pensar sobre as trajetórias laborais dos refugiados se faz importante compreender a sua relação com o mercado de trabalho na sociedade de acolhida. De acordo com estudos no campo migratório, como os de Sassen (1993) e Castles e Kosack (1973), os refugiados, assim como os imigrantes mais vulneráveis (normalmente os refugiados e imigrantes negros, as mulheres e os árabes), estão submersos em uma série de dificuldades que também irão dificultar o seu acesso ao mercado de trabalho no país de acolhida, tais como:

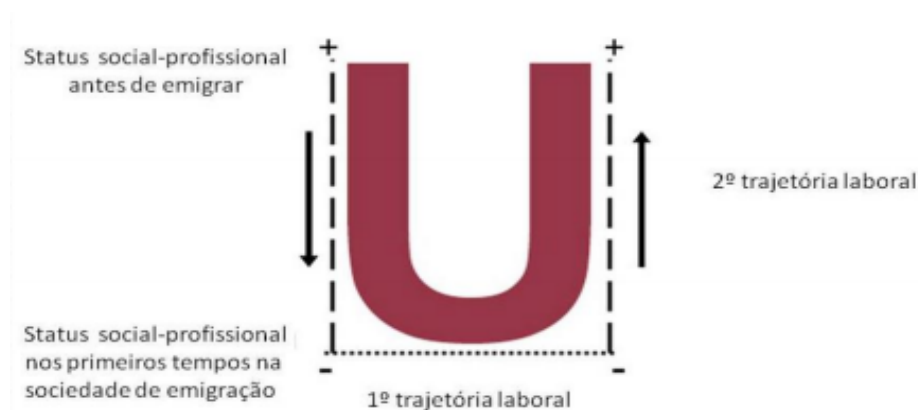
²¹⁶ Informação verbal do Prof. Dr. Helion Póvoa Neto em aula ministrada na disciplina Políticas de Imigração no Brasil, do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Planejamento Urbano Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ), de 9/2/2021 a 31/03/2021.

dificuldade com a nova língua, problemas de acesso à moradia, dificuldade em validar diplomas de nível superior, xenofobia e racismo, assim como a ausência de redes (seja de “laços fortes” ou “laços fracos”) na sociedade de acolhida²¹⁷ (GRANOVETTER, 1983).

Não são todos os refugiados que conseguem obter uma mobilidade social ascendente na sociedade de acolhida. Nossos informantes, em ampla maioria, saíram da região do conflito com um *status* socioeconômico que poderia ser considerado de classe média para os padrões brasileiros, mas logo esse *status* foi se perdendo, pelas diversas dificuldades supracitadas. Não obstante, em suas trajetórias laborais essas pessoas poderão levar algum tempo até conseguir (se conseguirem) um *status* socioeconômico similar ao que tinham na sociedade de partida.

Essa condição dos imigrantes e refugiados²¹⁸ nos estudos sobre migração é explicada pela “curva em U” (Diagrama 2). Trata-se justamente da ideia do *status* do deslocado, da sociedade de partida à sociedade de acolhida, na qual eles precisarão estar inseridos em uma série de estruturas para poder ascender socialmente, após o período de dificuldade pela qual passaram (CHISWICK; LEE; MILLER, 2002; CAVALCANTI; TONHATI; OLIVEIRA, 2017). A curva em U, de acordo com o Prof. Marcio Oliveira, também pode ser interpretada observando-se os seguintes fatores: a) a organização laboral do deslocado no país de origem, b) o movimento de reorganização na sociedade de destino e de acolhida e, finalmente, c) a organização (informação verbal)²¹⁹.

Diagrama 2 – Curva em U



Fonte: Cavalcanti, Oliveira e Tonhati, (2014, p. 16).

²¹⁷ Essas dificuldades de inserção foram relatadas pelos nossos informantes. Uns apresentaram mais dificuldades, outros menos, mas a maioria chegou ao Brasil em uma situação bastante vulnerável e de insegurança.

²¹⁸ Essa situação não se aplica aos imigrantes mais qualificados, pois “são reconhecidos como estrangeiros”, que já articularam o seu trabalho na sociedade de origem para atuar no país de destino em empresas multinacionais, os seus vistos são para trabalhar no Brasil (CASTILHOS; CASTRO, 2020, p. 340).

²¹⁹ Em aula ministrada pelo Prof. Dr. Marcio Sérgio Batista Silveira de Oliveira na disciplina Imigração e Sociedade, cursada pela pesquisadora na Universidade Federal do Paraná (UFPR) durante o período de 18/8/2019 a 6/12/2019.

Cavalcanti, Oliveira e Tonhati (2014, p. 16) mencionam como fundamentais, nesse tipo de pesquisa, o tempo de moradia dos imigrantes e dos refugiados no país de acolhida (associado às suas redes sociais e seus capitais: social e simbólico), o processo de regularização para permanecer no país e o acesso às políticas públicas migratórias, que serão fundamentais para que os imigrantes e os refugiados possam alcançar a “mobilidade social ascendente em relação à posição na sociedade de origem”.

Há também aqueles imigrantes e refugiados que permanecem na denominada “curva em L” (Diagrama 3), ou seja, aqueles que partem da sociedade de origem com *status* socioeconômico médio ou elevado, mas quando chegam à sociedade de acolhida ficam estagnados, ou seja, não conseguem alcançar uma mobilidade social ascendente, o que acontece com alguns refugiados sírios que entrevistamos. Segundo os estudos migratórios, esses casos acontecem com os grupos dos novos fluxos migratórios, como os haitianos, gambianos, senegaleses, dominicanos, peruanos, entre outras nacionalidades, que no país de acolhida atuam em atividades laborais bem abaixo do seu grau de educação formal (CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI, 2014, p. 17).

Diagrama 3 – Curva em L



Fonte: Cavalcanti, Oliveira e Tonhati (2014, p. 17).

Nessa direção, frente ao perfil sociolaboral dos nossos informantes, lançamos mão da prerrogativa de que, mesmo que os refugiados sírios tenham uma rede de contatos mais organizada com a comunidade árabe estabelecida no Brasil, eles ainda se encontram vulneráveis a um universo de precariedades, o que chamamos de “precariedade vital” (TEJERINA et al., 2013, p. 9). Esse conceito pode ser definido como:

[...] uma situação caracterizada por uma restrição, uma impossibilidade ou uma limitação de acesso às condições, demandas e recursos que são considerados necessários para considerar e realizar uma vida autônoma. O nível de restrição ou limitação pode ter vários graus de intensidade em relação aos recursos [volume de recursos de redes e capitais dos grupos] (TEJERINA et al., 2013, p. 29, tradução nossa).

A precariedade é subjacente à condição da contingência que é característica à vida humana. Essa noção é reconhecida pela antropologia, no entanto é importante ponderar que a ideia de precariedade está presente na sociologia pensada sobre as questões não só do mundo do trabalho, em suas diferentes configurações socioculturais e políticas, mas em diferentes esferas da vida. Nas ciências sociais, em seu nascimento, o conceito de precariedade se apresentava por meio de outras categorias de análise, como alienação, anomia, marginalidade, pobreza e crise (CAVIA; MARTÍNEZ, 2013).

Partindo dessa análise do conceito de precariedade, procuramos compreender sociologicamente a realidade social dos imigrantes e refugiados no mundo contemporâneo, marcado por crises de diversos tipos que fazem reforçar as categorias de análise dos primeiros questionamentos e problematizações da sociologia (CAVIA; MARTÍNEZ, 2013). Nesta pesquisa, lançamos mão, também, da ideia de precariedade subjacente à ideia de corrosão das identidades no capitalismo flexível (SENNETT, 1999), como reflexo da deterioração social (BOURDIEU, 2017; BECK, 2000; GIDDENS, 2003). Como pondera Manuel Castells (1999), mesmo que o capital atue com fluidez nas complexas redes financeiras globais, o trabalho é constituído pelas instituições, pelas culturas, pelas fronteiras, pela política e a xenofobia.

Todavia, estamos falando de uma precarização social que não se encontra apenas ligada à dimensão socioeconômica. Trata-se de uma precariedade também estrutural, relacionada às crises sistêmicas do capitalismo, que têm gerado um nefasto contexto de desemprego estrutural e afetado tanto países de origem como o país de destino, principalmente (mas não exclusivamente) no caso das migrações Sul-Sul. Essa crise estrutural do desemprego tem contribuído para as precarizações profissionais, que têm forçado os grupos em situação de vulnerabilidade a procurarem por estratégias sociais e econômicas diversas para a sua sobrevivência.

O trabalho continua sendo central na vida social dos grupos humanos. Portanto, a precariedade do trabalho levou a outros universos de precariedade, como a dificuldade do acesso à moradia, à saúde, educação, lazer e outras formas de inserção social, que são vitais para a sobrevivência e a dignidade dos indivíduos na sociedade. Nessa direção, o trabalho possui não somente dimensões econômicas, mas sociais, culturais e políticas, ou seja, ele adentra em todos os espaços institucionais da sociedade.

Na contemporaneidade, mais precisamente no século XXI, um mal-estar social colocou muitos grupos em diversas circunstâncias de precariedade em diferentes países do mundo. Esse mal-estar generalizado decorre das crises internacionais de ordem geopolítica, econômica, cultural e social. A última década foi marcada por inúmeros protestos realizados por diferentes grupos sociais no norte da África e Oriente Médio (a chamada Primavera Árabe, iniciada na Tunísia²²⁰ e que depois chegou ao Egito, Líbia, Marrocos, Iêmen e Síria) e na Europa (greves ocorridas na Grécia, por conta das políticas de austeridade do governo; movimento dos estudantes universitários contra o aumento das mensalidades no Reino Unido; movimento contra a reforma previdenciária na França; o 15M na Espanha) (DANNY, 2011; TEJERINA; SEGUEL, 2013).

Não por acaso, muitos desses países, sobretudo na África e Oriente Médio, desencadearam um deslocamento sem precedentes de pessoas refugiadas. As manifestações sociais coletivas supracitadas têm suas origens e causas bastante diversas, devido aos diferentes contextos políticos, culturais, sociais e econômicos. No entanto, essas manifestações mostraram um mal-estar coletivo de grupos sociais que passaram e têm passado por longos processos de exploração e dominação e, no caso dos povos africanos e do Oriente Médio²²¹, o neocolonialismo imposto pelas potências europeias. Em função da dinâmica de expropriação e acumulação do sistema capitalista, os anseios e necessidades por direitos sociais e políticos das classes subalternas foram negados. As mobilidades ascendentes ficaram à mercê dos interesses políticos hegemônicos, como a capacidade de empregabilidade dos jovens, da classe média, o descontentamento e a impossibilidade de formas de organização e ação política, a organização sindical, o enfraquecimento dos direitos políticos e jurídicos, mediante as crises financeiras provocadas pelo capitalismo cíclico. Todos esses processos são vistos como modos de precarização da vida.

Todavia, esses movimentos envoltos em um universo de precariedades não são passivos. Eles também organizam insurgências e resistência política (TEJERINA; SEGUEL, 2013). No entanto, a precarização diz respeito a vários tipos de perdas e conduz milhões de pessoas às “zonas de risco”, que impedem ou limitam o acesso a diversos recursos, afetando-as

²²⁰ “No dia 17 de dezembro de 2010, o jovem tunisiano Mohamed Ibn Bouazizi ateou fogo no próprio corpo após ter sua banca de frutas confiscada pelas autoridades tunisianas. Este ato expressou toda a desilusão e desespero de um indivíduo que teve sua única fonte de renda apreendida pelas autoridades locais, que, por várias vezes, extorquiram dinheiro do tunisiano. Ao mesmo tempo, um presidente milionário mantinha o país sob seu comando há mais de vinte anos no poder, com violações evidentes dos direitos humanos” (DANNY, 2011, p. 105).

²²¹ Seguindo as ideias de Albert Memmi, autor de matriz pós-colonial, em sua obra *Retrato do descolonizado árabe-muçulmano e de alguns outros*, “se o descolonizado ainda não é o livre cidadão de um país livre, é porque permanece como brinquete impotente da antiga fatalidade” (MEMMI, 2007, p. 37).

econômica, social e emocionalmente. Nesse universo de precariedades, se pode “dizer que as instituições ‘padronizam’ a precariedade no sentido de que ‘ensinam’ os indivíduos a evoluir dentro deles” (TEJERINA; SEGUEL, 2013, p. 30). De toda forma, os indivíduos precarizados (refugiados) vão em busca de estratégias laborais e de vida e contam com o apoio dos grupos sociais estabelecidos para que consigam adaptar suas vidas em um contexto de adversidades sociais.

O entendimento do universo de precariedades dos processos migratórios perpassa pelo entendimento de que o campo laboral dos sujeitos migrantes é analisado em circunstâncias transversais, no caso dos grupos que se deslocam. Essa análise se torna mais fina, quando se trata da diversidade de grupos étnicos e suas relações intragrupos e intergrupos, analisadas a partir da trajetória migratória desde a sociedade de origem à sociedade de acolhida (TEJERINA; SEGUEL, 2013). Portanto, o conceito de precariedade vital lida com os processos de insegurança a partir das crises institucionais da modernidade (não somente o trabalho) e das representações e ações sociais que podem vir a emergir desse contexto de incertezas (TEJERINA; SEGUEL, 2013).

Quando tratamos da condição do trabalhador refugiado e imigrante, não é difícil constatar que os mais vulneráveis à violência, à insegurança e ao racismo são os imigrantes vindos de países pobres, negros, indígenas, mulheres, LGBT+, africanos, latino-americanos, árabes (principalmente de religião muçulmana) e sul-asiáticos. Estes se encontram em condição duplamente desafortunada, já na condição migratória de saída, comumente vistos como um problema. Normalmente os “problemas” são atribuídos aos grupos sociais mais desfavorecidos na sociedade, contudo os refugiados e imigrantes precários se inserem na ideia da “mancha do imigrante”, isto é, os que são concebidos como os “outros”, numa lógica de distinção eminente nos períodos de crises de diversas ordens (CACHÓN, 2013, p. 257-258).

Embora o fenômeno migratório seja multifacetado, ou seja, concebido como um fato social total, ele está subjacente ao “trabalho [que] é um pilar da cidadania ativa e um passo fundamental na autoconstrução dos indivíduos” (SELLA; RAGAZZI, 2016, p. 139, tradução nossa). Para Suzuki (2017), há uma relação intrínseca entre os fenômenos migratórios recentes e a inserção no mundo laboral. A partir dessa relação, concebemos o trabalho como uma categoria da vida social que abarca tanto a dimensão subjetiva como a objetiva (uma relação dialética), tanto material como imaterial, destarte, o impacto das representações sociais humanas sobre essa instituição social (COUTINHO, 2009).

No campo das representações, Dubar (1998, p. 2; 2005, p. 21,) faz a análise da “identidade profissional” do indivíduo e distingue: 1) a “identidade pessoal” (também chamada

de essencialista ou psicologizante), que é inerente ao indivíduo (o *self*, o “eu” ou o “ego”) e é a parte substancial dele, constituído por meio da sua socialização primária; 2) da “identidade social” (como o indivíduo é definido e como ele é visto pela sociedade), que diz respeito “à posição ocupada no campo social”, ou a posição de classe. Entendemos que o indivíduo, ao construir a sua identidade profissional, constrói a si mesmo, estruturando assim as suas representações sociais sobre o trabalho e o seu lugar no mundo social.

Dubar (2005, p. 21-22) discorre sobre “a tese da centralidade do trabalho na vida pessoal” e reconhece as “identificações profissionais na vida social”. Se por um lado o impedimento da atividade laboral na vida profissional pode vir a ser um sofrimento humano (a perda da identidade de si, assim como a perda de sua autoestima em relação à própria socialização – uma verdadeira anomia social no sentido durkheimiano), por outro o indivíduo realizado, e que se reconhece em sua atividade laboral (ainda que com relações de embate e de poder), constrói sua identidade subjetiva, assim como sua relação com outros. Nessa direção, a análise sociológica não poderá sintetizar a atividade laboral em apenas uma “troca econômica” definida por “tempo, conta e salário”, tampouco a uma proporção “estatutária” e “exterior ao indivíduo”. Assim, os vínculos dos indivíduos às várias dimensões da vida social tornam-se ímpares no processo de construção das identidades. Tal entrelaçamento, o da identidade pessoal e o da identidade social, elabora-se numa narrativa de “identidade pessoal” (DUBAR, 2005, p. 23). Nesse sentido, conforme o autor, o ofício do sociólogo seria então reunir “os relatos de vida” a fim de interpretá-los antes de tudo a partir da interpretação e da reinterpretação dos indivíduos na elaboração de suas narrativas sobre o seu lugar no mundo social.

7.3 TRAJETÓRIAS CRUZADAS: A OCUPAÇÃO LEILA KHALED E A FAMÍLIA PALESTINA-SÍRIA

Na análise das trajetórias migratórias e laborais dos nossos informantes, selecionamos algumas histórias narradas que consideramos mais emblemáticas do contexto de precarização da vida e do trabalho. Trata-se de relatos sobre a vida deles na Síria antes da guerra e depois de chegarem ao Brasil. São percursos individuais diversos, mas também coletivos, que fazem parte de um enredo de trajetórias que se cruzam.

Elegemos, assim, a narrativa de Haraam (33 anos), natural de Damasco, cabeleireiro, que vive em uma ocupação urbana no bairro da Liberdade em São Paulo, a Ocupação Leila Khaled; a de Aziz (34 anos), também de Damasco, onde trabalhava como jornalista até a eclosão da guerra, e no Brasil se tornou um dos diretores de uma ONG que atua na capital

paulista para a inserção de refugiados de nacionalidades diversas no mercado de trabalho. Ele também desempenha atividades como empreendedor (assim ele se denomina) e é ator em peças teatrais, novelas e séries de TV no Brasil. E, por fim, a história de Yasser (36 anos), formado em Administração e Gestão na Síria, onde antes da guerra trabalhava como gerente em uma multinacional de telecomunicações em Damasco (sua cidade natal). No Brasil, ele trabalha no ramo de comida árabe, vendendo seus produtos em uma feira que se instala semanalmente nas dependências de uma universidade em Florianópolis (SC).

Entrevistamos Haraam em uma das nossas viagens de campo, em outubro de 2019. Conseguimos o seu contato por meio de uma rede social, lhe explicamos por correspondência os objetivos de nossa pesquisa e agendamos um encontro na cidade de São Paulo. A entrevista foi realizada no primeiro dia em que chegamos à cidade, marcada para as 17h, porque seria o horário em que Haraam estaria voltando do trabalho. Percorremos longos caminhos pelo bairro da Liberdade para, finalmente, encontrar o Edifício Sidney, por volta das 16h30. Batemos na porta (o prédio era bem antigo e sem campainha) e um homem que também morava na ocupação nos atendeu, um judeu. Estávamos meia hora adiantadas e depois de uns dez minutos de conversa com esse homem, Haraam surgiu na rua, vindo em nossa direção, segurando a mão da sobrinha de 7 anos. Ele então nos convidou para subir as escadas do edifício, onde habitam pessoas refugiadas de várias nacionalidades e também brasileiros “sem-teto”. Os apartamentos do sétimo ao décimo andar eram reservados às famílias árabes e, enquanto subíamos, Haraam se desculpou por termos de ir pelas escadas até o décimo andar, onde ele morava, pois os elevadores ainda precisariam ser consertados.

No apartamento de Haraam, encontramos sua mãe e alguns minutos depois chegou seu irmão, vindo do trabalho. Durante a conversa com Haraam, ele também falava com a mãe e o irmão na língua árabe. A mãe, uma senhora que aparentava uns 65 anos, tinha um olhar atento e curioso direcionado à pesquisadora, usava o *hijab* e roupas largas, conforme a tradição muçulmana. Haraam entende pouco a língua portuguesa e também não fala o inglês. Nossa conversa se deu com a ajuda da sobrinha, que relatou ter perdido o pai assassinado na guerra. Haraam nos contou que a sobrinha já fala muito bem o português, melhor que todos na casa, e tem um papel fundamental na tarefa de auxiliar toda a família na compreensão da língua portuguesa. A menina estuda em uma escola islâmica de São Paulo.

A pesquisadora teve toda a atenção da família de Haraam, da sobrinha, da mãe e do irmão. No meio da entrevista, nosso informante falou: “Você não vai sair sem comer!”. Sua mãe já iria preparar o jantar para todos.

Durante a entrevista foi oferecido café. O café e o chá árabe acompanham todas as refeições. No jantar, a pesquisadora foi a primeira a ser servida, com um prato típico da culinária palestina, o *Maqluba* (em árabe se escreve مقلوبة), feito com arroz, carne de frango e batatas. Estávamos todos sentados no sofá da sala, diante de uma pequena mesa redonda que a mãe de Haraam tratou de cobrir com uma toalha e onde colocou os pratos e a comida que havia preparado. Ela sentou-se no chão e serviu a todos com fartura, deixando a pesquisadora até um pouco encabulada enquanto era observada pelos outros membros da família. A comensalidade à mesa é um aspecto importante da cultura árabe, ou seja, o convidado deve ser bem servido pelo anfitrião. Ao final do jantar, tomamos chá preto.

Haraam foi o único informante entrevistado na Ocupação Leila Khaled²²². Há outros refugiados sírios morando ali e, coincidentemente, encontramos alguns deles nas escadas do edifício, mas não quiseram conversar conosco. Essa ocupação foi idealizada e organizada pelo Movimento Terra Livre, vinculado ao Movimento Palestina para Todos, na cidade de São Paulo. Haraam nos relatou como funciona a dinâmica da ocupação:

A gente não conversa muito com outras pessoas aqui na ocupação, mas aqui tem bolivianos, cubanos, egípcios e palestinos-sírios. Eu tenho interesse em fazer o curso de língua portuguesa aqui (Brasil), mas eu não tenho tempo. Eu preciso trabalhar bastante para viver aqui no Brasil, porque o salário é muito baixo. Eu gostaria de alugar uma casa, eu quero sair dessa ocupação, mas o preço do aluguel aqui em São Paulo é muito lá em cima. Eu precisaria de dois trabalhos só para pagar o aluguel de uma casa. Aqui na ocupação a gente paga água e luz, mas é pouquinho. Agora a gente não pretende sair da ocupação porque está tudo muito caro. Aqui se chama ocupação Leila Khaled, foi uma guerreira palestina (Haraam, 33, SP, grifo nosso).

Haraam é palestino-sírio²²³ e concluiu o ensino médio em Damasco. É cabeleireiro e trabalhou na Síria nessa profissão até a eclosão da guerra. Forçado a sair de seu país, foi para o Líbano, onde viveu seis meses com a família. Atualmente trabalha como garçom no Al Janiah, que além de bar e restaurante é um espaço cultural e político árabe localizado no bairro do Bixiga, na capital paulista.

²²² Entre 2015 e 2016, o canal de televisão HBO produziu uma série documental com a participação de 250 moradores da Ocupação Leila Khaled, no bairro da Liberdade, em São Paulo, dirigida por André Amparo. A série, de nome *Babel*, relata o drama dos refugiados que vivem em um prédio abandonado e a convivência muitas vezes conflituosa entre os moradores brasileiros e refugiados árabes e de outras nacionalidades. Disponível em: <https://anba.com.br/serie-mostra-convivio-de-arabes-e-brasileiros-em-ocupacao/>. Acesso em: 24 abr. 2020.

²²³ Desenraizados dos seus territórios há 73 anos, quando foi criado o Estado de Israel, os refugiados palestinos vivem um dos dramas mais antigos do mundo e um dos pontos centrais do conflito entre israelenses e palestinos. Eles se encontram em vários países do Oriente Médio e em outras regiões do planeta, muitos em campos de refugiados assistidos pela Agência de Assistência e Obras das Nações Unidas para Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA). Disponível em: <https://caminhosdorefugio.com.br/tag/palestinos/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

Na fachada frontal do Edifício Sidney (Fotografia 20) vê-se a imagem de Leila Ali Khaled, ativista política conhecida por sua luta pela causa palestina. Ela faz parte da Frente Popular para a Libertação da Palestina e se popularizou entre o grupo político a partir dos anos 1970. Com 77 anos, Leila é uma das mais conhecidas mulheres árabes envolvidas em atividades revolucionárias. Na ocupação urbana Leila Khaled, vivem cerca de 100 pessoas. Aproximadamente 60 pessoas de nacionalidade síria já se instalaram na ocupação. Os refugiados árabes da ocupação nasceram na Síria, mas são palestinos-sírios procedentes de famílias refugiadas da Palestina desde 1948, que deixaram o lugar de conflito a partir da criação do Estado de Israel.

Fotografia 20 – Edifício Sidney – Ocupação Leila Khaled, 2019 – São Paulo



Fonte: Imagem produzida pela autora em outubro de 2019.

A Fotografia 21 mostra o interior do Edifício Sidney. Enquanto subíamos até o décimo andar, Haraam foi me contando que no prédio ainda não havia elevador funcionando e que o coletivo que mora na ocupação estava angariando recursos para uma reforma. Nas escadas cruzamos com outros moradores da ocupação: árabes, brasileiros e imigrantes de outras nacionalidades, algumas mães que chegavam do trabalho trazendo os filhos no colo.

Fotografia 21 – Interior da Ocupação Leila Khaled, 2019 – São Paulo



Fonte: Imagem produzida pela autora em outubro de 2019.

Dos 20 refugiados entrevistados em nosso campo de pesquisa, três nasceram na Síria, mas são palestinos, ou seja, antes de se tornarem refugiados no Brasil, já eram refugiados palestinos na Síria. Algo que apareceu de forma marcante nas narrativas dos informantes palestinos-sírios foi um certo ressentimento, a sensação que carregam consigo de não ter um só país que os aceitasse como cidadãos nacionais, desde a diáspora palestina de 1948, a *Nakba*²²⁴.

Edward Said²²⁵, o intelectual de origem palestina com o qual dialogamos nesta pesquisa, descreve a vida do árabe-palestino no Ocidente. Em seguida, apresentamos também os depoimentos dos refugiados de origem palestino-síria Tarik e Mustafá.

A vida de um árabe palestino no Ocidente, especialmente nos Estados Unidos, é desanimadora. Existe aqui um consenso quase unânime de que politicamente ele não existe e, quando é admitido que ele existe, é como um incômodo, ou como um oriental, a teia do racismo, dos estereótipos culturais, do imperialismo político e da ideologia desumanizante que contém o árabe ou o muçulmano é realmente

²²⁴ *Nakba* é um termo árabe que quer dizer catástrofe ou desastre. Diz respeito ao êxodo palestino em 1948, em que cerca de 711 mil palestinos foram expulsos de seu território em razão da guerra civil de 1947-1948 e da Guerra Árabe-Israelense de 1948. O êxodo palestino marca o começo do problema dos refugiados palestinos e do conflito árabe-israelense. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/8066892.stm. Acesso em: 9 nov. 2020.

²²⁵ Edward Wadie Said nasceu em Jerusalém, em 1935, e faleceu em Nova York, em 2003. Foi um intelectual palestino, crítico literário e ativista político da causa palestina no conflito Israel-Palestina, e na causa árabe de um modo geral. A obra mais importante do autor é *Orientalismo*, publicada em 1978, considerada um dos expoentes dos estudos pós-coloniais. Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=568>. Acesso em: 9 nov. 2020.

muito forte, e é esta teia que cada palestino veio a sentir como seu destino singularmente punitivo (SAID, 1991, p. 38, grifo nosso).

A Palestina, não sei se um dia será livre, do jeito que está o ser humano hoje, nunca será livre, eu falo porque eu sou palestino, não adianta vender palavras, falar. Uma coisa é certa, já está assim, algo que pode ser resolvido em meia hora, mas ninguém quer resolver (o conflito por território na Palestina, que já dura setenta anos). Então é uma coisa difícil, a guerra na Síria, um dia vai acabar, mas a Palestina não vai mudar. No Brasil tem muitos palestinos-sírios, mas na Síria, agora, se eu for e fazer um filho lá, o meu filho será brasileiro, não sírio. Eles não darão a nacionalidade, porque eu sou palestino, só se eu fosse um pai sírio mesmo. O meu avô materno é da Argélia, eu posso pegar cidadania da Argélia, o meu pai nasceu na Síria, mas ele é refugiado palestino, então, eu sempre fui refugiado, mas eu nasci na Síria (Tarik, 29, palestino-sírio, SP, grifo nosso).

A melhor coisa foi sair [da Síria], porque quando eu saí a coisa estava muito ruim. Começou aquela coisa: ah, você é palestino? Porque eu era refugiado lá na Síria, parte da minha família saiu da Palestina em 1948, e a gente não tem direito a ganhar nacionalidade lá na Síria. Até para ir para o Líbano, precisa pegar os documentos para entrar, porque se eles pegarem você (sem documento, no Líbano), eles devolvem você para a Síria e ninguém quer isso, né? Foi muito ruim e você começa pensar: eu nasci lá [Síria] e por que eles não me deram nacionalidade? Eu não conheço a Palestina, só no mapa, nem eu nem o meu pai, eu e o meu pai nascemos lá. O meu avô, quando chegou na Síria tinha 10 anos, chegou criança. Eu nasci em Damasco, mas os meus documentos são de refugiado palestino. Eles tratam a gente dentro da Síria como qualquer um e quando você sai de lá eles começaram aquela palhaçada: ha, você é palestino, não sei o quê, assim! Então, eu quis sair, não quis mais ficar na Síria, nem Palestina e nem no Líbano. [...] Quando eu fui a Beirute, eu acho que eu estive em todas as embaixadas do mundo, da Austrália, do EUA, do Canadá, da Suécia, da Alemanha, do Japão, da Turquia, todas... (risos), até dos países árabes. Nos países árabes você mostra o passaporte, eles olham o passaporte e perguntam: você é sírio? Ah, me desculpe... Palestino-sírio é até pior, não tem desculpa, sabe? Você entende? É aquele fora. Eu fui uma vez na OIM, na ONU, aquele responsável por refugiados palestinos dentro do Líbano [agência para refugiados palestinos – UNRWA]. Eles têm agência lá na Síria, na Jordânia e acho que no Egito, também. Essa agência da ONU é só para cuidar desse povo, dos palestinos refugiados lá no Líbano e na Síria. Eu fiz uma pergunta a uma pessoa lá dentro: eu vi uma propaganda em uma rede social que vocês recebem refugiados lá no Canadá, será que é possível falar com alguém sobre isso? Ela respondeu: você quer falar com um advogado? Eu respondi: não sei, um advogado ou alguém para explicar sobre isso. Bom, ela ligou pra ela [a advogada] e começou a gritar: É... todo dia vocês [refugiados palestinos] perguntam isso! Ela grita. Eu respondi: olha, você só tem o seu trabalho porque eu estou aqui, se eu não estou aqui você não estaria trabalhando nisso. Então abaixa a sua voz e fala comigo direito. Você começa a procurar qualquer fiozinho só pra sair daquele pedaço de terra. E ela começou a gritar e eu não aguentei. Porque lá na Síria, a guerra só começou porque nós sempre baixamos a cabeça para tudo (Mustafá, 34, palestino-sírio, SC, grifo nosso).

Os relatos de Tarik e Mustafá vão ao encontro da descrição que Said faz sobre o que significa ser um palestino no Ocidente (de acordo com os relatos dos refugiados, a vida dos palestinos no Oriente também não é nada fácil). Said destaca os Estados Unidos pelo fato de ter sido um palestino que viveu muito tempo naquele país. O impedimento de serem nacionais, a ausência dos direitos políticos e o comportamento social “orientalista” por parte dos “outros”

nas sociedades de “trânsito migratório” desumanizam os palestinos (muçulmanos ou não), pondera Said.

Os refugiados de origem palestina nos deram vários exemplos de segregação, como o desprezo direcionado a eles por parte de pessoas de outras nacionalidades e as barreiras político-institucionais e étnico-culturais enfrentadas em suas experiências migratórias. Eles também relatam as configurações sociopolíticas punitivas nos países por onde se deslocaram e/ou fixaram residência. Destarte, ser um palestino-sírio ou um palestino-brasileiro envolve uma identidade e uma causa política palestina, relata a estudiosa do mundo árabe e da história da Palestina entrevistada em nosso campo:

Desde que houve a *Nakba*, em 1948, quando estourou o conflito na Palestina, um ano depois da fundação do Estado de Israel, houve uma saída em massa de refugiados palestinos, em torno de setecentos mil. Eles deixaram a Palestina e foram para os países árabes vizinhos, a maior parte foi para a Jordânia, uma parte para o Líbano e outra parte para a Síria. Acontece que esses não foram os únicos refugiados, Israel continuou a anexar e a ocupar muitos territórios da Palestina, e em 1967 aconteceu um outro conflito que ficou conhecido como a Guerra dos Seis Dias. Muitos palestinos não gostam desse título, eles preferem chamar Guerra de Junho, e essa guerra foi muito violenta e acabou anexando mais territórios, como a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, que foram anexadas durante esse conflito. Houve uma nova evasão de refugiados da Palestina, muitos continuaram seguindo para a Jordânia e outros foram para a Síria, na Jordânia eles tiveram a cidadania, apesar de muitos viverem em condições precárias e em campos de refugiados, eles têm a cidadania. **Na Síria, eles têm cidadania, mas eles não podem ter a nacionalidade, porque ainda existe aquela retórica do governo da Síria em prol do direito do retorno dos palestinos. Então, é por isso que muitos palestinos da Síria se autodenominam palestinos-sírios e também por uma questão política da própria nacionalidade palestina, porque se eles começarem a se autoproclamar sírios a identidade palestina vai desaparecendo. Porque a causa palestina está muito atrelada à identidade palestina, mesmo no Brasil, que a diáspora é bastante distante do Oriente Médio, dificilmente você vai encontrar um palestino aqui no Brasil que se identifica só como brasileiro. Eles são palestinos-brasileiros ou brasileiros-palestinos, a identidade é sempre dividida por uma questão política de guerra, da perda de identidade. Muitos palestinos nasceram na diáspora, existem palestinos que nunca foram à Palestina, nunca conseguiram** (Especialista no mundo árabe, SP, grifo nosso).

A identidade sempre foi dividida, pondera a pesquisadora ao falar dos palestinos-sírios e dos palestinos-brasileiros. Ela também explica que os palestinos-sírios têm direito à cidadania, mas não têm direito à nacionalidade síria, pois é de interesse do Estado palestino que o povo palestino, espalhado por outros países, mantenham a identidade palestina, evitando se diluir em outras nacionalidades. Tais definições vão ao encontro das “identidades hifenizadas”, da qual fala Jeffrey Lesser (2001) em sua obra *A negociação da identidade nacional*.

Segundo Lesser (2001, p. 19), os imigrantes não europeus dos séculos XIX e XX no Brasil (e aqui nos referimos aos imigrantes árabes de forma específica) resguardavam “o sentimento de serem diferentes, e, mesmo assim, semelhantes, era particularmente visível entre

os não europeus, que tinham mais a ganhar abraçando *tanto* a nacionalidade brasileira uniforme, tal como imaginada, *quanto* suas novas etnias pós-migratórias”. Lesser discute a ideia de que não houve assimilação por parte desses imigrantes (e isso pode ser aplicado aos refugiados sírios de hoje), mas sim um processo de aculturação entre os grupos. E, mais, o autor observa ainda que muitas dessas identidades pós-imigratórias “eram múltiplas”, considerando as disputas por uma identidade nacional.

Sobre a identidade hifenizada, da qual fala Lesser, é interessante notar a própria fala de um dos nossos informantes, Abdoulay, quando ele nos relatou que está em busca de sua naturalização: “Sim, eu quero ser um brasisírio!” Não só Abdoulay está em busca de se naturalizar no Brasil, mas a maioria dos refugiados que entrevistamos. Alguns já se encontram naturalizados e percebem o Brasil como uma sociedade na qual podem se sentir mais livres para recomeçar a vida. Portanto, tanto os imigrantes árabes dos séculos XIX e XX (comunidade estabelecida no Brasil) como os refugiados sírios do século XXI (por meio dos seus relatos) pretendem que suas identidades étnicas sejam preservadas, mesmo que muitas vezes possam ser desprezadas ou hostilizadas por alguns grupos na sociedade de acolhida.

7.4 “MEU NOME É RENATO”

O significado do nome Renato é “renascido”, aquele que nasceu de novo, em latim é *Renatus*²²⁶. Esse é o tema da peça de teatro escrita e dirigida por Aziz, um jovem refugiado sírio que entrevistamos em outubro de 2019, no centro da cidade de São Paulo. Ele nos contou sobre sua nova peça, quando perguntamos qual seria o seu título:

O que você imagina? Você vai imaginar um nome estranho? A peça se chama “Meu nome é Renato”. Porque eu nasci de novo! Em árabe a gente fala: لقد ولدت مرة أخرى e Renato significa renascer. **Então, a peça toda vai falar de como vai nascer um bebê, então é um casal (os atores que interpretarão a peça), um sírio e uma congoleza. Então, essa peça de teatro faz muito sentido na nossa vida. Nessa peça eu não estou falando sobre a minha vida, a minha vida realmente é de outra forma. A peça significa uma relação de como enxergar as coisas. Eu ainda estou escrevendo a peça de teatro em árabe, a intenção é mostrar os dois lados, uma menina da África e o outro da Síria, o menino da Síria veio devido à guerra, vai mostrar como bateram nele (na guerra), essa peça vai acontecer no Sesc. Então, esse menino da Síria se encontra com uma menina da África e os dois iniciam uma conversa básica, como, onde vamos dormir? Olha como as pessoas ficam dormindo na rua aqui (no Brasil). Eles carregam uma mochila de viagem em suas costas e observam como o metrô está lotado, e começam a conversar com uma menina que dá aulas de português. Na mochila eles carregam as mesmas coisas, tem garrafa de água, tem marmita, tem roupa de frio, tem livros. Nossa, é a história da vovó guerreira (uma refugiada africana que é sua amiga na vida real), de verdade, sai às cinco da manhã e volta às cinco da tarde em busca de**

²²⁶ “Renato.” Disponível em: <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/renato/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

uma oportunidade. A peça é para deixar o povo brasileiro entender quem são os refugiados. A peça vai acontecer em um cenário com um quarto e uma sala, o menino da Síria eu interpreto, a menina da África é a minha amiga, a Providência (a vovó guerreira na vida real), os dois começam a conversar e se apaixonam e começam a viver uma vida de casal. Essa vida de casal vai ter uma conversa que é real. Tem uma cena que ela me pergunta: o que nós vamos comer hoje? Eu respondo: Nós vamos comer esfirra e kibe. E ela fala: Não! Nós vamos comer fufu (comida típica servida em vários países da África). Aí eu falo: esfirra e kibe, e ela de novo: não! Fufu! Depois a gente se olha e fala: arroz e feijão! Daí, a gente interpreta outros casais na peça também, um colombiano, um venezuelano, tem negro e tem branco na peça. Até que um dia ela fica grávida, a Providência, ela chega com um exame e diz que é menino. Como vamos chamá-lo? Ela vai escolher um nome africano e eu vou escolher um nome árabe, daí a gente vai começar a brigar e vamos ficar tristes. Aí, eu vou chegar para ela e vou perguntar: Providência, você está aqui há quanto tempo? Ela vai falar: eu estou aqui há quatro anos. Eu pergunto a ela: você está feliz aqui? Ela responde: sim! Aqui já tem a Maria, a minha mãe, eu já tenho fulanos de amigos, eu estou gostando muito da cultura daqui e o povo é muito acolhedor. Eu falo a ela: esse menino vai nascer brasileiro, por que não chamamos ele de Renato? Ela: Renato? Nasci de novo? Porque nós nascemos aqui! Aí nós gritamos juntos: O nome do nosso filho será Renato!... (risos) e acaba a peça... (risos). Então, o meu nome é Renato desde que eu cheguei ao Brasil, porque a gente renasceu de novo. Eu ri de novo quando eu cheguei no Brasil, desde que comprei o meu primeiro celular, desde que eu paguei o meu primeiro aluguel, desde que eu paguei o meu primeiro boleto, desde que eu peguei a minha carteira de trabalho, desde que eu fui no SUS. O meu nome é Renato! Mudou mesmo, eu não sou mais Aziz. Então é isso que a gente tem que apresentar, o porquê o meu nome é Renato (Aziz, 33, SP, grifo nosso).

Aziz tem 33 anos, possui curso superior incompleto (percebemos que ele sentia um certo incômodo quando falava que teve de interromper o seu curso superior em Jornalismo na Síria, quando começou a guerra). Aziz trabalhava em um canal de televisão público em Damasco, atuava como apresentador de um programa nesse canal. No Brasil, relatou que continua exercendo o seu trabalho como jornalista. Ele se denomina empreendedor individual, atua como coordenador de uma ONG para oportunidades laborais, especificamente para refugiados de nacionalidades diversas, e também é ator – participou da abertura de uma novela, escreve e atua no teatro e séries de TV. Sua narrativa é emblemática devido à multiplicidade de atividades laborais que exerce no Brasil. Quando teve de fugir da Síria para o Líbano, trabalhou em várias atividades, lavando louças nos restaurantes e outros estabelecimentos, trabalho que ele nunca imaginou que faria. Então Aziz nos relatou um pouco de sua trajetória migratória, desde quando saiu da Síria:

Aqui na ONG eu sou coordenador de eventos e bazares (Brasil). Eu sou Aziz, sou da Síria, eu era jornalista e fiz faculdade na Síria, eu estava estudando, na verdade, quando começou a guerra. Eu apresentava um programa na Síria para uma TV do governo, então, sempre eu estudava. Enquanto eu estudava eu tinha esse programa na TV, esse era um trabalho que realmente eu queria na minha vida. Esse programa de TV que eu trabalhava todo sábado era ao vivo, eu entrevistava muitos jovens falando sobre várias coisas da vida, coisas de pesquisa, sobre mudanças, sobre tudo. Eu também trabalhava como voluntário, eu era líder de um grupo, um projeto que se chamava “clínica de trabalho”,

quando os jovens terminam a escola, eles procuram esse centro para saber que faculdade vai entrar. Eu também orientava as pessoas normais, que não têm estudo, que gostariam de fazer algum tipo de trabalho pequeno, ou algum negócio. Eles iam e procuravam a gente, ou para aprender sobre pequenas coisas, ou para aprender a ganhar dinheiro. Então, eu estava realmente trabalhando nessa área na Síria, entre 2010 até 2012. Quando começou a guerra a gente ficou preocupado com isso, até que um dia eu estava estudando, treinando a voz na casa de um professor e chegou um carro armado, com quatro pessoas e eles me levaram, era um grupo religioso, hoje em dia eles são o estado islâmico. Então eu fiquei preso onze dias, a minha família conseguiu o dinheiro para pagar a fiança, infelizmente, o meu professor morreu (Aziz, 33, SP, grifo nosso).

O que nos chamou atenção no relato de Aziz é a sua capacidade de adaptação na vida social e laboral no Brasil, por meio da execução de uma multiplicidade de atividades. Trata-se da ideia de “flexibilização”²²⁷. Não obstante, essa é uma característica recente do desenvolvimento do capitalismo, o chamado “capitalismo flexível”. Conforme Richard Sennett (1999), entre outros autores, essa faceta contemporânea retrata também um tema antigo, isto é, o da ameaça à condição do trabalhador, ainda que tenham ocorrido algumas oscilações temporais, como a era dourada do Estado de bem-estar social e a sociedade salarial em alguns países europeus mais desenvolvidos (CASTEL, 2012). Mas o período foi curto e, como lembra Castel (2012), a crise da sociedade salarial impõe o desafio da proteção social e o trabalho expõe sua centralidade nesse processo. Se o modelo do assalariamento e da estabilidade do emprego propiciava uma possibilidade de se projetar em longo prazo, hoje se destaca a flexibilidade, o combate à burocracia, o fim das longas carreiras, e exige-se que os trabalhadores sejam versáteis, solícitos às mudanças em um período curto de tempo e, sobretudo, estejam preparados para os projetos que envolvam riscos (SENNETT, 1999).

Nas narrativas dos nossos informantes, ficou claro que a necessidade de sobrevivência leva-os a buscar novos desafios em suas trajetórias e estratégias laborais, que envolvem riscos e incertezas. Esses aspectos contemplam a ideia trazida por Sennett sobre a adaptação ao que é novo e a realização de projetos e atividades laborais de curto prazo. Trata-se, portanto, de um perverso sistema de exploração da força de trabalho da classe trabalhadora nacional e estrangeira, caracterizado pelas políticas neoliberais e a reestruturação produtiva.

Ouvimos nas narrativas o sentimento de que no Brasil os refugiados estariam nascendo para uma nova vida, no entanto trata-se de uma vida mais precária que a vivida na Síria antes da guerra. As falas são diversas: Omar nos relatou que “precisa começar a vida de novo”, já

²²⁷ Nos referimos aqui ao conceito de flexibilização relativo ao mundo do trabalho, ou seja, a mudança nos padrões de contratos de trabalho e assalariamento. Por exemplo: os *casual workers*, ou seja, os contratos de trabalho por período determinado, os *temporary workers*, os trabalhadores em tempo parcial, os *part-time-workers*, e “os trabalhadores por conta própria”, os *self-employed-workers*. Este último modelo de trabalho corresponde à configuração laboral dos refugiados sírios no Brasil, pois muitos deles trabalham por conta própria, têm o seu negócio de comida na própria residência (HOLZMANN; PICCININI, 2011, p. 196-197).

Aziz se mostrou extremamente motivado em sua trajetória migratória e laboral no Brasil. Ao mesmo tempo que a narrativa de Aziz denota motivação para recomeçar a sua vida, ele também apresenta uma narrativa melancólica, de quem tem a consciência de que se encontra em uma situação de desvantagem como refugiado no país, na qual seria preciso recomeçar e reconquistar tudo (o que ele já teve na Síria) novamente, ou seja, o fato de estar no Brasil envolve toda a reorganização de uma vida. Vejamos a seguir fragmentos das entrevistas com Aziz e Safira:

Eu tinha estudo lá na Síria, tinha trabalho, tinha família, tinha casa, eu tinha tudo, mas de repente, tudo se perdeu, quando eu comecei tudo de novo aqui, eu comecei a sentir que eu estou nascendo de novo! (Aziz, 34, SP).

Enquanto ele trabalha [o esposo], eu consigo vender bolo às vezes para as minhas amigas, para a minha vizinha. O meu trabalho não é o dia inteiro, não dá. Às vezes aparece trabalho, às vezes não, essa tatuagem de *henna* precisa ter muita paciência, é preciso conhecer bem a pessoa e mostrar o meu trabalho. Eu tirei muita foto, mas eu preciso de uma modelo para fazer mais e depois eu fiz uma página [Internet] para divulgar o meu trabalho, mas eu não consigo pagar tudo. Ele [esposo] paga o aluguel e tem pouco [dinheiro] para viver, sobreviver, só. Mas (aqui no Brasil) a coisa boa é que você pode parcelar tudo [compras]. Lá na Síria você podia parcelar antes da guerra, mas agora não dá mais (Safira, 29, SC).

Apesar de todos os percalços e dificuldades, constatamos nas narrativas uma predisposição ao novo, a *disposição* para uma nova vida social e institucional, assim como a luta pela sobrevivência por meio do trabalho, marcado por atividades múltiplas. Quando referimos a *disposição* dos agentes envolvidos nessa pesquisa, ou seja, os nossos informantes, remetemos à noção bourdieusiana de *habitus*:

O *habitus* é, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (*principium divisionis*) de tais práticas [...]. [Destarte], [...] o mais importante é, sem dúvida, que a questão desse espaço é formulada nesse mesmo espaço; que os agentes têm sobre esse espaço, cuja objetividade não poderia ser negada, pontos de vista que dependem da posição ocupada aí por eles e em que, muitas vezes, se exprime sua vontade de transformá-lo ou conservá-lo (BOURDIEU, 2017, p. 162).

Os refugiados entrevistados, para além de suas histórias particulares, possuem uma singular *disposição* de grupo para se adaptar às novas atividades laborais (geralmente diferentes daquelas em que atuavam na Síria antes da eclosão da guerra), salvo algumas exceções. Normalmente, os que atuam em áreas diversas no Brasil desenvolvem atividades laborais em condições precárias, como o trabalho intermitente em suas próprias residências, os serviços prestados em estabelecimentos comerciais sem registro em carteira de trabalho e muitos outros fatores que apontam para a precarização da vida.

Nessa direção, destacamos a trajetória laboral de Zayn, que trabalhava como engenheiro de computação e design na Síria até 2015, ano em que se deslocou de Aleppo para o

Brasil. Ao chegar ao país de acolhida, ele precisou mobilizar sua capacidade cognitiva e emocional para o entendimento, a adaptação e a flexibilidade em suas novas atividades laborais. Na cidade de São Paulo, Zayn é responsável administrativo de uma grande mesquita, uma das primeiras e maiores da América do Sul, na qual ele realiza várias atividades laborais diárias. Como ele nos relatou:

A pessoa mais nova consegue aprender mais rápido. Então, a pessoa tem que ficar inteligente, para se adaptar com a situação. Quando você vai falar sobre o que é inteligência, não é uma pessoa que pensa melhor. Inteligência é como a pessoa vai se adaptar com a situação nova, o mais rápido possível (Zayn, 29, SP, grifo nosso).

Podemos fazer uma analogia entre a narrativa de Zayn e a noção de flexibilidade de Richard Sennett (1999), segundo a qual os trabalhadores precisariam abrir mão de suas longas carreiras, exigindo que eles estejam abertos às mudanças em um curto período de tempo e, principalmente, que estejam preparados para os projetos que envolvam riscos. O exemplo e a experiência de Zayn não são únicos, pois refletem uma experiência coletiva, que não só abrange o grupo de trabalhadores refugiados, mas toda uma multidão de trabalhadores no contexto do capitalismo flexível.

Nesse cenário, “a incerteza e o correr risco [são vistos] como desafios no emprego”, assim como a experiência do “aproveitar” o “tempo, o lugar e o trabalho” e “manter-se aberto à mudança”. As pressões estruturais que advêm do contexto econômico na lógica do capitalismo global e “flexível” alimentam o que Sennett chama de “experiência com a deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego a emprego”, roendo o caráter, eliminando reconhecimentos com os seus pares, especialmente entre as novas gerações (SENNETT, 1999, p. 17-32).

7.5 “EU SOU UM MALANDRO! NÃO SOU DO MAL, MAS CONSIGO ME VIRAR!”

Essa é a expressão de Yasser, que nos contou que conseguiu um cartão de estudante, que dá direito à metade do preço da passagem de ônibus, para poder circular na cidade de Florianópolis. Yasser relatou que foi uma época bem difícil, em que precisava se locomover na cidade para procurar emprego. Em 2015, conseguiu ser beneficiário do Programa Bolsa Família, do Governo Federal, e se alimentava no restaurante universitário da UFSC. Foi uma época em que ele não tinha residência fixa e precisava dormir em algum espaço no interior da universidade. Yasser nos dá mais detalhes de sua experiência de vida no Brasil:

Eu falo, eu sou um malandro! Não sou do mal, mas consigo me virar! Eu consegui fazer uma carteira de ônibus estudando na universidade. Contra lei? Tem um professor

que falou: isso você não pode ter. Eu falei: eu tenho direito. E aí, eu estou fazendo mal para alguém? Não! Eu preciso usar o ônibus. Eu dei uma chorada e levei o papel na empresa de ônibus lá no centro, deu uma briga lá. O cara falou: esse curso é de seis meses [estava matriculado no curso de língua portuguesa na universidade], você não pode ter carteira de ônibus. Eu falei: eu estou indo para estudar e não tenho dinheiro, e você tem que me ajudar. E eu consegui uma carteira de estudante, acho que eu pagava 1 real e 30 centavos naquela época. O professor da universidade falou: impossível, como você conseguiu? Eu falei: Deus, sei lá! Consegui, mesmo! [...] Eu falei: gente, eu estou tentando, eu não sei! E os anjos da guarda, Deus, a energia, qualquer coisa que você quiser considerar considera! Porque aconteceu! Depois eu consegui uma carteira de ônibus social que não pagava nada, é claro, não está comigo hoje. Eu não estou abusando. Hoje, graças a Deus eu tenho carro e tenho trabalho, recém eu tive condições. [...] No meu caso, eu precisava! A bolsa família não é nada, mas 54 pila a gente comprava 10 kg de coxa e sobrecoxa por mês. Vamos dizer, bom, né? Dava diferença. [...] Eu não tinha como comer [...] Gente, eu não tinha dinheiro, eu dormi na rua, eu dormia na universidade, eu não conseguia dormir, né? Aí, quando amanhecia eu fui lá, eu entrei em um centro, tem um quarto lá, daí me perguntaram: o que você está fazendo aqui? Eu estou com frio. Daí vieram alguns amigos e me levaram para a casa deles para eu dormir (Yasser, 37, SC).

A experiência de Yasser vai ao encontro de outras experiências compartilhadas pelos refugiados sírios. Segundo os relatos, muitos necessitam de recursos financeiros para se locomover em busca de trabalho. A trajetória laboral de Yasser nos chamou atenção em relação à mobilidade social²²⁸: na Síria, antes da guerra, a sua vida laboral era organizada, ele tinha um *status* social ascendente, mas quando precisou se deslocar da região do conflito, junto com o irmão mais novo, o seu *status* social se modificou de forma descendente (GIDDENS; SUTTON, 2017). Yasser passou pelo processo de reorganização de sua trajetória laboral, até que conseguisse ascender socialmente no Brasil. Segundo os seus relatos:

Eu sou formado em Gestão, estava estudando Administração. Gestão é um curso curto, da General Manager Association, é uma associação britânica. Esse curso era direcionado somente para os gerentes de vendas de uma empresa na Síria. Eu era empresário de uma empresa pequena (proprietário) e era gerente de vendas, tinha uns dez funcionários, mais ou menos, revendedores de celulares. Nós importávamos e vendíamos para as lojas revenderem, nós abastecíamos as lojas. **Esse era o meu trabalho, eu comecei como um representante e fui crescendo até 2011. Quando chegou a guerra, infelizmente, começaram a queimar as lojas, ficou mais difícil transportar as mercadorias, e as estradas viraram abrigo. Um carro pequeno cheio de mercadorias tem 4.000 a 20.000 dólares de mercadorias, porque lá na Síria é um investimento bem alto, lá é tudo em grana [dinheiro em espécie], tem seguradora, ninguém usa cartão. Daí começou a surgir eventos muito infelizes, a empresa começou a mandar as pessoas embora, começou a fechar as lojas, algumas lojas foram invadidas por rebeldes ou pessoas que queriam fazer o caos. A minha empresa eu também fechei, comecei a mandar as pessoas embora, não tinha condições de continuar e aí, no final de 2011 até o começo de 2013, eu trabalhei com alguns amigos em empresas de corretores de seguro, empresas pequenas, vendendo seguro, até que as empresas de seguro começaram a fechar, porque o risco estava muito alto. Depois eu fui embora para a Jordânia atrás de um emprego, porque o escritório original (matriz) desta empresa de celulares**

²²⁸ Atribuimos o conceito sociológico de mobilidade social vertical nas trajetórias laborais dos refugiados sírios, partindo da ideia de que o grupo tinha uma vida laboral organizada e até ascendente na Síria, antes da guerra, mas quando se tornou refugiado, no Brasil, sua mobilidade decaiu na escala socioeconômica (GIDDENS; SUTTON, 2017).

que eu trabalhava ficava na Jordânia, é o escritório que opera no Oriente Médio inteiro. Daí, eu conversei com os meus amigos, mas infelizmente o sírio não pode trabalhar na sua área na Jordânia, somente em algumas categorias [profissões], como: barbeiro, zelador, algumas coisas de baixa categoria, carteira assinada não tem. Aí, nós trabalhamos em uma loja de decoração, tipo, vendem abajures e importados, coisas bem bonitas. Eu trabalhei por 350 dinares jordanianos, um salário bom, o salário começa com 200 dinares e vai para 500, 600, coisas assim, né, porque cada 70 dinares equivalem a 100 dólares, mais ou menos. Eu trabalhei nessa loja que era de uma senhora que precisava de uma pessoa que falasse inglês, era um bairro muito nobre cheio de embaixadores, até que o cônsul do Brasil (uma coincidência muito grande, nem dá para acreditar que ele foi lá na loja, perto do Natal) foi lá com a namorada que era italiana. Ele queria comprar um véu de seda, [feito por] aqueles bichinhos da seda, eu nem sei como falar em português. Aí nós conversamos, batemos papo, eu comentei: fala sério, você é do consulado (do Brasil)? E ele me convidou para tomar um café. Ele me perguntou: você conseguiu o visto? E eu fui na embaixada dois dias seguidos, porque eu precisava de um papel para conseguir comprar só a passagem de ida, mas as empresas aéreas só queriam vender ida e volta. Eu entrei na embaixada e comecei a preencher um formulário em inglês e árabe, ele preencheu em português, ele me deu um cartaz bem grande do Brasil, que explicava como era [o país] e tal. Daí eu falei que eu ia para Florianópolis, Santa Catarina. Ele falou: Por quê? Eu respondi: porque eu não gosto de calor, é um estado pequeno, não tem muita população. Ele falou: boa sorte! Se você quiser, vai para São Paulo, tem uma comunidade [árabe] grande. Aí ele me deu vários endereços de clubes da comunidade, alguns endereços, e foi bem gentil. Aí eu encontrei o embaixador e conversamos um pouco também, e daí viemos embora (Yasser, 37, SC, grifo nosso).

Verificamos, a partir das entrevistas, que todos os que se deslocaram para os países vizinhos (países de trânsito migratório), e depois chegaram ao Brasil, tiveram a vida e a carreira profissional afetadas ou paralisadas, ou seja, passaram por um processo de transição em suas trajetórias laborais, como na experiência vivenciada por Yasser: “Eu trabalhei no ramo de telecomunicações de 2004 até 2011 no mesmo setor, mas acabei na comida agora... (risos)”.

No entanto, algumas pessoas desse grupo étnico conseguiram ou têm conseguido adquirir mobilidade social ascendente no Brasil. Trata-se de um processo gradativo, dependendo dos capitais sociais, econômicos e/ou redes de contatos estabelecidas no Brasil.

Quando eu cheguei aqui, eu não consegui emprego nos primeiros oito meses. O meu primeiro emprego aqui foi em uma lanchonete, como atendente. Eu já tenho experiência, porque a minha família toda é confeitaria. Eu trabalhei na confeitaria da minha avó quando eu era jovem. Para mim é de boa, mas não é legal, porque você se deslocar de um lugar para outro para trabalhar não foi fácil. Mas eu tenho que encarar! Porque a vida tem que continuar... eu tinha que aceitar, era o único trabalho. Eu procurei trabalho na época, eu mandei quase 400 currículos por e-mails e entreguei 350, mas eu acredito que o medo do meu currículo era muito forte, muito grande e depois eu descobri que as pessoas ficaram com medo de me contratar. Eu falo inglês fluente, mais do que o árabe... (risos) e eu me considero fluente em português. Não é milagre, eu trabalho duro para conseguir aprender as coisas, se você quer, você vai conseguir! Vai atrás! (Yasser, 37, SC, grifo nosso).

A ação de enviar currículos para muitas empresas (de proprietários não árabes também) foi comum entre muitos refugiados que entrevistamos. No entanto, muitos não

obtiveram sucesso, como Yasser e Haraam. Para os dois, é provável que os comerciantes tenham tido algum receio em contratar um refugiado sírio de religião muçulmana. Yasser possui um bom capital linguístico, o que é comum entre o grupo étnico, salvo raras exceções que só falam o árabe, como é o caso de Haraam.

A pesquisa realizada em 2019 sobre o perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil, organizada pelo ACNUR em parceria com a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, constatou que os refugiados sírios e congolezes possuem capital escolar e linguístico superior ao dos brasileiros negros e pardos, ou seja, superior à maioria dos brasileiros. No entanto, esse capital escolar e linguístico elevado não significa “a transformação do capital escolar em capital econômico (emprego e renda)”, e esse fato também se deve à dificuldade de revalidação dos diplomas de ensino superior nas universidades brasileiras (PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS REFUGIADOS NO BRASIL, 2019, p. 15)²²⁹.

Yasser, diante da dificuldade de conseguir trabalho em Florianópolis, passou a trabalhar no ramo de comida árabe, como itinerante na UFSC. Como ele nos relata:

A feira da universidade [UFSC] existe há 13 anos e esse é o meu quarto ano lá. Eu queria esse ponto, mas quando eu cheguei ninguém me deixava montar. Não pode! Não tem! Daí eu fui na reitoria, eu preenchi uma ficha e fiquei lá e, tipo, deu, eu consegui! Vou encarar todo mundo, porque a necessidade te dá a coragem para entrar na guerra contra o mundo inteiro, eu precisava trabalhar, eu já estava perdendo a feira do centro, aí eu comecei com a feira na universidade e estou lá até hoje. Agora eu estou saindo da feira na Lagoa da Conceição, as coisas mudaram, está muito longe, [o movimento] está muito fraco. Agora, os interesses mudam, eu estou fazendo o meu próprio *food truck*, eu mesmo, já faz uns dois anos que eu estou construindo e que estou nesse projeto, a única coisa que eu não fiz foi a estrutura metálica. [Yasser nos mostrou o *food truck* que se encontrava no quintal da sua casa]. É por isso que eu te falei, eu preciso trabalhar antes de anoitecer. Eu fui juntando grana e comecei com um carrinho bem podre (*o food truck*). Eu fiz o primeiro e não deu certo. Daí eu fui para o serralheiro. É uma coisa cara, porque para mandar fazer uma coisa dessas, aqui, hoje em dia, custa 17 mil reais, é uma grana, daí eu comecei a fazer devagar, devagar, devagar... quando entra dinheiro eu compro as madeiras, porque eu não tenho capital, eu não tenho como comprar um *trailer* por 50 mil reais. Por isso eu saí agora de algumas feiras e eu estou pegando eventos, mas, claro, o evento não é de graça, o evento mais barato custa 250 reais por dia e o mais caro 1.000 reais. Pensa... você terá que vender a mercadoria... Aí entra o esquema: o sanduíche da universidade, que custa 18 reais, vai custar 23 reais. Mas eu não consigo pagar o evento, quem vai pagar o evento, infelizmente, vai ser o consumidor final, porque a entrada é gratuita, mas eu falo sempre: o preço é da universidade, porque ela forneceu esse espaço para nós, é uma economia solidária! Eu tenho gratidão e eu tenho bom senso para vender nesse espaço por um preço razoável (Yasser, 37, SC, grifo nosso).

²²⁹ Foram realizadas 487 entrevistas com a população refugiada no Brasil em 14 cidades brasileiras em oito unidades da federação no ano de 2019. O resultado das análises possui valor qualitativo. As principais nacionalidades dos refugiados entrevistados são a dos sírios, os congolezes, os angolanos, os colombianos, os paquistaneses, e outras nacionalidades (PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS REFUGIADOS NO BRASIL, 2019).

Ao ouvirmos a narrativa de Yasser, percebemos sentimentos de ambiguidades, consternação e gratidão. Ele apresentou um ressentimento por não trabalhar no seu ramo de atividade laboral no Brasil, e também por ter perdido o *status* de classe social que tinha em seu país de origem. Como nos relatou em um momento da entrevista: “Eu tinha o meu carro conversível [na Síria], que era o meu xodó, era um Mustang 1993, GT conversível”. Yasser nos relatou que teve de vender o carro na Síria, além de outras coisas. Sua família também o ajudou enviando dinheiro, no entanto ele foi vítima de um golpe:

Esse capital [dinheiro que foi perdido por meio de calote] foi mandado pela minha família que está na Síria para mim e para o meu irmão, até nós conseguirmos um trabalho, porque na época eu não estava trabalhando. Eu não trabalhei com ninguém da comunidade (árabe) no Brasil, o único negócio que eu fiz, em 2015, com alguém da comunidade, foi o maior golpe que eu recebi, infelizmente. Foi um brasileiro-palestino que estava aqui em Florianópolis (estava de passagem) e eu acabei quebrando e falindo em 2015. Foi bem dolorido porque eu perdi tudo o que eu tinha na Síria (Yasser, 37, SC, grifo nosso).

Apesar de ter sido prejudicado pelo golpe, Yasser nos relatou um sentimento de gratidão às instituições e pessoas que o ajudaram em sua trajetória laboral, para que conseguisse um ponto fixo para o seu negócio de comida dentro da universidade. Ele nos disse que não procurou a comunidade árabe em Florianópolis porque queria conhecer e entender a cultura da sociedade brasileira. Yasser é casado com uma brasileira, uma estudante do curso de Serviço Social da UFSC que, a propósito, nos acompanhou em toda a entrevista. Nas palavras de nosso entrevistado: “Eu conheci minha esposa no final de 2015. Nós estamos em união estável, faz uns três ou quatro anos, não temos filhos, é só eu, ela e a mãe dela. Cada um tem o seu interesse, o seu olhar, sabe? A comunidade árabe não é homogênea. Salaam Aleikum!²³⁰”.

Com base em suas representações laborais, muitos refugiados sírios se reconhecem como “empreendedores”. Segundo Lima e Martins Junior (2018, p. 31), transformações ocorridas no mundo do trabalho, como o aumento do trabalho informal, têm como pressuposto “uma resignificação positiva” do empreendedorismo. No entanto, o que está em pauta nessas relações laborais é o trabalho flexível, ou seja, a multiplicidade de atividades laborais, e a precarização do trabalho dos refugiados. Cabe ponderar que a diversidade de flexibilidades do trabalho também é adjacente “às mobilidades espaciais, temporais, de atividades, de permanências, de trânsitos e circularidades” (LIMA; MARTINS JUNIOR, 2018, p. 33). O grupo étnico pesquisado também reproduz uma cultura de ascensão social por meio do trabalho, a partir da ideia de protagonismo, o que também está imbuído na cultura dos descendentes de imigrantes da comunidade árabe estabelecida no Brasil. No entanto, se no contexto das

²³⁰ Saudação muçulmana que pode ser traduzida por “Que a paz esteja sobre vós!”.

migrações de massa no Brasil, nos séculos XIX e XX, vivia-se um período econômico em ascensão, no século XXI as migrações Sul-Sul se dão em um contexto de múltiplas complexidades, marcadas por crises políticas, econômicas e sociais, desemprego estrutural e (também associado a isto) o recrudescimento da xenofobia e do racismo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ponderamos nesta investigação a importância da imbricação dos eixos migração e trabalho. Nessa direção, compreendemos “que o trabalho constitui uma importante categoria ao se analisar os fluxos migratórios contemporâneos, pois este é um elemento central de organização na vida dos indivíduos de modo geral” (SUZUKI, 2019, p. 67).

Por meio das narrativas dos informantes em nosso trabalho de campo, conseguimos desenhar um cenário de percursos de vida e trabalho dos refugiados sírios que chegam ao Brasil empurrados pelas condições da guerra que, como vimos, já perdura por uma década no seu país. Esse recurso metodológico das narrativas foi fecundo para mapear essas trajetórias migratórias e laborais, nos permitindo identificar os entrelaçamentos das suas biografias com as condições econômicas, sociais, políticas e culturais da sociedade de acolhida, tendo como chave interpretativa as representações subjetivas desse processo de migração e integração.

Consideramos nesta pesquisa a trajetória migratória dos entrevistados, desde a saída da região do conflito armado, considerando o processo migratório a partir de quatro etapas: a) quando a pessoa que migrou saiu do país de origem; b) quando ele (ou ela) se deslocou para os países de trânsito (no caso dos nossos informantes, os principais países de trânsito foram o Líbano, a Jordânia e a Turquia); c) a entrada no país de destino; d) a estância no país de acolhimento (SOUZA; GEDIEL; FRIEDRICH, 2020). As narrativas sobre o contexto de saída da Síria foram fundamentais para entender todo um processo de desenraizamento e de luto, daquele ou daquela que migrou. Assim, as narrativas demonstraram que o momento em que se parte do país de origem “reveste-se de [um] verdadeiro processo de luto em virtude das perdas dos vínculos afetivos, culturais, profissionais e outros tantos aspectos que recobrem a vida de qualquer pessoa” (SOUZA; GEDIEL; FRIEDRICH, 2020, p. 71).

Ponderamos que o migrante possui *agência* (GIDDENS, 2003), mesmo que ele se encontre em uma situação de deslocamento forçado. Nessas condições, quando pesquisamos esses grupos, em situação de vulnerabilidade social, de precarização da vida e do trabalho, lidamos com um universo de sofrimentos psíquicos e sociais e lidamos com o campo dos afetos, que apontam para as perdas e os processos de transição nas biografias, mas que também assinalam para a escolha de decisões e estratégias que criam novos rumos para a vida.

Todos os nossos entrevistados, embora se encaixem nesse universo de precariedades, são dotados de uma *disposição* (BOURDIEU, 2017) admirável ao encarar uma nova vida no país de acolhimento. São pessoas que se mostraram protagonistas da própria vida, além de

manifestarem um forte desejo de se naturalizarem brasileiros, querendo atuar no campo institucional político e exercendo a sua cidadania de fato. Como é caso de Abdoulay e Joel, ambos idealizadores e fundadores da ONG África do Coração e organizadores da Copa dos Refugiados no Brasil. Assim como o caso de Jesus, Adil e Mourad, que relataram a sua vontade de um dia poderem participar da política institucional brasileira como candidatos, sobretudo atuando politicamente em sindicatos e participando dos comitês e conselhos participativos na efetiva construção de políticas públicas migratórias no Brasil.

Ante essa realidade, embora o Brasil tenha um campo sólido de legislação migratória, observa-se “um país paradoxal, com abertura para os fluxos migratórios, mas sem políticas públicas consistentes e, conseqüentemente, com dificuldades de acolhimento devido às restrições com despesas orçamentárias” (SOUZA; GEDIEL; FRIEDRICH, 2020, p. 73). A ideia defendida aqui, após as considerações tecidas ao longo deste estudo, é que as políticas públicas migratórias acompanhem efetivamente o marco legal das migrações e, mais ainda, que se ampliem para não ficar restritas somente ao campo normativo e poder dar uma cobertura mais satisfatória no sentido de propiciar uma integração social mais digna.

Para efetivação de políticas públicas que seriam de fundamental importância para imigrantes e refugiados, conforme suas próprias avaliações, haveria uma primeira questão que se impõe, a dificuldade de falar a língua portuguesa. Ou seja, seria de grande utilidade a oferta de cursos de língua portuguesa de baixo custo ou, idealmente, sem custos. Na questão da moradia, um forte empecilho para quem chega ao país nas condições de imigrante é alugar um imóvel. Os refugiados não contam com fiador e, ainda, pesa sobre eles o racismo e a xenofobia, fato que dificulta ainda mais selar esses contratos de aluguel. Outro assunto relevante a considerar diz respeito à revalidação dos diplomas de ensino superior. Conforme visto na nossa pesquisa, a maioria desses imigrantes possui alto capital escolar e linguístico (além do seu idioma nativo, têm alguma fluência na língua inglesa ou francesa), no entanto esses capitais não se transformam em capital econômico para que possam exercer as profissões adquiridas no país de origem e consigam trabalhar no país de acolhimento. Essas são algumas pistas, entre outras, que foram registradas no corpo do texto, que poderiam dar margem a pensar a criação de programas de apoio institucional, além do apoio de organizações da sociedade civil, que muitas vezes são até mais presentes, para propiciar uma melhor acolhida a essas pessoas.

Entendemos neste estudo que a precariedade da vida do grupo estudado é constituinte de suas trajetórias migratórias e laborais. Trata-se de uma precariedade das vidas refugiadas que se entrelaça intimamente com as limitações laborais, e assim sendo, retroalimenta um

processo de precarização que atinge todas as esferas da vida, interferindo nos processos de subjetivação das próprias identidades (ALBINO; OLIVEIRA, 2021; BUTLER, 2018a).

Entendemos também, ao longo das nossas argumentações, que ao mesmo tempo que os corpos dos grupos migrantes se encontram em situação de vulnerabilidade, insegurança e precarização da vida, eles se encontram na esfera do *reconhecimento* (BUTLER, 2018c). Nessa direção, esse conceito nos foi caro para refletir sobre as possibilidades de integração social ou das suas dificuldades em consegui-la: “o reconhecimento é [a] condição de possibilidade das trocas humanas, da comunicação e da afirmação da existência dos outros [ou a ausência delas]” (BUTLER, 2018c, p. 136).

Nos três casos emblemáticos, também analisados nesta pesquisa, aludimos ao tema do reconhecimento: 1) O caso de Kalil, o refugiado sírio que foi atacado por um trabalhador brasileiro e logo depois foi ajudado por uma rede de amigos pela internet, para que conseguisse comprar um carrinho e vender os seus salgados nas ruas da cidade do Rio de Janeiro; 2) O caso do menino Alan Kurd, que morreu afogado no mar, quando estava fugindo da guerra com a sua família; 3) O caso da família refugiada síria, que foi atacada por uma cinegrafista húngara. Esses casos se tornaram símbolos da chamada crise migratória dos refugiados, cujas imagens veiculadas pela mídia causaram repulsão por parte de diversas instituições em âmbito nacional e internacional voltadas aos direitos humanos das vidas refugiadas. Quando falamos em reconhecimento nessas três situações, corroboramos, com Butler, a ideia de Axel Honneth sobre o reconhecimento, como um modo “primário, se não primordial de apreensão dos outros, que forma a base das atitudes e práticas subsequentes, incluindo a própria reificação” (BUTLER, 2018c, p. 135). Por outro lado, a mesma autora pondera que situações, práticas ou ações em situação de reificação são práticas instrumentalizadas do desvio das condutas e ações do reconhecimento. Nessa direção, “a violência é uma expressão, talvez expressão última de tratamento reificador” (BUTLER, 2018c, p. 143). Tornar essas pessoas visíveis na sua precariedade e exclusão graças ao reconhecimento da sua humanidade é crucial ao combate da violência que se expressa, seja pelo racismo, pela xenofobia ou pela própria agressão aos corpos. A denúncia expõe o horror dessa condição dos que são invisibilizados e lhe devolve sua humanidade e o direito a uma vida digna pelo reconhecimento.

Por outro lado, discorreremos neste estudo, que trata de migrações transnacionais, que as identidades sociais dos refugiados sírios são híbridas. E, para além de uma identidade híbrida, as identidades são muitas vezes negociadas na sociedade de acolhida, como uma estratégia de defesa contra a xenofobia e a discriminação.

No começo desta tese expusemos o caso de Kalil, o refugiado sírio que foi atacado por um trabalhador brasileiro e logo depois foi ajudado por uma rede amigos pela internet. Mesmo após ter sido vítima de xenofobia e discriminação na sociedade de acolhida, a sua narrativa é a de que no Brasil não existem tantas pessoas preconceituosas, ao passo que na Europa a xenofobia seria uma realidade social mais intensa. Essa mesma narrativa foi apresentada por outros informantes em nosso campo, a de que no Brasil não existe tanto preconceito e xenofobia, no entanto os relatos são ambivalentes, porque vários deles relataram alguns momentos em que tiveram de lançar mão de estratégias de proteção para não serem vítimas de preconceito, como no caso de Safira, ao optar por não fazer o uso do *hijab* em locais públicos e não falar a língua árabe nos transportes públicos, inclusive instruindo as filhas pequenas para tal comportamento.

Os refugiados sírios não se consideram assimilados, como indicam as narrativas, -eles são *de lá e são de cá*. Todavia, essas identidades, ao mesmo tempo que são negociadas no país de acolhimento, são subalternas porque se inserem no espaço das contradições sociais, das relações de poder, de disputas e posições, além da xenofobia e da discriminação.

Sob o novo marco legal de migração no Brasil, que passou a vigorar no ano de 2017 (Lei nº 13.445/2017), o país avançou no âmbito dos direitos humanos dos imigrantes e dos refugiados, substituindo o antigo Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980), ainda do contexto do regime militar. No entanto, é lamentável que um país cuja história carrega a marca da migração de fluxos migratórios de diversos povos do mundo tenha se colocado hostil aos imigrantes e refugiados no governo de Jair Messias Bolsonaro, a partir de 2019, alinhando-se à política de extrema-direita de alguns países da Europa e dos Estados Unidos e fortalecendo as práticas de securitização, muitas vezes de cunho nacionalista, racista e xenófobo. Portanto, o atual governo brasileiro tem conduzido as políticas públicas migratórias na contramão do reconhecimento e da proteção social aos imigrantes e refugiados, que, infelizmente, têm se somado ao enorme e crescente contingente de brasileiros que vivem em condições precárias.

Inferimos que, no âmbito internacional, se faz necessária a construção de políticas públicas que incentivem o debate e o combate aos atos de xenofobia, de racismo e de islamofobia e, também, contribuam para um posicionamento do Sul Global e do Norte Global sobre a crise dos refugiados em curso (FARAH, 2017, p. 13).

Sobre as narrativas das trajetórias laborais dos nossos informantes, foram observadas algumas ambiguidades. Ao mesmo tempo que muitos exercem trabalhos precarizados e reconhecem essa condição de precariedade (a maioria em estabelecimentos comerciais da comunidade árabe estabelecida), eles também afirmam se sentir mais livres para viver e

trabalhar no Brasil (o único país que concedeu o estatuto jurídico de refúgio) e revelam gratidão ao Estado e à sociedade brasileiros. Vários dos entrevistados dizem gostar muito do Brasil, como pode ser ilustrado no relato de Jamil: “A cidade de Aleppo caiu, é muito difícil eu voltar para a Síria. Eu vou voltar para quê, não tem onde trabalhar! Imagina, eu quero ficar no Brasil, não quero mais voltar. Eu não gosto do Brasil, eu amo o Brasil... (risos) ...é sério”.

Muitos dos informantes se consideram empreendedores, aqueles que possuem um negócio próprio (mesmo trabalhando em casa ou como itinerantes). No entanto, dada a condição de precariedade da vida e da precarização do trabalho, corroboramos nesta pesquisa que é nesse “contexto de flexibilização do trabalho, [de] implementação de políticas neoliberais e [do] aumento do desemprego, [que] a definição de empreendedorismo vem adquirindo novos usos e significados políticos” (ABILIO, 2019, p. 4).

A precarização do trabalho no atual contexto brasileiro se refere tanto à vida laboral dos refugiados e imigrantes como à dos milhões de trabalhadores brasileiros, uma vez que no país a marca do desemprego chegou a 14,8 milhões no 1º trimestre de 2021.²³¹ Quando tratamos das trajetórias laborais dos refugiados, lidamos com as intersecções étnico-raciais, de gênero, de trabalho e de religião, o que nos inclina a entender que essas desigualdades se encontram imbricadas. Nessa direção, “a desigualdade social, em suas múltiplas dimensões, é uma das condições estruturantes da sociabilidade brasileira, talvez a mais importante delas” (CARDOSO, 2019, p. 1).

Concluimos que nossos interlocutores criaram as suas estratégias de integração social e laboral em condições bastante adversas. E as narrativas revelaram, em vários momentos, o desânimo e, por vezes, também a esperança e a gratidão pelo acolhimento recebido. Vários olhares emergiram nesse entrelaçamento das trajetórias e histórias contadas.

²³¹ “Desemprego.” Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 18 ago. 2021.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Ricardo. **Hospitalidade e lugar de memória árabe na São Paulo do século XXI**. São Paulo: e-Manuscrito, 2019.

ABÍLIO, Ludmilla Kostek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Revista Psicoperspectivas**, v. 18, n. 3, 2019.

ABREU, Maria Youssef; AGUILERA, Vanderci de Andrade. A influência da língua árabe no português brasileiro: a contribuição dos escravos africanos e da imigração libanesa. **Entretextos**, Londrina, v. 10, n. 2, p. 5-29, jul./dez. 2010.

ACNUR. **Estatuto dos Refugiados**. 2018. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

AGER, Alastair; STRANG, Alison. Understanding Integration: A Conceptual Framework. **Journal of Refugee Studies**, v. 21, n. 2. Published by Oxford University Press, 2008.

ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara. O governo neoliberal das vidas precárias. *In*: ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara; MELO, Mariana (Org.). **Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios**. [livro eletrônico]. Recife: Seriguela, 2021. (Coleção Mandacaru).

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

ALVES, Juliana Silva e. **Sorrisos em trânsito: modos de levar a vida e praticar cuidado com o corpo e com a saúde de refugiados exilados no município de São Paulo**. Orientadora: Isabel Maria Teixeira Bicudo Pereira. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ANDERSON, Perry. **Brasil à parte**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANDRADE, José H. Fischel de; MARCOLINI, Adriana. A política brasileira de proteção e de reassentamento de refugiados: breves comentários sobre suas principais características. **Rev. Bras. Polít. Int.**, Brasília, v. 45, n. 1, p. 168-176, jun. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 6 jan. 2021.

ANDRADE, Marisa. **Mulheres refugiadas e o mercado de trabalho: um estudo no município de São Paulo**. Orientadora: Maria Lucia Rodrigues. 2014. 187 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

ANUNCIACÃO, Renata F. Mendonça. **Somos mais que isso: práticas de (re)existência de migrantes e refugiados frente à despossessão e ao não reconhecimento**. Orientadora: Terezinha Machado Maher. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

ARANGO, Joaquim. **La explicación teórica de las migraciones: luz y sombra, migración de desarrollo**, outubro, n. 001. Red internacional de migración e desarrollo, Zacatecas, Latinoamericanistas. *Revista Científica América Latina y el Caribe, España y Portugal*, 2003.

- ARANGO, Joaquín et al. (Org.). **Inmigración y asilo**: em el Centro de La Arena Política. AnuarioCidob de laInmigración 2018 p. 238-259. Anuario Cidob de la Inmigración, nueva época, 2018.
- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ARENDDT, Hannah. **Nós, os refugiados**. Composição & Paginação: José M. S. Rosa. Universidade da Beira Interior de Covilhã, Portugal, 2013. Originalmente publicado no ano de 1943, no The Menorah Journal.
- ASCH, E. Salomon. **Psicologia social**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- BAENINGER, Rosana. Migrações transnacionais de refúgio no Brasil. In: LUSSEI, Carmem (Org.). **Migrações internacionais**: abordagens de direitos humanos. Brasília: CSEM – Centro Escalabriniano de Estudos Migratórios, 2017a.
- BAENINGER, Rosana. **Migrações transnacionais de refúgio**: a imigração síria no Brasil no século XXI. Fluxos Migratórios e Refugiados na atualidade – NEPO – Unicamp, 2017b.
- BAENINGER, Rosana. Notas acerca das migrações internacionais no século 21. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37, 2013.
- BAENINGER, Rosana; FERNANDES, Duval (Org.). **Migração Refugiada. Atlas Temático**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.
- BAKHTIN, Mikhail M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BALERDI, Soledad. **Historias Qom en la ciudad de La Plata. Trayectorias laborales, migración y etnicidad**. Trabajo y Sociedad [en línea] 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=387334695027>. Acesso em: 5 abr. 2019.
- BARBOSA, Raul Félix. **Vidas refugiadas**: integração de sírios ortodoxos no Rio de Janeiro. Orientadora: Maria Cristina Dadalto. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.
- BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira; LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. O Brasil e o espírito da Declaração de Cartagena. **Revista Forced Migration**, n. 35, jul. 2010. Disponível em: <https://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMR35brasil>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. (Org.). **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BECK, Ulrich. **Un nuevo mundo feliz**. La precarización del trabajo en la era de la globalización. Barcelona: Paidós, 2000.
- BELTRAND, Diego; MANDRILE, Matteo. **Política de refúgio do Brasil consolidada**. Coordenadores: Marcelo Torelly Aline Houry, Luís Renato Vedovato, Veronica Korber

Gonçalves. Brasília: Organização Internacional para as Migrações, Agência das Nações Unidas para as Migrações, 2017.

BENJAMIN, Walter. O narrador. *In*: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.; HABERMAS, J. **Os pensadores**. São Paulo: Editor Victor Civita, 1975.

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogène**, n. 225, p. 70-88, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **La distinction**: critique sociale du jugement. Paris: Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **Le capital social-notes provisoires**. Publicado originalmente in *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 31, janeiro de 1980, p. 2-3.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. **ARSS**, n. 62-63, p. 69-72, juin 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo I**. sob direção de Pierre Bourdieu; com contribuições de A. Accardo. I et al. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. 2. ed. rev. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017.

BRAZIL, Paula Ribeiro. Multiplicidade étnica no Rio de Janeiro. X INTERNATIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE. Rio de Janeiro, jun. 1998.

BRITO, Angela Xavier. Trajetória. *In*: CATANI, Afrânio Mendes et al. (Org). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.

BUTLER, Judith. Adotando o ponto de vista do Outro: implicações ambivalentes. *In*: HONNETH, Axel. **Reificação**: um estudo da teoria do reconhecimento. São Paulo: Editora Unesp, 2018c.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18>. Acesso em: 6 jan. 2021.

CABREIRA, Marcia Maria. Cultura e identidade em São Paulo: a imigração Síria e Libanesa. **Eccos Ver. Cient.**, UNINOVE, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 93-103, 2001.

CACHÓN, Lorenzo. La precariedad de los inmigrantes en España: la construcción de la fragilidad de un nuevo sujeto. *In*: TEJERINA, Benjamín; CAVIA, Beatriz; FORTINO, Sabine; CALDERÓN, José Ángel (Ed.). **Crisis y precariedad vital**: trabajo, práctica sociales y modos de vida en Francia y España, Valencia, 2013.

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológico: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 5-38, out. 1998.

CALEGARI, Marília. **Felicidade clandestina: refúgio e família no Brasil**. Orientadora: Rosana Aparecida Baeninger. 2014. 128 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

CALEGARI, Marília. **Com lenço e com documento: condições de vida da população refugiada síria em São Paulo**. Orientadora: Rosana Aparecida Baeninger. 2018. 294 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

CARDOSO, Adalberto M. Trabalhar, verbo transitivo: trajetórias ocupacionais de trabalhadores da indústria automobilística. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, p. 701-750, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581998000400002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 7 jan. 2021.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Amazon, 2019. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2019/01/A-Construcao-da-Sociedade-do-Trabalho-no-Brasil-Uma-investigacao-sobre-a-persistencia-secular-das-desigualdades.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. Construindo pontes? O Brasil diante da Primavera Árabe. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 64, n. 4, p. 47-50, dez. 2012. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252012000400018&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 6 jan. 2021.

CASTEL, Robert. **A metamorfose da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHOS, Cristiano De Col; CASTRO, Janice Dornelles. Os imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. In: CALVETE, Cássio da Silva; HORN, Carlos Henrique (Org.). **A Quarta Revolução Industrial e a reforma trabalhista: impactos na relação de trabalho no Brasil**. Prefácio Carmen Izabel Centena Gonzalez. Porto Alegre: Cirkula, 2020.

CASTLES, Stephen. Estudar as transformações sociais. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 40, 2002.

CASTLES, Stephen. Entendendo a migração global: uma perspectiva desde a transformação social. **Revista Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 36, n. 10, 2010.

CASTLES, Stephen; KOSACK, Godula. **Immigrant Workers and Class Structure in Western Europe**. Oxford University Press, Oxford, 1973.

CASTRO, Alexandre de Almeida. **As-salamu alaykum!** Compreendendo o sistema de atividade de acolhimento, inserção e adaptação dos refugiados sírios ao Brasil. Orientador: Marcio Pascoal Cassandre. 2016. 98 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

CASTRO, Flávia Rodrigues de; MOULIN, Carolina. Vidas em movimento: da consideração à ética da diferença. **Revista Brasileira de Estudos de População**, n. 36, p. 1-8, 2019.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Org.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2014.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Márcio. O tema das migrações internacionais na sociologia no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/343>. Acesso em: 7 jan. 2021.

CAVALCANTI, Leonardo; PARELLA, Sônia. Um convite às teorias e conceitos sobre migrações internacionais. *In*: CAVALCANTI, Leonardo et al. (Org.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

CAVALCANTI, Leonardo; TONHATI, Tânia; OLIVEIRA, Antônio Tadeu. Migração no Sul Global: haitianos no mercado de trabalho brasileiro. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 8, n. 1, jan./jun. 2017.

CAVIA, Beatriz; MARTÍNEZ, María. La construcción de lo precario: la investigación sobre la precariedad en la literatura sociológica española y algunas aportaciones sobre sus derivas. *In*: TEJERINA, Benjamín; CAVIA, Beatriz; FORTINO, Sabine; CALDERÓN, José Ángel (Ed.). **Crisis y precariedad vital: trabajo, práctica sociales y modos de vida en Francia y España**, Valencia, 2013.

CHISWICK, Barry; LEE, Yem Liang; MILLER, Paul W. **Longitudinal Analysis of Immigrant Occupational Mobility: A Test of the Immigrant Assimilation Hypothesis**. Economics Discussion / Working Papers 02-08, The University of Western Australia, Department of Economics, 2002.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. Do Estatuto do Estrangeiro à Lei de Migração: avanços e expectativas. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 26, set. 2019/abr. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9820>. Acesso em: 6 abr. 2021.

CLOCHARD, Olivier. Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité. **Echo Géo**, v. 2, 2007.

CLOSS, Lisiane Quadrado; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. História de vida e trajetórias profissionais: estudo com executivos brasileiros. **Rev. Adm. Contemp.**, Curitiba, v. 19, n. 4, p. 525-543, ago. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v19n4/1415-6555-rac-19-04-00525.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.

COIMBRA, Eric Araujo Dias. **Duas estrelas e dois projetos de hegemonia: a influência do pensamento de Gramsci no Partido dos Trabalhadores (BRA) e no Bloco de Esquerda (POR)**. Florianópolis: Em Debate/UFSC, 2019.

COIMBRA, Melissa Gabriela Lopes Barcellos; ETCHEVERRY ORCHARD, Maria. Soledad. Um estudo sobre os refugiados sírios na cidade de São Paulo e Florianópolis: trajetórias laborais e precarização do trabalho. **Ideias**, Campinas, v. 11, p. e020007, 2020. DOI: 10.20396/ideias.v11i0.8658628. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8658628>. Acesso em: 6 jan. 2021

COLEMAN, James. **Foundation of social theory**. Belknap Press, 1990.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 18. ed. Org. Alexandre de Moraes. São Paulo: Atlas, 2020.

COURY, Paula; ROVERY, Julia. O idioma como facilitador do processo de integração de refugiados e imigrantes: a experiência do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, Brasília, v. 12, n. 12, 2017.

COUTINHO, Maria Chalfin. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 12, n. 2, p. 189-202, 2009.

CRUZ, Rodrigo Ayupe Bueno. A importância da comida na construção da etnicidade árabe em Juiz de Fora. **Antropolítica**, Niterói, n. 40, p. 230-251, 1º sem. 2016.

D'ANGELO, Alessio. Flujos migratórios em el Mediterráneo: cifras, políticas y múltiples crisis. *In: Anuario Cidob de la Inmigración: nueva época*, 2018. p. 238-259.

DANNY, Zahreddine. **O Oriente Médio**. Curitiba: Juruá, 2011.

DENZIN, Norman. **Interpretive Biography: assumptions of the method**. El Colegio de Mexico, 1989. Disponível em: https://kupdf.net/download/interpretive-biography_59871287dc0d602f1f300d17_pdf. Acesso em: 17 abr. 2020.

DIAS, Gustavo. Da objetificação à humanização: uma leitura crítica sobre o conceito de imigrante na obra de Abdelmalek Sayad. *In: DIAS, Gustavo; BOGUS, Lucia; PEREIRA, José Carlos Alves; BATISTA, Dulce (Org.). A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad*. [recurso eletrônico] São Paulo: EDUC, 2020.

DOMENECH, Eduardo. La ciudadanización de la política migratoria en la región sudamericana: vicisitudes de la agenda global. *In: NOVICK, Susana et al. (Compil.). Las migraciones en América Latina*. Buenos Aires: Catálogos, 2008.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 19, n. 62, p. 13-30, abr. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-. Acesso em: 14 jun. 2018.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DUVAL, Julien. Distinção. *In: CATANI, Afrânio Mendes et al. (Org.). Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

ECO, Umberto. **Migração e intolerância**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

ELHAJJI, Mohammed; ESCUDERO, Camila. Sentidos e expressões da noção de ghorba na obra de Abdelmalek Sayad. *In: DIAS, Gustavo; BOGUS, Lucia; PEREIRA, José Carlos Alves; BATISTA, Dulce (Org.). A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad*. [recurso eletrônico] São Paulo: EDUC, 2020.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John, L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EMIRBAYER, Mustafa; MISCHE, Ann. What Is Agency? **The American Journal of Sociology**, 1998.

EMIRBAYER, Mustafa. Manifest for a Relational Sociology. **The American Journal of Sociology**, v. 103, n. 2, 1997.

ENNES, Marcelo Elario. O “corpo-migrante” e Bourdieu: corpo e incorporação no contexto migratório. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 8, n. 19, p. 26-58, maio/ago. 2020. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/609/pdf_64. Acesso em: 7 jan. 2021.

ETCHEVERRY, Marisol Soledad. Narrativas sobre empregabilidade. As trajetórias profissionais de ex-empregados do setor elétrico brasileiro. **Revista ILHA**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 61-104, jul. 2004.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FARAH, Paulo Daniel. Combates à xenofobia, ao racismo e à intolerância. **Revista USP**, São Paulo, n. 114, p. 11-30, set. 2017.

FAUSTO, Boris et al. **Imigração e política em São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré/Fapesp, 1995. (Série Imigração, v. 6).

FELDMAN-BIANCO, Bela et al. (Org.). **Migração e exílio**. São Carlos: EdUFSCAR/UFV, 2018.

FERNANDES, Duval Magalhães. O Brasil e a migração internacional no século XXI: notas introdutórias. *In*: PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata (Org.). **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

FERNANDES, Florestan. [1956]. A aculturação dos sírios e libaneses em São Paulo. **Revista Etapas**, ano I, n. 11, 2010.

FIGUEIRA, Rickson Rios; ORTIZ, Leticia Rossi. A emergência da direita radical no Brasil e a regulamentação da Lei de Migração. *In*: BAENINGER et al. (Coord.). **Nova Lei de Migrações: os três primeiros anos**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Belquó” – NEPO; Unicamp – Observatório das Migrações em São Paulo/FADISP, 2020.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. **Educação, Sociedades & Culturas**, Porto, n. 23, 2003.

FONTANA, Eduarda; ZIMNOCH, Larissa; LORENTZ, Luíza Acauan. A crise migratória no século XXI: anomalia ou consequência da política internacional. **Relações Internacionais para Educadores – RIPE**, v. 4, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

FREIGNIER, Michel. **Guerra e paz no Oriente Médio**. São Paulo: Ática, 1994.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Nova Sede, 1995.

GERALDO, Endrica. A “Lei de Cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cad. AEL**, v. 15, n. 27, p. 173-209, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2Ux2eMn>. Acesso em: 8 jan. 2020.

GIDDENS, Anthony. **Elementos da teoria da estruturação**: a constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIDDENS, Antony, SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais de sociologia**. Tradução: Claudia Freire. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2017.

GLICK-SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina. Transnationalism: A New Analytic Framework for Understanding Migration. **Annals New York Academy of Sciences**, v. 645, Issue 1, p. 1-24, 1992.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Mathias Lambert. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

GOMES, Maria Soledad Etcheverry. **Empregabilidade nos tempos de reestruturação e flexibilização**: trajetórias de trabalho e narrativas de ex-empregados do setor elétrico brasileiro. Orientador: José Ricardo G P. Ramalho. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

GOMES, Marcela Andrade. Os impactos subjetivos dos fluxos migratórios: os haitianos em Florianópolis (SC). **Psicologia & Sociedade**, [online]. v. 29, 2017. ISSN 1807-0310. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i162484>.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. V. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRANOVETTER, Mark S. The strength of weak ties: a network theory revisited. *In*: **Sociological Theory**. Ed. Randall Collins. San Francisco, Califórnia, série Jossey-Bass, v. 1, 1983.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da incrustação. *In*: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Org). **A nova sociologia econômica**. Oeiras: Celta, 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/Ed. 34, 1999.

GUZMÁN, Virginia; MAURO, Amalia; ARAUJO, Kathya. **Trayectorias laborales de mujeres**: cambios generacionales em el mercado de trabajo. Ediciones Centro de Estudios de la Mujer, CEM, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**: sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Editora WM/Martins Fontes, 2012.

HADJAB, Patrícia Dario El-moor. **Alimentação, memória e identidades árabes no Brasil**. Orientadora: Mariza Veloso Motta Santos. 2014. 230 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HAJJAR, Claude Fahd. **Imigração árabe**: 100 anos de reflexão. São Paulo: Ícone, 1985.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014.

HOBBSAWM, Eric J. **Globalização, democracia e terrorismo**. Tradução: José Viégas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOLZMANN, Lorena; PICCININI, Valmíria. Flexibilização. *In*: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (Org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Zouk, 2011.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

IANNI, Octavio. Uma longa viagem. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 153-166, jun. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 jun. 2018.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

KARAM, John Tofik. **Um outro arabesco: etnicidade sírio-libanesa no Brasil neoliberal**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KNOWLTON, Clarck. S. **Sírios e libaneses: mobilidade social e espacial**. São Paulo: Anhambi, 1960.

KRAMER, Sônia. Educação a contrapelo. **Revista Educação**, São Paulo, ano II, p. 16-25, mar. 2008.

LASSAILLY-JACOB, Véronique. Communautés déracinées dans les pays du Sud. **Autrepart**, n. 5, 1998.

LEÃO, Augusto Veloso. A luta por reconhecimento na mobilização política de migrantes a partir dos casos Zulmira Cardoso e Brayan Capcha. *In*: ELHAJJI, Mohammed; COGO, Denise; HUERTAS, Amparo (Eds.). **Migrações transnacionais, interculturalidade, políticas e comunicação**. In. Com-UAB Publicacions, 20. Bellaterra: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, 2020. ISBN: 978-84-120344-8-6.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. Tradução: Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Unesp, 2001.

LESSER, Jeffrey. Um Brasil melhor. **Hist. Cienc. Saúde**, Manguinhos (RJ), v. 21, n. 1, p. 181-194, mar. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702014000100181&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 fev. 2018.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração**. São Paulo: Unesp, 2015.

LEVITT, Peggy. **Transnationalizing community development: the case of migration between Boston and the Dominican Republic**, *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 26, 1997.

LIMA, Jacob Carlos; MARTINS JUNIOR, Angelo. Mobilidades diferenciadas e ilegalidades institucionalizadas: tendências e contradições do trabalho na contemporaneidade. **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 31-51, abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702018000100031&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138076>.

LIMA, João Brígido Bezerra et al. **Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)**. Brasília: Ipea, 2017.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. Migrações, mundo do trabalho e atuação do Ministério Público do Trabalho. *In: PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata (Org.). Migrações e trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

LÖWY, Michael. Dois anos de desgoverno – a ascensão do neofascismo. **Instituto Humanistas Unisinos**, 10 fev. 2021. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/606674-dois-anos-de-desgoverno-a-ascensao-do-neofascismo-artigo-de-michael-loewy>. Acesso em: 30 mar. 2021.

LUKÁCS, Georg. Narrar ou descrever? *In: KONDER, Leandro (Org.). Ensaios sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 121-138, dez. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 6 jan. 2021.

MARIANO, Ricardo. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 708-726, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892016000400012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 6 jan. 2021.

MARTINS, Paulo Henrique. **Itinerários do dom: teoria e sentimento**. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2019.

MASSEY, D.; ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUCCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. Theories of International Migration. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, p. 431-466, 1993.

MASSEY, Douglas et al. **Worlds in Motion**. Understeing International Migration at the End of the Millennium. Oxford: Clarendon Press, 1998.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. *In: MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia*. Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2003.

MEMMI, Albert. **Retrato do descolonizado árabe-muçulmano e de alguns outros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. A virada pós-colonial: experiências, trauma e sensibilidades transfronteiriças. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], n. 123, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/11077>. Acesso em: 2 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.11077>.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Resolução Normativa n. 17, de 20 de setembro de 2013. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=258708>. Acesso em: 3 abr. 2019.

MINKENBERG, Michael. The Radical Right in Postsocialist Central and Eastern Europe: Comparative Observations and Interpretations. **East European Politics and Societies**, v. 16, n. 2, p. 335-362, 1998.

MONTAGNER, Paula; BRANDÃO, Sandra. Recessão e racionalização produtiva: implicações para o mercado de trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n. 1, 1994.

MOREIRA, Julia Bertino. Migrações internacionais e refúgio sob a ótica do governo Bolsonaro. **Revista Mundorama**, 25 nov. 2019. Disponível em: <https://mundorama.net/?p=26743>. Acesso em: 17 abr. 2020.

MOULIN, Carolina. Entre a crise e a crítica: migrações e refúgio em perspectiva global. *In*: ENCONTRO DA ANPOCS, 42, GT Migrações Internacionais: estado, controle e fronteiras. Caxambu, 22 a 26 de outubro de 2018.

MUÑOZ, Juan José Pujadas. El método biográfico: el uso de las historias de vida em ciencias sociales. **Cuadernos Metodológicos**, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, n. 5, sep. 1992. Disponível em: <https://www.uv.mx/mie/files/2012/10/MetodoBiografico.pdf>. Acesso em: 7 maio 2020.

NUNES, Maria. O fechamento das fronteiras terrestres amazônicas e impactos na mobilidade transnacional. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10678>. Acesso em: 20 ago. 2021.

OIM – Organização Internacional para as Migrações. **Glossário sobre migração**. Editora: Organização Internacional para as Migrações, Genebra, 2009.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. **Rev. Bras. Estud. Popul.**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 171-179, abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982017000100171&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 jan. 2021.

OLIVEIRA, Márcio. Sírios e congolesees homens e mulheres refugiados no Brasil: perfil socioeconômico, integração e perspectivas futuras. **Plural – Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 2, 2º sem. 2020. ISSN 2176-8099. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/171528>. Acesso em: 7 jan. 2021.

OLIVEIRA, Márcio; KULAITIS, Fernando. Habitus imigrante e capital de mobilidade: a teoria de Pierre Bourdieu aplicada aos estudos migratórios. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 22, n. 1, p. 15-47, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/issue/view/1379/showToc>. Acesso em: 7 jan. 2021.

OSMAN, Samira Adel. Mascates árabes em São Paulo: concentração urbana e inserção econômica. **Cordis – Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, 1998. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/revistacordis/>. Acesso em: 18 abr. 2018.

PARK, E. Robert. Human Migration and The Marginal Man. **The American Journal of Sociology**, v. XXXIII, n. 6, 1928.

PATARRA, Neide Lopes; BAENINGER, Rosana. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, v. 21, n. 60, p. 83-102, 2006. ISSN 1806-9053.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e política. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 7-24, ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/MWH6wYGYHgL7FFVFjnw9QJL/?lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2018.

PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas**. SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações – Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa, 2004.

PEREIRA, Alexandre Branco. Os usos e abusos políticos do refúgio. **Nexo**, 15 fev. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2020/Os-usos-e-abusos-pol%C3%ADticos-do-ref%C3%BAgio>. Acesso em: 6 abr. 2021.

PEREIRA, Alexandre Branco. Refuge in Brazil: An Ethnographic Approach. **Antípoda – Revista de Antropología y Arqueología**, n. 43, 2021. Disponível em: https://revistas.uniandes.edu.co/doi/full/10.7440/antipoda43.2021.09?fbclid=IwAR0v6fcRCkrnfJQu7xB38-PEZUJGGdy_f0DVyW64a2SNUNJMKDcfVrDGzoY. Acesso em: 9 abr. 2021.

PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS REFUGIADOS SÍRIOS NO BRASIL. Subsídios para elaboração de políticas. Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVN). Volume II, Curitiba, maio 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/06/VOL.-II-PERFIL-SOCIOECONOMICO-DOS-REFUGIADOS-final.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.

PINTO, Gabriel Hilu da Rocha. Ritual, etnicidade e identidade religiosa nas comunidades muçulmanas no Brasil. **Revista USP**, n. 67, p. 228-249, 2005. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i67p228-249>.

PINTO, Gabriel Hilu da Rocha. **Árabes no Rio de Janeiro: uma identidade plural**. Rio de Janeiro: Cidade Viva, 2010.

POLANYI, Karl. [1944]. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTES, Alejandro. Economic Sociology and the Sociology of Immigration: A Conceptual Overview. In: PORTES, Alejandro (Ed.). **The Economic Sociology of Immigration**. New York: Russell Sage Foundation, 1995.

PORTES, Alejandro. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 69, out. 2004.

PREFEITURA DE SÃO PAULO: **Direitos Humanos e Cidadania**. Mapeamento dos grupos de imigrantes ou ligados à temática migratória. Coordenação de Políticas Para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente, jan. 2019.

PUCCI, Fábio Martinez Serrano. A integração dos refugiados sírios em São Paulo. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18, 26 a 29 de julho de 2017, Brasília, 2017.

RIBEIRO, Adelia-Miglievich. A virada pós-colonial: experiências, trauma e sensibilidades transfronteiriças, **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], n. 123, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/11077>. Acesso em: 6 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.11077>.

RIBEIRO, Luiz Carlos; OLIVEIRA, Márcio de. (Org.). **Sociedades em movimento: fluxos internacionais, conflitos nacionais**. São Paulo: Intermeios; Curitiba: UFPR-PPGHIS, 2020.

RODRIGUES, Gilberto. M. A.; BLANES, José Sala; CORRÊA, Débora de Siqueira. Visados y certificaciones académicas: refugiados sírios en Brasil. Latinoamérica y el Caribe. **Revista Migraciones Forzadas**, Oxford, n. 56, p. 52-53, 2017. Disponível em: <https://www.fmreview.org/fr/ameriquelatine-caraibes/rodrigues-sala-desiqueira>. Acesso em: 6 jan. 2021.

ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução**. 5. ed. Porto Alegre: EDPU CRS, 2014.

RUSEISHVILI, Svetlana; TRUZZI, Oswaldo. Mobilidade migratória e a pandemia da COVID-19. **Contemporânea**, v. 10, n. 1, p. 473-485, jan./abr. 2020. Sessão especial: Sociologia na Pandemia. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/viewFile/942/pdf>. Acesso em: 6 abr. 2021.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Hermínio; OLIVEIRA, Patricia, SUSIN, Priscila. Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira: revisão e perspectivas. **Civitas**, v. 14, n. 2, p. 359-382, 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/17152>. Acesso em: 17 abr. 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Santos Priscila. O estudo da islamofobia através dos meios de comunicação. **Habitus**, [S.l.], v. 14, n. 1, nov. 2016. ISSN 1809-7065. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus/article/view/11477/8427>. Acesso em: 14 jun. 2018.

SÃO BERNARDO, Mirelle Amaral de. **Português como língua de acolhimento: um estudo com imigrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil**. Orientadora: Lúcia Maria de Assunção Barbosa. 2016. 206 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

SARTRE, Jean-Paul. Prefácio. *In*: FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SASSEN, Saskia. **La movilidad del trabajo y el capital**. Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, Madrid, 1993.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artimed, 2010.

SASSEN, Saskia. Três migrações emergentes: uma mudança histórica. **Dossiê SUR 23**, v. 13, n. 23, p. 29-42, 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/tres-migracoes-emergentes-uma-mudanca-historica/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. **La double absence**: des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

SCHIOCCHET, Leonardo; SOUZA, Mirian Alves; MANFRINATO, Helena. **The Impact of Covid-19 among Refugees of the Syrian conflict in Brazil**. 2020. Disponível em: <http://www.ror-n.org/-blog/the-impact-of-covid-19-among-refugees-of-the-syrian-conflict-in-brazil>. Acesso em: 6 abr. 2021.

SCHÜTZE Fritz. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. *In*: WELLER, V.; PFAFF, N. **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**: teoria e prática. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010. p. 211-222.

SELLA, Lisa; RAGAZZI, Elena. Migration and work: the cohesive role of vocational training policies. **Mondi Migranti**, n. 1, p. 139-160, 2016. Disponível em: https://francoangeli.it/Riviste/scheda_rivista.aspx?doi=10.3280/MM2016-001008&lingua=en. Acesso em: 8 jun. 2018.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SEVERO, Denise Osório. Impactos da ascensão dos movimentos de extrema-direita sobre os Direitos Humanos no contexto do Brasil: uma proposta de matriz de análise. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, v. 4 n. 1, 2020. Dossiê “Extrema-direita na América Latina: redes de sociabilidade e reinterpretações do Estado”. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/issue/view/783>. Acesso em: 2 jul. 2021.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 1990.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e nacionalismo: o discurso da exclusão e a política imigratória no Brasil. *In*: CASTRO, Mary Garcia. **Migrações internacionais**: contribuições para políticas. Brasília, 2001.

SEYFERTH, Giralda. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre o racismo. *In*: SEYFERTH, Giralda et al. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Peirópolis/Abong, 2002.

SEYFERTH, Giralda. Cartas e narrativas biográficas no estudo da imigração. *In*: DEMARTINI, Zelia de Brito Fabri; TRUZZI, Mário Serra (Org.). **Estudos migratórios**: perspectivas metodológicas. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. *In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA*, 26, 1 a 4 de junho de 2008. Porto Seguro, 2008. Disponível em: <https://imigracaohistoricablog.files.wordpress.com/2017/07/seyferth-giralda-imigrantes-estrangeirosa-trajetc3b3ria-de-uma-categoria-incc3b4moda-no-campopolc3adtico.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.

SILVA, Adriano Clayton da. Corpos e cenários (re)traduzidos em habibi, de Craig Thompson: transculturalidade e orientalismo revistos. **Trab. Linguist. Apl.**, Campinas, v. 59, n. 2, p. 1.011-1.030, ago. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-. Acesso em: 7 dez. 2020.

SILVA, Amanda Pimenta; TRAUMANN, Andrew P. Estado islâmico: o ressurgimento do califado, os novos desafios para o direito internacional e o dilema do uso de força contra atores não estatais. **Revista Litteris**, n. 18, dez. 2016. Dossiê Oriente Médio e Diversidade.

SILVA, Cristian Teófilo. Minorias. *In: CAVALCANTI, Leonardo et al. (Org.). Dicionário crítico de migrações internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, M. **Refúgio em Números**. 5. ed. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>. Acesso em: 25 jan. 2021.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. O embate entre Edward Said e Bernard Lewis no contexto da resignificação do Orientalismo. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 40, p. 280-306, 1º sem. 2016. DOI: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2016.1i40.a41786>.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. *In: DEMARTINI, Zelia de Brito Fabri; TRUZZI, Mário Serra (Org.). Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

SIMMEL, George. O estrangeiro. **RBSE**, v. 4, n. 12, dez. 2005. (Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung) (Sociologia. Estudos sobre as formas de associação). Berlim, Duncker e Humblot Editores, 1908, p. 509 a 512.

SOUZA, Isabella Louise Traub Soares; GEDIEL, José António Peres; FRIEDRICH, Tatyana Scheila. O desafio para a implementação de uma política pública migratória no Brasil. *In: RIBEIRO, Luiz Carlos; OLIVEIRA, Márcio de. (Org.). Sociedades em movimento: fluxos internacionais, conflitos nacionais*. São Paulo: Intermeios; Curitiba: UFPR-PPGHIS, 2020.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

STEINER, Philippe. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

SUZUKI, Lilian Silva do Amaral. **Trajetórias ocupacionais de estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro**, 2017. Disponível em: http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/0135_lilian_silva_do_amaral.pdf. Acesso em: 14 jun. 2018.

SUZUKI, Lilian Silva do Amaral. Trajetórias ocupacionais de trabalhadores imigrantes no Brasil: caminhos desiguais. **Sociedade & Cultura**, v. 22, n. 1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sec.v22i1.57824>. Acesso em: 20 ago. 2021.

TEJERINA, Benjamín; CAVIA, Beatriz; FORTINO, Sabine; CALDERÓN, José Ángel (Ed.). **Crisis y precariedad vital: trabajo, práctica sociales y modos de vida en Francia y España**, Valencia, 2013.

TEJERINA, Benjamín; SEGUEL, Andrés G. Precariedad y acción colectiva en la movilización altermundialista. Reinterpretación y resignificación de la vida en precario. *In*: TEJERINA, Benjamín; CAVIA, Beatriz; FORTINO, Sabine; CALDERÓN, José Ángel (Ed.). **Crisis y precariedad vital: trabajo, práctica sociales y modos de vida en Francia y España**, Valencia, 2013.

TIJOUX, Maria Emilia; RETAMALES, Hugo Sir. Trayectorias Laborales de Inmigrantes Peruanos en Santiago. El Origen de Excepción y la persistencia del “lugar aparte”. **Latin American Research Review**, v. 50, n. 2, 2015.

TONIOL, Rodrigo. Branquear, salvar e nacionalizar: Israel na nova estética da política brasileira. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1 de maio de 2020. Disponível em: [https://estadodaarte.estadao.com.br/branquear-salvar-nacionalizar-toniol/Israel na nova estética da política brasileira](https://estadodaarte.estadao.com.br/branquear-salvar-nacionalizar-toniol/Israel%20na%20nova%20est%C3%A9tica%20da%20pol%C3%ADtica%20brasileira). Acesso em: 4 dez. 2020.

TRUZZI, Oswaldo. **De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré/FAPESP; Brasília, DF: CNPQ, 1991. Série Imigração, V. 2.

TRUZZI, Oswaldo. Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista. *In*: BORIS, Fausto (Org.) **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Edusp, 1999.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, v. 20, n. 1, 2008.

TRUZZI, Oswaldo. Assimilação ressignificada: novas interpretações de um velho conceito. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 517-553, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582012000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 jun. 2018.

TURNER, Victor. [1957]. **Schism and continuity in an African society**. Manchester: Manchester University Press, 1996. 348 p.

UNHCR – Agência da ONU para Refugiados. **Protegendo refugiados no Brasil e no Mundo**, 2018.

VARGENS, João Batista. **Léxico português de origem árabe: subsídios para os estudos de filologia**. Rio de Janeiro: Almadena, 2007.

VILLA, Rafael Duarte. O paradoxo da macrossegurização: quando a guerra ao terror não securitiza outras “guerras” na América do Sul. **Contexto Int.**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 349-383, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292014000200349&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 6 jan. 2021.

VILLAMAR, María del Carmen Villarreal; RIBEIRO, Gisele Maria Almeida. Abdelmalek Sayad e o pioneirismo do pensamento pós-colonial nos estudos migratórios. *In*: DIAS, Gustavo; BOGUS, Lucia; PEREIRA, José Carlos Alves; BATISTA, Dulce (Org.). **A contemporaneidade do pensamento de Abdelmalek Sayad**. [recurso eletrônico] São Paulo: EDUC, 2020.

VILLEN, Patrícia. Crise e os periféricos na periferia. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 14, Campinas, 2015.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WEIB, Anja. Tornar-se refugiado: uma abordagem de trajetória de vida para a migração sob coação. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 20, n. 49, p. 110-141, set./dez. 2018.

WEINTRAUB, Ana Cecília Andrade de Moraes. **Itinerários percorridos por mulheres migrantes estrangeiras na cidade de São Paulo**: modos de fazer a vida na cidade. Orientadora: Maria da Penha Costa Vasconcellos. 2012. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

WENDEN, Catherine Wihtol. As novas migrações. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, n. 23, ago. 2016.

WIMMER, Andreas; GLICK-SCHILLER, Nina. Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences. **Global Networks**, v. 4, n. 2, p. 303-334, 2002.

ZENERO, Tiago. **Somos estamos refugiados**. Rio de Janeiro: Bonecker, 2017.

ZERBINI, Ribeiro Leão, Renato. O Brasil e o Instituto do Refúgio: uma análise após a criação do Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE. **Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos**, [S.l.], n. 5, p. 201-212, jun. 2016. ISSN 1677-1419. Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/71>. Acesso em: 20 mar. 2019.

APÊNDICES

Roteiro de dados na entrevista – refugiados sírios

Sexo:

Idade:

Local de moradia:

Escolaridade (Formação):

Ocupação na Síria:

Ocupação no Brasil:

Religião:

Estado civil (conjugal):

É refugiado?

Reassentado?

Como classifica a sua comunicação em português?

Você tem algum familiar residente (refugiado) em outro país? Se sim, qual?

Aplicação entrevista narrativa biográfica – sírios(as)

A) Eu estou muito interessada na sua experiência de deslocamento da síria (ou de outro país na qual você estava antes de chegar ao Brasil). Você pode me contar essa experiência? Você pode usar o tempo que você quiser, eu só vou fazer anotações e depois fazer algumas perguntas.

B) Estou muito interessada na sua história de vida, a experiência pessoal. Por favor, nos conte sua história de vida, sobre o seu trabalho, a sua formação educacional na síria e no brasil, a história da sua família, onde estão todos(as). Você pode falar o que quiser e tem o tempo todo para falar.

Roteiro de perguntas – entrevista – organizações internacionais e organizações da sociedade civil

1- Temos, no Brasil, de um lado o estado, e de outro as redes de acolhimento. Como o Brasil se insere na política internacional dos refugiados? E em termos laborais?

2- Existem políticas públicas específicas para os refugiados sírios?

3- Onde refugiados sírios encontram-se no mercado de trabalho? Encontram-se no mercado formal e informal?

4- Há fontes de que esse grupo de refugiados foi beneficiado com o Programa Bolsa Família. Pode nos informar a quantidade de famílias e quais foram os critérios adotados para o benefício das famílias através deste programa?

- 5- Os refugiados sírios que chegam ao Brasil encontram-se em uma situação de vulnerabilidade social? Como você avalia?
- 6- Como se formam as redes entre os refugiados e os patrícios (os já estabelecidos) aqui no Brasil? Existe solidariedade entre eles? Se sim, como acontece?
- 7- Quais as principais dificuldades de inserção laboral e social dos refugiados sírios aqui no Brasil?
- 8- Quais formas de preconceito ou discriminação a que os refugiados sírios estão sujeitos no Brasil? Em que sentido estes problemas afetam na sua inserção laboral?
- 9- Na sua opinião, os refugiados são vistos como perigo por parte da sociedade brasileira?

Relação de organizações (ONGs) e instituições diversas que colaboraram com esta pesquisa²³²

ABRAÇO CULTURAL – ONG pioneira que tem refugiados e refugiadas como professores de cursos de idiomas e cultura – RJ e SP

ACNUR – Agência da ONU para Refugiados – Brasília – DF

ADUS – SP – Instituto de Reintegração do Refugiado

AL JANIAH – Espaço Político e Cultural Árabe – SP

BIBLIASPA – Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul-Países Árabes-África – atende e auxilia refugiados em SP

CAMI – Centro de Atendimento ao Migrante – SP

CARITAS-SP – Centro de referência para refugiados

CASJIR – Centro de Assistência Social e Jurídica aos Imigrantes e Refugiados

CÁTEDRA SÉRGIO VIEIRA DE MELLO – UFPR

CEM – Centro de Estudos Migratórios

CENTRO ISLÂMICO DE FLORIANÓPOLIS – SC

CNIg – Conselho Nacional de Imigração – DF

COMPASSIVA-SP – Compaixão que transforma – Organização Social que atende crianças, adolescentes e refugiados em situação de vulnerabilidade na cidade de São Paulo

CRAI – Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes

DEPARTAMENTO DE CIDADANIA DA CIDADE DE CAMPINAS – SP

DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS DA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA USP – Estudos Árabes e Biblioteca

²³² Muitas dessas organizações nos auxiliaram com as entrevistas, a fim de obter informações e conhecimento sobre os refugiados sírios no Brasil.

FESPSP – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

GRIST – Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem Teto de São Paulo

IFSC – Projeto de ensino da língua portuguesa para estrangeiros

IKMR – I know my rights

IMDH – Instituto Migrações e Direitos Humanos – DF (Obs: atende o contingente de refugiados sírios – orienta o refugiado ao acesso no mercado de trabalho)

ISLAM-BR – Centro de Divulgação do Islam para a América Latina – São Bernardo do Campo – SP

LINYON – Creating Global Workers – ONG que atua na recolocação profissional de estrangeiros no mercado de trabalho brasileiro – Curitiba – PR

MESQUITA BRASIL – SP

MESQUITA DE SANTO AMARO – Mesquita Misericórdia SP

MESQUITA PARY – SP

MIGRAFLIX – Meu Amigo Refugiado – ONG

MISSÃO PAZ – SP – Acolhe e orienta Imigrantes e Refugiados

NEPO – Núcleo de Estudos de População Elza Berquó – UNICAMP

NET – Núcleo de estudos da Terceira Idade – UFSC

PARR – Programa de Apoio para a Recolocação dos Refugiados

PROJETO PLAM – Português como Língua de Acolhimento – UFSC

SINDICOMUNITÁRIO – Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do Estado de São Paulo

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNISUL SC – Tubarão – Centro de acolhimento a refugiados do sul do estado